

Dossiê Temático

ARQUIVOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO

VITRINE

Carta à namorada no furacão de 1932
O acervo documental da EMLASA:
para conhecer e divulgar



Acesse a revista
original online

Intérpretes do Acervo

O filólogo nos arquivos: em busca de
pistas sobre formas de linguagem
- conversa com Verena Kewitz

Prata da Casa

Núcleo de Acervo Textual Privado: revelando
desafios do tratamento técnico

Arquivo em Imagens

Perfis iconográficos de acervos privados

Artigos

Os arquivos privados na legislação brasileira:
do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações
Bruna Pimentel Lopes, Georgete Medleg Rodrigues

Arquivos pessoais e intimidade da aquisição ao acesso
Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Patrícia Ladeira Penna Macêdo,
Camila Campoi de Sobral

Arquivos pessoais de homens públicos em abordagens diversas
Silvana Goulart

De interesse público: política de aquisição de acervos como
instrumento de preservação de documentos
Sonia Troitiño

O fundo Júlio Prestes de Albuquerque no Arquivo Público do
Estado de São Paulo: reflexões sobre o processo de trabalho
Márcia Beatriz Carneiro Aragão

Líderes e cidadãos: onde termina o homem público e tem início
a vida privada nos documentos de arquivos de políticos?
Elisabete Marin Ribas

Acervos Privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo:
uma visão sobre os fundos institucionais
Márcia Pazin

Arquivos pessoais, disponibilização e acesso na web: o caso do CPDOC
Renan Castro

Estudo de identificação tipológica de diploma em arquivo
pessoal
Alexandre Faben Alves, Maria Celina Soares de Mello e Silva

Diálogo entre amigos: análise filológica e linguística da
correspondência entre Washington Luís e Júlio Prestes de
Albuquerque
Verena Kewitz

Acervos teatrais paulistanos: presente e futuro em jogo
Elisabeth R. Azevedo

Especial

Um panorama da história social e política de São Paulo da
ascensão à queda de Júlio Prestes (1909-1930)
Edilene Toledo



João Doria
Governador do Estado de São Paulo

Rodrigo Garcia
Vice-Governador do Estado de São Paulo e Secretário de Estado de Governo

Fernando Padula Novaes
Coordenador do Arquivo Público do Estado

Camila Brandi de Souza Bentes
Diretora Técnica do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo

Ieda Pimenta Bernardes
Diretora Técnica do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP

Flávio Ricci Arantes
Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa

Marcelo Antônio Chaves
Coordenação Geral/Editor Responsável

Solange Aparecida Moraes Ananias
Coordenação Executiva

Versão Especial Impressa

Revisão e adequação de suporte

Marcelo Antônio Chaves
Solange Aparecida Moraes Ananias
Kátia Regina Barbosa
Luciano Renato Gonçalves
Gustavo Brambilla

Diagramação

Colaboradores da Equipe de Editoria/CDAP
Andrea Delmiro Oliveira
Mayara Oliveira da Silva (estagiária)

Colaboradores do Núcleo de Comunicação
Fernanda dos Santos (diretora)
Dalete Rodrigues Dias
Guilherme Maceno Sales (estagiário)
Karine Pinto Silva (estagiária)

Edição Original Online

Equipe Editorial

Erick Scheffer Moreira da Silva
Felipe Cortinas G. dos Santos (estagiário)
Kátia Regina Barbosa
Marcelo Antônio Chaves
Rodolfo Martins Candido
Solange Aparecida Moraes Ananias

WebMaster

Cintya Takahaschi

Criação Gráfica/Núcleo de Comunicação

Dalete Rodrigues Dias
Maria Rita da Rosa Rodrigues Alves

Versão especial impressa

Revista do Arquivo

Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo

São Paulo

Ano II - Nº 4

ISSN 2447 - 908X

Publicação no suporte online em abril de 2017

REVISTA DO ARQUIVO

Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo

ISSN 2447- 908X- publicação no suporte online

Ano II- Nº 4 - Abril de 2017

Capa

Imagens extraídas do fundo Júlio Prestes - Criação do Núcleo de Comunicação / APESP

Índice

Páginas Iniciais	2
Expediente	4
Editorial	6
Apresentação	8

Artigos

Os Arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq

Bruna Pimentel Lopes, Georgete Medleg Rodrigues	10
---	----

Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso

Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Patrícia Ladeira Penna Macêdo, Camilla Campoi de Sobral.....	23
---	----

Arquivos pessoais de homens públicos em abordagens diversas

Silvana Goulart.....	34
----------------------	----

De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos

Sonia Troitiño.....	41
---------------------	----

O Fundo Júlio Prestes de Albuquerque no Arquivo Público do Estado de São Paulo: reflexões sobre o processo de trabalho

Márcia Beatriz Carneiro Aragão.....	49
-------------------------------------	----

Líderes e cidadãos: onde termina o homem público e tem início a vida privada nos documentos de arquivos de políticos?

Elisabete Marin Ribas	55
-----------------------------	----

Acervos privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: uma visão sobre os fundos institucionais

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano	67
---	----

Arquivos pessoais, disponibilização e acesso na Web: o caso do CPDOC

Renan Castro.....	79
-------------------	----

Estudo de identificação tipológica de diploma em arquivo pessoal Alexandre Faben Alves, Maria Celina Soares de Mello e Silva	92
Diálogo entre amigos: análise filológica e linguística da correspondência entre Washington Luís e Júlio Prestes de Albuquerque Verena Kewitz	104
Acervos teatrais paulistanos: presente e futuro em jogo Elizabeth R. Azevedo.....	115
Um panorama da história social e política de São Paulo da ascensão à queda de Júlio Prestes (1909-1930) Edilene Toledo.....	143
Intérpretes do Acervo	
O filólogo nos arquivos: em busca de pistas sobre formas de linguagem: Conversa com Verena Kewitz	151
Prata da Casa	
Núcleo de acervo textual privado: revelando desafios do tratamento técnico	167
Vitrine	
Carta: “Minha saudosa namorada”	178
O acervo documental da Emplasa: Para conhecer e divulgar.....	182
Arquivo em Imagens	
A seção Arquivo em Imagens desta edição destaca alguns documentos icônicos representativos de arquivos privados custodiados pelo APESP	186

A *Revista do Arquivo* é o periódico eletrônico semestral do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tem por objetivos a disseminação de conhecimentos produzidos a partir de eixos centrais que articulam as instituições arquivísticas (gestão, preservação e acesso à informação) e das áreas que com eles fazem interfaces; e divulgação das atividades técnicas realizadas na instituição. A Revista manter-se-á fiel e alinhada à missão de sua instituição mantenedora.

Para consultar o expediente da edição original online nº 4, acesse:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/expediente.php

Conselho Editorial

Ana Paula Palamartchuk – UFAL
Aldrin Armstrong Silva Castellucci – UNEB
Andrea Casa Nova Maia – UFRJ
Anne G. Hanley – Northern Illinois University
Claudio Antonio Santos Monteiro – USS
Giselle Martins Venancio – UFF
Heloisa de Faria Cruz – PUC-SP
Jaime Rodrigues – UNIFESP
James Woodard – Montclair State
John French – Duke University
Luis Augusto Ebling Farinatti – UFSM
Luis Filipe Silvério Lima – UNIFESP
Magda Ricci – UFPA
Mara Regina do Nascimento – UFU
Meize Regina de Lucena Lucas – UFCE
Pedro Puntoni – USP
Robson Norberto Dantas – UESC
Temis Gomes Parente – UFTO
Tiago Luís Gil- UNB
Vítor Wagner Neto de Oliveira – UFMS
Viviane Trindade Borges- UDESC

Autor Corporativo

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Rua Voluntários da Pátria, 596 – Santana
CEP 02010-000 São Paulo – SP

Publicação

Em português; periodicidade semestral

Editorial

Todo arquivo é fragmento: de fatos, atividades e vidas. Todo arquivo é substrato de seleções e circunstâncias imponderáveis. Os arquivos privados de personalidades públicas impõem desafios a quem pretende organizá-los. No princípio, o caos. Amontoado de registros distantes dos seus contextos de produção, documentos sem vínculos explícitos, destituídos de sentidos: cartas românticas, um despacho burocrático, processo judicial, livros técnicos e de arte, poemas, rascunhos de discursos, recortes de jornais, referência a uma Maria... uma mecha de cabelos! Não há um político, um advogado, um fazendeiro, um esposo, ou um poeta. Há uma pessoa e muitas profundezas de vidas. Aos profissionais de arquivo cabe a missão de “colar” esses fragmentos documentais para que, por fim, se vislumbre um “rosto” inteligível, não de um homem, mas de um tempo.

Este inspirado texto de abertura da exposição “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha: o arquivo privado de um homem público”,¹ expressa em poucas palavras alguns dos desafios enfrentados pelos profissionais de arquivo diante da tarefa de dar sentido aos fragmentos documentais dos arquivos privados nas instituições de custódia.

Ao escolher o tema ARQUIVOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO para esta edição da Revista do Arquivo, os editores chamam a atenção para a necessidade de elaboração de políticas de preservação de acervos dessa natureza no Brasil e de definições legais mais claras que regulamentem com maior eficácia as questões situadas nos interstícios das esferas do público e do privado. De acordo com Lopes & Rodrigues, as definições legais no Brasil são “pouco satisfatórias”.² Citando Manuel Vásquez, Sônia Troitino sugere que “a adoção de uma política arquivística não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, sendo igualmente passível de ser formulada por entidades de qualquer natureza ou origem”³.

Afinal, os arquivos privados são componentes importantes para as pesquisas científicas e para a cultura em geral. Ou, nos dizeres de Oliveira, Macêdo & Sobral⁴, são “produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica”. Exemplos confirmadores dessa assertiva podem ser facilmente acessados em portais eletrônicos como o do Museu de Astronomia ou a Casa Rui Barbosa, ambos no Rio de Janeiro.

Sabemos que se trata de luta difícil se atentarmos para a dramática situação em que se encontram até mesmo arquivos públicos de todo país. Mas, há motivos para renovarmos a esperança por tempos melhores, afinal, alguns dos artigos aqui publicados situam a década de 1970 como o período em que importantes iniciativas acontecem no Brasil em relação à preservação de arquivos privados. De lá para cá já não são poucas as experiências de sucesso que viraram referências para nós: podemos citar o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP), a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Museu de Astronomia, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o próprio acervo do APESP, que cresceu nos últimos 20 anos, fato corroborado pelo artigo de Márcia Pazin.⁵ Isso só para citarmos as instituições que nesta edição da Revista se fazem representar por meio de seus articulistas.

¹ Essa exposição esteve em cartaz no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no período de 05 de abril a 17 de junho de 2016. Edição virtual dessa exposição pode ser acessada no site do APESP: http://200.144.6.120/exposicao_julio Prestes/index.php

² Ver artigo Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações nesta edição.

³ Ver artigo De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos nesta edição.

⁴ Ver artigo Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso nesta edição.

⁵ Ver artigo Acervos Privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: uma visão sobre os fundos institucionais nesta edição.

Além do mais, também nos alentam os impulsos às políticas de arquivos com os visíveis impactos positivos para esta causa a partir da implementação de dispositivos decorrentes da Lei 12.527/2011, que tem acionado instâncias do judiciário e de órgãos de controle, além de tribunais de conta.⁶ Assim, esperamos que essa boa onda que estimula a criação e organização dos arquivos públicos, em várias esferas, também sensibilizem gestores públicos e privados para a importância dos arquivos privados de interesse público. Para o bem da ciência e da construção da nossa história.

Marcelo Chaves

⁶ O Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP) acumula muitas experiências que confirmam essa expectativa. Consultar: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao>

Apresentação

Artigos

A Revista do Arquivo, nesta quarta edição, segue perseguindo o seu intento de revelar dimensões e profundezas do pensar sobre essa insólita atividade, cujo centro de gravidade gira em torno de acervos documentais: invisível, maltratada, indispensável, inusitada, repugnante, atraente, minimalista e grandiosa. Labiríntica, sem fundo, reveladora, ousa almejar a eternidade e a ordem no caos.

Os artigos deste número são frutos de memorável seminário realizado em abril de 2016 no APESP¹ e também de resposta ao chamado da revista. Produção de tantos que apaixonadamente se entregam ao ofício em arquivos e centros de documentação.

Do referido seminário, brotou singelo texto de Elisabete Ribas que nos instiga a refletir sobre a ilusão provocada pelas imagens sem contexto e peculiaridades decorrentes da diversidade típica dos arquivos privados; Silvana Goulart nos brinda com um texto didático em que expõe sobre organização de dois arquivos de personalidades públicas, em tempos distintos, em que, a partir de experiência própria, flagra a evolução das práticas arquivísticas desde a década de 1980; a partir do eclético e multifacetado acervo do CEDEM, Sônia Troitino reflete sobre um dos grandes problemas dos arquivos, especialmente daqueles especializados em documentos privados: política de formação de coleções e acervos (ou, a falta dela); Renan Castro expõe o seu entusiasmo ao narrar o sucesso na implantação de sistema informatizado de instituição que experimentou o pioneirismo em organização de arquivos privados de interesse público; o mesmo seminário revelou o talento de Márcia Aragão que compôs a equipe organizadora do Fundo Júlio Prestes e que agora nos apresenta aspectos desse desafio.

Mas, não para por aí: o seminário nominado com o provocante título de “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha...” nos enriqueceu com a panorâmica abordagem de Edilene Toledo sobre o efervescente e prodigioso período histórico que marcou a trajetória do produtor do Fundo que foi objeto principal daquele evento. E mais: convidamos o leitor a saborear as reflexões da linguista Verena Kewitz que nos revela o olhar especial e característico dos filólogos que se debruçam sobre os arquivos em busca de detalhes inusitados sobre as transformações da língua portuguesa ao longo do tempo.

A Revista do Arquivo se orgulha ainda de ter o seu chamado atendido por autoras como Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Patrícia Ladeira Penna Macêdo e Camila Campoi de Sobral que nos instigam à reflexão sobre melindrosos aspectos em relação à política de aquisição e a questão do acesso aos arquivos privados; Bruna Pimentel Lopes e Georgete Medleg Rodrigues a revelar aspectos interessantes do processo que culminou na Lei de Arquivos de 1991, no que tange aos arquivos privados de interesse público. Ao apontar incongruências na caracterização dos arquivos privados custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, apoiada em alguns dos reconhecidos autores da ciência arquivística, Márcia Pazin indica importantes elementos para reflexão sobre o assunto. Acervos de pesquisas científicas são objetos de estudos de espécies e tipologias documentais realizados por Alexandre Faben Alves e Maria Celina Soares de Mello e Silva, que apresentam resultados parciais baseados em análise de diplomas de reconhecido ornitólogo.

Por fim, a seção de artigos da Revista do Arquivo apresenta o trabalho de Elisabete Azevedo que traça interessante panorama sobre a situação dos acervos dos teatros paulistanos. Vale conferir.

¹ “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha. Arquivo privado de um homem público”. Seminário realizado no APESP em 05 de abril de 2016.

Intérpretes do acervo

A nossa intérprete é Verena Kewitz, filóloga, Professora Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ela que há mais de 20 anos garimpa o nosso acervo manuscrito em busca de pistas reveladoras de preciosidades sobre a nossa língua portuguesa. Uma entrevista inesquecível!

Prata da Casa

Claro, não podia ser outra: a equipe do Núcleo de Acervo Textual Privado traz à luz interessantes informações de bastidores sobre os desafios cotidianos de quem vive a experimentar a organização de distintas tipologias de arquivos privados.

Arquivo em imagens

Os aficionados em imagens terão ao seu dispor alguns flashes iconográficos de alguns dos arquivos privados do APESP.

Vitrine

Convidamos os leitores a conhecer a esplêndida experiência de organização de acervo documental e bibliográfico da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA). Esse é para ler e divulgar!

Para deliciar e se informar: uma instigante carta para uma namorada em plena revolta paulista em maio de 1932 nos faz mergulhar em ambiente do passado. Política, receita farmacológica e cotidiano. Vocês vão gostar (e a nossa entrevistada Verena Kewitz vai amar).

Ou seja, uma edição para se informar, se formar e desfrutar!

Artigo

OS ARQUIVOS PRIVADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DO ANTEPROJETO DA LEI DE ARQUIVOS ÀS REGULAMENTAÇÕES DO CONARQ

Bruna Pimentel Lopes*

Georgete Medleg Rodrigues**

Resumo:

Este artigo busca refazer a trajetória histórica da legislação sobre os arquivos privados no Brasil no contexto de uma legislação que busca também enquadrar o patrimônio arquivístico, destacando o processo de concepção e tramitação da Lei 8.159/91. Para tanto, utiliza como fonte de pesquisa documentos sobre o tema, além do dossiê do Projeto de Lei 4895/1984. Problematiza a inexistência de uma política de arquivos até a década de 1980 e as contradições do texto no que diz respeito ao acesso e uso de acervos privados. Conclui que durante muito tempo o Estado foi omissivo na preservação do patrimônio arquivístico e nas vezes em que apresentou soluções para a questão, houve um choque de competências entre o Arquivo Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por fim, a Lei de Arquivos de 1991 apresenta diretrizes pouco satisfatórias quanto à proteção, acesso e utilização de fontes de informação oriundas de arquivos privados.

Palavras-chave: Arquivos privados. Lei de arquivos. Patrimônio arquivístico.

Abstract:

This article seeks to retake the historical trajectory of the legislation on private archives in Brazil according to the context of legislation that also seeks to frame the archival heritage, highlighting the process of conception and procedure of Law 8.159 / 91. Therefore, it uses as research source documents on the subject, in addition to the dossier of bill 4895/1984. It problematizes the inexistence of a policy of archives until the decade of 1980 and the contradictions of the text with respect to the access and use of private collections. It concludes that for a long time the State was silent on preserving the archival heritage and in the times when it presented solutions to the question, there was a clash of competencies between the National Archives and the National Historical and Artistic Heritage Institute. Finally, the 1991 File Law presents unsatisfactory guidelines regarding the protection, access and use of information sources from private archives.

Keywords: Archival patrimony. Law of archives. Private archives.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília- UnB.

** Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV – Sorbonne). Professora do Curso de graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB.

Considerações iniciais

Arquivos econômicos, sociais e pessoais são alguns exemplos de arquivos privados que, de forma genérica, dizem respeito a um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas em virtude de suas atividades. Oriundos de registros relacionados às ações funcionais, administrativas, profissionais ou pessoais, os arquivos privados apresentam grande variedade de suportes documentais e, na maioria das vezes, compõem fontes de informação de caráter inédito para a pesquisa histórica (BELLOTTO, 2006; BRASIL, 1991).

No Brasil, o acesso a esse tipo de registro sempre foi uma questão complicada. Por mais que as constituições mais recentes assegurassem o direito à informação, a consulta a esses documentos se deu de forma gradativa e, inicialmente, esteve vinculada às políticas internas das instituições detentoras de acervos arquivísticos (COSTA, 1998).

Desde a década de 1980 é notável o crescimento no interesse de historiadores e jornalistas por fontes de caráter privado. No entanto, a falta de leis específicas que norteassem o acesso e o uso dessas informações tornava o processo de pesquisa dificultoso, uma vez que a disponibilização ou não dos documentos ficava a critério dos diretores das entidades responsáveis pelos arquivos. Segundo Gilson Antunes, até aquele momento, os arquivos privados encontravam-se totalmente dispersos e desorganizados (ANTUNES, 1987; COSTA, 1998).

Tais empecilhos demonstravam a necessidade de uma Lei Geral de Arquivos. Numa tentativa de solucionar o problema, ainda em 1980, foi nomeada uma comissão pelo Arquivo Nacional com o objetivo de realizar um levantamento sobre a questão legal dos arquivos no Brasil e produzir um anteprojeto que seria posteriormente submetido à apreciação dos poderes executivo e legislativo (FRANCO, 1984).

A Lei 8.159/91, mais conhecida como Lei de Arquivos, foi promulgada após um longo processo administrativo e legislativo, sendo alvo de várias discussões entre pesquisadores, historiadores e políticos ligados ao parlamento brasileiro na época, principalmente no que se refere às contradições do texto relacionadas às esferas pública e privada (BRASIL, 1984, 1991; SILVA, 2003).

Feitas essas considerações iniciais, este artigo pretende recuperar a trajetória de produção e tramitação da Lei de Arquivos no Brasil destacando, especialmente, os debates ocorridos e relacionados à preservação de arquivos privados em âmbito nacional. Cabe-nos, desse modo, traçar um panorama dos instrumentos legais que disciplinavam o acesso a esses arquivos desde o surgimento do Arquivo Nacional (AN), em 1838, até a promulgação da política nacional de arquivos públicos e privados em 1991. Para tanto, utilizamos como fonte de pesquisa diversos documentos e publicações sobre a temática, destacando-se a consulta ao dossiê completo e digitalizado do Projeto de Lei 4895/1984, que deu origem à Lei 8.159/91 e que se encontra disponível no site da Câmara dos Deputados, além da busca de reportagens sobre o processo de tramitação da normativa, mais especificamente o período entre 1984 a 1991, na Hemeroteca Digital Brasileira, que nos remeteu aos registros do Jornal do Brasil, importante fonte de informação sobre o contexto social e político da época.

Por fim, cabe ressaltar que as ideias aqui apresentadas são resultado da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Primórdios da proteção do patrimônio arquivístico brasileiro

No Brasil, a concepção de instrumentos legais para a preservação dos documentos de natureza arquivística pode ser observada, a princípio, por meio da criação do Arquivo Nacional (AN) em 1838. Vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o AN, anteriormente denominado de Arquivo Público do Império, surgiu com atribuições ligadas ao governo, possuindo três seções: Legislativa, Administrativa e Histórica. Dentre as funções do último conjunto documental encontrava-se a proteção dos papéis originais dos contratos de casamento do imperador, príncipes e princesas imperiais, bem como atos de casamento, batismo e óbito da nobreza, registros de natureza pessoal, além das correspondências dos presidentes das províncias, cujo conteúdo fosse de interesse para o Império (BRASIL, 1838).

Nesse contexto, a salvaguarda dos registros era praticada, sobretudo, com a finalidade de legitimar as ações do Estado e auxiliar na construção da identidade nacional. Mesmo após uma reforma em 1876¹ e a ampliação do rol de documentos a serem preservados, o AN permaneceu com as características iniciais, atendo-se à proteção dos papéis produzidos e recebidos pelo poder público (MATTAR, 2003).

Bastos (1989) destaca que o Império desenvolveu uma metodologia para arquivamento de documentos administrativos que até hoje influencia as atividades desenvolvidas no AN. Segundo o autor, a instituição não possuía consciência arquivística e os registros não receberam tratamento técnico adequado. O resultado desses equívocos pode ser identificado através da análise da primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, que não faz qualquer menção ao processo de arquivamento de documentos no país.

As Constituições de 1934 e 1937, por sua vez, também não fazem nenhuma alusão à temática. Fica claro que não havia como prioridade a fixação de uma política documental naquele momento, no entanto, as Cartas Magnas apontavam a necessidade de preservação do patrimônio histórico (BASTOS, 1989). A partir disso, o Estado brasileiro produziu o primeiro dispositivo relacionado à proteção de bens culturais (SILVA, 2011). O Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 trouxe novas diretrizes para a organização e defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, definindo-o como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Para que tais ações fossem efetivadas, inicialmente, foi instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), posteriormente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entidade responsável pelo registro das obras nos quatro livros do tombamento: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937).

Embora não estejam listados no rol de bens móveis e imóveis que podem ser tombados, tal figura também pode ser aplicada aos documentos (MATTAR, 2003), pois, de acordo com a normativa, no Livro Histórico podem ser inscritas as coisas que são de interesse histórico e as obras de arte, o que insere os acervos arquivísticos nesta categoria (SILVA, 2011). Além disso, na época da publicação do decreto, não havia diferenças conceituais sobre acervos bibliográficos e documentais, de modo que os acervos documentais correspondiam às seções de manuscritos localizadas em bibliotecas públicas e privadas. Assim, “ao referir-se aos acervos bibliográficos, o legislador pensava também nos documentos de valor histórico e cultural, como aliás ficou demonstrado pela evolução posterior da legislação” (SOLIS & ISHAQ, 1987, p. 186).

¹ A reforma será promovida através do Decreto nº 6.164, de 24 de março de 1876.

Com a promulgação da Constituição de 1946, teremos a primeira referência legal relacionada à proteção documental. É a partir deste período que são iniciadas as discussões sobre o valor histórico dos documentos, bem como suas características enquanto acervo arquivístico (BASTOS, 1989). Embora tenha expressado tal preocupação, Moreira (1990) disserta que o Estado não colocou em prática medidas que auxiliassem o AN na preservação e conservação de documentos sob sua guarda, além de não determinar recursos técnicos e financeiros para o órgão e não promover debates em torno da criação da lei geral de arquivos.

Neste cenário, tem-se, inclusive, a primeira iniciativa de preservação dos arquivos privados através do Decreto-lei 8.534 de 02 de janeiro de 1946, que determina à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), antiga denominação para o IPHAN, “a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil” (BRASIL, 1946). Para Rodrigues (1982), essa decisão constituiu em um erro gravíssimo, uma vez essas atribuições eram próprias do AN.

Nessa fase surgem, ainda, as preocupações com os arquivos enquanto instituições memoriais dos homens públicos e de escritores. Bastos observa que “estes arquivos de natureza privada são exclusivos de pessoas físicas, e ficaram ao descoberto do princípio constitucional de 1946” (BASTOS, 1989, p. 23).

Dentro dessas circunstâncias, em 1958, o Arquivo Nacional aprova um novo regimento, “estabelecendo um corte na normativa que vinha sendo adotada desde os primórdios da instituição” (MATTAR, 2003, p. 20). Neste momento, podemos observar algumas ações por parte do órgão relacionadas à preservação do patrimônio arquivístico de natureza privada, uma vez que lhe competia, por exemplo:

V- Promover a execução de um plano de reprodução em microfilme, dos documentos de valor histórico, de propriedade de arquivos nacionais públicos e privados, e de arquivos estrangeiros; VI- Organizar o registro nacional de arquivos codificando informes sobre os arquivos públicos e privados que apresentem interesse histórico; VII- Prestar assistência técnica aos arquivos nacionais, públicos e privados, no que concerne à administração de arquivo (BRASIL, 1958, grifo nosso).

Durante esse período o AN estava sob direção do historiador José Honório Rodrigues, que já apontava a necessidade de se elaborar uma lei geral que nortearia a gestão de arquivos no Brasil. De acordo com seus relatórios administrativos, somente tal legislação asseguraria as ações de preservação, seleção e eliminação de documentos no âmbito do poder público e daria eficácia às decisões tomadas pela instituição. Por essas motivações, constituiu-se uma comissão para a elaboração de um anteprojeto de lei em 1962, mas que não chegou a ser encaminhado ao Legislativo (FRANCO, 1986).

Os arquivos privados como fonte de pesquisa histórica

Apesar do ritmo lento e quase imperceptível, Moreira (1990) observa que a partir da década de 1960 inicia-se, de fato, o despertar nacional para a importância da preservação do patrimônio arquivístico público e privado. Tal percepção foi influenciada pelos rumos da pesquisa histórica no Brasil, marcada pelo fenômeno do *brasilianismo*², momento em que estudiosos perceberam as dificuldades relacionadas ao acesso aos arquivos públicos, estaduais, municipais e particulares, alertando, inclusive, o meio acadêmico sobre a necessidade de consulta aos arquivos privados durante a construção da história recente do Brasil. Além disso, “as novas ten-

² Segundo Carrizo, “o termo *brasilianista* foi usado pela primeira vez no Brasil por Francisco de Assis Barbosa na apresentação do livro “Brasil: de Getúlio a Castelo Branco” de Thomas Skidmore em 1969, como uma maneira de identificar um estudioso de outra nacionalidade que se interessou pelo Brasil” (CARRIZO, 2007, p. 9).

dências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental da nação, incluindo-se a preservação dos arquivos privados” (MOREIRA, 1990, p. 69).

Segundo Bastos (2005) a necessidade de construção de uma política para os arquivos públicos também pode ser percebida após a Constituição de 1967/69, pois, durante a ditadura militar, houve um aumento na produção de documentos resultantes de investigações criminais de cidadãos, militantes ou políticos, como também documentos administrativos decorrentes dos mais variados tipos de censura que, posteriormente, ficaram sob a guarda do AN³. Com o movimento de abertura dos arquivos, iniciaram-se os pedidos de abertura à consulta a essas informações, o que tornou latente a indispensabilidade de uma política nacional de arquivos para a administração federal.

Dreifuss (1986), por sua vez, ao dissertar sobre a trajetória de sua pesquisa no Brasil em 1976, relata que, até aquele momento, não havia instrumentos que auxiliassem na localização de acervos públicos e/ou privados no país, visto que inexistia um catálogo geral de arquivos, por exemplo. Além disso, a carência de leis que regulamentassem a gestão arquivística dificultava o acesso a esses registros. Era crucial, portanto, de acordo com esse autor, uma normativa que disciplinasse o acesso e uso das informações a fim de viabilizar o desenvolvimento científico no país.

Desse modo, segundo Moreira (1990), os anos 1970 foram marcados pela criação de centros de documentação que têm como principal finalidade a preservação de documentos contemporâneos, sobretudo registros do período republicano e, especialmente, os de caráter privado. Ainda de acordo com a autora, esses novos centros podem ser divididos em dois grandes grupos: o primeiro corresponde às instituições vinculadas às universidades, cujo acervo é constituído de conjuntos documentais não-orgânicos e decorrentes de temas e linhas de pesquisa e, o segundo, refere-se aos centros que definiram previamente o conteúdo do seu acervo tendo em vista um período histórico ou conjuntos documentais oriundos de pessoas ou instituições. Nessa direção, Costa (2006), acrescenta que o último grupo visava preencher uma lacuna decorrente da inexistência de uma política nacional de arquivos, promovendo, também, o desenvolvimento da historiografia no Brasil. Inclui-se, nessa categoria, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Ainda naquela década, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, por meio da lei 6.757 de 17 de dezembro de 1979, que se propunha a prestar atividades relacionadas ao inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização de bens de valor cultural e natural, buscando dar maior agilidade às ações desenvolvidas pelo SPHAN (REZENDE; GRIECO; THOMPSON, 2015), o que expandiu ainda mais as noções de patrimônio arquivístico, especialmente, em relação aos arquivos privados (SILVA, 2011).

Paralelamente a essas ações, o então diretor do AN, Raul do Rego Lima, realizou algumas tentativas para o fortalecimento do órgão. A promulgação do Decreto-lei nº 200/67, que determinava novas regras para a organização da Administração Federal, permitiu a criação do Sistema de Serviços Gerais (SISG) em 1975, o que tornou o AN a instituição gestora dos processos e documentos no país. Além disso, pelo Decreto nº 82.308/78, foi fundado o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com o propósito de assegurar a preservação de documentos do poder público tendo em vista seu caráter histórico e informativo (FRANCO, 1986).

Franco (1986) observa ainda que “essa dualidade de sistemas criou uma contraposição a todas as políticas de arquivos internacionalmente consagradas” (FRANCO, 1986, p. 35), de modo que a viabilização de uma

³ É válido ressaltar que os documentos de caráter sigiloso ficaram restritos à administração militar (BASTOS, 2005).

Lei de Arquivos exigia a reformulação das diretrizes do Decreto-lei nº 200/67 e a produção de uma legislação maior, com aspectos conceituais e linhas de competência bem definidas.

Em 1980, a então diretora do Arquivo Nacional, Celina Franco, afirmou que o órgão era essencial para a articulação da política nacional de arquivos. Considerando este cenário, em setembro do mesmo ano, foi nomeada uma comissão incumbida de apresentar sugestões legislativas sobre o tema e realizar um levantamento sobre a problemática legal dos arquivos no Brasil. O grupo de trabalho⁴ foi composto por: Joairton Martins Cahú, João de Deus Menna Barreto, Arthur Pereira de Castilho Neto, Maria Amélia Porto Migueis, Aurélio Wander Bastos e Rui Vieira Cunha (FRANCO, 1984, 1986).

Percursos da Lei de Arquivos: o (des) prezo aos arquivos privados

Após diversas reuniões, em 1981, foi publicado, no Diário Oficial da União, o anteprojeto da lei de arquivos. No entanto, “muitas sugestões foram incorporadas a ele e, em 4 de outubro de 1982, o documento foi apresentado pelo Ministro da Justiça por ocasião do Seminário de Arquivos LatinoAmericanos e encaminhado à Presidência da República” (FRANCO, 1986, p. 35)

Bastos (2005) disserta que a definição desta lei de arquivos pautava-se no estabelecimento de políticas para os arquivos privados, especialmente os de interesse público. Além disso, o anteprojeto baseava-se no processo de racionalização e modernização da administração pública federal, que precisava definir uma estrutura legal para as atividades desenvolvidas no âmbito do Arquivo Nacional e da necessidade de conformar essa instituição às modernas teorias e práticas arquivísticas, direcionadas para as ações de controle da informação (FRANCO, 1984).

Acompanhando essa dinâmica e, de acordo com Franco (1985), a proposta definia os arquivos privados como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação” (FRANCO, 1985, p. 3), prevendo uma classificação para os documentos que constituíssem arquivos privados que fossem de interesse público e a criação de um Registro de Arquivos Privados, atividades que seriam realizadas pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 1984).

Tal classificação seria parte de um reconhecimento do Estado pela relevância e pelo interesse público por tais conjuntos documentais. No entanto, esses acervos não estariam sujeitos a qualquer tipo de transferência ou recolhimento automático para instituições públicas (BRASIL, 1984; FRANCO, 1987). As garantias restringiam-se somente à impossibilidade de exportação ou transferência dos acervos para o exterior e ao direito de preferência no caso de alienação à preservação do patrimônio documental (FRANCO, 1984).

De acordo com a notícia veiculada no Jornal do Brasil, ainda em 1984, mesmo transcorridos quatro anos de estudos e discussões, que culminaram em 14 versões diferentes do documento, muitos foram os erros cometidos na elaboração do documento. O maior desses equívocos, segundo a matéria do Jornal do Brasil, foi não esclarecer a diferença entre o que é, de fato, público e o que é propriedade particular, visto que “qualquer ambiguidade nessa conceituação poderia transformar muitos arquivos privados em alvo do autoritarismo de burocratas que gostariam de ver toda a memória nacional estatizada” (JORNAL DO BRASIL, 1984c, p. 10).

⁴ Bastos, por sua vez, relata que a comissão foi “composta por Celia Vargas do Amaral Peixoto, Arthur Castilho, Humberto Mena Barreto, Maria Amélia Miguez e Aurélio Wander Bastos. Mais tarde foram designados, para esta Comissão, Jaime Antunes e Rosalina Corrêa de Araújo, como relatora interna” (BASTOS, 2005, p. 103).

Apesar disso, após algumas considerações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Estado-Maior das Forças Armadas, bem como das diferentes entidades da sociedade civil, em 3 de dezembro do mesmo ano a Presidência da República encaminhou o anteprojeto ao Congresso Nacional (FRANCO, 1986).

Como esperado, as discussões sobre a formulação de políticas relacionadas à preservação dos arquivos privados não cessaram após a submissão do anteprojeto ao Congresso Nacional. Durante o I Encontro de Arquivos Privados da Região Sudeste, o tema foi novamente debatido por Celina Moreira Franco, Aurélio Vander Bastos e Gilson Antunes (JORNAL DO BRASIL, 1984a, 1984b, 1984c).

Franco, em 1985, numa possível tentativa de justificar a definição dos arquivos privados no anteprojeto, disserta que tal figura jurídica baseava-se na legislação francesa e que corresponde ao reconhecimento pelo Estado de que alguns documentos privados podem ser de interesse para a sociedade dadas as suas características ou formas de produção (FRANCO, 1985).

De acordo com o dossiê do Projeto de Lei 4895/1984, disponibilizado pela Câmara dos Deputados, em 13 de março de 1985, a Comissão de Constituição e Justiça votou pela constitucionalidade e juridicidade da proposta. Ao chegar ao parlamento, o texto sofreu algumas modificações. Segundo a sexta proposta de ementa constitucional, o Conselho Nacional de Arquivos (CONAR) seria o órgão responsável pela identificação e deliberação do registro de arquivos privados classificados como de interesse público (BRASIL, 1984).

Tal alteração foi justificada pelo deputado José Eudes ao entender que a definição de interesse público se baseia na natureza sensível das relações entre o público e o privado e que essas decisões deveriam ser realizadas por um corpo colegiado que expressasse as diversas opiniões do Estado e da Sociedade, sugestão que foi acatada em plenário (BRASIL, 1984). Além disso, ainda de acordo com o deputado José Eudes, era preciso garantir formas de acesso às informações de arquivos privados classificados como de interesse público. Segundo o parlamentar, esses acervos deveriam ser abertos à consulta, tendo em vista a promoção de convênios estabelecidos com o Arquivo Nacional ou entidades estaduais ou municipais equivalentes, porém, sua proposta foi rejeitada (BRASIL, 1984).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o processo ficou parado na Câmara dos Deputados por quase quatro anos, sendo a discussão retomada apenas em 1989. Conforme o relator da comissão, Horácio Ferraz, “face às proposições da Nova Carta Constitucional, o projeto apresentado em 1984 revelou-se pela ausência de alguns pontos que nos parecem substanciais, e que ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram amplamente debatidos e consagrados” (BRASIL, 1984, p. 57).

Como o texto constitucional reafirmava o direito irrestrito à informação, ressaltando-se a garantia do sigilo imprescindível à privacidade do cidadão, tornou-se necessária a reestruturação da matéria sob novo ponto de vista arquivístico e jurídico e, conseqüentemente, a submissão de um projeto substitutivo à Comissão. A partir do novo texto, os arquivos privados foram definidos como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1984), sendo o acesso a esses acervos, franqueado por autorização de seus proprietários ou possuidores. Entretanto, como destacado por Rodrigues (2011), três emendas (6, 7, 10) foram feitas ao projeto, especificamente no artigo 10, que se referia aos arquivos privados, passando do Arquivo Nacional ao CONARQ a responsabilidade de classificar os arquivos privados como de interesse público, bem como ressaltando que “essa classificação não implicaria necessariamente sua transferência para arquivos públicos” (RODRIGUES, 2011, p. 270). Em 14 de dezembro de 1990, o projeto foi submetido à consideração do Senado Federal e, posteriormente,

transformado na Lei 8.159/91, mais conhecida como Lei de Arquivos, em vigência desde 08 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1984).⁵

Percalços da Lei 8.159/91: (des) proteção aos arquivos privados

Paralelamente ao percurso da Lei de Arquivos, em 1985, também tramitava uma outra proposta de preservação dos arquivos privados: a criação do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (JORNAL DO BRASIL, 1985a). Vinculado à então Fundação Nacional Pró-Memória⁶, o Pró-Documto surgiu em 1984, funcionando até meados de 1988 e seu principal objetivo era identificar acervos privados de interesse histórico, garantindo sua proteção e acesso (MOLINA, 2016).

Na matéria citada anteriormente, o Jornal do Brasil apontava que:

A existência simultânea dessas duas propostas traz à tona as contradições e dualidades da legislação existente, que desde a década de 30 sobrepõe às atribuições do Arquivo Nacional as do Patrimônio Histórico, também responsável, pelo menos em parte, pela documentação brasileira. O conflito de competências é um caminho para a dispersão de políticas de arquivos – sem a qual não vingarão, na medida do necessário, século e meio de esforços para que deixe de ser apenas um artigo que se repete, sem consequências práticas, à edição de cada novo texto constitucional (JORNAL DO BRASIL, 1985a, p.10).

De fato, a existência dos dois projetos não se deu concomitantemente. Entretanto, a aprovação da Lei de Arquivos em 1991 não trouxe grandes avanços para a problemática de preservação dos arquivos privados.

Garcia, ainda em 1987, período em que o projeto de lei tramitava na Câmara dos Deputados, nos chamou a atenção para o fato de que a formulação de uma legislação arquivística necessitava do estabelecimento de limites das relações entre o público e o privado. Tal determinação tornariam claros os direitos e deveres do Estado e dos detentores de acervos particulares, indicando, por exemplo, se os proprietários dos arquivos poderiam decidir ou não sobre a sua destruição, abertura e/ou alienação (GARCIA, 1987). Segundo Lissovsky (2003), as delimitações entre o público e o privado são alvo permanente de disputas e a proteção dos arquivos privados torna-se, neste caso, apenas um modo de definir as fronteiras entre os dois campos, bem como as regras de trânsito e transigência entre eles.

Tendo em vista a sua relevância para a pesquisa história e para o desenvolvimento científico nacional, a Lei de Arquivos prevê que o Poder Público pode identificar arquivos privados como de interesse público e social (BRASIL, 1991). A intervenção pública, concebida pela figura do Estado, na propriedade privada pode ser exemplificada pelo Decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 8.159/91 e traz diretrizes para a declaração de interesse público e social desse tipo de arquivo. Em seu 22º artigo, o Decreto estipula que os acervos privados de pessoas físicas ou jurídicas podem ser declarados de interesse social em virtude de sua relevância histórica e cultural, não implicando a transferência do conjunto documental para instituições arquivísticas públicas e/ou excluindo a responsabilidade de guarda e preservação do acervo por parte do seu detentor (BRASIL, 2002). Nesse mesmo ano o CONARQ, por meio da Portaria 66, de 13 de novembro, criou a Câmara Setorial sobre Arquivos Privados, com o objetivo de “estabelecer diretrizes e estratégias para a identificação de ar-

⁵ É importante lembrar que vários artigos da lei 8.159/91 referentes ao acesso e prazos de sigilo foram revogados em função da promulgação da lei de acesso à informação em 2011.

⁶ A Fundação Nacional Pró-Memória surgiu em 1979 e foi extinta em 1990 pela Lei nº 8.029, de 12 de abril. Posteriormente, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que integrou suas funções (REZENDE; GRIECO; THOMPSON, 2015).

quívos privados com vistas a sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais [...]”⁷

No ano seguinte, o CONARQ edita a Resolução nº 17, onde busca precisar o que seria a “declaração de interesse público”, isto é, seria a que “reflete a ação do Estado visando a sua preservação pelo seu valor histórico, probatório e informativo” e pode ser solicitada e autuada junto ao CONARQ. A declaração será concedida ou não com base no parecer realizado por uma Comissão Técnica de Avaliação, responsável por registrar algumas características do acervo, tais como: mensuração aproximada do acervo em unidades, metros lineares e/ou cúbico, estado de conservação dos documentos e um resumo do seu conteúdo e histórico (BRASIL, 2003).

No entanto, Silva (2011) disserta que a Lei de Arquivos nos parece contraditória ao não esclarecer quais são os aspectos que definem quando um acervo privado é ou não de interesse público e social. O Decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002 apenas esclarece que os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público, os arquivos presidenciais e os registros civis de arquivos de entidades religiosas são automaticamente declarados como de interesse público. A Resolução nº 17 do CONARQ, por sua vez, refere-se aos procedimentos relativos à declaração de interesse público e social, atendo-se, sobretudo, à composição da Comissão Técnica e às suas atribuições.

Além disso, essas normativas não fazem qualquer menção às formas e condições de consulta aos arquivos privados declarados como de interesse público. A exclusividade de proprietários na franquia do acesso a esses registros traz dois indícios: em primeiro lugar, muitas vezes há restrições ou impedimento total de consulta a esses documentos, o que impossibilita o desenvolvimento científico no país e, em segundo lugar, há uma omissão por parte do Estado no que diz respeito às garantias de acesso a essas informações, principalmente no caso de instituições públicas que custodiam arquivos privados (SILVA, 2011).

Considerações finais

Para que pudéssemos expor o percurso da Lei de Arquivos no Brasil era necessário retroceder e apresentar um panorama sobre a proteção do patrimônio documental no país. A partir do exposto, é possível perceber que até a década de 1980, o Estado brasileiro não tinha como prioridade a fixação de uma política que norteasse a gestão arquivística em âmbito público e/ou privado, o que expressa a indiferença do Estado quanto à preservação de registros desta natureza.

A discussão e o interesse pela normativa deve-se e muito, aos historiadores e pesquisadores que viam nos arquivos privados, uma fonte de informação riquíssima para seus estudos. Era clara a preocupação dessas entidades no que diz respeito à preservação e uso de tais fontes de informação. Apesar de expressarem o desejo de criação de uma legislação que amparasse a consulta e aos acervos arquivísticos, foi longo o período que esperaram para que tal vontade fosse concretizada.

É válido ressaltar, ainda, que o histórico de proteção do patrimônio arquivístico está cercado de embates entre o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Artístico Nacional, o que, conforme Bastos (1980), torna confusa a ordem jurídica desses documentos.

Essa situação assemelha-se ao percurso de tramitação do anteprojeto da Lei de Arquivos, encaminhado ao

⁷ Mais informações sobre essa Câmara e a íntegra da Portaria 66 estão disponíveis em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/camaras-setoriais/csap.html>>

Congresso Nacional em 1984, que foi cercado de conflitos e percalços, tendo em vista os diferentes desejos das pessoas envolvidas no processo. E, apesar de quase sete anos na esfera legislativa, muitas foram as críticas recebidas pelo texto final, haja vista os dados obtidos por meio dos estudos desenvolvidos desde aquela época até os dias atuais.

A discussão sobre a ineficiência ou eficácia da lei não é o escopo deste artigo, porém, é válido ressaltar que, no que tange aos arquivos privados, as definições apresentadas pela Lei 8.159/91 e a Declaração de Interesse Público e Social, estabelecida pela mesma legislação, pelo Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002 e disciplinada na Resolução nº 17 do CONARQ, nos parecem pouco satisfatórias.

De acordo com o CONARQ a Declaração é, ainda, um mecanismo de preservação e divulgação do acervo, porém, a promoção desses documentos nos parece incompatível à sua realidade, uma vez que, conforme foi mencionado, atualmente, proprietários e/ou instituições custodiadoras de arquivos privados de interesse público tornam-se livres para determinar o que pode ser consultado. Tal realidade pode ser modificada através da criação de uma política comum às instituições que detêm esse tipo de acervo e que determine como deverá ser realizado o acesso e uso dessas informações.

Referências

ANTUNES, Gilson. Mesa-redonda: acervos arquivístico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 171-185, 1987.

BASTOS, Aurélio. A ordem jurídica e os documentos e pesquisa no Brasil. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 p. 3-18, jan./abr. 1980.

_____. Comentário. In: DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

BASTOS, Aurélio; ARAÚJO, R. A legislação e a política de arquivos no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/v. 4, n. 2, 1989. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.4,%20n.2,%20jul,%20dez,%201989v.5,n.1,jan,1990.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BELLOTTO, Heloísa. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 4895/1984. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225181>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 4.073* de 03 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm> Acesso em: 20 jan. 2017

_____. *Decreto nº 44.862*, de 21 de novembro de 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44862-21-novembro-1958383895-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 82.308*, de 25 de setembro de 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Decreto-lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Decreto-lei nº 200*, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm> Acesso em: 17 de jan. 2017.

_____. *Decreto-lei 8.534*, de 02 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Lei nº 6.757*, de 17 de dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. *Lei nº 8.159*, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 06 nov. 2016

_____. *Regulamento nº 2*, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na secretaria de estado dos negócios do Império.

_____. *Resolução nº 17*, de 25 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=68&sid=46&tpl=printerview>> Acesso em: 20 jan. 2017.

CARRIJO, Maicon. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

COSTA, Célia Maria Leite. A política nuclear nos arquivos pessoais. In: ABREU, Alzira Alves de. *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.

DREIFUSS, René Armand. Ao arquivo, com carinho. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-32, 1986.

FRANCO, Celina. Não basta guardar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 7 jun. 1987.

_____. Por uma lei de arquivos para o Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 jul. 1985.

_____. Uma lei para os arquivos brasileiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 19 fev. 1984.

_____. Uma proposta radical de trabalho. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.21, 1986, p. 33-38.

GARCIA, Marco Aurélio de A. A memória nacional aprisionada. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 43-45, 1986.

JORNAL DO BRASIL. Definindo papéis. Rio de Janeiro, p. 10, 05 jan. 1985a.

_____. *Lance livre*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1984a.

_____. *Mau estado dos documentos ameaça pesquisa científica*. Rio de Janeiro, p. 8, 17 dez. 1985b.

_____. *Tome nota*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1984b.

_____. *Tópicos*. Rio de Janeiro, 16 out. 1984c.

LISSOVSKY, Maurício. Quatro + uma dimensões do Arquivo. In: MATTAR, Eliana. *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTAR, Eliana. Dos arquivos em defesa do Estado a Estado em defesa dos arquivos. In: MATTAR, Eliana. *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MOLINA, Talita. O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica- Pró-Documento: arquivos privados e o direito à memória (1984-1988). In: II Seminário Internacional em Memória Social, 2016, Rio de Janeiro. *Anais do II Seminário Internacional em Memória Social*. Rio de Janeiro: PPGMS/Unirio, 2016. v. 1. p. 1-8.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 66-74, 1990.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, v. 24, n. 1, p. 257-286, 2011.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SILVA, Jaime. Apresentação. In: MATTAR, Eliana (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Wysterley. *Arquivos de interesse público e social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos*. Niterói: UFF / PPGCI, 2011. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação.

SOLIS, Sydney S.F., ISHAQ, Vivien. Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, p.186-190, 1987

ARQUIVOS PESSOAIS E INTIMIDADE: DA AQUISIÇÃO AO ACESSO

Lúcia Maria Velloso de Oliveira*

Patrícia Ladeira Penna Macêdo**

Camilla Campoi de Sobral***

Resumo

O presente artigo busca abordar algumas questões sobre o reconhecimento de arquivos pessoais no contexto da intimidade e suas implicações com relação à questão do acesso, problemas estes inevitáveis para as instituições arquivísticas contemporâneas que possuem acervos desta categoria. Pretendemos destacar a importância do desenvolvimento de políticas por parte das instituições, como forma de reflexão de suas práticas. Nesse sentido, em nosso entendimento, isto se inicia já no processo de aquisição dos acervos, revelando a necessidade de se criar políticas fundamentadas para os mesmos.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Intimidade. Políticas de aquisição.

Abstract

This article tries to address some questions about the recognition of personal archives in the context of intimacy and its implications regarding the issue of access, problems that are inevitable for contemporary archival institutions that have collections of this category. We intend to highlight the importance of the development of policies by the institutions, as a way of reflecting their practices. In this sense, in our understanding, this begins already in the process of acquiring the collections, revealing the need to create sound policies for them.

Keywords: Personal archives. Intimacy. Acquisition Policies.

* Lúcia Maria Velloso de Oliveira é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por 10 anos. Chefia o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, desde 2002. Integrou o Conselho Editorial da revista Arquivo & Administração da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Professora contratada da Universidade Federal Fluminense (2007/2008). É membro do Comitê Gestor da Seção de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos. Foi docente da disciplina Tratamento documental em arquivos permanentes no Curso de Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e de Saúde da FIOCRUZ até 2016. Professora colaboradora credenciada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. É professora permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa/ Mestrado profissional que coordena desde 2015. Atua principalmente com as seguintes temáticas: organização de arquivos, arquivos pessoais, gestão de documentos, descrição arquivística, usos e usuários dos arquivos. luciamaria@rb.gov.br

** Patrícia Ladeira Penna Macêdo é professora Assistente do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Formada em História e Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Social (UFF). Coordenadora do projeto de pesquisa: Produção Intelectual em Arquivos Pessoais. Possui pós-graduação em Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Atualmente é aluna de Doutorado do Programa de Pósgraduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). patricia.macedo@unirio.br

***Camilla Campoi de Sobral é Graduada em História com habilitação em Licenciatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Cursa mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense- PPGCI/UFF e graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atua como técnico de nível superior no Arquivo Nacional no Projeto Âncora da Agência Nacional (BNDES). Pesquisadora no projeto de pesquisa: Produção Intelectual em Arquivos Pessoais (UNIRIO). Tem experiência na área de Arquivologia, Tipologia documental, História Cultural, História das Sensibilidades e também História do Brasil, com ênfase em Teatro e Intelectualidade na Primeira República. ccampoi.sobral@outlook.com

Introdução

Arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados “oficiais” e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades.

Em termos gerais, o arquivo pessoal é onde a personalidade e os eventos da vida interagem. Essa realidade faz com que os profissionais que atuam nas instituições de custódia de documentos de caráter privado, mais especificamente os detentores de arquivos pessoais, muitas vezes se encontrem diante de situações contraditórias, onde precisam lidar com a dificuldade em determinar os limites entre o público e o privado.

Se, para a profissão de arquivista na contemporaneidade, o papel principal deste profissional é o de dar acesso ao seu acervo, o grande desafio encontra-se em buscar respeitar os limites impostos quanto aos direitos relacionados com a vida privada e a intimidade das pessoas.

O processo decisório e de tomadas de decisão, no que tange aos arquivos pessoais, precisam ser pautados em requisitos técnicos, legislativos e éticos, uma vez que, isoladamente, estes itens não dão conta das relações entre acesso e intimidade no contexto dos arquivos pessoais; afinal, tais relações apresentam ambiguidades que necessitam ser enfrentadas.

O presente texto visa discutir algumas questões sobre o reconhecimento de arquivos pessoais no contexto da intimidade e suas implicações com relação à questão do acesso, problemas estes inevitáveis para as instituições arquivísticas contemporâneas que possuem acervos desta categoria. Dessa forma, pretende-se entender as ambiguidades relacionadas aos limites das esferas do público e do privado inseridas nestes documentos.

Apesar da existência de um aparato legal representado por leis como a conhecida Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a Lei de Acesso à Informação, LAI, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), percebe-se uma lacuna no âmbito dos arquivos pessoais, levando as instituições de custódia a enfrentarem importantes dilemas com relação ao acesso e à intimidade.

Ao reconhecermos a necessidade de encarar tal problemática, nosso objetivo é destacar a importância de se buscar diretrizes políticas por parte das instituições, como forma de reflexão de suas práticas. Nesse sentido, em nosso entendimento, isto se inicia já no processo de aquisição dos acervos, revelando a necessidade de se criar políticas fundamentadas para tal processo.

Arquivos pessoais: patrimônio documental e intimidade

Os documentos que compõem um arquivo são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem, e refletem o seu contexto de produção. No caso dos arquivos pessoais, os documentos compreendidos nesses conjuntos são múltiplos, pois são a forma registrada da vida do indivíduo em sociedade.

O conceito de arquivo pessoal refere-se a um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais (OLIVEIRA, 2016). Nos arquivos pessoais, é possível identificar as diferentes personas do titular a partir dos diferentes papéis que o mesmo desempenha em sociedade.

Os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade.

Nesses arquivos, podem ser encontrados registros da relação entre o produtor e o Estado, das suas relações profissionais e de negócios, dos aspectos culturais e sociais de sua vida, e de suas relações íntimas. É por isso que tais documentos se tornam fontes úteis para as perspectivas sociológicas, uma vez que representam uma saída da formalidade coletiva e da organização sistêmica, características típicas de documentos frutos de atividades administrativas.

Essa pluralidade de elementos que compõem os arquivos pessoais invariavelmente diz respeito a informações “sensíveis” que, em alguns casos, foram produzidas para serem vistas apenas pelos olhos do produtor ou, no caso das missivas, apenas pelos olhos dos interlocutores.

Em recente evento científico realizado na cidade do Rio de Janeiro, referente aos arquivos pessoais, memória e identidade¹, pesquisadores de diversos países discutiram sobre as fronteiras entre o público e o privado no que se refere a tal categoria de documentos. As discussões, longe de se esgotarem, apontaram para a necessidade de examinar o exercício desses direitos face à custódia dos chamados arquivos pessoais e para o dever do conhecimento dos documentos pelo seu primeiro pesquisador: o arquivista.

Na conferência de abertura, a pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo afirmou que os “documentos tradicionalmente considerados sensíveis” poderiam ser os relacionados às “manifestações de sentimento, opinião ou crença, enquanto os que exprimem condições financeiras e estado de saúde (física ou mental), diários, extratos bancários, cartas, atestados médicos e tantos outros documentos presentes nos arquivos pessoais” poderiam dizer respeito à intimidade (CAMARGO, 2016, p. 13). Nesse sentido, poderíamos afirmar que tais documentos teriam sido criados para se lembrar e não para serem lembrados.

Os documentos são produzidos porque a informação necessita ser registrada. Segundo Theo Thomassen “os arquivos funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto os de privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados” (THOMASSEN, 2006, p. 7), ou seja, eles são a instrumentalização de uma ação. Em última instância, os documentos são produzidos e guardados por seu produtor para suprir as suas necessidades de comprovar e de se lembrar. Quando nos atemos à necessidade de comprovar, o outro, aqui identificado como a sociedade ou as instituições, insere-se no processo de acumulação como questão para o produtor. Mas, quando a necessidade é lembrar, o produtor está voltado para si; o outro inexistente.

O reconhecimento posterior e a passagem dos documentos pessoais para o campo da memória coletiva se dá pelo reconhecimento da existência de um valor histórico-cultural, algo externo ao processo privado de produção e acumulação. Esses documentos, então socialmente reconhecidos como pertencentes à memória coletiva, são adquiridos por instituições e ganham uma perspectiva de uso e acesso pela sociedade. A mudança dos documentos produzidos no cotidiano íntimo- sem um compromisso explícito com a história ou com o social- para uma esfera pública, coloca-se de forma complexa, principalmente, porque tais documentos são “produzidos como meio e não como fim em si mesmos, os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos, e procedimentos que provocaram a sua existência” (MACNEIL, 1994, p. 13 – tradução nossa).

¹ O II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura foi realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa entre os dias 21 e 23 de setembro de 2016.

“É fundamental perceber que o aspecto da ambiguidade possível entre direito ao acesso e direito à intimidade suscita um olhar sensível ao processo de elaboração do documento em si e ao momento do seu elaborador. Esses documentos, ao serem institucionalizados, de certa forma mudam o seu status jurídico. Enquanto permanecem no ambiente privado, prevalecem a individualidade humana, o direito do produtor e o de seus interlocutores. Mas, ao integrarem uma instituição (porque podem ser de interesse da sociedade), passam a ser incorporados ao coletivo” (OLIVEIRA, 2016, p. 10).

A possibilidade de se obter um entendimento mais sutil de fenômenos da memória coletiva- ou, conforme afirmou Catherine Hoobs (2001), a possibilidade de entender os documentos de arquivos pessoais como um meio de conhecer o indivíduo e a sociedade- confere aos arquivos pessoais uma importância ímpar no contexto da pesquisa.

Os arquivos pessoais e os documentos ali presentes são influenciados e influenciam os saberes e os discursos produzidos em determinada época. Tais documentos são mais que simples indícios, registros ou instrumentos; são possibilidades de várias construções. Uma carta traduz sensibilidades e evidencia hábitos, costumes, maneiras de ser, de sentir e de viver, mecanismos sociais de determinado tempo e lugar, ou seja, *sociabilidades*.

Essa perspectiva nos leva a afirmar que os arquivos são evidências das atividades, processos e funções que os geraram, aspectos estes que articulam a memória social, conferindo-lhe movimento, dinamizando-a. Tanto o valor primário² quanto o secundário³ do documento não são mutuamente excludentes e, a partir do reconhecimento de um valor de pesquisa (secundário), esses documentos passam a integrar o patrimônio documental. Ainda de acordo com o arquivista holandês Theo Thomassen (2006), que analisa os arquivos em relação à memória, os produtores:

“...precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo.” (THOMASSEN, 2006, p. 7).

Nesta passagem para o espaço de uma instituição, os arquivos pessoais passam a representar não só o seu produtor, mas também são arrolados como instrumentos de memória coletiva. Trata-se de um deslocamento de função e de uma ampliação de seu uso. Como exemplificação, uma carta de amor: mesmo que seus interlocutores não mais existam, representa ainda a manifestação de sentimentos entre os envolvidos e a existência de uma relação de afeto. E pode também ter valor de pesquisa sobre as formas de manifestação de sentimentos em dado período. Mas por mais que possa ganhar outros significados ou ser utilizada para outros fins, a carta de amor será sempre o documento que registrou o afeto entre dois amantes, e isso não se perde jamais. A função e instrumentalização originárias se mantêm ao longo dos anos, não importando as ressignificações.

Os documentos produzidos no centro das relações de intimidade, quando revestidos de valor para a memória coletiva, tornam-se memoráveis e passam a ser custodiados em instituições arquivísticas e de pesquisa. Essa passagem que expressa o reconhecimento de um conjunto documental pode significar a alteração do seu status jurídico, mas não a sua natureza. A questão não é simples. Esses documentos passam a ser de interesse público, entretanto, sua natureza é a mesma: foram produzidos no contexto da intimidade.

² Valor primário: valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³ Valor secundário: valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

“O ingresso dos arquivos pessoais em instituições de preservação e acesso não é só devido ao reconhecimento da importância para a sociedade dos documentos que reúne, mas também do desejo dos herdeiros e sucessores do titular do arquivo em preservar o conjunto de documentos, e, por seu meio, imortalizar o seu titular. E, igualmente, do interesse de instituições em investir na preservação, organização e difusão desses conjuntos. Cada uma das partes envolvidas possui objetivos específicos e desempenha funções relacionadas a eles. Mas nenhum dos objetivos das partes se assemelha às motivações que dão origem ao documento.” (OLIVEIRA, 2016, p. 190).

O processo de reconhecimento de documentos como fonte não é simultâneo à sua produção. Em linhas gerais, o reconhecimento dos conjuntos documentais e o seu ingresso em instituições de preservação se dão após a morte do produtor e, geralmente, o processo de aquisição é realizado por familiares junto à instituição recebedora. As decisões ocorrem, de regra, à revelia daquele que produziu o conjunto documental. Elas representam os mais diversos interesses dos herdeiros, e o que ao final será preservado para acesso da sociedade não exprime mais o que de fato algum dia foi o arquivo. Isto porque, ao longo da transmissão de custódia, o conjunto sofre ações como descarte e desmembramento.

Ressaltamos que o ingresso desses documentos em instituições de custódia não altera sua gênese e seu caráter privado, que, ao serem considerados memoráveis, passam a representar não apenas o individual, mas também o coletivo.

A arquivista Laura Millar (2006) analisou a relação entre arquivos e memória, enfatizando a relação entre memória individual e memória coletiva. Millar propõe que, na atividade de recordar aquilo que é significativo, dispomos de uma coleção mental de impressões, reminiscências e memórias. Os registros físicos que criamos e os arquivos que mantemos intencionalmente para nos lembrarmos de uma ocasião ou acontecimento da vida podem auxiliar a lembrar e a partilhar essas memórias com outros. E, assim, segundo a autora, os registros e arquivos encontram seu lugar no processo de memória como prova, como memória, como pedra de toque – adquirida, preservada, articulada e mediada pela sociedade, a fim de contribuir para a construção de conhecimento coletivo, identidade e, talvez, sabedoria. A memória individual corresponde ao passado pessoal, na medida em que o passado compartilhado corresponde à identidade coletiva. Segundo a autora, devemos entender os documentos como ferramentas para a preservação e ressurreição de memórias individuais, articuladas como parte de uma identidade comum. Desta forma, os registros pessoais, quando colocados a serviço da memória social, desempenham um papel de reconhecimento da identidade e de desenvolvimento de um sentido de coletividade. Portanto, essa marca da intimidade, da memória individual e também do registro do homem no tempo – desempenha um importante papel sobre as formas de registro, de viver e de se relacionar próprias do tempo no qual tais documentos foram produzidos.

A memória é um processo construído por grupos que representam os seus valores, sendo um conjunto de identificações e reconhecimentos de uma mesma sociedade. Assim, a construção do patrimônio documental pessoal é a passagem do individual ao coletivo em prol da memória social.

Preservar e dar acesso ao que nasce pessoal e íntimo

Os arquivos pessoais são inicialmente constituídos por documentos produzidos apenas com o compromisso de atender às necessidades específicas diárias do produtor. No entanto, ocorrem, como mencionamos anteriormente, situações em que a família encaminha somente para as instituições os documentos relacionados às atividades públicas ou de trabalho do produtor, comprometendo inclusive uma visão do todo e do próprio sujeito social.

A cada arquivo pessoal que ingressa em uma instituição para preservação e acesso, temos uma visão mais plural da sociedade em que vivemos ao longo do tempo histórico. Esta diversidade resulta na riqueza dos arquivos pessoais e também se caracteriza como um grande desafio para o profissional. Esses arquivos, quando consideradas as funções de organização e acesso, demarcam as fronteiras entre público/privado e o institucional/pessoal. Apesar de nítidas, ainda não foram abordadas de maneira satisfatória na literatura arquivística, sobretudo quando aplicadas aos chamados arquivos pessoais. Abre-se, desta forma, espaço para uma discussão delicada.

A natureza específica e única dos arquivos pessoais, considerando desde seu processo de elaboração e constituição, não os desqualifica enquanto arquivos. Afinal, “arquivos pessoais são arquivos” (CAMARGO, 2009). No entanto, não podemos negar a necessidade de metodologias de tratamento e análises específicas para estes acervos, que, em virtude de suas características individualizantes e únicas, apresentam questões próprias, como a intimidade.

Nesse sentido, o processo de organização e disponibilização para o acesso destes acervos deve resguardar não só o produtor como a própria instituição, e precisa ser fruto de sólidas construções conceituais e teóricas, para além da prática. No que se refere a arquivos e coleções pessoais, os cuidados e procedimentos legais que assegurem as propriedades acima descritas iniciam-se já no momento de aquisição dos acervos.

A aquisição é uma ação política fundamental à preservação e ao acesso aos documentos arquivísticos. No caso da aquisição dos arquivos pessoais, não há uma determinação previamente estabelecida, como ocorre com o recolhimento de documentos de arquivo público. O compromisso de pessoas físicas em transferir os seus arquivos para as instituições vai depender do interesse de doadores e das instituições.

O processo de aquisição de um arquivo pessoal geralmente tem início a partir do interesse de familiares ou pessoas próximas, que entram em contato com as instituições. A aquisição de acervos decorre da relevância atribuída aos arquivos em função da linha de acervo das instituições que os adquirem. A missão institucional é o elemento central e norteador das formas de aquisição, fora do processo de gestão documental, como é o caso que estamos trabalhando neste artigo. A linha de acervo da instituição deve refletir com clareza os objetivos e recortes eminentes dos objetivos institucionais.

A lei brasileira de arquivos, Lei 8.159, de 8 janeiro de 1991, na parte destinada aos arquivos privados, categoria na qual se inserem os arquivos pessoais, prevê a instituição do “interesse público e social” suscitado por documentos de caráter privado identificados como “fontes relevantes para história e para o desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, Lei 8.159/91, cap. II, art. 12). As valorações são atribuídas pela percepção que os atores envolvidos no processo de aquisição têm desses conjuntos documentais que, segundo a lei, podem ser classificados em virtude de sua relevância para a cultura, história e ciência.

A lei, no entanto, não indica os responsáveis nas instituições pelo processo decisório relativo à aquisição de arquivos pessoais. Tampouco apresenta os critérios para tal ação, o que sugere que as instituições têm liberdade para criar e aplicar os seus próprios critérios.

Outro ponto ainda problemático relativo ao conjunto de leis brasileiras- e que afeta diretamente os arquivos pessoais- refere-se ao acesso aos documentos públicos e àqueles de “interesse público”. Questão essa, em nossa perspectiva, não resolvida, e inclusive atenuada com a publicação da Lei 12.527/2011, popularmente conhecida como LAI. A LAI, por princípio, não trata dos arquivos pessoais e, sim, de informações pessoais. Mas traz para a pauta das instituições um conjunto de ambiguidades quando não ocorre o enfrentamento em instrumento legislativo específico que trate da proteção das informações pessoais (ainda hoje existe projeto em discussão sobre o tema, ou seja, seis anos após a LAI).

A Lei 12.527/2011, em seu artigo 31, estabelece a restrição de acesso pelo prazo máximo de cem anos a partir da data de produção dos documentos, visando à proteção da intimidade, da honra e da reputação de pessoas físicas. Ao mesmo tempo, no parágrafo 4º, diz que: “§ 4o A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância”. Em face disso, torna-se necessário questionar se os arquivos de natureza pessoal, uma vez transferidos a instituições de custódia – sejam elas públicas ou privadas – devem ser submetidos a tais prazos, a quem define o que é histórico etc.

Apesar de não legislar especificamente para arquivos pessoais, e ainda apresentar algumas questões conceituais que por hora não serão analisadas, podemos dizer que a LAI amplia as demarcações de diferenças entre público e privado, principalmente no que se refere aos arquivos pessoais.

“Se, por um lado, temos o direito de acesso à informação, por outro, temos o direito de preservação da intimidade. Afinal, as cartas objeto de nossa análise não foram escritas para um coletivo ou no ambiente público, ou não estão relacionadas a investimento público. Essas cartas são diferentes, íntimas. Indubitavelmente, são relevantes para a memória. Se não o fossem, não estariam preservadas para a sociedade e pela sociedade.” (OLIVEIRA, 2016, p. 14).

Nesse cenário, torna-se ainda mais essencial e necessária a formulação de políticas de aquisição que visem a assegurar o acesso aos ditos arquivos, principalmente para aqueles acervos onde localizamos os elementos íntimos, que se apresentam não apenas no conteúdo e na organização de arquivos pessoais, mas entram em jogo na interação direta do arquivista com o criador/doador durante a aquisição e, posteriormente, na própria organização.

As diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos

A elaboração de políticas de aquisição para arquivos pessoais vem sendo um tema debatido em instituições de pesquisa que possuem serviços de arquivos. Os esforços da literatura arquivística sobre este tema estão ganhando força, principalmente os que relacionam a temática da aquisição de arquivos e a sua forma de contribuir para a formulação de critérios, diretrizes e procedimentos, cujo objetivo é o de orientar a análise e a coleta do acervo a ser adquirido, de acordo com o perfil da instituição.

A relação direta da aquisição com as questões de acesso e intimidade ainda carecem de maiores aprofundamentos. O termo ou contrato de doação, documento fruto do processo de aquisição, é uma espécie de contrato específico e bastante utilizado por instituições públicas que possuem acervos pessoais. A orientação jurídica deste termo celebra os acordos de transferência de custódia de arquivos pessoais entre o doador e a instituição, assim como regula as questões de acesso e divulgação.

Os parâmetros para a construção dos termos de doação, ou qualquer instrumento legal que formalize o ingresso de acervos em instituições públicas ou privadas, são pré-estabelecidos na política de aquisição. O objetivo final de uma política de aquisição é a preservação dos documentos e o acesso às informações que devem ser consonantes à missão da instituição e às suas áreas de atuação, as quais definem as prioridades de aquisição.

Em qualquer que seja a instituição, a aquisição de acervos deve ser orientada formalmente por políticas. Por conseguinte, são poucas as instituições de pesquisa brasileiras que formulam tais documentos institucionais. Talvez porque a formalização de entrada de um arquivo em uma instituição para a sua custódia seja

considerada uma tarefa rotineira, ou talvez porque a relação desta com o acesso e a preservação ainda não seja um tema amplamente discutido na Arquivologia.

Para José Maria Jardim, as políticas de arquivo existem para responder a problemas no campo dos arquivos, como acesso, preservação e difusão. Assim, podemos considerar a política de aquisição uma categoria de política arquivística, definida por Jardim como:

“O conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.” (JARDIM, 2006, p. 10).

Nesse sentido, a política de aquisição não pode ser interpretada estritamente no que diz respeito ao processo de entrada de acervos, de forma que estes sejam condizentes com o perfil da instituição. Ela também deve ser responsável por estabelecer os parâmetros para o acesso, os procedimentos de recolhimento, o recebimento, a reprodução etc.

A produção, pelo grupo de trabalho interdisciplinar, do documento Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos, no ano de 2015, marcou um importante contexto para a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/Minc). O documento demarca os aspectos legais, os critérios e procedimentos para aquisição de documentos pessoais. Para isso, define sua missão e foco, para que os acervos incorporados estejam em consonância com as finalidades e objetivos da instituição.

“A FCRB receberá preferencialmente arquivos e coleções privadas de políticos, educadores, historiadores escritores, juristas, pensadores e literatos, ou de indivíduos ou famílias que tenham desenvolvido atividades que influenciaram a história e a cultura do país.” (OLIVEIRA et al, 2015, p. 4).

Assim como a legislação brasileira prevê, é facultada a opção pela elaboração de regras específicas no momento da aquisição do acervo. Nesse sentido, de acordo com o documento aqui analisado, a fundação “se reserva o direito de recusar documentos em péssimo estado de conservação ou contaminados”, assim como fica a seu cargo avaliar o “valor histórico, cultural, literário e científico do acervo a ser adquirido” (OLIVEIRA et al, 2015, p. 4). Tal medida é igualmente adotada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI, que também possui uma política de aquisição de acervos.

No que se refere à proteção dos documentos considerados sensíveis, vale ressaltar que as restrições de acesso devem ser identificadas pelos doadores já no contrato de doação, assim como o próprio prazo de restrição, que será definido pelos mesmos e não poderá ser superior a 100 anos.

Em muitos casos, o processo de doação de arquivos pessoais não é feito pelo próprio doador e o herdeiro da documentação não conhece o arquivo como um todo. Desse modo, acabam passando despercebidas algumas informações pessoais que poderiam ser consideradas sensíveis, por serem “pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas do indivíduo e que são capazes de lhe expor a julgamentos, discriminação, ou a influir no modo como o indivíduo deseja ser visto pela sociedade” (OLIVEIRA et al, 2015, p. 7).

Nesse contexto, apesar de não deixar explícito no documento um “como fazer ou agir”, pode-se entender que as tomadas de decisões no que se refere a tal situação serão reguladas a posteriori pela instituição com

base nas “boas práticas arquivísticas, nos códigos de ética, na literatura da área e em dispositivos legais” (OLIVEIRA et al, 2015, p. 2).

De fato, somente em conjunto com os diversos aparatos legais, teóricos, éticos e morais é que algumas questões poderão ser sanadas. A ética interessa ao profissional da informação em questões de disponibilidade e organização da informação, cujas atitudes e dilemas envolvidos transitam no cotidiano dos profissionais de arquivos.

“A ética do arquivista acontece em situações de fronteira que não estão exatamente prescritas num código ou numa legislação. A ética profissional pressupõe ações, escolhas e condutas no âmbito da profissão. Entretanto, cada ser humano é um ser único e sua conduta na profissão está também ligada aos valores que este escolhe ter em outras esferas de sua vida e ao seu caráter.” (PANISSET, 2015, p. 37).

Quando nos referimos a arquivos pessoais, precisamos, a todo momento, equilibrar a política institucional, a sociedade, os doadores de acervo, as restrições de acesso, a privacidade, o direito autoral, as intervenções nos documentos e as necessidades dos usuários; e esse não é um exercício fácil; tampouco, o presente artigo visa esgotar o tema. No entanto, a existência de uma política de aquisição que possua diretrizes e encaminhamentos para as questões colocadas poderá auxiliar as tomadas de decisão dos arquivistas e salvaguardar a instituição de possíveis dilemas relacionados ao acesso de documentos considerados sensíveis no futuro.

Considerações finais

A questão da aquisição dos acervos arquivísticos deveria ocupar um lugar central na agenda das instituições com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico, na medida em que relaciona explicitamente importantes questões para as instituições, como o crescimento do acervo, a sua preservação e acesso.

Na ausência de uma política arquivística por parte do Estado, as instituições devem se organizar e criar as suas políticas de forma a contemplar e possibilitar o acesso de seus documentos, de modo amplo e seguro.

Os arquivos pessoais- enquanto conjunto de documentos produzidos e acumulados por pessoas no decorrer das suas atividades ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, mês mo antes de serem recebidos pelas instituições para fins de preservação e acesso- precisam receber a atenção por parte dos arquivistas e de suas políticas, como as de aquisição, uma vez que, como já comentado, esses documentos não foram produzidos visando sua divulgação.

A imprecisão da legislação com relação às questões pessoais de intimidade prevê a necessidade de uma política de aquisição que formalize a entrada do arquivo na instituição para a sua custódia, organização, preservação e divulgação.

Mesmo que, para muitos estudiosos dos arquivos, estas questões de intimidade extrapolem o âmbito do arquivista, pois dizem respeito diretamente ao conteúdo e ao uso dos documentos a posteriori, não podemos nos furtar deste debate, principalmente porque as questões que envolvem a disponibilidade e a organização da informação fazem parte da ética do profissional da informação.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 45, n. 2, jul./dez. 2009, p. 26-39. .

_____. Na contramão do direito à intimidade: arquivos pessoais em instituições públicas. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de, (orgs.). *Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

COPAD/MAST. Política de aquisição e descarte de acervos. Disponível em: <http://www.mast.br/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, v. 52, p. 126-135. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípio, atores e processos. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. *Archivaria*, v. 37, p 6-20, Spring 1994. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11982/12941>>.. Acesso em: 19 jan. 2017.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Acesso e Intimidade: duas questões para o arquivista no contexto dos arquivos pessoais. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de, (orgs.). *Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. intimidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

_____. A propósito da Carta de Mário. In: FREITAS, Lídia S. de; FONSECA, Vitor M. M. da; LIMA, Marcia H. T. de F. (orgs.). *Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações*. Niterói: EdUFF,

2016. (Estudos da Informação, 4). No prelo.

_____. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

_____. O Patrimônio Arquivístico, Identidade e Memória. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Cláudia Marcia Freire (coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso et al. *Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos*. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2015. 49p.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. *A Conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, 2006, p. 5-16.

ARQUIVOS PESSOAIS DE HOMENS PÚBLICOS EM ABORDAGENS DIVERSAS

Silvana Goulart *

Resumo

Depoimento sobre a trajetória do arquivo pessoal de Júlio Prestes de Albuquerque no Arquivo Público do Estado de São Paulo, a metodologia aplicada para descrevê-lo e análise comparativa com a descrição do acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Arquivos – metodologia. Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque. Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Abstract

Testimony about the trajectory of Júlio Prestes de Albuquerque Archives to the Arquivo Público do Estado de São Paulo (Public Archive of the State of São Paulo), the methodology applied to describe it and the comparative analysis with the description of the President Fernando Henrique Cardoso Archives.

Keywords: Personal archives. Archives – methodology. Júlio Prestes de Albuquerque Archives. President Fernando Henrique Cardoso Archives.

* Edilene Toledo é professora de História do Brasil Republicano no departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Fez sua graduação, mestrado e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Dedicou-se ao estudo do anarquismo, do sindicalismo, da imigração italiana e outros temas ligados à história do trabalho e dos trabalhadores.

Introdução

Os arquivos públicos brasileiros são responsáveis por conservar, descrever e dar acesso aos documentos gerados pela administração das esferas federal, estadual e municipal. No entanto, não é incomum que tais tarefas se estendam também a acervos privados, pertencentes a instituições ou pessoas, cujos registros documentais tenham interesse público. No país há vários exemplos dessa prática de exceção, que ocorre, sobretudo, pelo senso de responsabilidade das instituições arquivísticas frente ao risco da dispersão e perda de acervos referenciais. Este artigo busca relatar a trajetória do acervo de um homem dedicado à carreira política e da instituição que o acolheu, comparando-a com a de outro arquivo de homem público, custodiado por instituição privada criada para este fim. Trata também da metodologia de tratamento técnico utilizada em ambos os casos.

Júlio Prestes no Arquivo do Estado

Os documentos pessoais de Júlio Prestes de Albuquerque chegaram ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 1981, no âmbito do Projeto Titulares do Governo, quando a instituição buscou reunir acervos de detentores de cargos executivos, a fim de formar um núcleo documental de interesse para a história de São Paulo e do Brasil. O primeiro conjunto doado foi o de Laudo Ferreira Camargo, interventor federal em São Paulo, em 1931. Na mesma época chegou o arquivo de Macedo Soares, também interventor, entre 1945 e 1947.

O clima do Arquivo do Estado na década de 1980 lembra o de hoje, quando ocorrem mudanças palpáveis, como a concretização do sonho de um prédio adequado e aparelhado, tudo concorrendo para a retomada do papel que uma instituição como essa deveria ter na sociedade.

A instituição, que no início dos anos 1980 era subordinada à Secretaria de Estado da Cultura e dirigida por José Sebastião Witter – professor-doutor de História da República na Universidade de São Paulo –, mudava o seu perfil. Um convênio com a Imprensa Oficial do Estado viabilizara a contratação de historiógrafos e estagiários, possibilitando sua dinamização por meio de diversos projetos. Estreitaram-se as relações com os principais arquivos públicos brasileiros e estrangeiros, associações profissionais e com arquivistas de renome – espanhóis, canadenses, franceses – convidados a discutir, diagnosticar e ministrar seminários de formação. Teve início nessa época, a colaboração com Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo, ambas professoras da Universidade de São Paulo, que coordenaram diversos projetos e se tornaram referências no cenário arquivístico, no Brasil e no Exterior.

O Arquivo de Júlio Prestes de Albuquerque foi doado à instituição por seu sobrinho neto, Gil Prestes Bernardes. Com cerca de 9.500 documentos o conjunto cobria, sobretudo, as décadas de 1920 a 1930 e testemunhava as práticas políticas oligárquicas da República Velha. Revelava a perda de terreno do Partido Republicano Paulista para o Partido Democrático e focava a eleição de 1930, o crescimento da Aliança Liberal de Getúlio Vargas, sob a incredulidade do PRP, longo partido da situação.

Tal conjunto documental passara por trajetória acidentada, pois a ascensão de Vargas à Presidência da República levou Júlio Prestes a desistir da carreira e encerrar os papéis no porão de sua fazenda em Itapetininga e recomendar a destruição após sua morte. Depois de 50 anos nessas condições não se pôde avaliar precisamente o volume dos documentos destruídos pela ação da umidade, pragas e demais fatores. Outro incidente que marcou a transferência do acervo foi a separação de documentos textuais dos iconográficos, já que álbuns e fotografias foram doados ao Museu da Imagem e do Som.

O conjunto chegou ao Arquivo do Estado em grandes sacos de aniagem e muito tempo foi gasto para separar, arejar, secar e identificar os papéis, misturados e distantes da ordem original. Eu era então, historiógrafa do Arquivo do Estado e fui uma das responsáveis pelo tratamento técnico, da conservação à descrição em inventário.

O inventário e seus princípios

O inventário do Arquivo Júlio Prestes foi concebido à semelhança do modelo então vigente adotado pelo CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –, possivelmente inspirado no método aplicado pela Fundação Adenauer, na Alemanha. Celina Moreira Franco teria tomado conhecimento dessa metodologia quando se iniciava a organização do acervo de seu avô, Getúlio Vargas, nos anos 1970. O método inspirou o arranjo e a descrição dos documentos de políticos que foram adensando o acervo do CPDOC, hoje com mais de 200 fundos, e a importância desta instituição determinou sua adoção em arquivos pessoais por todo o país.

Heloísa Bellotto acompanhou as etapas do tratamento técnico dos papéis de Júlio Prestes que resultou na publicação de um inventário, em coautoria com Regina Telles, com a participação da bibliotecária Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e de estagiários.

O enfrentamento da desordem e das más condições de conservação não excluiu a preocupação de retomar a lógica do arranjo original, que um bom número de etiquetas datilografadas comprovava ter existido. Tentamos recuperar as ligações entre a vida pessoal e profissional do titular, as funções dos documentos e o significado dos itens do arquivo, conforme o princípio do respeito à ordem original. As etiquetas ficavam à vista na bancada para tentar remontar o quebra-cabeças e terminada a organização foram incorporadas aos documentos para auxiliar, no caso de reavaliação posterior.

O inventário recebeu tratamento analítico ou sumário, ou seja, os documentos foram descritos unitariamente e em grupo, na busca de aplicar critérios mais maleáveis, a partir do próprio acervo. Isso representou uma inovação ao modelo consagrado pelo CPDOC.

A documentação foi arranjada em séries, definida no inventário como “sequência de documentos da mesma natureza, sejam da mesma tipologia, ou os necessários para dar cumprimento a uma mesma função”.

Foram classificadas como séries tipológicas: Correspondência, Panfletos e volantes, Recortes. As demais, com tipologias diversas, agrupadas pela necessidade de cumprimento de funções específicas a partir das atividades exercidas pelo titular foram: Documentação pessoal, Produção Intelectual, Documentação eleitoral; Documentação administrativa pública e privada, Documentação parlamentar, Documentação jurídica, Documentação complementar. Evitou-se uma série não incomum na época, que juntava documentos díspares ou não identificados, sob o nome de “outros” ou “miscelânea”.

Além das séries foi constituída uma classificação paralela, a partir de periodização da vida do titular, com os seguintes itens: Formação; Deputado Estadual; Deputado Federal; Presidente de Estado; Candidato à presidência; Exílio; Pós-exílio.

Tais foram as balizas usadas para contextualizar o arquivo, evitando que os documentos tivessem descrição temática, procedimento estranho à Arquivística e mais próximo da Biblioteconomia.

Finalmente, um índice de nomes, instituições, periódicos, lugares e assuntos completou a operação descritiva e referencial do Inventário.¹

¹ Anos depois chegou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo outro lote de documentos de Júlio Prestes de Albuquerque doado pela família e foi retomado o tratamento da nova parcela. O Fundo, agora mais completo, foi tema de exposição multifacetada que reuniu tanto documentação textual como fotografias sob a custódia do Museu da Imagem e do Som.

Algum tempo depois, o arquivo de outro titular do governo

A partir de 1997, 10 anos depois de publicado o Inventário Júlio Prestes, tive a oportunidade de conhecer outro arquivo de homem público, Fernando Henrique Cardoso, na época presidente da República em exercício. Tratava-se do conjunto referente à sua vida familiar e social, à formação, às atividades de professor, pesquisador, partícipe e gestor de associações profissionais. Havia também documentos sobre a atividade parlamentar como senador e sobre a atuação como ativista contra a ditadura, fundador de partido político (PSDB), candidato a cargo executivo (Prefeitura de São Paulo em 1985) e ministro de Estado (Relações Exteriores e Fazenda). O titular era tanto acadêmico, como pesquisador profissional, autor e ensaísta, um intelectual com múltiplos interesses e que orientou sua vida também para a política.

Para organizar e descrever este arquivo, partiu-se do pressuposto, já presente no tratamento do arquivo de Júlio Prestes, que os documentos acumulados por pessoas físicas devem ser tratados como conjuntos orgânicos, à luz da teoria arquivística, que postula o princípio da proveniência, levando em conta o contexto de produção.

A tarefa inicial, como ocorre sempre, foi estudar a biografia por meio de consulta a fontes externas, ao próprio arquivo e ao titular. Percebeu-se que essa etapa precisava ser aprofundada e a cronologia resultante perdeu o formato linear para buscar níveis que pudessem oferecer uma visão sincrônica de suas funções, atividades e interesses ao longo do tempo. Isso evidenciou os nexos entre os documentos e as ações que lhes deram origem, descortinando com clareza que a interesses e atividades correspondem comumente registros probatórios, sendo tal operação essencial da natureza arquivística de um documento.

No caso de documentos textuais a vinculação é mais evidente, já que geralmente eles se dão a conhecer por meio dos aspectos formais (diplomáticos) e dos conteúdos. Mas nem sempre, já que em arquivos de pessoas é corriqueira a presença de fragmentos, bilhetes, escritos subjetivos e cifrados feitos informalmente pelo titular, às vezes só para si. E vai se tornando mais difícil com documentos sem contexto, o que pode levá-los até a perder o próprio estatuto documental, tais como papéis, fotos sem referência e, sobretudo objetos, quando não se sabe porque lhes foi conferida importância.

O detalhamento da cronologia possibilitou no caso da operação com o Arquivo FHC, a reunião de categorias similares e se superpôs à necessidade de criar grupos e subgrupos no interior do fundo, tarefa mais segura quando se trata de um organismo, público ou privado, com competências e divisões internas demarcadas.²

A classificação se deu de outra forma, definida pelas grandes funções da vida do titular até então, aos cargos exercidos – profissionais (docência; pesquisa; atividade ensaística; gestão de entidades) e políticos – e às instituições às quais ele se vinculou (em função de cargos ou não). Foram consideradas tanto as instituições formais (escolas, faculdades, associações de classe, editoras, partidos políticos etc.) como as ligadas à vida privada, por exemplo, a família e o grupo de amigos. Dessa forma foi possível articular as múltiplas atividades do titular, que em um mesmo período de tempo ocupava o cargo de senador, escrevia um livro, proferia uma aula magna, mantinha uma coluna em jornal e viajava com a família. Se os documentos refletem essas atividades, o desafio era montar uma rede lógica e articulada para apresentá-los aos pesquisadores.

Os tipos documentais³ foram estabelecidos, com as já mencionadas dificuldades que isso acarreta em um arquivo pessoal, cujos registros mais informais não dispõem de uma “diplomática” como porto seguro. As

² O resultado nesse caso é o plano de classificação que nos arquivos institucionais permite-se distribuir os documentos em classes correspondentes às estruturas, funções e atividades da entidade, para efeitos de arranjo e descrição.

³ O conceito de série adotado é: sequência de unidades de um mesmo tipo documental.

séries foram criadas a partir deles e cada agrupamento do mesmo tipo foi classificado conforme as funções da vida do titular, os cargos preenchidos e as instituições que serviram de âncora.

Evitamos nomear séries genericamente, tal como Correspondência e Recortes. O termo “correspondência” é, na verdade, um coletivo que engloba espécies diversas como carta, cartão, cartão postal, telegrama, bilhete, ofício. O pesquisador atento sabe bem a diferença do potencial informativo de uma carta, um ofício ou um telegrama. Quando tais espécies são nomeadas com as atividades que as caracterizam – por exemplo: carta de apresentação, de demissão, de pêsames, de sugestão, de pedido – mais fácil será chegar aos documentos buscados. A série Recortes tem também um caráter genérico e sua denominação só alude ao formato do documento (recorte de jornal ou revista) ignorando uma gama variada de espécies inerentes, tais como: notícia, editorial, reportagem, crônica, ensaio, nota de falecimento, classificado etc.

Não consideramos para a nomeação de séries expressões como a clássica “produção intelectual”, por seu caráter ambíguo: o que considerar nesse caso, apenas a produção acadêmica? Ou literária? Mas uma carta não seria também uma produção intelectual, tal como um relatório, uma peça jurídica, um projeto de lei? Nos inventários tradicionais esse foi o viés que sempre separou tais documentos, apartados em séries diferentes como Correspondência, Documentação administrativa, Documentação jurídica, Documentação parlamentar, por exemplo. Foi o que ocorreu no Inventário de Júlio Prestes. Anos depois, o amadurecimento dessas ideias e a busca de precisão e coerência na classificação dos documentos levou à adoção de nova abordagem no trato com os arquivos pessoais.

Novas abordagens: o segundo momento

Em 2004, findo o mandato de FHC, os documentos acumulados e tratados na Presidência da República foram transferidos para um instituto, hoje fundação, cujo estatuto coloca como um dos dois principais objetivos, preservar e dar acesso a este arquivo. Tal conjunto está submetido à Lei nº 8.394 de 30 de dezembro de 1991, promovida pelo presidente José Sarney e assinada pelo presidente Fernando Collor, que declara “de interesse público os acervos documentais privados, embora de propriedade do presidente da República”.

Tratava-se então de continuar a organização do arquivo de FHC abordando agora a parcela produzida no exercício da presidência. O pressuposto que norteou essa fase foi, em primeiro lugar, abrir mão de grandes classificações pela incapacidade delas darem conta dos conjuntos formados sob seu guarda-chuva, sem ambiguidades ou contradições. Optou-se pela classificação mais próxima ao próprio documento, pela possibilidade dela exprimir com clareza a sua função, a partir da explicitação do contexto de criação. Por exemplo, um discurso tem como contexto o evento para o qual ele foi preparado, sem a necessidade de uma classificação acima que nos diga se tratar de “produção intelectual” ou “presidência da república”.

Outra decisão foi dissociar a distribuição física dos documentos do plano de classificação. Isso se impôs pela diversidade do conjunto documental de Fernando Henrique Cardoso quanto aos gêneros, englobando textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, assim como objetos e artefatos, o que levou a um armazenamento que priorizasse a conservação para cada suporte e formato. Fisicamente os documentos ficam separados por gênero, pela necessidade de armazenamento contínuo, de temperaturas próprias para cada um e em função das dimensões, a fim de economizar espaço no mobiliário. A numeração dos documentos refletiu esse procedimento, mas não será detalhada aqui.

Apesar da variedade de gêneros e de tipologias documentais o sentido se restabelece pela reunião dos documentos em torno de seu contexto, pois apesar das diferenças de linguagem, forma ou suporte⁴, um discurso, uma foto, um documentário audiovisual, um artefato, um convite e um cartaz podem ter sido gerados em função de um mesmo evento ou atividade. Trata-se, portanto, de uma abordagem que valoriza a contextualização precisa de cada um dos documentos.

O inventário do Acervo Pres. Fernando Henrique Cardoso pode ser consultado no site da Fundação de mesmo nome, que custodia outros fundos de políticos e intelectuais, entre os quais o de Ruth Cardoso, Joaquim Ignácio Batista Cardoso, Paulo Renato Souza. Esses conjuntos encontram-se descritos e seus documentos estão digitalizados e disponíveis. Os inventários são acessados pelo termo 'Acervo' (home do site da Fundação FHC) e em seguida pelo termo 'Consulta'. A página de pesquisa à qual se chega por este caminho tem aba denominada 'Documentos de apoio' que oferece a lista de termos pesquisáveis e apresenta também textos de autoria dos titulares, cronologias e outras informações, visando facilitar a pesquisa.

⁴ Tais conceitos, assim como os demais, foram extraídos do Dicionário de terminologia arquivística, citado nas Referências Bibliográficas.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S&C, 1996.

GOULART, Silvana & TELES, Regina Mara. *Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1987.

DE INTERESSE PÚBLICO: POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVOS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Sonia Troitiño *

Resumo

Este artigo discute a importância do estabelecimento e implementação de políticas de aquisição de acervo em instituições de custódia de documentos, especialmente as voltadas para a preservação de arquivos e coleções de origem privada. É um trabalho realizado com base no estudo de caso do Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM; porém, a reflexão aqui posta abrange outras instituições com perfil similar.

Palavras-chave: Política de Acervo. Incorporação de Documentos. CEDEM.

Abstract

This article discusses the importance of the establishment and implementation of acquisition policy of collection in institutions of records custody, especially to the preservation of archives and collections of private origin. It is a work based on the case study of the Centro de Documentação e Memória da Unesp- CEDEM; however, the reflection includes other institutions with similar profile.

Key words: Acquisition Policy. Collecting Archives. CEDEM.

* Professora Doutora da UNESP/Marília e Coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Unesp.

Introdução

A discussão trazida neste artigo procura refletir sobre a definição de políticas em arquivos e o estabelecimento de protocolos de trabalho, de modo a racionalizar os procedimentos adotados para a incorporação e disponibilização de documentação de interesse público. Diante da principal questão a ser tratada – sistema de entrada de documentos em instituições de custódia de documentos de valor histórico –, o foco do debate volta-se para a identificação e avaliação de documentos provenientes de origens diversas, não relacionados com os registros relativos à cadeia administrativa da própria instituição de guarda.

Como é possível identificar um arquivo de origem privada como de interesse público é uma pergunta que se impõe. Em busca de respostas, importa entender quais os fatores referenciais utilizados para a identificação de tais valores, assim como os rigores técnicos que devem ser abordados a fim de estipular as metodologias envolvidas no processo de reconhecimento de documentos.

Sem dúvida, nesse cenário, o entendimento sobre o estabelecimento de uma política específica para a ampliação do acervo institucional permite compreender demandas contemporâneas. É de conhecimento público o apelo da sociedade pela preservação da história e memória, com as quais se identificam. Desse modo, essa discussão será conduzida a partir do estudo de caso feito sobre a política de acervo adotada pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP, o CEDEM.

Políticas em Arquivos

Maria de Lourdes Ferreira (2005) identifica a existência de uma estreita relação entre os temas tratados pelas políticas públicas e os relacionados aos direitos humanos, destacando a atuação do Estado no desenvolvimento e implementação de políticas públicas – podendo ser consideradas como respostas do poder público aos direitos coletivos da população, mesmo que para sua execução estejam envolvidos agentes privados. Para a autora, a ênfase do papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas se faz presente em ações públicas e atividades privadas voltadas para a realização de objetivos socialmente relevantes.

Com entendimento similar, Renato Tarcisio Barbosa de Sousa (2006) defende que os objetivos de uma política pública de arquivo devem ser pautados no direito do cidadão à informação, no apoio administrativo, na proteção da memória e no desenvolvimento científico.

Na tentativa de precisar o que se admite por política arquivística, o arquivista argentino Manuel Vasquez Murillo (2015, p. 94-95) esclarece que a política arquivística é aquela que formula objetivos e propõe meios apropriados para servir aos direitos e necessidades da sociedade; às instituições produtoras/acumuladoras de documentos; aos interesses individuais ou institucionais, assim como aos pesquisadores. Ainda destaca que a adoção de uma política arquivística não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, sendo igualmente passível de ser formulada por entidades de qualquer natureza ou origem. Dessa mesma forma, não constitui regra imutável, mas antes uma ferramenta adaptável as contingências e necessidades do momento.

Nos arquivos, a política pode atingir diversos âmbitos de sua atuação. Desse modo, é aconselhável que as instituições de resguardo do patrimônio documental fundamentem suas ações em políticas por elas estabelecidas, tais como as relativas a conservação, segurança, formação de acervo, acesso ou qualquer outra que oriente protocolos de trabalho.

Nesse sentido, a importância na definição de uma política de formação de acervo reside no fato de além de definir a natureza e linhas de acervo que serão abrigados, versar sobre os critérios que deverão orientar as

atividades de avaliação, seleção, aquisição, preservação, assim como as condições de descarte de acervo, quando necessário.

Existem diversas formas possíveis para a captação de documentos imbuídos de valores históricos, sociais, culturais, científicos ou de qualquer outro parâmetro de referência. De tal modo que para a formalização da entrada de documentos em uma instituição de guarda, há diferentes processos de regularização da situação jurídica do corpus documental a ser incorporado. Entre as formas mais conhecidas estão as doações e compras de documentos, como exemplos de entradas de documentos por via extraordinária, e as transferências e recolhimento como os meios possíveis da entrada de documentos pela via ordinária.

O sistema ordinário de entrada de documentos caracteriza-se por ser um tipo de transferência de documentos que se produz no seio do sistema arquivístico, sem interferências externas (CRUZ MUNDET, 2015). Consequentemente, está inseparavelmente vinculado à gestão documental, sendo regido pelo próprio sistema que estabelece seus instrumentos de controle de produção, uso e destinação de documentos. Assim, as transferências e recolhimentos por via ordinária são consolidados através de termos próprios, conforme os procedimentos formais da gestão documental e decorrem do estudo do ciclo de vida dos documentos em uma unidade administrativa.

Em contrapartida, o sistema extraordinário de entrada de documentos diz respeito a incorporação de documentos não oriundos da administração que os recebe, mas que complementam o acervo através de seus valores e diálogo estabelecido com os conjuntos de documentos já custodiados, despertando o interesse tanto de usuários internos, quanto dos usuários externos. Fazendo menção aos exemplos dado anteriormente, no caso das compras de acervo, o instrumento legal correspondente a regularização da propriedade é o contrato. Já para a formalização de doações são feitas cartas, termos ou instrumentos particulares/públicos, dependendo do grau de solenidade investido.

CEDEM e sua política de acervo

O CEDEM foi concebido como lugar de memória e investido da responsabilidade pelo adequado exercício da proteção documental a partir do interesse acadêmico e social despertado. Surge em 1987 com a proposta de recuperar e preservar registros sobre a UNESP por meio da constituição de um núcleo de memória universitária, entendido como a proteção aos arquivos universitários – naquele momento diagnosticados em estado frágil (UNESP, Processo 595/1987, vol. 1) – e a reunião de depoimentos e documentos não arquivísticos sobre os mais diversos aspectos da universidade. Além da concepção do núcleo de memória universitária, outros dois núcleos foram idealizados: um sobre memória paulista, outro sobre documentação regional.

Da proposta original, apenas o núcleo de Memória da Universidade teve continuidade, em formato de projeto. Projeto de longa duração que, em 2017, completa 30 anos junto com o próprio CEDEM, amplamente enraizado na metodologia típica da história oral, produzindo registros que deram origem a uma coleção composta por distintas espécies e gêneros documentais (gravações sonoras e audiovisuais das entrevistas, em diversos formatos e meios, transcrições dos áudios originais, versões editadas e autorizadas pelos entrevistados, fotografias, etc.). Reuniu também documentos de outras origens, com destaque para recortes de notícias e cópias de documentos levantados em diversos arquivos referentes a UNESP e as temáticas pertinentes ao acervo constituído. Paralelamente, o projeto Memória da Universidade também se voltava para a implementação do processo de gestão documental dentro do ambiente universitário, iniciativa que permaneceu sob responsabilidade do CEDEM até 2012, quando passa a ser tarefa da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso da Unesp.

Se o CEDEM surge com o intuito de recuperar e preservar documentos relativos à UNESP, em 1994, com a incorporação, por meio de convênio, da totalidade dos acervos do Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa- CEMAP e do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (Asmob/IAP) , o centro de documentação amplia sua área de atuação e agrega uma nova linha temática para a captação e disponibilização de documentos relativos a movimentos sociais brasileiros contemporâneos de caráter político. A partir desse momento, uma intensa atividade de incremento de acervo teve lugar e muitos outros fundos e coleções passaram à custódia do Cedem, configurando hoje, em termos quantitativos, maior porcentagem de documentos relativos aos movimentos sociais, do que os relativos à memória universitária.

O artigo *Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo* (TROITIÑO, 2016), escrito a partir da análise crítica-comparativa da formação dos acervos do CEDEM e do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, considerou o impactado dos interesses de pesquisa na decisão sobre quais conjuntos documentais são incorporados ou não ao arquivo de cada instituição.

o perfil dos acervos captados acompanha os interesses da gestão ou do grupo de pesquisadores constituintes do centro no período da aquisição, ao invés de ser determinado pela linha de acervo da instituição em si. Na verdade, a atuação desses grupos de pesquisadores conforma a linha de acervo, chegando a alterá-la de acordo com os interesses envolvidos. (TROITIÑO, 2016, p. 39)

Ao analisar a trajetória do CEDEM, essa questão se faz notar ao refletir sobre a substituição de uma proposta tripartida de preservação de documentos, com base na definição de eixos temáticos a serem adotados (memória universitária, núcleo de documentação, núcleo de história regional), por uma proposta bipartida, ancorada em dois eixos temáticos (memória universitária, movimentos políticosociais brasileiros contemporâneos). Entretanto, essa mudança não alterou a essência da missão institucional ou os objetivos inicialmente propostos. Na verdade, alterou apenas parte do foco temático determinante dos documentos a serem preservados.

Em 2015, é estabelecida a Política de Desenvolvimento de Coleção e Aquisição de Acervos, que passou a regular todas as atividades de avaliação e ampliação de acervo no CEDEM.

Uma política de formação de acervo, para sua efetividade, deve apresentar direcionamento claro e coerente com o perfil e missão da instituição a qual representa. De tal modo, que na sua concepção devem ser levadas em consideração:

- As formas admitidas para a aquisição de documentos ou conjuntos de documentos, orgânicos ou não, em conformidade com as linhas temáticas de quem as irá receber;
- Formas de dar transparência e seriedade a processos decisórios e tomadas de decisão;
- Manter a integridade da totalidade do acervo, respeitando a identidade da entidade custodiadora;
- Estabelecer procedimentos de avaliação e destinação de documentos;

No caso específico do CEDEM, os principais objetivos estabelecidos em sua política são:

1. Adquirir acervos em consonância com as linhas de acervo do CEDEM;

2. Dar transparência e seriedade ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão;
3. Manter o equilíbrio e a integridade na formação do acervo;
4. Melhorar a organização e otimização das atividades;
5. Respeitar a identidade dos acervos e a missão institucional;
6. Viabilizar o descarte e/ou transferência de acervos não pertinentes aos termos estabelecidos nesta política. (CEDEM, 2015,p.1)

Essa é uma política concebida com partes e requisitos a serem atendidos bem definidos. Abaixo, de modo esquemático, segue um quadro que apresenta a estrutura e conteúdos contemplados pela *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos* (CEDEM, 2015).

Quadro I – Estrutura E Conteúdo

Partes	Conteúdo
1) Apresentação	Pequena introdução sobre as razões e objetivos tratados pelo documento.
II) Caracterização e especialização do CEDEM	Breve histórico sobre a instituição e sua área de atuação.
III) Natureza e da formação do acervo do CEDEM	Caracterização das áreas do conhecimento envolvidas, missão e atuação da instituição de guarda.
IV) Linhas de acervo do CEDEM	Definição do perfil de acervo, orientador das atividades e interesses temáticos para a aquisição de arquivos e coleções, conforme vocação institucional.
V) Diretrizes gerais para a formação do acervo	Diretrizes norteadoras da constituição do acervo. Deve considerar elementos conceituais e práticos envolvidos no processo de avaliação e incorporação de documentos.
VI) Critérios gerais para a seleção do acervo	Definição de parâmetros de utilização para a avaliação de documentos.
VII) Critérios gerais para aquisição de acervo	Definição das condições envolvidas na aquisição de documentos
VIII) Formas de aquisição do acervo	Meios utilizados para a transmissão legal da custódia.

IX) Procedimentos para o desenvolvimento de coleções.	Estabelece as formas para a reunião de documentos e/ou registros, por parte da instituição, conforme suas áreas de atuação e linhas de acervo.
X) Áreas norteadoras dos processos de tratamento técnico documental	Valores referenciais, a partir das áreas do conhecimento e suas disciplinas, empregados no tratamento técnico documental.
XI) Critérios gerais e Procedimentos para Descarte	Definição de situações, condições e procedimentos utilizados para a doação, transferência ou qualquer outro meio de descarte de documentos.
XII) Considerações Finais	Outras informações relevantes.

Fonte: *Elaboração própria, com base em Cedem (2015).*

Considerações finais

Fomentar pesquisa na universidade sempre foi um importante argumento para adquirir arquivos e coleções. Consequentemente, não é difícil entender as demandas envolvidas na criação de centros de documentação universitários.

Nesse sentido, a reunião de fundos e coleções que conformam o acervo preservado pelo CEDEM é, em larga medida, fruto de interesses de pesquisa de professores e pesquisadores vinculados. Pesquisadores esses que tiveram uma atuação profícua na seleção e preservação de documentos de origem privada, com valor histórico e social. Também por isso, não é de se estranhar que durante décadas a incorporação de documentos ao CEDEM ocorreram com certa “espontaneidade”, condicionada a avaliações sem protocolos de trabalho ou metodologias fundamentados na Arquivologia.

No recente trabalho de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, *Centros de Memória: uma proposta de Definição*, as autoras revelam que

“...os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização. É unânime a queixa dos gestores de que normas e procedimentos não tem sido formalmente estabelecidos, ou seja, não há rotinas a serem seguidas. Mesmo quando se estabelece um regime de colaboração entre as diversas áreas, a cada mudança de gerência o elo se quebra, interrompendo o processo.” (CAMARGO; GOULART, 2015, P. 72)

Por outro lado, Lucia Maria Velloso de Oliveira argumenta que

“...a questão da aquisição dos acervos arquivísticos deveria ocupar um lugar central na agenda das instituições com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico, na medida em que relaciona explicitamente duas ações importantes para as instituições: o crescimento do acervo e a sua preservação. Observamos, contudo, que essa relação ainda ocupa um lugar obscuro no âmbito da estratégia e das ações institucionais. Minha hipótese é que as instituições persistem em uma perspectiva sem uma visão gerencial dos arquivos.” (OLIVEIRA, 2012, p. 117)

De certo modo, implantar uma política norteadora para a aquisição de documentos significa definir o tipo de patrimônio documental que se deseja resguardar, em consonância com determinados valores e interes-

ses, delimitando igualmente a área de atuação e abrangência almejadas pela instituição de preservação. Segundo Antonia Heredia Herrera (2013), patrimônio documental e avaliação guardam uma relação essencial, considerando que o patrimônio documental é configurado a partir da avaliação.

A análise das questões aqui tratadas parte de um estudo de caso específico. Contudo, as considerações feitas não se limitam apenas ao CEDEM. Diversos arquivos, centro de documentação ou de memória desenvolvem similarmente suas próprias políticas de formação de acervo, em respeito à missão e perfil institucionais que os caracterizam. Entretanto, essa não é a via de regra, como bem apontaram Camargo e Goulart (2015) e Oliveira (2012).

Com base na experiência do CEDEM, pudemos constatar que é fundamental que instituições arquivísticas, especialmente as com vocação para o resguardo de documentos de valor histórico, desenvolvam políticas de formação de acervo. A implementação dessas políticas apresenta inúmeras vantagens, que vão desde a manutenção da coerência e do perfil do acervo até a efetiva preservação do patrimônio documental. Mas principalmente, o estabelecimento de diretrizes e procedimentos demonstra transparência e profissionalismo na tomada de decisões, no âmbito das instituições responsáveis pela custódia de fundos e coleções, especialmente quando relativos aos de origem privada de interesse público.

Referências

- ALBERCH I FUGUERAS, RAMÓN. Los archivos: entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento. Barcelona: Editorial UOC, S.L., 2003.
- CAMARGO, Ana Maria e GOULART, Silvana. Centros de Memória: uma proposta de definição. SP: Edições SESC São Paulo, 2015.
- CEDEM (Centro de Documentação e Memória- Universidade Estadual Paulista). *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos*. São Paulo: Cedem, 2015. 8 p. Não Publicado.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. Archivística. Gestión de documentos y administración de archivos Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- FERREIRA, Maria de Lourdes. Os arquivos da administração pública nos municípios da Grande ABC Paulista – a busca do fio de Ariadne. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, 2005.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. Manual de archivística básica: gestión y sistemas. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 2013.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão sobre questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In SILVA, Maria Celina Soares de Mello e OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (orgs.). Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa. RJ: MAST, 2012.
- SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.
- TROITIÑO, Sonia. Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 27-46, dez. 2016. ISSN 2178-3284. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647844>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- UNESP- Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Processo RUNESP nº 595/1987 – Grupo de Trabalho para a Preservação de Documentos e Memória Histórica da Unesp. São Paulo. Vols.1 e 2.
- VÁSQUEZ MURILLO, Manuel. Hacia una política archivística. In: NAVARRO, Ana Celia. Archivos y documentos: textos seminales. SP: ARQ-SP, 2015. hivistica. In: NAVARRO, Ana Celia. Archivos y documentos: textos seminales. SP: ARQ-SP, 2015.

O FUNDO JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO¹

Márcia Beatriz Carneiro Aragão*

Prólogo

A melhor contribuição da Arquivística é quando serve de fato para organizar inteligentemente uma massa documental antes caótica e, por conseguinte, fragmentária, e traz ao público interessado um todo coerente. É um quebra-cabeças muitas vezes com milhares de peças, antes todas dispersas, que é finalmente montado e traz uma imagem inteligível. Inteligível, porquanto formulada a partir de hipóteses de trabalho, mais do que de certezas absolutas (invariavelmente, há peças faltando). Quebra-cabeças, por sua vez, novamente desconstruído, conforme o uso e o interesse de cada pesquisador e/ou usuário que sobre ele se debruce! Desse ponto de vista, a imagem de caleidoscópio também se aplica ao uso dos diferentes acervos, de figuras que se constroem e se desconstroem, sempre renovadas.

A prática arquivística continuada, de caráter eminentemente instrumental, leva ao entendimento de uma série de traços comuns a diversos acervos pessoais, como eles costumam se configurar, e assim muito do trabalho prático e intelectual acaba se tornando replicável, conforme se identifique uma maior ou menor homogeneidade do conjunto de acervos de uma dada instituição. Os princípios arquivísticos clássicos também acabam por nortear ou, por vezes, socorrer nessa prática.

Além disso, o uso da documentação pelos diversos públicos que vêm a um Arquivo Público pode e deve ser levado em consideração na organização arquivística de determinado acervo. Não se trata, obviamente, de exercício de adivinhação sobre a miríade de objetos de pesquisa acadêmica e não-acadêmica que determinada massa documental possa gerar. Não é também pensar em um respectivo arranjo (aqui entendido tanto como organização física quanto como classificação intelectual) conforme um uso por advogados, historiadores, jornalistas, biógrafos ou qualquer categoria de indivíduo que consulte a documentação. Queira-se ou não, um público-alvo é sempre delineado e levado em conta nas atividades de uma instituição arquivística. Trata-se de decisões que acabam por ser tomadas ao se pensar em entregar um conjunto organizado - até que nível de descrição? Até que ponto fazer a ordenação física? Qual é o nível de padronização da descrição para que o conjunto seja entendido em outros países, outras cidades, estados e regiões? Há também o hiato entre fases de organização, às vezes de décadas. Além de tudo isso, a equipe técnica e o tempo para o trabalho sempre encaram limites quantitativos e, por vezes, qualitativos. Todas essas decisões serão exemplificadas a seguir, quando trato do conjunto documental de Júlio Prestes de Albuquerque.

¹ O presente artigo só pode ser escrito graças à colaboração direta e indireta de vários servidores públicos e estagiários do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Agradeço especialmente à equipe envolvida no tratamento arquivístico do Fundo Júlio Prestes de Albuquerque: Rodrigo Otávio Garcia (diretor do Núcleo de Acervo Textual Privado), Sérgio Sasaki, Roberta Lima (estagiária) e muito especialmente a Cláudia Marcolino e a Elisabete de Angeli, que trabalharam ao longo de todo o projeto.

*Trabalha há seis anos com documentação textual no Arquivo Público do Estado de São Paulo, cinco deles com fundos e coleções privadas. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e possui pós-graduação lato sensu pela Escola Superior de Propaganda e Marketing.

O fundo documental Júlio Prestes de Albuquerque (JPA) dentro Centro de Acervo Permanente (CAP) do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

No APEP, os diferentes acervos estão fisicamente sob a guarda de centros ou núcleos diferentes: o bibliográfico, na Biblioteca; os audiovisuais e mapográficos, nos núcleos iconográfico e cartográfico, respectivamente. O textual- constituído por correspondência, leis e decretos, inquéritos policiais, entre tantas outras espécies e tipos documentais- é de responsabilidade do CAP. Evidentemente, um mesmo fundo que se materialize nesses diferentes suportes terá uma única linha condutora (um mesmo quadro de classificação), planeada por este Centro.

Como se poderia esperar em um Arquivo Público, a documentação é de origem prioritariamente governamental. Em nosso caso, vem desde os tempos da Capitania de São Paulo, no período colonial, passando pela Província dos tempos imperiais até as décadas mais recentes do período republicano.² Em termos numéricos, a massa documental de origem pública sob guarda permanente chega a cerca de sete quilômetros.

Há também um conjunto expressivo, quantitativa e qualitativamente, de fundos e coleções de origem privada. São cerca de cinquenta, aproximando-se³ de 800 metros⁴. Podem ser subdivididos entre instituições de origem privadas (bancária e hospitalar entre outras) e figuras públicas ou de destaque em algum campo (governadores, um arquiteto, uma artista, representantes da elite econômica, dentre tantos outros)⁵ e seus arquivos pessoais.

Em geral, a documentação pública dentro do APEP tem se constituído de longas séries homogêneas. Isto também pode acontecer com a documentação de caráter privado e institucional, como acontece com a série prontuários médicos de parturientes⁶ do Hospital e Maternidade de São Paulo, bastante consultada para fins probatórios. Quando se trata, porém, de acervos propriamente pessoais, uma peça documental costuma ser bem diferente da outra, dando origem a uma seriação muito mais extensa.

Nos acervos pessoais, os governadores e/ou interventores, presentes no acervo em número de nove⁷, por vezes acumularam muita documentação de origem governamental. Em se tratando do fundo Júlio Prestes, sua faceta pública tem, claro, relação com sua longa vida de político profissional, que de 1909 a 1926 atuou como parlamentar estadual e federal e, de 1927 a 1930, como Presidente do Governo do Estado de São Paulo. Mas não é simplesmente decorrência disso; ele levou consigo (na documentação encontrada em uma de suas fazendas, no município de Itapetininga) se não toda, uma enorme quantidade de documentos do arquivo do Gabinete da Presidência do Estado. São milhares de registros, especialmente correspondência enviada e recebida por Júlio Prestes e seus assessores, provavelmente retidos por ele pelo revés sofrido com as bruscas mudanças políticas representadas pela Revolução de 30, em que seu então opositor Getúlio Vargas, e não ele, o presidente da república eleito, assumiu o poder. Uma hipótese provável é, portanto, que essa opção de esvaziamento do arquivo do gabinete teria sido uma salvaguarda contra possíveis outras retaliações políticas e/ou pessoais.⁸

² Para um maior entendimento dos fundos e coleções, do APEP, consulte-se a página de Guia do Acervo da instituição: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia> (acessada em 31/01/2017).

³ O número exato de fundos e coleções de origem privada é objeto, presentemente, de revisão, para a atualização do Guia do Acervo.

⁴ Fala-se também em metros lineares, que são na verdade o metro original, que não é elevado ao quadrado nem ao cubo

⁵ O Banco é o Comind (em tratamento), a entidade hospitalar é o Hospital e Maternidade de São Paulo (disponível), o arquiteto é Gregori Warchavchik (em tratamento) e a artista é Maria José de Carvalho (disponível), as famílias são Arruda Botelho (em tratamento) e Gil Prestes Bernardes (em avaliação). Para os acervos disponíveis, veja-se o Guia do Acervo supracitado.

⁶ Há mais de 600.000 desses prontuários sob a guarda do APEP

⁷ A mais recente incorporação é de parte do acervo do ex-governador Mário Covas, feita em dezembro de 2016. Vide a notícia <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/noticias/ultimas/ver/arquivo-de-mario-covas-eo-primeiro-acervo-privado-oficialmente-declarado-de-interesse-publico-e-social-pelo-estado-de-sao-paulo> (acessada em 01/02/2016) O restante do acervo também virá para o APEP, sem data prevista.

⁸ Para maiores detalhes sobre a biografia de Júlio Prestes, veja-se o Guia do Acervo e também o catálogo da exposição virtual a ele dedicada:

Em outros segmentos do mesmo conjunto que, somando-se, chegam a outras milhares de peças documentais, estão registrados episódios de suas atividades parlamentares em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro (a então capital da República Velha), seu exílio de quase quatro anos na Europa (quando impedido de assumir o posto de Presidente da República), o que chamo de exílio interno, nas suas atividades de fazendeiro no interior de Estado de São Paulo, de seu retorno da Europa até o seu falecimento (1934-1946) e, voltando no tempo, seu final de adolescência, seu conjunto consistente de poemas (por ele compilado, mas não publicado, nos anos finais de vida), sua atividade como advogado metuculoso, por vezes concomitante com o trabalho parlamentar. Por sinal, a biblioteca do APESP abriga um conjunto de 920 livros, na maior parte jurídicos. Há também um conjunto expressivo de fotografias⁹ de família e de suas diferentes atuações profissionais. Há documentação produzida ou recepcionada por familiares mais próximos, como a esposa Alice Prestes e os filhos Marialice, Fernando e Irene e sobretudo o pai, o coronel Fernando Prestes, de quem herdou os contatos e uma de suas vocações mais intensas, a de político.

Quando houve a abertura de uma exposição e um seminário dedicados a Júlio Prestes, em 5 de abril de 2016, fiz a abertura dos trabalhos, falando sobre o acervo JPA no APESP. Nesta fala, ao afirmar que um acervo é necessariamente uma seleção, fiz referências a um artigo de Letícia Nedel¹⁰, que trabalhou com o acervo de Alzira Vargas do Amaral Peixoto no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) do Rio de Janeiro: “resta sempre uma margem considerável de indeterminação quanto ao que ficou guardado por apego, propósito ou acaso”. Houve quem debatesse que não há propósito no sentido de intenção deliberada de guardar – com a decorrência possível de construir uma imagem de si, como eu afirmara – quando a acumulação é orgânica. Insisto que, em se tratando de arquivos pessoais, assim como a afetividade interfere no que se guarda ou não, existe intencionalidade, sim, pois não somos robôs que guardem documentos que representem atividades simplesmente, e sim, humanos que ponderam, muitas vezes, sobre a importância de preservar ou descartar certos documentos, levando em conta como queremos ser vistos ou lembrados (ou, ao menos, os vestígios que queremos apagar), agindo em conformidade com tais impulsos e reflexões.

As escolhas envolvendo o fundo JPA

O fundo documental de Júlio Prestes foi incorporado ao acervo do APESP em 1982, por ocasião do centenário de seu nascimento, doado por um de seus sobrinhos-netos, Gil Prestes Bernardes. Havia, por um lado, o desejo dos familiares de perpetuar a memória do estadista e, por outro, a vontade dos dirigentes do APESP de constituir um conjunto de fundos e coleções dedicados aos governadores do Estado de São Paulo. Em 1987, como fruto do tratamento do primeiro lote de documentos, saiu um inventário de qualidade¹¹, minucioso, fundamentado, descritivo e interpretativo do conjunto dos documentos então recebidos.

Nos anos 1990, com Gil Prestes já falecido, outro familiar – Francisco de Paula Bernardes Neto – doa não apenas mais uma parte do acervo de Júlio Prestes, mas também o acervo do próprio Gil Prestes. O APESP, na época, não tinha a estrutura física e profissional de que dispõe atualmente. O quadro de servidores era bastante enxuto, inversamente proporcional ao tamanho do acervo¹². Era necessário priorizar o tratamen-

http://200.144.6.120/exposicao_julio Prestes/material_apoio/catalogo_exposicao_julio_prestes.pdf (acessado em 31/01/2017)

⁹ O Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo é detentor de trinta álbuns fotográficos pertencentes a Júlio Prestes. Tais álbuns foram emprestados ao APESP e digitalizados para a exposição de 2016. Vide http://200.144.6.120/exposicao_julio Prestes/albuns_fotograficos.php (acessado em 31/01/2017)

¹⁰ Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa, de vários autores, Editora FGV, 2014.

¹¹ *Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque*, de Silvana Goulart Guimarães e Regina Mara Teles. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987.

¹² Para se ter uma ideia, o primeiro concurso feito exclusivamente para o APESP deu-se em 2010, em uma instituição fundada em 1892.

to, o que se deu sob a forma de projetos específicos, em geral de documentação de origem pública, foco original do APESP. Em 2014, já em uma nova sede e com um quadro maior de servidores, com um núcleo de servidores dedicados exclusivamente aos acervos privados, houve a decisão e a possibilidade real de recomeçar o tratamento desse fundo.

A documentação do segundo lote de acervo passou primeiramente por higienização; essa primeira triagem e o posterior trabalho da equipe do CAP levaram à constatação de que uma parte dele era de manuseio difícil, não adequado ao uso de consulentes e nem ao menos da equipe técnica (em geral, por estarem a ponto de se despedaçar, caso especialmente de muitos telegramas recebidos por Júlio Prestes em seu mandato de Presidente do Estado). Após essa fase, a documentação foi diagnosticada e daí, percebeu-se a sobreposição de arquivos (Júlio Prestes e Gil Prestes). Aplicando-se o princípio da proveniência¹³, decidiu-se deixar de lado o de Gil Prestes, e trabalhar apenas com o de Júlio Prestes. A fase que se seguiu, que durou até o final de 2016, foi consagrada à ordenação física, classificação, notação, inclusão de informações em planilha eletrônica e acondicionamento da documentação em caixas de polionda colocadas no plano horizontal (para melhor preservação dos documentos). Quanto mais a equipe ia percebendo as diferentes atividades exercidas pelo titular do Fundo, mais refinava o quadro de classificação, que a partir de certo ponto, serviu como verdadeiro mapa para o trabalho operacional com a documentação, além de oferecer de imediato um panorama do acervo ao consulente.¹⁴ É importante ressaltar ainda que na medida em que o conjunto ia sendo mais entendido, várias reclassificações de documentos em séries e respectivos grupos e subgrupos tiveram de ser feitas, já que não dispúnhamos de uma fotografia prévia do quebra-cabeças a ser montado. O trabalho todo resultou em 20 metros de documentação textual e iconográfica, não incluídos nesta conta 8 metros de documentação sem condições de manuseio. O conjunto documental de Gil Prestes Bernardes, não tratado, chega a 10 metros.

Com um intervalo de 27 anos entre o tratamento de um lote e outro de documentação, naturalmente os critérios e procedimentos passaram por alterações. A escolha foi de preservar intacto o tratamento dos anos 1980, mas fazendo um plano de classificação abrangendo todo o conjunto documental, ajustes nos nomes das séries e uma notação de controle em cada documento. Tal notação destinava-se não a descrever documento a documento, mas a registrar e ter controle de cada item, evitando extravios e dissociações. Evidentemente, era feita uma leitura da documentação, mas bastante instrumental a fim de identificar série, data, produtor e mais algumas outras informações estritamente necessárias ao tratamento arquivístico dentro de padrões de qualidade almejados.

Atualmente, preconiza-se a ordenação lógica como alternativa à física. Assim, uma vez feita a notação e estando presente em um instrumento de pesquisa, seria o bastante para localizar uma determinada peça documental. Por motivos muitas vezes de ordem operacional, especialmente para conjuntos extensos, essa pode ser a saída mais viável, mas optamos, até onde o prazo nos permitiu (até agosto de 2016)¹⁵, por fazer a ordenação cronológica das séries (da data mais recente para a mais antiga), entendendo ser para o consulente em geral mais útil ter uma noção temporal da sucessão de registros documentais de uma vez só ao fazer a consulta, uma vez que, salvo geralmente por motivos probatórios, dificilmente se está à procura de um documento, mas sim de um conjunto que revele padrões e/ou dissonâncias nas informações (ou supressão delas) e nas formas contidas nos tipos e espécies documentais.

¹³ Para uma definição sucinta, vide o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística em http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf (consultado em 01/02/2017)

¹⁴ Vide a ficha descritiva do fundo JPA no APESP: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/icaatom/index.php/julio-prestes-2;jsad> (acessada em 31/01/2017)

¹⁵ A partir de setembro até dezembro de 2016, a ordenação cronológica das séries foi deixada de lado.

Os nomes dados a cada série são um assunto bem importante dentro do tratamento arquivístico, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Uma maior precisão é sempre buscada, mas o maior ou menor grau de especificação das séries pode acarretar algumas semanas ou meses a mais de trabalho. Por exemplo, ao decidirmos detalhar o que estava sobre a rubrica correspondência no tratamento dos anos 1980, chegamos a ofícios enviados e recebidos, cartas enviadas e recebidas, cartões-postais enviados e recebidos, telegramas enviados e recebidos e assim por diante. Poderíamos ter especificado os gêneros ofício e carta em tipos documentais (cartas de apresentação, cartas de solicitação etc.), mas tal precisão demandaria consideravelmente mais tempo e não necessariamente, maior benefício ao usuário final.

Por fim, ressalto a inclusão em andamento não somente do fundo JPA, mas de todo o acervo do APESP, nos padrões internacionais de descrição arquivística (ISAD)¹⁶ presentes no ICA-ATOM, software de descrição arquivística de uso livre e âmbito internacional¹⁷, feito para interligar arquivos do mundo inteiro, dentro de uma linguagem inteligível a todos os envolvidos. É uma opção por uma inserção internacional que amplia o aprendizado e o intercâmbio inter-institucional entre arquivos do Brasil e do mundo, com a perda talvez de alguns preciosismos ou entendimentos pontuais de determinadas linhas de trabalho arquivístico.

A oportunidade de trabalhar anos em um determinado conjunto amplia não somente o conhecimento de determinadas representações de pessoas e de épocas, o que por si só já é muito enriquecedor para os envolvidos e para o público interessado. Consolida também a aplicação dos princípios arquivísticos e mostra a imensa riqueza dos conjuntos documentais de origem pessoal e sua importância na construção da memória, da consciência e da identidade¹⁸, nos âmbitos individual e coletivo. É trazer à tona enormes pilhas de preciosidades, como verdadeiros artefatos arqueológicos que os documentos são, de fato, com o máximo de contextualização possível.

¹⁶ Norma Internacional de Descrição Arquivística, vide http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf (acessado em 31/01/2017)

¹⁷ Vide <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/destaques.php> (acessado em 31/01/2017)

¹⁸ Tomei emprestada a expressão “construção da memória, da consciência e da identidade” de Terry Cook, cunhada em seu artigo Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. Revista Archival Science, Holanda, v. 13, n. 2, 01/06/2013.

Referências

BELLOTTO, H.L. *Arquivos Permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMARGO, A.M & GOULART, S. *Tempo e Circunstância*. A abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COOK, Terry. *Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms*. Archival Science, Holanda, v. 13, n. 2, 1º de jun. 2013. D'ÁVILA FILHO, Paulo M. O clientelismo como gramática política universal. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jul./dez. 2003. Acesso em: 17 mar. 2016.

DEBES, Célio. *Júlio Prestes e a Primeira República*. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1982.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, Silvana Goulart; TELES, Regina Mara. *Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987.

NEDEL, Letícia. *Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente*. In: Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa, de vários autores, Editora FGV, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LÍDERES E CIDADÃOS: ONDE TERMINA O HOMEM PÚBLICO E TEM INÍCIO A VIDA PRIVADA NOS DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DE POLÍTICOS?

Elisabete Marin Ribas*

Resumo

A dicotomia público/privado no Brasil é algo que há muito tempo buscamos equacionar. Na era das redes sociais e da abertura do acesso às informações na Internet, como lidamos com essas questões diante dos arquivos privados depositados em espaços públicos? Como considerar a vida pessoal de personagens que ocuparam cargos públicos de extrema exposição? O presente texto busca elucidar tais questões a partir do fundo Caio Prado Jr.¹, salvaguardado no Arquivo IEB- USP.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Informação. Privacidade.

Abstract

The public/private ambivalence in Brazil is an issue that for a long time we try to balance. In the era of social networks and considering the dissemination of information on the internet, how do we deal with these questions in respect to private archives guarded in public spaces? How to assess the personal lives of persons who occupied public position of extreme exposition? This text tries to illustrate these matters taking as example Caio Prado Jr.'s personal archives in Arquivo IEB – USP.

Keywords: Personal Archives. Information. Privacy.

*Mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Especialista em Organização de Arquivos pelo IEB – USP, mesma instituição onde atualmente exerce o cargo de supervisora técnica do Serviço de Arquivo.

¹ O presente artigo não seria possível sem os trabalhos de pesquisa e processamento documental realizados pelos, na época estagiários do Arquivo, Giovana Beraldi Fabiano (2010 a 2012) e Wipsley Mesquita (2013 a 2014). A eles registro aqui meu agradecimento.

Introdução

Longe de pretender esgotar um tema complexo como a dicotomia público / privado, tentaremos ilustrar, a partir de uma experiência prática, a aplicação de princípios arquivísticos e de uma abordagem contextual dos fundos pessoais como as melhores ferramentas disponíveis para os técnicos que trabalham com documentos privados de interesse público. Questões de ordem teórica e legal relacionadas ao dilema público/ privado podem ser encontradas em autores como GARCIA (1998), COSTA (1998), MENESES (1998) e LAFFER (2005).

Arquivo IEB – USP e o Fundo Caio Prado Jr.

Criado em 1962, pelo então professor Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo é um centro de pesquisa interdisciplinar, detentor de precioso acervo dedicado ao estudo do Brasil. Esse acervo é dividido entre o ABC do IEB – Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais, respeitando-se a natureza de seus itens.

O Arquivo IEB-USP surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. A partir de 1974, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, o crescimento do acervo motivou seu estabelecimento como setor independente. Com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar seus documentos, visando oferecer fontes primárias para pesquisas das mais diversas áreas relacionadas aos estudos brasileiros, o Arquivo IEB atualmente reúne cerca de 500 mil documentos. Com destaque para seus já mencionados arquivos pessoais, o acervo é classificado a partir das características de seus conjuntos e apresenta-se dividido em Fundos, Coleções, Documentação Resultante de Pesquisa e Documentação Avulsa.

Dentre os 150 conjuntos documentais atualmente salvaguardados no Arquivo do IEB – USP, destacamos para o presente estudo o fundo Caio Prado Jr. O currículo desse intelectual é extenso e repleto de muitas funções exercidas, mas ele foi escolhido aqui por ser um dos titulares de fundos pessoais do Arquivo IEB-USP que exerceu um cargo político. Em 1945, ele foi eleito deputado estadual como suplente pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro. Em 1948, foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, embora tenha tido seu mandato cassado no mesmo ano.²

E se não soubéssemos absolutamente nada sobre Caio Pardo Jr.? Poderíamos, a partir de seus documentos pessoais, definir quem ele foi e como viveu? Se pudéssemos consultar o acervo na integralidade, talvez isso fosse possível. O que dificulta esse empreendimento é o fato de que o conteúdo do arquivo é estimado em cerca de 30 mil itens documentais. Tendo isso em mente, para nos aproximarmos de um acervo amplo como esse, é preciso uma estratégia. Aquela que conduziremos aqui é fazermos um exercício reflexivo, que buscará instigar no leitor algumas interpretações documentais, a partir de fotografias de Caio Prado Jr. retiradas de seu arquivo pessoal.

² Apesar de pouco tempo de exercício da função, foi o responsável, junto com Mário Schemberg, pela inclusão do artigo referente à criação da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, na Constituição Estadual de São Paulo. Artigo 271, Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>, acessado em 03 de setembro de 2016, às 15h30.



Documento 1



Documento 02



Documento 03, 04 e 05



Documento 06



Documento 07



Documento 08

Se a partir das oito fotografias aqui selecionadas fôssemos elaborar uma narrativa da vida de Caio Prado Jr., poderíamos escrever o seguinte texto:

“Caio Prado Jr. era um exímio esportista. Praticava inclusive esportes de inverno numa época em que não existiam Olimpíadas especializadas (Documento 01). Por morar no Brasil, uma de suas grandes paixões era o futebol. Jogava desde criança (Documento 02). Sempre que podia, frequentava o estádio do Pacaembu (Documentos 03, 04 e 05). Por ser de uma família tradicional de São Paulo (Documento 06), não precisava trabalhar duro. Passava dias inteiros, tranquilamente, de pijama (Documento 07). Tinha um físico desenvolvido e posava como modelo para fotos de revistas da época (Documento 08).”

Para o leitor desatento, a breve história aqui poderia ser ilustrada com as fotografias do acervo de Caio Prado Jr. Já para o arquivista que exerce seu trabalho com o rigor da descrição documental, a interpretação motivada pelas fotos teria ares de equívoco.

O arquivista que trabalha com arquivos pessoais sabe que, para além das séries, uma função exercida em vida pelo titular do acervo organizado é testemunhada por documentos de tipologias diversificadas, isto é, não só por fotografias, como aqui foi colocada. No trabalho de organização de fundos pessoais, ao ampliarmos um pouco mais o leque de documentos, começamos a ver a rede de relações que espelha a vida de seu titular. Com isso em mente, saberemos que algumas das imagens aqui selecionadas representam eventos que vão muito além do que as imagens sugerem ao primeiro olhar. A partir da mesma documentação, com a soma de novos documentos inseridos de forma contextualizada ao conjunto, a mesma história contada será um pouco diferente:

“Caio Prado Jr. viveu de 1907 a 1990.



Documentos 9, 10, 11 e 12

Durante sua infância, estudou no Chelmsford Hall. Eastbourne, Inglaterra, 1920.

Documento 02



Legenda: Caio à esquerda do professor no colégio Chelmsford Hall. Eastbourne, Inglaterra, 1920.

De fato era uma pessoa que apreciava esportes, praticando-os desde menino, gosto que se estendeu para a adolescência e vida adulta...

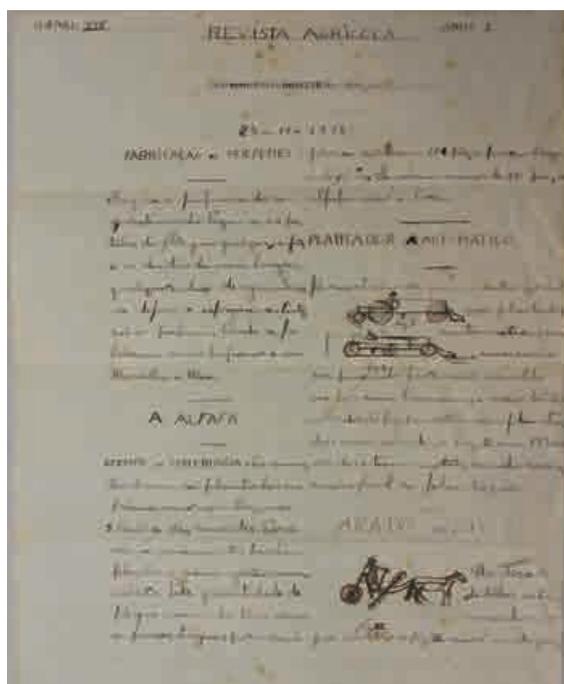
Documento 13



Legenda: Caderno de estudos, anotações e desenhos de Caio aos 16 anos. 1923

... mas também durante a infância, começa a demonstrar interesse por escrever sobre e interpretar o meio em que estava inserido.

Documento 14



Legenda: Revista Agrícola, criada por Caio aos 11 anos, com informações sobre a indústria rural. Exemplar de 24/11/1918. A revista era destinada aos membros de sua família.

Aparentemente, caio Prado Jr. era oriundo de uma família abastada.

Documento 06



Legenda: Caio Prado Jr. encontra-se aos pés de sua mãe, Antonieta.

Apesar de supostamente provir de família de classe social elevada, Caio Prado Jr. filia-se ao PCB – Partido Comunista Brasileiro. Uma das consequências de suas posições políticas é a sua prisão em 1936. Na cadeia, esteve ao lado de figuras como Barão de Itararé. Escreveu diários durante sua estadia no cárcere.

Documento 07 e 15



Legendas: Caio Prado Jr. posando para foto individual e Caio Prado Jr. posando com outros presos políticos, em 12/9/1936.

Documento 16

Registo Geral Numpro

22-7-1936

Fotographia tirada no dia de 22-7-36

Nome: **Caio Prado Junior -Dr.-** *Titulo:*

QUALIFICAÇÃO		CARACTERES CHROMATICOS, ETC	
<i>Filho de:</i>	Caio Prado	<i>Culor:</i>	Branco
<i>e de:</i>	Antonietta Prado	<i>Cabellos:</i>	Castanhos
<i>Nacionalidade:</i>	Brasileira	<i>Barba:</i>	Falta
<i>Naturalidade:</i>	São Paulo	<i>Bigodes:</i>	Castanhos
<i>Localidade:</i>	Capital	<i>Sobrancelhas:</i>	Castanhas
<i>Idade:</i>	29 annos	<i>Olhos:</i>	Castanhos
<i>Estado civil:</i>	Casado	<i>Estatura:</i>	1,80
<i>Profissão actual:</i>	Advogado	<i>Corpo:</i>	Regular
<i>Sabe ler e escrever?</i>	Superior	<i>Local onde trabalha:</i>	-----

Legenda: Prontuário de Caio Prado Jr. no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), durante sua prisão entre 1935 e 1937.

Por informação de um de seus diários, sabemos agora que as fotos do Estádio do Pacaembu, em verdade, mostram, mais do que uma partida de futebol de domingo, o Comício de Luiz Carlos Prestes, ocorrido em São Paulo, em 15 de julho de 1945.

Documentos 03, 04 e 05



Legenda: Pessoas com faixas na mão caminhando em volta do campo do Pacaembu.

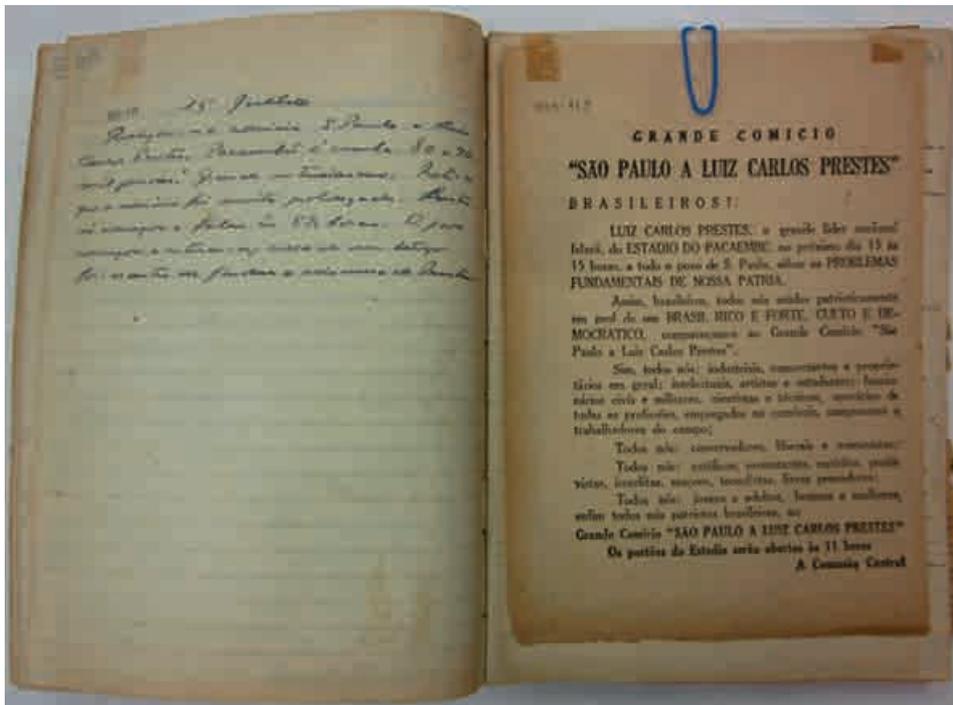


Legenda: Luiz Carlos Prestes em um palanque, com pessoas ao seu redor e câmeras. A foto foi tirada a partir de um ângulo de baixo para cima



Legenda: Concha acústica do estádio do Pacaembu, pessoas na arquibancada e uma faixa no campo com os dizeres "O POVO QUER ELEIÇÕES".

Documento 17



Legenda: Página do Diário Político número 5 – Anotações sobre o dia 15 e panfleto.

Ao sair da prisão, Caio Prado continuou participando de atividades políticas e acreditava no pacifismo, opondo-se à luta armada e entregando todos os proventos de seus cargos políticos ao PCB.

É considerado um dos maiores intérpretes do Brasil por ter escrito livros como Formação do Brasil Contemporâneo. Durante a sua vida, viajou o país registrando nosso povo, costumes, construções. Desenvolveu assim o gosto pela fotografia, realizando vários estudos sobre imagens e movimentos. E além de tudo isso, tinha bom humor.”



Documento 18

Com exceção da brincadeira final em relação à imagem número 18, a seleção de documentos aqui apresentada neste segundo momento mostra um histórico do mesmo Caio Prado Jr. bem diferente da história apresentada inicialmente. Os documentos de arquivo são peças de um quebra-cabeça que oferecem indícios. Eles devem ser consultados, pesquisados e interpretados como testemunhos pontuais. Mesmo o resultado da leitura dos 30 mil documentos do acervo não nos permitiria traçar uma narrativa única e linear da trajetória de Caio Prado Jr. Como nos lembra Heloísa L. Bellotto: “o documento reflete uma realidade; não é a realidade concreta. É um discurso sobre a realidade”. (BELLOTTO: 2006, p. 264)

O que afinal apreendemos desse percurso: a difícil separação entre documentos de ordem privada e aqueles de natureza pública num arquivo pessoal, mesmo de uma figura de alta projeção social e intelectual; a armadilha de selecionarmos enviesadamente subconjuntos de um acervo documental, que podem dar origem a interpretações as mais díspares ou disparatadas. Nesse processo de minoração de erros o papel do arquivista é fundamental ao realizar descrição documentais acuradas e propor classificações claras e significativas.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSTA, Célia Leite. **Intimidade versus interesse público: a problemática dos Arquivos**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, 1998, 189-1999.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. **Os documentos pessoais no espaço público**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, 1998, 175-187.

LAFFER, Celso. O **público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos**. In: Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, 1998, 89- 103.

ACERVOS PRIVADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA VISÃO SOBRE OS FUNDOS INSTITUCIONAIS

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano *

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre o levantamento realizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo relativo aos fundos privados de natureza institucional preservados em seu acervo. Com base em pesquisa realizada em várias edições do Guia de Acervo, atualmente em revisão, levantamos questões sobre as dificuldades de identificação dos conjuntos, da delimitação dos fundos e coleções de origem empresarial ou de entidades da sociedade civil doados ao Arquivo Público.

Palavras-chave: Arquivos Privados. Arquivos Empresariais. Políticas Arquivísticas.

Abstract

The article presents an analysis of the survey carried out in the Public Archive of the State of São Paulo regarding private institutional funds preserved in its collection. Based on documentary research in several editions of the Guide, currently under review, we raised questions about the difficulties of identifying the collections, the delimitation of archive groups and collections of business origin or of civil society entities donated to the Public Archive.

Keywords: Private Archives. Business Archives. Archival Policies.

* Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP marciapazin@marilia.unesp.br

Introdução

O Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP tem como missão “promover o acesso democrático e gratuito à informação pública por meio do desenvolvimento de políticas de gestão documental no Estado de São Paulo” (ARQUIVO, sd). Como parte dessa missão, seus técnicos são responsáveis pelo recolhimento, organização, descrição e difusão dos fundos de arquivo de valor permanente produzidos pelos diversos órgãos da administração pública estadual.

Como uma das atividades contempladas por esta missão, cabe ao Arquivo também “declarar de interesse público e social os arquivos privados do Estado de São Paulo, de acordo com a legislação vigente” (ARQUIVO, sd), o que implica em alguns casos, em receber em doação acervos privados de natureza pessoal ou institucional.

Entendemos como arquivos privados os “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991), que podem incluir arquivos pessoais, familiares e de entidades coletivas de direito privado (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Estes arquivos estão presentes na história das sociedades desde a Antiguidade e representaram a garantia de direitos patrimoniais de seus titulares, assim como foram necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas das mais diversas. Desde o final do século XIX, mas principalmente no século XX, as novas abordagens da pesquisa histórica e social demonstraram a importância desses arquivos, como fontes para a compreensão da sociedade. Arquivos de empresas, de bancos, de grandes negociantes foram, e continuam sendo, fontes para a História Econômica. Com isso, em diversos países os arquivos públicos passaram a agregar fundos privados, criando serviços especiais para gerenciá-los (TORTELLA, 2005).

No Brasil, o panorama da preservação dos arquivos privados segue ainda pouco desenvolvido, padecendo pela ausência de políticas públicas específicas que conciliem o caráter privado dos acervos ao interesse público de sua preservação e difusão.

Embora a Lei de Arquivos determine a possibilidade de preservação desses acervos desde que sejam “identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, se considerados como fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, 1991), não há obrigatoriedade legal possível sobre sua destinação. O preceito constitucional de direito à propriedade privada, como direito fundamental dos cidadãos, prevalece na elaboração de políticas públicas sobre esses arquivos (PAZIN, 2014). Isso pode resumir-se, muitas vezes, a acatar o desejo do titular em garantir a preservação permanente do legado documental construído ao longo de sua vida, em âmbito pessoal ou em nível institucional.

Essa tarefa pode ser mais difícil para os arquivos institucionais. Enquanto os titulares de arquivos pessoais, cultivados ao longo da vida e, portanto, muitas vezes percebidos pelos familiares como parte da herança de um ente querido, que deve ficar para a posteridade, no caso dos arquivos institucionais há alguns fatores complicadores para garantir a sobrevivência desses acervos principalmente quando a entidade produtora já desapareceu

É fato que entidades de direito privado tendem a desaparecer de maneira infinitamente mais rápida do que as entidades públicas, por sua própria característica de empreendimento social ou individual. Garantir a preservação destes acervos implica em um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo que não podem prescindir da atuação das diversas instâncias sociais. Arquivistas, legisladores, historiadores devem se envolver nesse processo (VITORIANO, 2016, p. 12).

Considerando essas questões, o presente artigo tem como objetivo apresentar o levantamento realizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre a existência de arquivos privados de natureza institucional e identificar os principais problemas relacionados à delimitação dos conjuntos como fundos documentais ou coleções, e à linha tênue que separa a natureza privada dos arquivos, quando relativos à gestão de serviços públicos, e que podem configurar em dificuldades legais e operacionais para o recebimento de doações de acervos com estas características.

Como metodologia de trabalho utilizou-se a revisão bibliográfica sobre o tema e a pesquisa documental, utilizando-se principalmente os Guias de Acervo produzidos pelo Arquivo Público ao longo das últimas décadas.

O artigo insere-se no âmbito do projeto de pesquisa “Modelos e Políticas de Preservação de Arquivos Privados no Brasil”, desenvolvido com apoio do CNPQ, que tem como objetivo pesquisar as condições de preservação de arquivos privados de valor permanente, pessoais e institucionais no Brasil, considerando os vários modelos de preservação existentes no país e no exterior.

Entendemos que o estudo da situação do Arquivo Público do Estado de São Paulo, por se tratar de uma das maiores e mais importantes instituições de preservação documental do país, pode servir como importante elemento de discussão para o estudo das políticas arquivísticas praticadas em nível nacional.

Arquivos privados de natureza institucional: delimitação jurídica e constituição de fundos

Os estudiosos do tema dos arquivos privados categorizam esses arquivos de acordo com a natureza jurídica de seus titulares. O primeiro nível refere-se aos arquivos pessoais e institucionais – pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado. Dentre os arquivos institucionais, podemos identificar um outro nível, entre arquivos de natureza econômica, os chamados arquivos empresariais, e os arquivos de entidades da sociedade civil, ou arquivos sociais, especialmente associações e fundações privadas que desenvolvam ações de natureza social, como associações de classe, entidades educacionais, beneficentes, religiosas entre outras (NOUGARET, EVAN, 2008; BELLOTTO, 2004).

Nota-se que a configuração jurídica é fator determinante na constituição do acervo e na garantia de sua preservação futura, uma vez que o desaparecimento de entidades e empresas cria uma dificuldade adicional à preservação. Embora autores defendam a preservação em ambiente institucional, por respeito aos princípios da proveniência e da territorialidade, quando a instituição desaparece, dificilmente seus antigos proprietários, associados ou gestores terão condições de preservar adequadamente o acervo resultante de suas atividades (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Cabe, portanto, compreendermos as delimitações desse tema. Para as finalidades deste artigo, conforme já apresentado em trabalhos anteriores (VITORIANO, 2016, PAZIN, 2014; 2012), consideramos arquivos privados de natureza institucional, aqueles produzidos por pessoas jurídicas de direito privado, definidas como organizações intencionalmente e juridicamente constituídas no âmbito do direito. Dentre essas, o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002b) identifica as associações, as sociedades (empresas), as fundações privadas, as organizações religiosas e os partidos políticos, estes últimos regulados por lei específica.

Acompanhando a caracterização apresentada pelos teóricos da Arquivologia, citada anteriormente, a divisão estabelecida pelo Código Civil, prevê que enquanto associações, fundações e organizações religiosas pertencem a um grupo que poderia ser denominado de organizações da sociedade civil (OSC), as sociedades empresárias possuem finalidade econômica e, portanto, natureza de objetivos diferenciada, o que

torna mais complexa sua caracterização. Podem ser sociedades de cotas limitadas, sociedades anônimas, com capital público ou privado.

Dentre as empresas ditas públicas, o modelo mais adotado é a das sociedades de economia mista, em que recursos públicos e privados organizam-se em função de interesses econômicos comuns. “Conciliam-se desse modo, a estrutura das empresas privadas como os objetivos de interesse público. Vivem, portanto, em simbiose o empreendimento particular com o amparo estatal” (MEIRELLES, 2004, p. 360).

Conforme indicado pelo autor, a organização empresarial pressupõe a gestão comercial e mercantil do negócio, o que altera a forma de atuação em relação aos demais órgãos públicos.

Embora pertencendo à Administração indireta, a sociedade de economia mista ostenta estrutura e funcionamento de empresa particular, porque isto constitui, precisamente a sua própria razão de ser. Nem se compreenderia que se burocratizasse tal sociedade a ponto de emperrar-lhe os movimentos e a flexibilidade mercantil, com os métodos estatais. O que se visa com essa organização mista é, no dizer abalizado de Ascarelli, a ‘utilizar-se da agilidade dos instrumentos de técnica jurídica elaborados pelo Direito Privado. (MEIRELLES, 2004, P. 361).

Mesmo que prevaleça o intento de prestar um serviço público ou produzir um bem de interesse público, a natureza privada das relações jurídicas existentes nas empresas de capital misto, a transição para o arquivo permanente é dificultada muitas vezes, por questões mercadológicas e de sigilo. Neste sentido, muitas empresas preferem manter, por conta e risco seus arquivos, mesmo que não exista condição adequada de preservação de documentos permanentes. Por outro lado, mesmo quando os documentos são integrados aos arquivos permanentes, é importante identificar corretamente a natureza jurídica original.

Essa diferenciação é importante quando devemos determinar a natureza dos fundos de arquivos empresariais dentro do acervo de arquivos públicos. É importante compreender a diferença existente entre a origem do patrimônio e a natureza jurídica de uma organização para qualificar adequadamente esse tipo de acervo (PAZIN, 2016, p.15)

A ocorrência de fusões e aquisições, a desestatização e a concessão de serviços à iniciativa privada acarretam alterações jurídicas que precisam ser consideradas no momento de definição do fundo de arquivo. A transição entre diferentes organizações e, portanto, a delimitação entre diferentes fundos também é um problema que atinge diretamente as entidades de natureza privada, colocando a seguinte questão: em que condições a transição entre duas organizações delimita a existência de fundos diferentes.

Ao tratar do respeito aos fundos de arquivo, Michel Duchein (1986) propõe alguns critérios de constituição, a partir da configuração jurídica das entidades, que interessam particularmente a essa discussão.

1. Para produzir um fundo de arquivos, no sentido atribuído pelo termo pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica própria, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução etc.) preciso e datado.
2. Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar.
3. Sua posição na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição

hierárquica mais elevada deve estar claramente estabelecida.

4. Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico. Ou seja, capaz de tratar de assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior (...)
5. Sua organização interna deve ser, na medida do possível, conhecida e fixada num organograma.
 - As aplicações desses princípios acarretam as seguintes consequências:
 - as divisões ou seções internas de um organismo não correspondem às condições requeridas para produzir um fundo de arquivos;
 - em contrapartida, todo organismo que possuir existência jurídica e nível de competência próprios, produz um fundo de arquivos, mesmo estando subordinado a outro organismo de nível superior;
 - os órgãos locais dependentes de um organismo central produzem fundos de arquivos próprios;
 - finalmente, parece-nos inevitável introduzir na Arquivística uma nova noção; a de uma hierarquia de fundos correspondendo à hierarquia dos organismos, acarretando a subordinação de fundos em relação a outros. (DUCHEIN, 1986, p.20/21)

Para o autor, a hierarquia de fundos corresponde, em realidade, à hierarquia jurídica de diferentes instituições. A questão patrimonial relativa à propriedade de determinada instituição, não pode ser confundida com a constituição jurídica da própria organização. São categorias diferentes, que não podem se misturar. Esse tema é importante ao analisarmos a situação de companhias de capital misto, principalmente as concessionárias. Pela origem de seu patrimônio, ela é pública, mas caracteriza-se como personalidade jurídica de direito privado. A situação se complica, no caso de empresas concessionárias, em virtude do próprio processo empresarial. O serviço é público, mas a empresa é privada. A cada período de revisão da concessão, novos concessionários assumem o controle acionário da companhia. Neste caso, teríamos uma situação complexa, que gera dúvidas a respeito da jurisdição arquivística desses documentos, que pode ser descrita pela seguinte formulação.

Para efeito de análise e reflexão a respeito do tema, poderíamos dividir a documentação empresarial das concessionárias em dois grandes grupos. O primeiro grupo é aquele representado pelo conjunto de documentos derivados da regulação da concessão ou que são influenciados por ela, como toda a documentação utilizada nos cálculos de formação de tarifas, ou os controles de produção, relativos ao serviço sob concessão. Uma boa parte desses documentos é fornecida às agências reguladoras, de acordo com os procedimentos fiscalizatórios vigentes. Uma outra parte é representada pelos documentos técnicos específicos da área de atuação, como os projetos de instalações, desenhos técnicos de equipamentos, entre outros, necessários à realização da atividade fim, e que devem ser entregues à nova concessionária em caso de substituição. Essa transferência é exigível para garantir a continuidade das atividades técnicas da empresa (VITORIANO, 2011, p. 36).

Nesses casos, a transição entre diferentes proprietários ao longo do tempo cabe na proposição de Michel

Duchein (1986, p. 22/23) para a definição de fundos dessa natureza.

Considerando que enquanto operantes, as instituições produzem documentos e modificam seu status jurídico simultaneamente, a discussão sobre a composição dos fundos acarreta uma série de problemas para a transição de documentos entre organizações e a constituição de fundos de arquivo. Algumas questões são propostas:

1. Regra geral, documentos transferidos de um organismo em atividade para outro também ativo que tenham sido ali integrados, deverão ser considerados como pertencentes ao fundo ou organismo que os recolheu. (...)
2. Quando se transfere para um organismo em atividade as competências de um organismo extinto, os documentos pertencentes a este último devem ser considerados como formadores de um fundo distinto. (...)

Segundo o autor, a exceção a essa regra geral ocorre quando o conjunto de documentos provenientes de dois organismos, de acordo com as situações apresentadas foi totalmente mesclado, sem possibilidade de identificação, da procedência e da proveniência de cada item.

Nestes casos, todos os documentos seriam incorporados ao fundo de arquivo da nova organização.

Uma outra questão relevante a ser debatida nestes casos é a delimitação dos fundos do ponto de vista da composição de seu acervo. O que define a existência de um fundo de arquivo ou de uma coleção? Os conceitos tradicionais indicam que, em oposição à coleção – conjunto de documentos reunidos artificialmente, que apresentam características comuns, sem relação orgânica entre si – o conceito de fundo de arquivo contempla justamente os conjuntos de documentos de mesma proveniência e, portanto, organicamente relacionados. O que determina a diferença entre eles é, então, a origem dos documentos na produção e sua finalidade administrativa. Essa diferenciação é importante principalmente ao analisar conjuntos documentais em que sobreviveu apenas uma pequena parte do acervo original.

Em muitas circunstâncias, documentos de arquivo, principalmente aqueles de natureza privada e institucional, dado o desaparecimento dos produtores, acabam por sofrer da deterioração que naturalmente ocorre com qualquer material fora de uso, sejam documentos, máquinas ou mobiliário. A procedência dos documentos ao chegarem ao arquivo permanente, a forma de acumulação desses documentos no momento imediatamente anterior, as possíveis razões do pequeno volume preservado, são questões que importam significativamente à administração dos arquivos.

Trata-se, portanto, de duas faces relativas à composição dos acervos arquivísticos institucionais, uma jurídica e uma física, que dificultam em muito sua preservação.

A presença de acervos privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo

Ao longo dos anos, o Arquivo Público do Estado de São Paulo vem recebendo doações de arquivos de natureza privada. Dentre vários conjuntos elencados, a coleta de dados considerou os documentos provenientes de associações, fundações e institutos privados, além de empresas, tanto privadas quanto públicas, em função de suas características jurídicas.

No começo da década de 1990, o Guia de Arquivos Privados (ARQUIVO, 1994) indicava a presença de 16 fundos de arquivo e duas coleções privadas. Desses, a grande maioria, 14 fundos, era composta por fundos

peçoais de presidentes da província, governadores e interventores estaduais, como Altino Arantes, Carlos de Campos, Júlio Prestes de Albuquerque e Armando de Salles Oliveira, além de políticos e lideranças paulistas, como Antônio Carlos da Silva Telles e Antônio Sílvio da Cunha Bueno.

Entre os fundos institucionais eram elencados dois: A Editora Última Hora S/A, composta por documentação do jornal Última Hora, e um fundo denominado Universidade de São Paulo, relativo ao período de 1911 a 1928, ano de sua extinção. Trata-se, portanto, de instituição diferente e anterior à universidade pública que conhecemos hoje. Além dos fundos de arquivo, uma coleção remete a uma entidade, o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro- ASMOB, cujo acervo é composto por cópias de microfimes dos arquivos pessoais de Astrogildo Pereira e Roberto Morena, além de documentos colecionados pelo ASMOB, adquiridos pela Secretaria de Estado da Cultura da Fundação Feltrinelli, de Milão, na Itália (ARQUIVO, 1994). Sobre esta documentação, especificamente, há referências também no Centro de Memória da UNESP – Ce-dem, que possui o acervo original dos titulares e também documentos colecionados (CEDEM, sd).

O Guia do Acervo publicado em 1997 demonstrava uma pequena evolução nos arquivos pessoais, com a inclusão de dois fundos, dentre eles o arquivo de Washington Luís, último presidente da Primeira República, num total de mais de 20 mil documentos (ARQUIVO, 1997).

Neste guia, chama a atenção a presença de dois fundos, caracterizados como de natureza pública, mas que possuem características jurídicas de natureza privada: o Fundo FEPASA – Ferrovias Paulistas S/A, empresa de economia mista, responsável pela construção e operação de boa parte das linhas férreas do estado- e o Fundo Sanatório Pinel, nascido originalmente como hospital privado e posteriormente adquirido pelo governo do Estado.

Em 1998, num levantamento sobre os documentos históricos existentes na cidade de São Paulo, realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos de Política e Sociedade (NEPS), o Arquivo do Estado indicava a presença dos vários fundos de arquivos privados, pessoais e institucionais, já citados anteriormente. Além desses, foram identificadas oito latas de documentos da Fábrica de Ferro Ipanema, uma empresa de capital misto, em dois conjuntos, relativos ao período de 1764 a 1821 e 1822 a 1890. Neste relatório encontramos também referência a um conjunto de documentos designados como “diversos não identificados”, composto por livros datados de 1889 a 1934, dentre os quais estavam relacionados, sem referência de procedência ou proveniência, um Livro de Atas do Clube Literário Santo-Amarense (1899-1903), um Livro-Caixa Diário da Casa Comercial A. Neves e Cia, de Ribeirão Preto, um livro diário da Firma Albino Vilela, Monteiro e Cia, além de outros documentos da mesma natureza incluídos na descrição de conjuntos de documentos públicos (FERNANDES, 1998).

Ao longo dos anos 2000, a evolução da tecnologia da informação e o desenvolvimento de normas internacionais de descrição arquivística, como a ISAD(G) (CIA, 2001), levaram a equipe técnica a produzir, entre 2008 e 2010, um Guia de Acervo em ambiente digital. Nesse instrumento, alimentado ao longo dos anos, fica clara a evolução dos fundos privados pessoais. De 16 elencados até 1997, foram identificados 45 fundos e coleções pessoais preservados no Arquivo Permanente: uma ampliação de mais de 175% em relação às décadas anteriores.

Com relação aos arquivos institucionais, embora o crescimento não tenha sido tão expressivo, novas instituições passaram a figurar no acervo, como os fundos dos Diários Associados de São Paulo, doado em 1999, e do Jornal Movimento, doado em 1998 (ARQUIVO, sd). Durante o levantamento foram identificados 17 fundos e coleções institucionais, incluindo-se aí, além dos já citados, companhias de economia mista, que contemplam volume documental bastante diverso.

Além desses, também passaram a figurar no Guia outros conjuntos documentais de natureza privada, como as coleções Fazenda Cambará, Irmãos Reichert e Federação Paulista de Natação, que consta como coleção de natureza pública, embora se trate, como outras federações esportivas, de pessoa jurídica de direito privado (BRASIL, 1998). Há também a Coleção Fundação Instituto de Ensino para Osasco que, embora não figurasse nos instrumentos anteriores, havia sido doada em 1976.

Coleções temáticas como as Vistas de São Paulo, um álbum de retratos ou conjuntos de imagens de usinas hidrelétricas não foram considerados, por não haver referência ao modo como deram entrada no acervo. Há também casos de documentos avulsos unitários catalogados, como o Estatuto da Sociedade para Destruir Formigas ou o Estatuto do Sindicato Agrícola, cujos códigos de identificação dão a entender que pertenceriam ao fundo da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas. Por outro lado, os livros avulsos, indicados na tabela resultante da pesquisa do NEPS, já citados anteriormente, não aparecem neste instrumento de pesquisa.

A partir de 2014, o Guia do Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo está passando por uma grande revisão, com a adequação da descrição arquivística aos padrões das normas internacionais. Ao mesmo tempo, uma grande revisão de fundos está ocorrendo, com a análise e interpretação dos conjuntos documentais custodiados. Atualmente, convivem as duas versões do Guia de Fundos na página do Arquivo na Internet. Na página Guia do Acervo, está explicitada a nova estrutura do Guia, que utiliza o software de descrição arquivística ICA-AtoM (ARQUIVO, sd). A página encaminha o pesquisador para duas páginas distintas. Uma voltada ao novo Guia do Acervo, onde se destacam os acervos descritos após a revisão metodológica, e um link para o Guia Antigo, que mantém disponíveis as fichas produzidas antes de 2014, de modo a garantir o acesso aos pesquisadores.

Nos dados constantes do novo Guia, resultantes do processo de revisão percebe-se que a configuração dos fundos vem se alterando, pela revisão das fichas descritivas e também pela inclusão de novas aquisições, como é o caso do fundo da Comissão Teotônio Vilella, doado em 2013 ao Arquivo do Estado, que não constava do Guia Antigo. Para que essa revisão tenha sucesso, é necessário que os pesquisadores realizem um levantamento aprofundado sobre a produção dos documentos acolhidos pelo Arquivo, visando designar claramente sua proveniência. A seguir apresentamos, a título de colaboração com a análise ora em andamento, alguns exemplos de situações que merecem análise mais aprofundada durante o processo de revisão do Guia do Acervo, de acordo com as informações constantes nos diversos documentos analisados (ARQUIVO, 1994; 1997; FERNANDES, 1998) e no Guia Antigo.

Análise de dados: algumas contribuições para a reflexão sobre a formação de fundos privados no APESP

Considerando a composição dos fundos institucionais analisados e as proposições de Michel Duchein (1986) sobre a delimitação de fundos de arquivo, anteriormente apresentados, cabem aqui algumas considerações sobre a formação dos fundos e coleções privados institucionais custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Inicialmente, podemos analisar a situação do Fundo “Universidade de São Paulo”. No início do período abrangido pela pesquisa, esse fundo figurava no Guia de Arquivos Privados, contemplando a existência de documentos apenas até o ano de 1928, quando a entidade privada, anterior à universidade pública atualmente existente, encerrou suas atividades (ARQUIVO, 1994).

Posteriormente, foram incorporados novos documentos ao fundo (até o ano de 1952), conforme demons-

trado no Guia Antigo (ARQUIVO, sd). A partir desse momento, o fundo passou a ser tratado como fundo público. Segundo o preconizado por Duchein (1986), e considerando o encerramento das atividades da universidade em 1928, conforme referenciado anteriormente, haveria neste caso, dois fundos de arquivo: um fundo fechado, de natureza privada, correspondente à primeira Universidade de São Paulo. E também um fundo aberto, de natureza pública, correspondendo à universidade de mesmo nome que conhecemos hoje. A coincidência de nomes e a possível sucessão entre as instituições, parece ter criado uma certa confusão na definição do fundo. Cabe também analisar quais são os documentos posteriores a 1928 incorporados ao acervo, de modo a compreender sua natureza e sua procedência, para assim, determinar a proveniência e em qual acervo devem permanecer.

Outro caso similar é o do Sanatório Pinel. Criado em 1929 como hospital privado, e dirigido pelo médico Antônio Carlos Pacheco e Silva, o hospital foi adquirido pelo governo do Estado na década de 1940, conforme consta do Guia Antigo.

Os documentos pertencentes ao Sanatório Pinel Ltda. foi comprado [sic] pelo Governo do Estado em 30/11/1944. A compra implicou nos bens que constituem o seu acervo social, bens esses que compreendem não só os imóveis descritos na escritura, como também todos os móveis, utensílios, veículos, roupa, semoventes, acessórios, pertences e demais bens patrimoniais (ARQUIVO, sd).

Apesar de identificado como Fundo Público no Guia Antigo, a documentação recolhida corresponde exatamente ao período de funcionamento do hospital privado (1929-1944), não tendo sido incorporado ao funcionamento do novo hospital psiquiátrico que se instalou a partir daquele momento. Neste sentido, a regra proposta por Michel Duchein prevalece. Considerando o encerramento das atividades dessa entidade e a transferência de competência para outra, sem a transferência dos documentos, poderíamos configurar um fundo fechado de natureza privada.

Uma outra situação complexa é a das empresas de capital misto, como é o caso da Fábrica de Ferro Ipanema e da FEPASA – Ferrovia Paulista S/A, entre outras constantes do Guia Antigo. A definição destes fundos entre privados e públicos carece de uma análise sempre muito aprofundada para identificar a natureza da documentação. Com os fundos já fechados e doados, é mais fácil caracterizá-los. Mas essa é uma situação que parece não ser o mais comum, haja vista a pequena quantidade de fundos dessa natureza presentes no acervo. A partir de 1996, com o processo de desestatização de serviços públicos ocorridos no Estado de São Paulo, cada vez mais a documentação tem se dispersado entre diversas empresas concessionárias. Como delimitado por Michel Duchein (1986), documentos necessários à realização das funções devem ser transferidos entre concessionários. Porém, o que ocorre com a documentação de natureza essencialmente empresarial, que representa a gestão daquela organização especificamente, no período da concessão? Embora o decreto 4073/2002, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no que se refere à destinação dos documentos das empresas privatizadas ou em processo de privatização” (BRASIL, 2002a), tenha identificado como públicos os documentos de empresas privadas que exercem serviços públicos, ele não define a tipologia documental característica.

Por essas características, poderíamos supor que as empresas concessionárias não tenham acatado o decreto, preferindo manter em seu poder os documentos, mesmo que de um período anterior à de sua atuação. Esse caso demonstra como o princípio da territorialidade em nível institucional é, de fato, um fator importante na determinação da jurisdição arquivística de fundos de arquivo de natureza empresarial (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.88-89). E, também, nos faz pensar se a política pública para esses casos não deveria ser a exigência de preservação do acervo documental de valor permanente por cada concessionário, delimitando nos contratos de concessão ou de compra e venda, as condições dessa pre-

servação, com base em legislação específica.

Um outro caso que deve ser analisado é o da diferenciação entre fundos de arquivo e coleções. No Guia Antigo (ARQUIVO, sd), enquanto a documentação da fábrica Irmãos Reichert configura-se como fundo, possuindo apenas um álbum fotográfico, a documentação da Fazenda Cambará, composta por documentos iconográficos e alguns documentos contábeis, é caracterizada como coleção, embora a ficha descritiva indique na História Arquivística que “a documentação acumulada é resultado das atividades administrativas da Fazenda Cambará e foi doada ao Arquivo do Estado” (ARQUIVO, sd). Cabe perguntar em que condições essa documentação foi doada ao Arquivo, qual sua procedência e se há documentos da Fazenda Cambará em outros locais, assim como da fábrica Irmãos Reichert. Essa análise é essencial para determinar o processo de acumulação e as condições do acervo doado, uma vez que o critério da proveniência deve prevalecer sobre o volume documental. Como vimos anteriormente, a sobrevivência desses acervos é sempre bastante problemática, mas isso não significa que o desaparecimento de parte (em alguns casos, da maior parte) da documentação tenha eliminado completamente a organicidade do conjunto sobrevivente.

Por fim, um problema comum, que pode ser visto nos documentos avulsos identificados na listagem do NEPS (FERNANDES, 1998), é a existência de documentos de natureza privada recebidos por órgãos públicos para realização de suas atividades, como por exemplo a contratação de empresas de prestação de serviços ou prestação de contas de concessionárias. Estes documentos, embora produzidos por entidades privadas, produziram efeito no órgão público, tornando-se parte de seu arquivo (VITORIANO, 2016). Os estatutos citados anteriormente, assim como os conjuntos fotográficos, poderiam, por exemplo ter sido utilizados para exposições ou pesquisas e não terem sido devolvidos ao local de origem. Novamente, a questão da organicidade se apresenta. Quando ela é perdida, pela dispersão dos documentos, torna-se muito difícil retomá-la posteriormente.

Considerações finais

A partir do levantamento dos fundos de natureza privada constantes do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o artigo pretendeu apresentar um panorama das dificuldades para identificar e categorizar adequadamente os fundos de arquivo custodiados pelos arquivos permanentes em âmbito estadual.

Entendemos que, para esses casos, a simples indicação sobre a natureza pública ou privada do arquivo não fornece informação suficiente para compreender a complexidade da formação de acervos dessa natureza.

É importante discutir e analisar, à luz da legislação, a configuração jurídica desses acervos ao longo da existência das entidades que representam. Entidades públicas, quando sucessoras de entidades privadas, terão seus objetivos, formas de atuação e público-alvo alterados, às vezes significativamente, para atender às políticas públicas que desenvolvem.

Ao pesquisador devem ser informadas claramente as mudanças pelas quais passaram as organizações que deram origem aos acervos pesquisados, o que torna essencial a compreensão e indicação adequada dos fundos de arquivo custodiados.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdfAcesso em 20 jan. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia de Acervo**. São Paulo/SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, sd. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia>Acesso em: 20 jan. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia de Arquivos Privados do Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo**: O arquivo, 1994.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia do Acervo do Arquivo do Estado**. São Paulo: IMESP.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 28.jan.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 01 set. 2016.

BRASIL. Lei. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 25 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em 24 jan. 2017.

BRASIL. Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**. Brasília DF, 4 jan.2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em 24 jan. 2017.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNESP (Cedem) **Acervo I- ASMOB - Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano**. São Paulo: Cedem, sd. Disponível em http://www1.cedem.unesp.br/acervos/acervo_asmob.htmAcesso em 21 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdfAcesso em 24 jan. 2017.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1986.

FERNANDES, P.P. S (Coord.). **Guia dos documentos históricos na cidade de São Paulo, 1554 / 1954**. São Paulo: Hucitec ; Neps, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

NOUGARET, Christine; EVEN, Pascal (Coord.). **Les archives privées : manuel pratique et juridique**. Paris: La Documentation Française, 2008.

PAZIN, M.C.C. Uma contribuição para a análise da importância da preservação dos arquivos privados institucionais. **Anais do VI Congresso Nacional de Arquivologia**. Santa Maria/RS: AARGS, 2014.

PAZIN, M.C.C. Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais. São Paulo: ARQSP, 2012.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VITORIANO, M.C.C.P. A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil. In: CAMPOS, J.F.G. (org.) **Arquivos Privados: abordagens múltiplas**. São Paulo, ARQ-SP, 2016 p. 9- 23.

ARQUIVOS PESSOAIS, DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO NA WEB: O CASO DO CPDOC

Renan Castro*

Resumo

O presente artigo trata das questões de acesso ao acervo custodiado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, abordando suas políticas de preservação e disseminação digital. Apresenta impactos que essas políticas impõem às novas realidades de consulta e explora como esse cenário altera as rotinas de busca, acesso e consulta ao acervo. Percebe, portanto, que a utilização das tecnologias da informação e comunicação devem estar aliadas à nova realidade de demanda pelos acervos e sua preservação. Assim o objetivo deste artigo é compartilhar conhecimento sobre as formas de interação dos usuários do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) com os recursos informacionais de pesquisa disponibilizados pela instituição.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Digitalização de documentos. Acesso digital.

Abstract

This paper deals with the issues of access to the Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil's collection, addressing their conservation policies and digital dissemination. It presents impacts that these policies impose the new realities of consultation and explores how this scenario changes the search routines, access and consultation of this collection. It perceives the use of information and communication technologies must be combined with the new reality of demand for collections. So the purpose of this article is to share knowledge about the forms of interaction of the users of the collection of the CPDOC/FGV with information resources research made available by the institution.

Keywords: Personal papers. Digitization. Digital access

* Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Programa de História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas - FGV (2011). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2006). É Bibliotecário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), responsável pela organização do acervo de impressos dos arquivos pessoais custodiados pela instituição.

Histórico

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973 com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas, tendo inicialmente seu próprio acervo como fonte privilegiada de consulta. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos na íntegra através da internet, constituem, atualmente, a mais importante coleção de arquivos pessoais de homens e mulheres com destacada atuação na vida pública contemporânea brasileira. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são tarefas primordiais do Centro

O CPDOC atuou de maneira pioneira no Brasil na preservação e organização de arquivos privados de cunho pessoal. No início da década de 70 eram raras as instituições do gênero e, as metodologias de trabalho da área arquivística no país não eram muito legitimadas. Foi nesse contexto que o CPDOC iniciou discussões visando à elaboração e sistematização de uma metodologia para o tratamento da documentação arquivística que recebera, assim como um trabalho de favorecimento de acesso às informações de seu acervo. (Braga, 2002, p.2).

Para Camargo (2003), foi também neste contexto, que a demanda por fontes de documentação no Brasil assumiu uma tendência de institucionalização como alternativa capaz de atender às então novas demandas sociais por informação especializada, sobretudo acadêmica. A autora atrela essa nova tendência de demanda informacional ao desenvolvimento dos centros de pesquisa e documentação que surgem pelo país a partir da década de 70. Para ela, essa década registrou ações sistemáticas no sentido de proteção e organização do patrimônio documental que revelaram um intenso movimento em torno da questão cultural e da memória nacional. Assim, a década de 70 é o momento em que convergem tanto as demandas por fontes de pesquisa quanto o anseio acadêmico de investir no estudo da história recente do país, e a criação dos arquivos, que de certa forma, se apresenta como expressão dessa demanda por sua vocação de fomento às pesquisas acadêmicas.

A partir da constituição do CPDOC, com a doação do arquivo do ex-presidente Getúlio Vargas, seguido de arquivos de integrantes de seu governo como Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema e de outros, teve início o trabalho de organização dessa documentação. Ao longo de sua história, grande parte dos esforços desenvolvidos pelo Centro teve como foco a organização e disponibilização do acervo sob sua custódia, atividade que, desde os primeiros tempos, está sob a responsabilidade do então Setor de Documentação.

O então Setor de Documentação, atualmente Coordenação de Documentação, congrega as atividades e serviços que dizem respeito ao acervo histórico depositado no CPDOC.

Atualmente é constituído pelo Programa de Arquivos Pessoais (PAP), responsável pelo tratamento e divulgação dos arquivos doados ao Centro, e pelo Programa de História Oral (PHO), responsável pelo controle e divulgação das entrevistas realizadas pelos pesquisadores da instituição. É no âmbito da Coordenação de Documentação que são discutidas questões relativas à preservação e ao acesso a essas diferentes fontes de pesquisa, bem como são desenvolvidos projetos que envolvem o tratamento e a referência dos acervos arquivísticos e do acervo de entrevistas.

A organização dos primeiros arquivos recebidos pela instituição tinha como objetivo a disponibilização da informação para um público amplo de pesquisadores, que se dava até então, exclusivamente através dos inventários analíticos. O inventário era o principal instrumento de pesquisa elaborado para a consulta aos documentos textuais antes da informatização do acervo e possibilitava a pesquisa ao fornecer uma des-

crição do conteúdo das unidades documentais integrantes de cada fundo¹. Este instrumento obedecia a regras específicas, devendo seu produto final refletir de forma inequívoca o arranjo adotado na organização do arquivo. Consistia na descrição de cada uma das unidades documentais que integram as séries e subséries determinadas pelo arranjo. Além da descrição do conteúdo, cada inventário possuía, a título de apresentação, uma ficha técnica com informações gerais sobre o histórico do arquivo, a biografia do titular e a organização adotada.

Esses instrumentos de recuperação da informação forneciam apenas a referência do conteúdo de cada arquivo, apresentando resumos dos documentos (nos primeiros anos adotava-se a descrição individual dos documentos) ou dos dossiês que compunham o fundo arquivístico². Ao manusear o inventário, o pesquisador entrava em contato com a totalidade do arquivo, devendo debruçar-se sobre ele para buscar os documentos úteis à sua pesquisa. A recuperação imediata de um assunto ou de um documento era impossível, já que, nos primeiros tempos, não havia indexação das unidades documentais. Quem pesquisava tinha, portanto, duas alternativas: ler página por página do inventário ou buscar informações com alguém que já tivesse alguma experiência de pesquisa naquele acervo. Para se recuperar a informação a partir dos inventários, era necessário, na maioria das vezes, ler os resumos das unidades documentais (documentos unitários ou dossiês) a fim de selecionar aqueles documentos que seriam trazidos à mesa do pesquisador para leitura.

Após o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos metodológicos próprios, inspirados nos padrões arquivísticos para o tratamento técnico da documentação, o Centro se dedicou a expandir o acervo disponível à consulta, buscando organizar os arquivos novos que chegavam, e a prestar consultorias relativas à implantação de centros de documentação em outras instituições também detentoras de acervos de natureza privada. Com o passar dos anos, porém, especialmente na segunda metade da década de 90, o caminho cada vez mais incontestável para implantação de um sistema informatizado de recuperação de dados do acervo se fez sentir. O objetivo era seguir a tendência geral de informatização de serviços voltados para a pesquisa – seja em bibliotecas seja em arquivos- visando à agilidade e à precisão na recuperação de informações por parte dos usuários.

Esse movimento foi sentido principalmente a partir da proliferação dos computadores e da internet. Com as buscas por informação ganhando cada vez mais rapidez e automatismo, a tecnologia passou a ser vista como ferramenta necessária e indispensável a qualquer instituição que quisesse prestar um serviço eficiente e diferenciado. Essa visão estimulou o desenvolvimento das bases de dados para instituições custodiadoras de acervos, e influenciou as decisões estratégicas de muitas instituições voltadas para a pesquisa. Quem tivesse condições técnicas e principalmente financeiras de implementar a até então inédita “realidade informática”, deveria fazê-lo o quanto antes.

O CPDOC não podia ficar alheio a essa pressão e, para manter sua posição de vanguarda na área de acervos arquivísticos, teve que investir na implantação de um sistema de buscas. E um acervo tão peculiar tinha que contar com um sistema informatizado capaz de corresponder às suas especificidades e à responsabilidade de disponibilização dessas informações, assumida pelo Centro desde a sua fundação. A informatização estava sendo colocada como uma forma de responder às exigências de uma realidade em franca expansão no campo da Ciência da Informação.

¹ Unidade documental é unidade de descrição que pode ser compreendida pelo documento ou conjunto deles, que se tomam por base, independentemente de sua classificação, para elaboração de instrumentos de pesquisa. (CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.) Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996)

² Unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). (ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005)

A informatização da pesquisa no acervo do cpdoc/FGV

No ano 2000 foi ao ar a primeira versão da base de dados Accessus. A ferramenta de busca pretendia ser uma interface amigável e vantajosamente funcional para os usuários. A partir de sua implantação, o acesso à informação custodiada pelo Centro estava disponível na internet, abrindo uma gama de possibilidades de acesso. O conteúdo descritivo do acervo, até então restrito aos inventários dos arquivos, disponíveis apenas nas instalações do centro de pesquisa, ganhava a internet e passava a poder ser vasculhado por meio de várias “chaves de busca” por qualquer interessado neste acervo. O Accessus mudou essencialmente as possibilidades de consulta, tornando possível vasculhar todo o acervo a partir de um tema de pesquisa.

Diante de uma importante transformação, que implicava traduzir técnicas tradicionais de organização em formatos padronizados de recuperação de informações num sistema automatizado, o Centro optou por desenvolver sua própria ferramenta de busca ao conteúdo catalogado no acervo. A alternativa de desenvolver um mecanismo próprio foi considerada mais apropriada, já que a Fundação Getúlio Vargas possuía uma área de tecnologia da informação capaz de criar essa ferramenta em absoluta consonância com as demandas do então Setor de Documentação, que era quem definia essas demandas. (Braga, 2002). A maior conquista dessa parceria foi construir um software próprio e absolutamente conectado com as necessidades específicas do acervo do CPDOC.

Anteriormente ao sistema Accessus, as descrições das unidades documentais eram feitas em fichas; a partir de sua implantação, adotaram-se planilhas para contemplar todos os campos previstos pelo arranjo metodológico utilizado pela instituição. Também antes da informatização se fazia uso de remissivas entre unidades documentais quando o documentalista queria indicar ao usuário a existência de documentos correlatos em outra série ou subsérie do mesmo arquivo; com a base informatizada, o cruzamento de informações passou a depender da indexação dos assuntos. De fato, com o Accessus, os descritores³ passaram a ser vistos como capazes de substituir as remissivas, já que documentos ou dossiês que abordassem os mesmos assuntos deveriam ser indexados com os mesmos descritores. A utilização deste sistema impactou, portanto, o gerenciamento e a consulta ao acervo do CPDOC. Em termos bastante gerais, pode-se dizer que o sistema passou a “responder perguntas” dos usuários, recuperando as informações relativas a uma consulta temática pontual. No método anterior, cabia ao próprio pesquisador verificar a existência da informação desejada por meio da leitura das descrições das unidades documentais disponíveis nos inventários. Estes traziam todo conteúdo de um determinado fundo, a partir daí a responsabilidade de localizar um item de interesse era do próprio usuário.

O projeto de preservação e disseminação do acervo histórico do centro de pesquisa e história contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)

O projeto de preservação do acervo, através da digitalização dos suporte originais, se inicia com o acervo iconográfico⁴ que devido a fragilidade de seu suporte e a presença predominante de informação imagética, mereceu estar apto a tamanho investimento. Já em 2005 o CPDOC inaugurou a política de preservação e difusão através da digitalização de documentos de natureza arquivística com a disponibilização online e gratuita do arquivo Getúlio Vargas. A iniciativa marcava o início de uma nova fase na consulta pública aos acer-

³ Segundo a ABNT 12676 descritor é o termo preferido para representar um conceito. Para a instituição este é o principal mecanismo utilizado para representar um assunto e, por conseguinte, ponto de acesso recuperado pela base de dados.

⁴ A digitalização de fotografias é uma prática adotada pelo CPDOC desde o início dos anos 2000, a partir da criação da base de dados Accessus. Ao longo de dez anos esta prática possibilitou o acesso online de nossas fotografias. O grande esforço do projeto foi a digitalização de álbuns fotográficos. Até este momento, digitalizávamos somente as fotografias avulsas, mais fáceis de serem tratadas. (AMADO, Daniele; SPOHR, Martina. Preservação e Difusão do Acervo Histórico do CPDOC: desafios e perspectivas, 2012, s/n)

vos da instituição, ao mesmo tempo que celebrava a memória do ex-presidente 50 anos após sua morte.

Mas é no ano de 2008 que a instituição inicia seu maior investimento na preservação e difusão de seu acervo com a digitalização e disponibilização online de mais de 360 mil páginas de documentos pessoais de natureza arquivística, além de cerca de 30.000 fotografias, 350 discos, 65 películas cinematográficas, 388 fitas (entre fitas VHS, U-MATIC, rolo e cassete). Esse projeto teve o apoio do Banco Santander, que através da Lei Rouanet, patrocinou a realização dessa atividade.

Posteriormente, o centro seguiu e segue buscando parcerias e projetos de fomento para continuar viabilizando as iniciativas de digitalização e difusão do acervo do CPDOC. Como a digitalização implica em uma grande aplicação de recursos financeiros, a instituição apenas consegue colocar em prática essa política se fomentada por projetos e parcerias. Essa constatação leva a Coordenação de Documentação a se empenhar em projetos de financiamento e editais de fomento que levam à digitalização de fundos específicos ou de temáticas próprias que se enquadrem em eventuais editais.

Mesmo com esse desafio de busca por recursos, atualmente o CPDOC conta com 15 fundos com Sua tipologia textual/manuscrita digitalizada, somando aproximadamente 575.000 imagens disponíveis para consulta, num universo de mais de 2,5 milhões de páginas disponíveis.⁵



Além desses itens, todas as fotografias dos fundos disponíveis para consulta estão digitalizadas – aproximadamente 80.000 fotografias. Todo esse conteúdo está acessível online no portal CPDOC e totalmente gratuito para a sociedade brasileira e a comunidade acadêmica nacional e internacional.

Difusão e acesso às fontes históricas: o impacto da disponibilização online de documentos do acervo CPDOC/FGV

Podemos resumir em dois pontos principais as ações de difusão e acesso ao acervo da instituição. Essas ações são implementadas através da busca e acesso online ao acervo do CPDOC/FGV. Atualmente essas ações são concretizadas pela busca simples e pela disponibilização da versão digital dos documentos. A 'busca simples' funciona baseando sua varredura na estratégia de busca booleana calcada na localização de palavras iguais.⁶ Esse tipo de busca está baseado na mesma estratégia dos buscadores da internet, que

⁵ Apesar de estar vinculado à obtenção de recursos financeiros possibilitados por editais de fomento, a instituição segue comprometida na disseminação de seu acervo através da contínua digitalização dos fundos arquivísticos sob sua custódia.

⁶ A busca booleana aqui mencionada considera a aplicação da Lógica de Boole a um tipo de sistema de recuperação da informação, no qual se combinam dois ou mais termos, relacionando-os por operadores lógicos, que tornam a busca mais restrita ou detalhada. As estratégias de busca são baseadas na combinação entre a palavra contida em determinados documentos e a correspondente questão de busca, elaborada pelo usuário do sistema.

varrem um conteúdo à procura de uma palavra idêntica. Essa novidade buscou atender à demanda por uma informação mais rápida e diversificada no acervo do CPDOC, compreendido não apenas pelos arquivos pessoais, mas também pelas entrevistas do Programa de História Oral e pelos seis mil verbetes que compõem o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. A ideia era permitir que o usuário consultasse a totalidade dos diferentes acervos sem ser obrigado a entrar nas diferentes bases de dados que recuperam as informações de cada tipo de acervo.

Enquanto que no Accessus a busca compreende apenas o acervo de arquivos pessoais, no recurso da 'busca simples' o usuário não fica restrito a uma única base de dados. Além disso, a 'busca simples', ao percorrer o universo das informações relativas aos arquivos, ou seja, ao percorrer o Accessus, varre os resumos que cada unidade documental possui. A diferença em relação à busca realizada no Accessus reside no fato de que o mecanismo de busca, ou seja, na busca tradicional, apenas há varredura nos descritores por meio dos quais os assuntos foram indexados e não nos resumos. Esse pode ser considerado um avanço, porque abre novos pontos de acesso às informações, mas essa medida pode determinar frustrações nas pesquisas dos usuários mais especializados, além do surgimento de outro modelo de consulente menos especializado. Esse investimento em informatização criou um ambiente virtual propício para a pesquisa e consulta ao acervo do CPDOC. Essa política também foi responsável por tornar o acervo mais acessível a um público antes alheio a esse recurso informacional.

A projeção que a disseminação proporciona ao acervo pelo acesso web é comprovada quando analisamos um recorte de fundos mais consultados no período de 2012 a 2014. Verificamos na totalidade dos fundos organizados e disponíveis para pesquisa, que dos 10 fundos mais consultados 7 já estão disponibilizados para consulta pública no portal CPDOC.

A tabela a seguir ilustra essas características.

Arquivo	
1	Getúlio Vargas
2	Gustavo Capanema
3	Anísio Teixeira
4	Oswaldo Aranha
5	Ernesto Geisel
6	João Goulart
7	Alzira Vargas do Amaral Peixoto
8	Ernâni do Amaral Peixoto
9	Ulysses Guimarães
10	Antonio Azeredo da Silveira

Tabela apresenta os 10 arquivos mais consultados no período 2012-2014

A ilustração a seguir comprova que a digitalização do acervo projeta fortemente a consulta aos mesmos.

Como a digitalização e a consecutiva liberação à consulta online se dão por fundos arquivísticos, nos é possível observar esse movimento com precisão. No exemplo abaixo, vemos que o arquivo Ernesto Geisel, devido à relevância histórica de seu titular, sempre desfrutou de grande demanda por seu conteúdo. Mesmo assim a digitalização foi capaz de torná-lo ainda mais acessado, levando-o à segunda posição ante a quarta colocação no ano anterior ao de sua disponibilização online. Outros exemplos ainda são mais surpreendentes, como no caso acervo Juarez Távora. Esse acervo ocupava a 29ª posição de consulta e, após sua liberação na rede, passou a ocupar a 10ª colocação entre os mais consultados. A tabela a seguir exhibe outros exemplos da potencialização dada pela liberação das cópias digitais na web dos acervos do CPDOC.

Volume de consulta ocupada pelos fundos antes e depois da digitalização de cada um deles

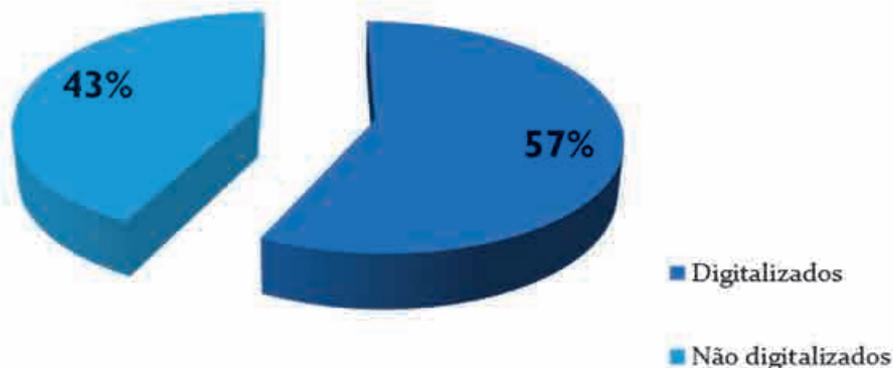
Arquivo	Antes da Digitalização	Depois da Digitalização
Ernesto Geisel	4° (em 2007)	2° (em 2008)
Juarez Távora	29° (em 2008)	10° (em 2009)
Paulo Nogueira Batista	33° (em 2009)	19° (em 2012)
Antonio Azeredo da Silveira	16° (em 2009)	8° (em 2012)
Café Filho	28° (em 2013)	11° (em 2014)
Clemente Mariani	20° (em 2013)	15° (em 2014)

Todo esse aparato tecnológico oferecido pelo CPDOC/FGV aos seus usuários acaba por impulsionar para o ambiente virtual as demandas pelos serviços oferecidos como a reprodução de documentos, por exemplo. Se realizarmos uma comparação entre as solicitações de reprodução de documentos⁷ notaremos que mais de 93% em 2011; 98% em 2012; 77% em 2013 e 78% em 2014 desse tipo de demanda foi realizada a partir do ambiente virtual, ou seja, através do portal CPDOC sem nenhum tipo de contato presencial.

Finalizando nossa observação, atestamos que a disponibilização na web de documentos digitalizados do acervo do CPDOC/FGV é crucial para impulsionar a consulta aos arquivos. Dessa forma, a maior parcela da consulta diante a totalidade do acervo correspondente aos documentos disponibilizados digitalmente é de 57%. Ou seja, mesmo possuindo apenas de 22% do acervo digitalizado, a consulta a esse universo é de 57%. Enquanto que os outros 78% não disponibilizados no portal CPDOC correspondem por apenas 43% da demanda de consulta diante a totalidade do acervo da instituição.

⁷ Consideramos nesta análise apenas as solicitações por algum serviço oferecido pela instituição como a reprodução de documentos e/ou de iconografia, etc. O número que nos esclarece a totalidade da busca por termos de pesquisas chegou a mais de 116 mil **termos** pesquisados. Convém registrar também que 5847 novos usuários se cadastraram para acessar os serviços da instituição em 2014.

Total da consulta aos arquivos (2012-2014)



Novas ferramentas de integração web

Desde o início de 2016, o CPDOC coloca em prática a primeira iniciativa no sentido de simplificar a busca através da desobrigação de login para pesquisa no Accessus. Antes com a pesquisa condicionada ao login que exigia cadastro prévio, agora o usuário não encontra nenhum trâmite neste processo além de sua própria estratégia de busca. Com essa alteração, ao clicar na página de busca a pesquisa já estará acessível e, por isso, solucionou-se um eventual fator desmotivador para o acesso de determinado perfil de público.

No mesmo conjunto de iniciativas, foi desenvolvida pela equipe de tecnologia da informação da FGV o recurso de url's únicas. Essa ação consistiu em conferir a cada item referenciado no Accessus um endereço de internet válido e exclusivo, possibilitando acesso direto ao item em questão. Dessa forma um usuário pode também localizar um resultado de um levantamento através de seu respectivo link. Essas url's amigáveis como também podemos chamá-las, passaram a permitir que, por exemplo, um determinado documento possa ser compartilhado nas redes sociais das quais o pesquisador faça parte. Como o ambiente online tem se configurado como um espaço indispensável de interação social e disseminação de informações, nada mais natural que o resultado de uma pesquisa ou documento relevante esteja passível de ser compartilhado virtualmente.

A soma das duas iniciativas anteriores, combinando links individualizados para os documentos com a desobrigação de login prévio, permitiram que os metadados do Accessus tornassem harmonizáveis com os motores de busca da internet. Assim significa dizer que, num primeiro momento, ferramentas como Google poderão rastrear, armazenar e disponibilizar em sua busca dados dos documentos como resumo, classificação e até mesmo palavras-chave. Esse novo formato permitirá, guardando-se as devidas proporções, que a pesquisa possa ser feita dentro do próprio buscador web, levando o acesso aos documentos do CPDOC a um patamar sem precedentes. Essa mudança nos padrões de busca tornará o conteúdo dos arquivos históricos do CPDOC acessíveis a um público até então não imaginado, que por perfil não teria afinidade com pesquisas em arquivos. Além de tornar-se acessível a mais usuários potenciais, a liberação desse conteúdo

na internet poderá contribuir para o próprio conteúdo da rede, se considerarmos a temática de abordagem do acervo do CPDOC. O que significa dizer que, futuramente, os buscadores poderão associar temáticas da história do Brasil com os resultados que apontem para o conjunto documental da instituição. Assim, o CPDOC proporcionará aos internautas da rede mundial de computadores conteúdos informativos diferenciados, baseados em documentação histórica, elevando assim o patamar do conteúdo da informação oferecido na web.

Não obstante, a tendência atual da mobilidade, também vocaciona a instituição a inspirar-se por essa linha. Com as pessoas acessando crescentemente suas informações pessoais, serviços, entretenimento e até suas ferramentas de trabalho em dispositivos conectados à internet mesmo em movimento, fez-se necessário considerar tal orientação. Essa cultura que podemos classificar como sendo da conectividade móvel tem sido uma constante na sociedade atual. Prova desse movimento é que as informações antes acessadas nas telas de computadores, seguiram um movimento de migração para dispositivos portáteis como celulares e tablets. O simples ato de abrir um jornal na tela do computador pessoal fez-se inevitável a migração para as telas menores e, assim, possibilitar acessibilidade ao indivíduo a qualquer momento. Sem a imposição da imobilidade colocada pelos fios, o acesso a conteúdos informativos se coloca à disposição dos internautas em qualquer momento e lugar.

Esse comportamento serviu de motivação para o CPDOC marcar presença também nessa tendência levando a instituição a tornar o conteúdo informativo do acervo disponível considerando também o conceito de mobilidade. Antenando-se aos novos tempos, foi implementada a construção do App CPDOC, ferramenta desenvolvida para funcionar em plataformas de smartphones e tablets, permite o acesso às bases de dados do CPDOC distante apenas do toque dos dedos. O aplicativo disponível nas lojas de conteúdo de sistemas operacionais móveis como Android e IOS, pode ser baixado gratuitamente. Funcionando dentro do App FGV, o aplicativo CPDOC fornece acesso inclusive aos documentos digitalizados disponíveis para consulta online. Tratando-se, portanto de uma versão portátil das bases de dados da instituição.



Reprodução da tela inicial do aplicativo de busca ao acervo do CPDOC

Considerações Finais

O projeto de preservação e difusão do acervo histórico do Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) segue em expansão apesar das complexidades com as quais um projeto desse porte se depara. Apesar de dispendioso, a instituição segue na busca de parcerias e editais de fomento que possam viabilizar essas ações.

Em 10 anos o CPDOC digitalizou através de projetos de financiamento diversos os arquivos como Getúlio Vargas em 2005, Ernesto Geisel em 2007. Entre 2008-2009, dentro do projeto patrocinado pelo Banco Santander, através da Lei de incentivo à cultura, foram digitalizados cerca de 300.000 páginas de documentos de diversos arquivos. Além desses arquivos documentais, este projeto também possibilitou a digitalização de 5.000 horas de gravação de entrevistas de história oral. Atualmente, segue em vias de conclusão um projeto viabilizado pelo Ministério da Cultura para tornar disponíveis para consulta online o arquivo pessoal do ministro da Educação e Saúde (1934-1945), Gustavo Capanema, e dos presidentes da República- Wenceslau Brás (1910-1914), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e João Café Filho (1954-1955). Nesse projeto a previsão é de um total de 350.000 imagens digitalizadas eleve para o patamar de 33% o nível de acervo digitalizado. Este projeto também contempla a digitalização de documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais do arquivo pessoal de André Franco Montoro, num total estimado em mais 70.000 páginas de documentos, 5.500 fotografias e 300 horas de gravação de imagens em movimento.

Com a disponibilização dos conteúdos documentais digitalizados na web, o CPDOC/FGV universaliza o acesso à informação para a sociedade, sobretudo no contexto brasileiro. Oferecendo um aparato documental desse porte na web num país com dimensões continentais de grandes desigualdades sociais e diferenças culturais, democratiza-se o conhecimento sobre a História do próprio país. Numa outra vertente, a utiliza-

ção da digitalização na preservação dos suportes garante que esse acervo seja preservado para as futuras gerações sem implicar em cerceamento do acesso.

Com essas iniciativas o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas busca aperfeiçoar medidas de preservação de seu acervo histórico, ampliar o processo de universalização do acesso gratuito aos conteúdos histórico-culturais do país presentes nesse acervo e desenvolver produtos que potencializem sua difusão para um público cada vez mais amplo.

Referências

- AMADO, Daniele; SPOHR, Martina. Preservação e Difusão do Acervo Histórico do CPDOC: desafios e perspectivas, 2012, [s.n]
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005
- BRAGA, Suely. Accessus: sistema de documentação histórica do CPDOC, 2002 [s.n.]
- CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CPDOC 30 anos/ Textos de: Célia Camargo... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2003. p.21-44.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.) Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996
- CASTRO, Renan Marinho de. A recuperação da informação sob a ótica dos usuários: um estudo de caso do uso da base dados Accessus. 2011. 122f Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2011
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CPDOC 25 anos: relatório de atividades. Rio de Janeiro, 1998. 91p.il.
- CPDOC 30 anos/ Textos de: Célia Camargo... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2003. 192p.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. DataGramZero: revista de Ciência da Informação, Brasília: IBICT, v.5, n.5, out.2004
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. Ciência da Informação, Brasília, v.33, n.1, p.55-67, jan./abr. 2004
- GONÇALVES, Martina Sphor. Políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: o caso do Cpdoc. 2007 [s.n.]
- LIMA, Vânia Mara Alves. A informação documentária: codificação e decodificação. TransInformação, Campinas, 19(2):119-127, maio/ago., 2007
- RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 160 p.

ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO TIPOLÓGICA DE DIPLOMA EM ARQUIVO PESSOAL

Alexandre Faben Alves*

Maria Celina Soares de Mello e Silva**

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais do estudo sobre tipologia documental nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST61, por meio da análise dos diplomas presentes no Arquivo pessoal do ornitólogo Helmut Sick. A pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia” é coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST, instituto de pesquisa subordinado ao MCTIC. O Projeto tem o apoio do CNPq por meio de bolsas de pesquisa. Os arquivos pessoais são privilegiados para o estudo dos diplomas, visto que é mais difícil encontrá-los em arquivos institucionais. No âmbito do estudo os diplomas são tipificados de acordo com a atividade ou evento que o produziu, o que facilita a compreensão do documento para as atividades de classificação, arranjo, elaboração de instrumentos de busca e indexação.

Palavras-chave: Identificação de tipologia documental. Arquivo Pessoal. Diploma.

Abstract

The aim of this work is to present partial results of the study on typology of documents in personal archives under the guard of the MAST through the analysis of the diplomas contained in the ornithologist Helmut Sick personal archives. The research “Study of species and types of documents at the science and technology” archives is coordinated by the History of Science Archives of the MAST, the MCTIC Research Institute. The project has the CNPq support through research scholarships. The personal archives are privileged to the study of diplomas, since it is more difficult to find them in institutional archives. Within the framework of the study diplomas are typed according to the activity or event that produced it, which facilitates the understanding of the document to the activities of classification, arranging, preparation of finding aids and indexing.

Keywords: Identification typology of document. Personal Archive. Diploma.

*Museu de Astronomia e Ciências afins alexandrefaben@mast.br

**Museu de Astronomia e Ciências Afins celina@mast.br

Introdução

Este estudo apresenta resultados parciais obtidos no projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O projeto tem por objetivo estudar a produção documental arquivística gerada a partir das atividades de pesquisa de cientistas e instituições científicas, visando à elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação. O Projeto é financiado pelo Programa de Capacitação Institucional, PCI/MCTIC, com bolsas de pesquisa gerenciadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico, CNPq.

A primeira fase do projeto teve como objetivo o estudo dos tipos documentais em arquivos de laboratório, e como um de seus produtos, a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais. A atual fase do projeto é o estudo de identificação tipológica nos arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST com objetivo de padronizar os tipos documentais e constituir um glossário específico com as espécies e tipos documentais identificados para contribuir com o trabalho de organização dos documentos, no que se refere à classificação, descrição, elaboração de instrumentos de pesquisa e indexação.

A identificação da tipologia dos documentos consiste na identificação das atividades que os produziram. Ou seja, é preciso identificar qual a atividade ou função que o cientista estava desempenhando que gerou o documento. Para reconhecer o tipo documental é necessário o estudo em direção à gênese do documento de arquivo, cuja primeira etapa é a padronização da denominação. “Dentre as etapas de organização de um arquivo, a fase de levantamento de dados, denominada identificação, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o seu produtor”. (RODRIGUES, 2008).

A identificação de tipologia documental é a uma etapa preliminar para a organização arquivística e constituição do glossário de espécies e tipos documentais nos arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST. A partir destas reflexões iniciais, o presente artigo apresenta um estudo sobre a configuração das informações contidas nos diplomas identificados no Arquivo Helmut Sick, que atualmente está em organização.

Helmut Sick e seu Arquivo pessoal

O MAST já possuía conhecimento sobre a trajetória de Helmut Sick por meio do Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, órgão responsável pela fiscalização das expedições nacionais e estrangeiras em território brasileiro. Tendo em vista que em 1939, na época da Segunda Guerra Mundial, quando Helmut Sick veio ao Brasil pela primeira vez, em decorrência de uma expedição científica, foi preso por ser considerado um espião por ser alemão, em meio à floresta brasileira, portando alguns espécimes de aves, documentos em alemão e instrumentos científicos.

Na cadeia continuou seus estudos ornitológicos e quando foi solto, resolveu continuar suas pesquisas no Brasil. O material ornitológico coletado por Sick em sua expedição foi enviado para o Museu Nacional e os documentos que portava quando foi preso, referentes às suas observações, foram apreendidos e incorporados ao arquivo do CFE. Assim, o arquivo do CFE, sob a guarda do MAST, possui dossiês com os documentos, incluindo seus cadernos de campo e desenhos de pássaros, referentes à expedição de pesquisa realizada por Helmut Sick no Brasil.

Alemão, naturalizado brasileiro, dedicou mais de 50 anos de sua vida no Brasil em pesquisas ornitológicas. Seus principais interesses abrangem a morfologia funcional, a vocalização, o comportamento e a filogenia das aves, que pesquisou em vários países principalmente da América do Sul. É reconhecido como o pai da ornitologia brasileira devido a sua intensa atividade científica. Um condensado de seu estudo encontra-se em sua “Ornitologia Brasileira”, publicada originalmente em 1985, esta obra constituiu-se um marco teórico da ciência que estuda as aves em nosso país. Helmut Sick faleceu no dia 05 de março de 1991, aos 81 anos de idade.

Por ser viúvo e não possuir filhos, os bens pessoais, assim como todos os documentos produzidos e acumulados por Helmut Sick, foram deixados para sua amiga brasileira Ingeburg Kindel. Após negociação, a legatária doou o arquivo Helmut Sick para MAST/MCTIC, que tem dentre os seus objetivos o de preservar, organizar e inventariar arquivos pessoais de cientistas, para viabilizar o acesso a estudos e pesquisas relacionados à história das ciências. Os documentos produzidos e acumulados por Helmut Sick, doados ao MAST, correspondem a 23 caixas- padrão do Arquivo de História da Ciência; e isto equivale a aproximadamente 3 metros lineares. Entre os documentos estão as cartas de intercâmbio de informações científicas que compreendem a maior parte do acervo, cerca de 80%. As cartas referem-se a trocas de informação entre Sick e outros cientistas, profissionais e instituições, sobre aves e o trabalho ornitológico. Além da correspondência, o acervo também apresenta outras espécies e tipos documentais, como diplomas, certificados e passaporte; bem como fotografias e medalhas.

Os arquivos doados, normalmente, não são encaminhados com grau de sigilo, cabendo ao MAST o tratamento técnico arquivístico e a publicação do inventário do acervo para promover o acesso. A organização do arquivo Helmut Sick é fundamentada na teoria arquivística e tem por objetivo elaborar um quadro de arranjo a partir da identificação da tipologia documental para que os documentos identificados sejam classificados de acordo com as atividades que os produziram.

A proposta deste estudo é apresentar resultados preliminares obtidos na fase atual do projeto de identificação de tipologia documental, que além de essencial para a organização do arquivo amplia o conhecimento sobre o produtor e sua produção documental. Serão apresentados alguns tipos de diplomas identificados no Arquivo Helmut Sick.

Identificação de tipologia documental em diplomas do Arquivo Helmut Sick

Nos arquivos pessoais encontram-se diversos tipos de diplomas, mas geralmente são relacionados ao universo acadêmico, sendo um documento formal emitido por instituições de ensino com cursos reconhecidos, habilitando seu titular ao exercício de uma profissão. O diploma é emitido para comprovar a conclusão em cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e também pode ser emitido na conclusão de cursos profissionalizantes, regulamentado por lei, expedido por escolas normais, faculdades isoladas, universidades e outras instituições de ensino. Além disso como veremos a seguir, o diploma confere um cargo ou privilégio.

O Quadro 1 apresenta algumas definições da espécie documental configurada como diploma:

Quadro 1 – Definições de diploma

Fonte	Definição
ENCICLOPÉDIA Barsa Universal (1934) ¹	Título ou documento oficial com que se confere um cargo, dignidade, mercê ou privilégio.
Glossário UNICAMP (1993)	Título ou documento oficial com que se confere um cargo, dignidade, mercê ou privilégio
Glossário SAUSP (1997)	Título com que se confere um cargo, dignidade, privilégio ou se concede a habilitação profissional a alguém
CAMARGO; GOULART (2007)	Título pelo qual se confere cargo, dignidade, habilidade ou grau de escolaridade a uma pessoa.
CUNHA; CAVALCANTI (2008)	Na esfera administrativa, instrumento ou ato legal que confere a alguém uma dignidade ou privilégio; Na esfera educativa, documento oficial, fornecido por instituição de ensino ao aluno que completou os estudos de um curso, conferindo-lhe o título apropriado e investindo-o nas prerrogativas que decorrem desse título e na esfera da história, ato oficial que concede direitos, honras e títulos, expedido por uma autoridade.
BELLOTTO (2002; 2008)	Título pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê, privilégio ou confere as habilitações ou um grau escolar obtido pelo seu titular. Também usado, antigamente, como sinônimo de documento dispositivo público.
LEAL (2011)	Documento emanado de autoridade conferindo direitos, privilégios, graças ou honrarias.
Ministério da Educação. Cidadania e Justiça (2012) ⁶²	Documento que atesta a conclusão de um curso de nível superior. O diploma registrado confere a seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional da carreira de nível superior.
(SILVA) 2014	Título pelo qual se confere cargo, dignidade ou habilitação de grau de escolaridade a uma pessoa.

¹ ENCICLOPÉDIA Barsa Universal. 2 ed. São Paulo, 2009. v.6, p.1934.

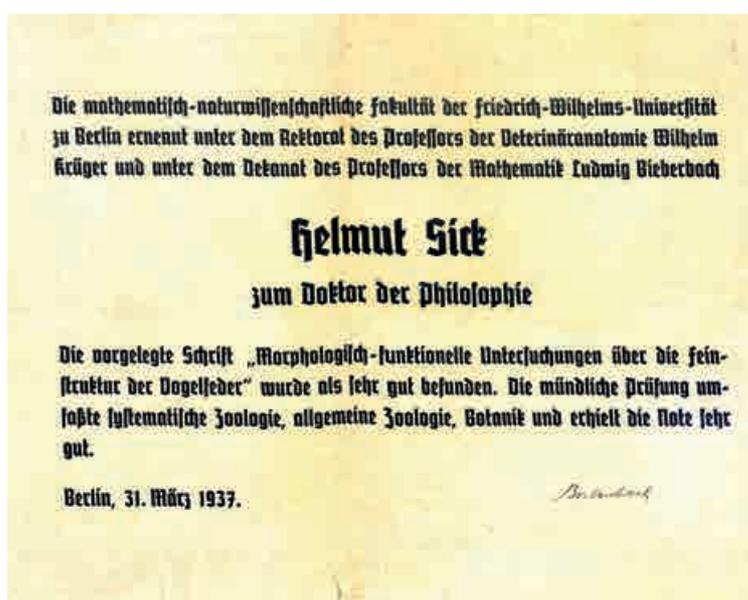
Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a ação que a gerou. (Camargo; Bellotto, 1996).

O estudo tipológico identifica o documento de acordo com a atividade que o produziu. Para identificar o tipo, algumas informações são importantes, bem como a forma com elas estão configuradas no documento. A configuração das informações no documento é uma fórmula estabelecida que o distingue como um diploma, bem como sua forma física. No caso do diploma, a espécie é geralmente apresentada com uma fonte em destaque, com tamanho maior que a do texto que segue.

Outra característica do diploma, que já foi mais comum no passado, é a de apresentar uma iconografia representativa da entidade emissora ou do tema ligado ao diploma (ver Figura 2).

O Arquivo de Sick apresenta 4 (quatro) diplomas, espécie com tipos diferentes, como pode ser visto nas figuras que seguem neste trabalho.

Figura 1 – Diploma de Doutor(frente)



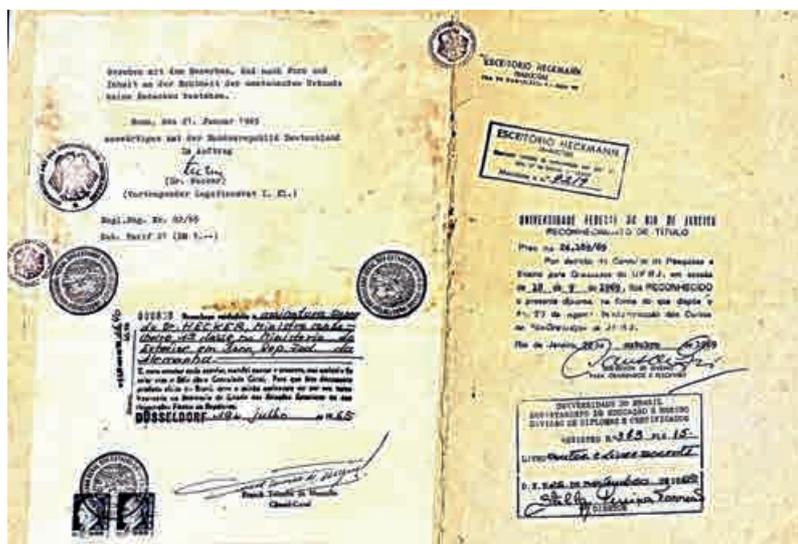
Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

As informações apresentadas neste diploma estão configuradas de forma simples, destacando-se apenas o nome de Sick e o título de doutor em filosofia. Não apresenta iconografias e nem o nome da instituição em destaque.

As informações apresentadas são: o nome da faculdade (de ciências e matemática); o nome da Universidade (Friedrich-Wilhelm de Berlin); o nome do professor de anatomia veterinária e o nome do reitor; em seguida, em destaque, o nome do aluno Sick e o grau obtido; o título do estudo “pesquisa funcional e morfológica sobre a estrutura das penas dos pássaros”; o grau obtido (muito bom), com a informação de que o exame oral incluía zoologia e botânica; por último, vem o nome da cidade e a data da obtenção do título: Berlin, 31 de março de 1937.

O diploma apresenta, no canto inferior direito, a assinatura, porém sem o nome por extenso impresso.

Figura 2 – Diploma de Doutor (verso)



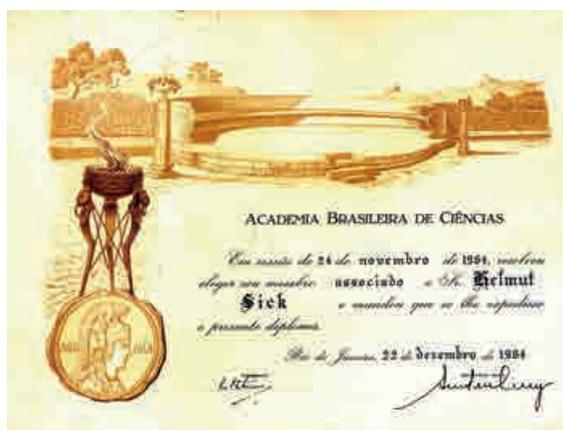
Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

No verso do diploma estão os registros das chancelas e os carimbos referentes ao reconhecimento do diploma no Brasil. São informações sobre as instâncias universitárias responsáveis pelo reconhecimento do diploma com as devidas assinaturas dos responsáveis com, registro em cartório para legitimidade.

Como Sick se formou na Alemanha, estes procedimentos foram necessários para a validação do diploma no Brasil e reconhecimento do seu título de doutor, o que possibilitou o exercício da profissão de professor PhD.

A Figura 3 apresenta o diploma de membro associado. Este diploma refere-se ao registro da nomear uma pessoa como membro de determinada associação/entidade, com a complementação do tipo de vínculo, no caso, associado.

Figura 3 – Diploma de membro associado, 1964

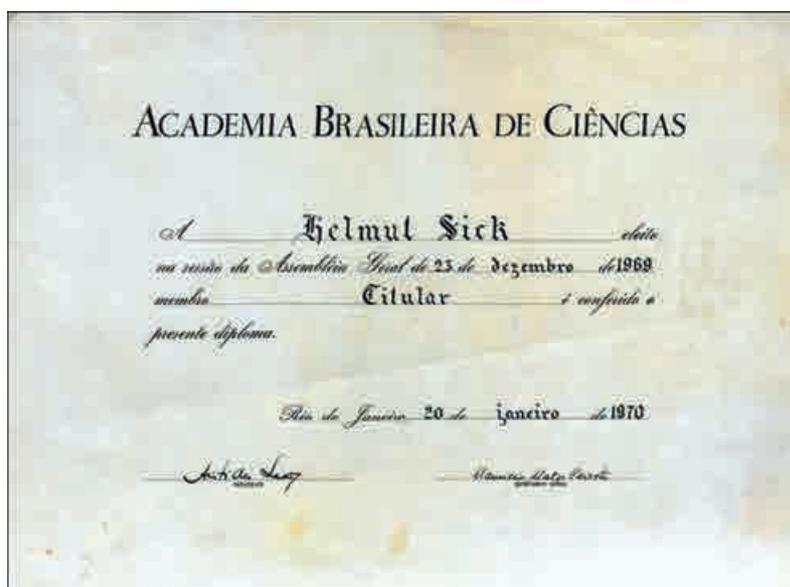


Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

A primeira informação fornecida é o nome da entidade emissora do diploma, no caso a Academia Brasileira de Ciências, em destaque com letras de tamanho maior que a do texto. Neste documento, a espécie diploma não está em destaque, autoreferenciada, porém é explicitada no texto. As informações apresentadas são: a data da sessão (24 de novembro de 1964); e a resolução de Sick como membro associado. Após, a cidade de expedição (Rio de Janeiro), e a data (22 de dezembro de 1964). Por último as assinatura das autoridades competentes. O diploma apresenta iconografias representativas da Academia.

A Figura 4 apresenta o diploma de membro titular de Sick na Academia Brasileira de Ciências. Comparando com o diploma anterior, de 1964, percebe-se que a instituição alterou a configuração das informações contidas no diploma. O destaque continua sendo para o nome da Academia, que vem com letras em destaque. Mas a primeira informação do texto passa a ser o nome do titulado, depois vem a indicação da sessão que o diplomou, seguida da data. Somente após vem o título recebido: membro titular.

Figura 4 – Diploma de Membro Titular, 1970

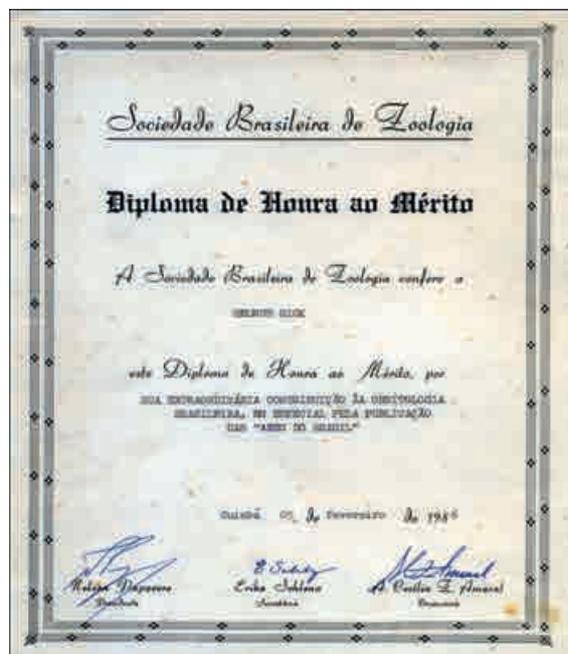


Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

Ao final encontra-se a cidade de expedição, seguida da data completa. Mas, neste caso, as assinaturas são acompanhadas do título das autoridades competentes. O diploma também tornou-se mais simples, sem a iconografia apresentada no diploma anterior.

A Figura 5 Apresenta o Diploma de Honra ao Mérito emitido pela Sociedade Brasileira de Zoologia. De acordo com as informações contidas no documento, Helmut Sick recebeu este diploma devido a sua “extraordinária contribuição à ornitologia brasileira, em especial pela publicação do livro “Aves do Brasil”.

Figura 5 – Diploma de Honra ao Mérito



Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

O da Figura 5 também apresenta o nome da instituição que o conferiu em destaque; é a primeira informação do documento, no alto da página, porém o destaque maior cabe ao tipo documental: diploma de Honra ao Mérito. Em seguida vem o nome do agraciado e as razões da emissão do mesmo. Após o texto, vem a cidade e a data completa da emissão do documento e, por último, os nomes das autoridades, com os respectivos cargos e assinaturas, que autenticam e validam o diploma.

O diploma não apresenta iconografia, porém as informações são apresentadas dentro de uma caixa de texto, na forma de moldura com decoração.

Os diplomas podem estar vinculados a uma medalha para atribuir certa materialidade ao título conferido.

Figuras 6 e 7 – Medalha de Honra ao Mérito (frente verso)



Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo MAST/MCTIC

A medalha e o diploma possuem um vínculo arquivístico que expressa uma relação orgânica, ou seja, os documentos se relacionam entre si. Nestes casos em que o diploma é acompanhado de medalha, estes documentos não devem ser separados.

Considerações finais

Os resultados parciais do estudo dos tipos de diploma nos arquivos pessoais de cientistas estão permitindo o conhecimento das atividades realizadas por Sick, o que contribuirá para auxiliar no estabelecimento do quadro de arranjo ou classificação mais consistente para o arquivo. O estudo mais amplo, no qual este arquivo está inserido, já identificou oito tipologias com suas respectivas características, considerando-se o passar do tempo, em um período de quase 100 anos. Em andamento, o estudo ainda será objeto de outros trabalhos com os resultados da pesquisa.

A identificação tipológica pressupõe não apenas a identificação do documento como também das atividades desempenhadas pelo produtor/acumulador no decorrer de sua vida. Com esta perspectiva, o trabalho arquivístico de elaboração do quadro de arranjo torna-se metodologicamente consistente e é possível estabelecer uma classificação baseada nas atividades e funções desempenhadas. Então a identificação de tipologia documental é fundamental para as atividades de classificação e descrição dos arquivos pessoais do MAST. Assim, utilizando-se do estudo da tipologia, o trabalho de organização dos arquivos pessoais torna-se mais baseado na teoria arquivística, melhor contribuindo para estudos históricos e também pesquisas biográficas.

A identificação de tipologia documental permite estabilidade sobre os nomes dos documentos. Isto propicia a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais. Arquivo de História da Ciência do MAST está constituindo um glossário voltado especificamente para os arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST, com o objetivo de retroalimentar o próprio trabalho. O glossário apresenta a definição da espécie e tipo documental. Assim, o tipo documental é padronizado e os documentos de arquivo com as mesmas características, em qualquer fundo, serão identificados da mesma forma. O glossário serve como instrumento fundamental para o trabalho. Não é um documento que se pretenda concluir, pois está em constante crescimento e desenvolvimento.

Os tipos de diploma que estão sendo estudados no âmbito do projeto estão alimentando o glossário de espécies e tipos, servindo como referência para demais trabalhos.

Esperamos com este estudo trazer mais subsídios para as discussões teóricas e metodológicas sobre os arquivos pessoais de interesse público.

Referências

- Bellotto, H.L. (2002), *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, (Projeto como fazer, 8).
- Bellotto, H.L. (2005), Arquivos pessoais como fonte de pesquisa, in *“Arquivos permanentes: tratamento documental”*, 2 ed. rev. ampl, Ed. FGV, Rio de Janeiro, pp. 263-278.
- Camargo, A.M.A. (1998), “Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais” *Estudos históricos*, vol. 11, nº. 21, 1998, pp.169-174.
- Camargo, A.M.A. (2009), “Arquivos pessoais são arquivos”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, nº. 2, jul/dez., pp. 26-39,
- Camargo, A.M.A. and Bellotto, H.L. (1996), *Dicionário de terminologia arquivística*, Secretaria da Cultura, São Paulo.
- Camargo, A.M.A. and Goulart, S. (2007), *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*, Edição bilíngue: português e inglês, Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), São Paulo, p. 316.
- Haas, J. K., Samuels, H.W. and Simmons, B.T. (1985), *Appraising the records of modern science and technology: a guide*, Institute of Technology, Cambridge, MA.
- LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.
- Mendo Carmona, C. (2004), “Consideraciones sobre el método enarchivística”, *Documenta & instrumenta*, vol. 1, pp. 35-46. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>>. (Acessado em: jul. 2016).
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (2014), *Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório*, MAST, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, A.C. (2008), *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*, Tese de Doutorado em Historia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/. (Acessado em: abr. 2012).
- Silva, M.C.S.M. (2007), *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*, Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, M.C.S.M. (2013a), “Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross”, *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 18, nº. 3, jul./set., pp. 160-174.
- Silva, M.C.S.M. (2013b), “ Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do

físico Joaquim da Costa Ribeiro”, *Arquivo & Administração*, vol. 12, nº. 2, jul./dez., pp. 1-88.

_____. (Org.). *Glossário de espécies e tipos documentais em laboratório*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

Silva, M.C.S.M. (2015), “Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais”, in Granato, M. (Org.), *Museologia e patrimônio*, MAST, Rio de Janeiro, pp. 178-203, (MAST 30 anos de pesquisa, v.1).

Silva, M.C.S.M. and Trancoso, M.C.D. (2015), “Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 22, nº. 3, pp. 849-861.

Sobre os autores

Alexandre Faben Alves possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015). Membro do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística UFF/CNPq. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação arquivística, diplomática, tipologia documental e arquivos pessoais. Atualmente é Pesquisador com bolsa do Programa de Capacitação Institucional no Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Maria Celina Soares de Mello e Silva possui doutorado em História Social com distinção e louvor pela Universidade de São Paulo (2007), Mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1995), Especialização em Documentação Científica pelo IBICT/UFRJ (1989) e graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (1987). É arquivista do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Tem experiência na área de Arquivologia, com ênfase em organização de arquivos pessoais, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivo de ciência e tecnologia, preservação de arquivos, organização de arquivos, tipologia documental, segurança e disseminação de acervos. Coordena projeto de pesquisa na área de preservação de arquivos de ciência e tecnologia. É Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia- PPACT/MAST/MCTIC.

DIÁLOGO ENTRE AMIGOS: ANÁLISE FILOLÓGICA E LINGUÍSTICA DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE WASHINGTON LUÍS E JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE

Verena Kewitz *

Resumo

Neste artigo apresento uma descrição filológica e linguística da correspondência trocada por Washington Luís e Júlio Prestes na primeira metade do século XX. Os aspectos analisados vão desde os elementos gráficos dos textos até aspectos morfossintáticos (uso de pronomes pessoais, fórmulas fixas etc.) e textuais, como marcas de correção, temas tratados, entre outros. Essa pesquisa faz parte do projeto temático História do Português Paulista II (FAPESP 11/51787-5), em que se investiga a história da variedade paulista do português em diferentes perspectivas a partir de documentos antigos e textos orais.

Palavras-chave: Diálogo. Correspondência. História do Português Paulista.

Abstract

This paper aims at describing some philological and linguistic features of the correspondence between two important Brazilian politicians exchanged in the first half of the 20th century, namely Washington Luís and Júlio Prestes. As part of a broader project, the research involves selecting and editing manuscripts written by people born in the State of São Paulo so as to investigate the language status through the centuries. The letters were selected from the archive of both politicians (preserved in Arquivo Público do Estado de São Paulo), in order to identify traces of the dialogue held between them. The analysis is based on morphosyntactic aspects, such as the use of personal pronouns, and textual elements like correction marks, topic development and so forth.

Keywords: Dialogue. Correspondence. History of Paulista Portuguese.

* Professora Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Introdução

Antes de apresentar os objetivos deste artigo é pertinente lembrar que “lidar com uma língua natural é operar com um objeto científico ‘escondido’.” (CASTILHO, 2010, p. 41). Para entender essa afirmação basta comparar a tarefa de um linguista à de um químico. Este lida, em termos gerais, com substâncias quanto a sua composição, estrutura e propriedades e as possíveis mudanças ocorridas durante as reações químicas. Seu objeto é, portanto, externo ao ser humano. O linguista, ao contrário, lida “com um objeto guardado em sua mente e na mente dos indivíduos de sua comunidade” (op. cit.). Semelhante concepção vale para a maioria das demais ciências humanas, tais como História, Psicologia, Antropologia etc.

A definição de linguagem/língua não é unânime nem mesmo entre os linguistas. Seu ponto de vista sobre esse objeto “escondido” determinará que elementos serão analisados, as perguntas que pretendem responder e assim por diante. Se o linguista quer, por exemplo, desvendar os processos de construção de um enunciado, deverá recorrer a textos falados, já que é nessa modalidade que se podem depreender mais claramente os processos. Em textos escritos, no entanto, os processos são, em geral, apagados, há mais espaço para reelaborações, correções, já que há certo distanciamento entre o momento do planejamento do texto e de sua execução ou publicação (KOCH; OESTERREICHER, 1990). Essa diferença, a princípio óbvia, revela uma rede complexa de condições subjacentes à produção de textos orais e de textos escritos se dispostos numa escala¹. Ao falar, o ser humano aciona estratégias comunicativas adequadas a cada situação comunicativa. O mesmo vale para a produção de textos escritos, mais planejados e elaborados. No entanto, cada um desses pólos do *continuum* apresentam condições e estratégias comunicativas prototípicas e não opostas.

Com esse pano de fundo, pode-se então inserir o objetivo central deste artigo, que é a análise do diálogo entre duas figuras públicas através de seus escritos. A concepção de diálogo colocada aqui segue uma das condições propostas por Koch; Oesterreicher (1990) no que diz respeito ao grau de dialogicidade que se pode depreender de vários tipos de texto. Nesse sentido, a troca de cartas entre pessoas pode corresponder a certo grau de dialogicidade, dada a continuidade dos assuntos tratados à medida que vão sendo produzidas. É nesse plano que abordo aqui o diálogo entre Washington Luís e Júlio Prestes.

O presente artigo está assim dividido: primeiramente, contextualizo a seleção e coleta de documentos de interesse aos estudos linguísticos e como são editados para esse fim. Em seguida, apresento os documentos analisados para entrever o diálogo na correspondência trocada entre Washington Luís e Júlio Prestes quanto aos temas tratados e características filológicas e linguísticas gerais. Por fim, proponho uma forma de analisar o diálogo considerando a totalidade de documentos que permaneceram nos arquivos privados de ambos os políticos.

1. O contexto da edição dos documentos sob análise

O advento do gravador no século XX abriu espaço para as pesquisas sobre a modalidade oral de línguas naturais. O Brasil contou com o Projeto *NURC* (Norma Urbana Culta) a partir da década de 1960, o que acarretou na criação de outros projetos coletivos, a exemplo do *Projeto de Gramática do Português Falado* (CASTILHO, 2015). Esse projeto, em particular, dedicou-se a estudar a variedade culta falada do Português

¹ Essa proposta baseia-se nos trabalhos de Koch; Oesterreicher (1990), Oesterreicher (1996) e Koch (1997), entre outros. Para esses autores, atividade do falar e do escrever deve ser vista em termos conceituais (oralidade – escrituralidade) e não apenas em termos mediais (fônico – gráfico).

Brasileiro (doravante PB) em diversos níveis de análise (fonologia, morfologia, sintaxe e texto) sob diferentes perspectivas teóricas (formalistas e funcionalistas².

Na década de 1980, as pesquisas voltam-se para questões relacionadas às origens do PB e às diferenças em relação ao Português Europeu. São criados, então, os Projetos *Para a História do Português Brasileiro* (em 1997) e *História do Português Paulista* (ou Projeto Caipira³). O objetivo central desses projetos é historiar o PB a partir de documentos de sincronias passadas em comparação aos dados atuais de oralidade e de escrita. Para tanto, a seleção de documentos que possam servir de fonte confiável para pesquisas linguísticas é feita de forma criteriosa, envolvendo, por exemplo, a nacionalidade do autor, a motivação, o tema e o grau de publicidade do documento, dentre outros aspectos (SIMÕES; KEWITZ, 2009). Um dos desafios desses projetos refere-se à representatividade dos documentos de acervos públicos e privados. A esse respeito,

A documentação escrita em português só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e de informações indiretas que o historiador pesquise. Assim o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de escrita ou inscrição – **é sempre fragmentado**, porque fragmentário é o **espólio** de que dispõe o pesquisador. O investigador (...) terá de condicionar a seleção de seus dados à documentação remanescente. (...) Daí Labov ter definido muito adequadamente os estudos diacrônicos ao longo dos séculos (...) como «**a arte de fazer o melhor uso de maus dados**». Maus dados porque «os fragmentos da documentação escrita que permanecem são o resultado de acidentes históricos para além do controle do investigador». (MATTOS E SILVA, 1994, p. 28-29, meus grifos).

Apesar de ser fragmentário, o espólio de que dispomos nos acervos nacionais e internacionais pode proporcionar uma gama considerável de documentos interessantes para os estudos linguísticos. Dessa forma, o Projeto Caipira propôs a seguinte divisão de corpora do português paulista⁴:

1. *Corpus mínimo manuscrito*: inventários e testamentos, atas de câmara, processos, cartas
2. *Corpus mínimo impresso*: notícias, cartas de leitor, cartas de redator, anúncios de jornais
3. *Corpus diferencial*: inquéritos orais, diários de viagem, memórias históricas etc.

A diversidade de tipos de texto possibilita, por exemplo, entrever diferentes normas linguísticas atreladas a cada esfera de produção, desde textos mais controlados e formulaicos até textos menos controlados contendo o que chamamos de “norma popular”. Além disso, cada tipo de texto dará espaço para o uso de certas estruturas, formas e expressões que não necessariamente aparecem em qualquer texto (JACOB, 2001).

A tipologia carta, como se sabe, é bastante variável levando em conta o grau de publicidade, a relação entre os interlocutores, os assuntos tratados, as fórmulas mais ou menos fixas etc. Por isso, foram classificadas em três subtipos: cartas pessoais, cartas de administração privada e cartas oficiais. A partir das condições e estratégias comunicativas propostas por Koch; Oesterreicher (1990), pode-se classificá-las razoavelmente como no quadro abaixo:

² Para mais detalhes da importância desse projeto e de sua repercussão, v. Castilho (2015, 2010) e Jubran (2015 Org.).

³ O Projeto Caipira está, no momento, em sua segunda fase, iniciada em 2012 (FAPESP, Proc. Nº 11/51787-5). A primeira fase foi de 2007 a 2010 (FAPESP, Proc. Nº 06/55944-0).

⁴ Os corpora do Projeto Caipira estão disponíveis em <http://phpp.fflch.usp.br/corpus>.

Carta pessoal	Carta de Administração privada	Carta oficial
Relação simétrica	Relação assimétrica	Relação assimétrica
Documento privado	Documento semipúblico	Documento público
Tema livre	Tema ± fixo	Tema altamente fixo
Menor grau de controle do texto	texto semicontrolado contendo algumas fórmulas fixas	Texto altamente controlado e formulaico

Quadro 1: Características prototípicas dos tipos de carta.

Essa classificação permite determinar os subtipos de cartas, como também observar mais detalhadamente as especificidades de cada documento ou conjunto de documentos mais distantes do nosso olhar de leitor contemporâneo.

O tipo de edição de documentos antigos depende de dois principais critérios interrelacionados: o público-alvo e o grau de intervenção do editor (SANTIAGO-ALMEIDA, 2009). A edição modernizada, por exemplo, apresenta atualização da ortografia, acentuação, pontuação etc. para que o público geral possa entender o conteúdo do texto. Para pesquisas linguísticas, ao contrário, a edição deve conservar todas as formas tais como se apresentam no documento original, e, neste caso, a edição mais adequada é a semidiplomática⁵. De um lado, nem todo pesquisador é especializado em leitura de manuscritos; de outro lado, nem sempre é possível apresentar o fac-símile ao lado da edição por razões várias.

A edição semidiplomática da correspondência de Júlio Prestes dirigida a Washington Luís (ALBUQUERQUE; FERREIRA; KEWITZ 2015) seguiu as normas propostas em Mattos e Silva (2001 Org.) com eventuais adaptações como a reprodução quase fiel de todos os elementos impressos (carimbos, timbres etc.), a disposição das linhas tal como nos originais e notas explicativas de lugares e personalidades mencionados no documento, nem sempre conhecidos na atualidade. O exemplo abaixo ilustra o tipo de edição realizada:

Autor da Imagem: Flávio Morbach Portella (2013).



Figura 1: Fac-símile de cartão-postal de Júlio Prestes a Washington Luís (20/01/1932), Arquivo do Estado de São Paulo (APWL 194.2.109)

⁵ Além de conservar pontuação, ortografia e acentuação, a edição semidiplomática prevê a manutenção das fronteiras entre palavras, rasuras e inserções nas margens ou posteriores.

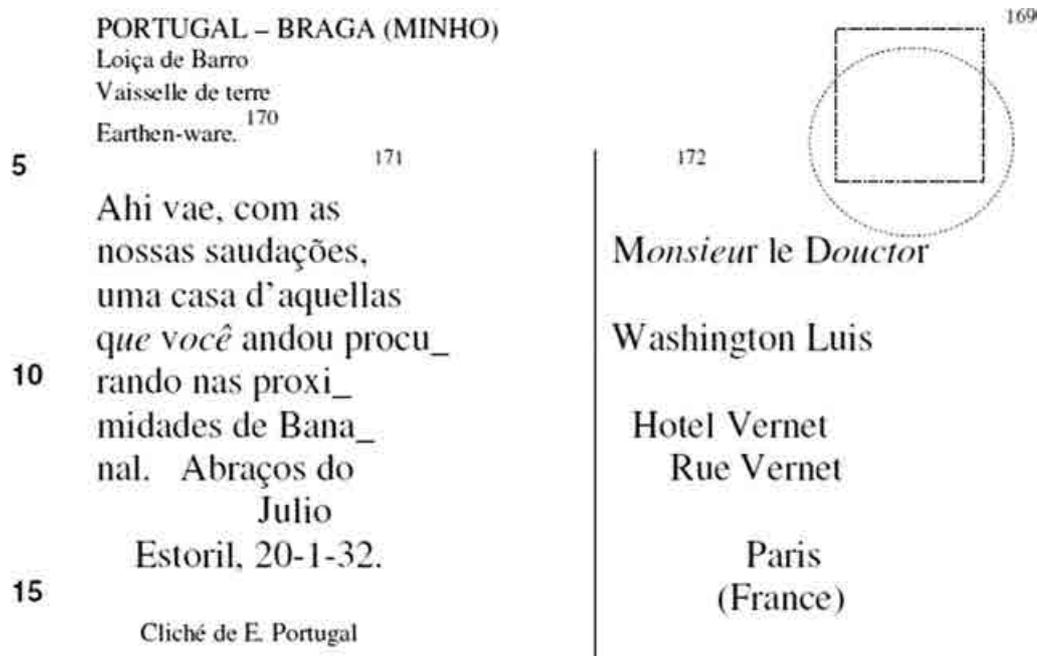


Figura 2: Edição semidiplomática do cartão postal (ALBUQUERQUE; FERREIRA; KEWITZ, 2015, p. 73)

Os documentos que fazem parte da correspondência de Júlio Prestes a Washington Luís são: cartas manuscritas e datiloscritas, cartões postais e telegramas. Os documentos de Washington Luís dirigidos a Júlio Prestes, por sua vez, são cartas manuscritas e datiloscritas e alguns telegramas⁶. No quadro abaixo estão dispostos os dados gerais dos documentos de cada acervo consultado:

De Júlio Prestes a Washington Luís			
Período	Nº de documentos	Locais	Tipologia
16/02/1910 – 08/05/1932 (e s/data)	28	São Paulo, navios, EUA, Portugal	Cartas manuscritas, datiloscritos, cartões postais e telegramas
De Washington Luís a Júlio Prestes			
Período	Nº de documentos	Locais	Tipologia
25/12/1920 – 19/11/1928 (e s/data)	10	São Paulo, Rio de Janeiro e Petrópolis	Cartas manuscritas, datiloscritos e telegramas
24/05/1930 08/05/1932	2	Rio de Janeiro Paris	Rascunhos manuscritos

Quadro 2: Lista de documentos dos acervos de Júlio Prestes e de Washington Luís (APESP) analisados

⁶ Os documentos de Washington Luís dirigidos a Júlio Prestes, consultados no APESP, não foram ainda editados. Os exemplos apresentados referem-se a alguns documentos consultados exclusivamente para o propósito deste artigo.

2. Os temas e as formas linguísticas encontradas nas cartas

Na seção anterior, apresentei uma classificação para os tipos de carta mais comuns em acervos privados. Retomando as características prototípicas de cada subtipo e relacionando-as à correspondência trocada entre Júlio Prestes e Washington Luís, pode-se entrever as seguintes condições e estratégias comunicativas (KOCH; OESTERREICHER, 1990):

- (a) Caráter privado;
- (b) Grau médio e alto de intimidade, que se depreende dos documentos;
- (c) Componentes emocionais limitados;
- (d) Distância física entre Júlio Prestes e Washington Luís;
- (e) Nenhuma cooperação durante a produção dos documentos;
- (f) Grau médio de dialogicidade, levando-se em conta a continuidade da correspondência;
- (g) Grau médio de espontaneidade, considerando-se o texto mais elaborado;
- (h) Núcleo temático ora fixo, ora flexível;
- (i) Planejamento controlado do texto.

Os temas da correspondência são razoavelmente variados, ora limitados à esfera política de ambos, ora se ampliando a questões familiares, como vemos a seguir:

De Júlio Prestes a Washington Luís	De Washington Luís a Júlio Prestes
<ul style="list-style-type: none"> • Viagens pelo Brasil para campanha eleitoral (1929-1930) • Viagens pelos EUA e Europa • Pedido de nomeação de amigos/conhecidos • Elogios e agradecimentos • Impressões sobre a política paulista e nacional; negociações • No exílio: sua localização, notícias pessoais (viagens) e votos de aniversário e boas festas. • Eventualmente notícias do Brasil recebidas de amigos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação de envio de presentes • Palavras de incentivo ao governo de Júlio Prestes da Presidência do Estado de São Paulo • Relatos de negociações econômicas • Pedidos de dados econômicos (café) de São Paulo e de envio de jornais • Elogios ao governo de Júlio Prestes • Apresentação de amigos para a campanha eleitoral • No exílio: agradecimento pela estadia na casa de Júlio Prestes em Portugal; notícias do Brasil; assassinato do presidente francês Doumer

Quadro 3: Lista de temas tratados na correspondência entre os estadistas

Pelo quadro acima, pode-se entrever que grande parte dos temas giravam em torno da política local (São Paulo) e nacional, sobretudo quando Júlio Prestes estava na Presidência de São Paulo e Washington Luís na Presidência do Brasil. A situação de exílio de ambos dá espaço para o surgimento de questões pessoais, além do tema político.

As formas linguísticas encontradas nos documentos são de variada ordem. Há o uso de fórmulas típicas de documentos com menor grau de intimidade, como “sempre ao seu dispor”, “subscrevo-me”, “com a melhor estima” etc., mas também encontram-se fórmulas que revelam certo grau de intimidade como “abraços do...”, “espero sua resposta por telephone”, “por aqui tudo bem”, entre outras.

Cartas em geral são o tipo de documento propício ao aparecimento de pronomes de tratamento e pronomes pessoais. Na correspondência entre Júlio Prestes e Washington Luís não seria diferente. No entanto,

não é usada uma única forma para se dirigir ao interlocutor, mas sim formas de 2ª pessoa que à época estavam em variação: tu e você, como se vê nos exemplos abaixo:

Carta de Júlio Prestes (16/02/1910)	Carta de Júlio Prestes (18/03/1924)
Não me lembro se lhe falei sobre a nomeação do Antonio (...), tantos fo ram os pedidos que lhe fiz. (...) Sempre ao seu dispôr, subscre vo-me seu Admirador e Amigo (...)	Washington Recebi a tua effige em bronze. (...) como me acompanharás em espírito e no coração. (...) que tão bem se ajusta á tua intre pidez (...).

Ainda que a maioria dos documentos apresente predominantemente as formas relacionadas ao pronome *você*, não é de se estranhar o uso das formas de *tu* para a mesma pessoa. Segundo Lopes; Machado (2005, p. 49) “você, em fins do século XIX e principalmente no português do Brasil, passa a concorrer com *tu*”. Já nesse período o grau de intimidade podia ser expresso por ambos os pronomes. Nos documentos analisados aqui não é possível afirmar se seus autores já tinham incorporado essa variação ou se ainda conservavam certo distanciamento pelo uso do pronome *você*. O documento abaixo, provavelmente um rascunho de Washington Luís, datado de 24/05/1930, demonstra essa ambiguidade, pois toda ocorrência de *você* é corrigida para *tu* ao longo das sete páginas da carta⁷:

Localização	Trecho da Carta
Linhas 10-12	Depois de deixar-te tive longa palestra com o Doutor Aloysio de Castro, (...)
Linhas 41-45	Tem<s> você o dever de fazer essa viagem, já iniciada e combinada, deves pois, rea izar-a, e o podes fazer com tranquilidade (...)
Linhas 55-64	Renovo, com toda a since ridade e satisfação, o offere cimento do Guanabara (...) para durante essa auzencia onde os teus/ entes queridos encontrarão to- dos os carinhos de uma boa amizade. Só aguardamos a tua resolução.
Linhas 67-68	(...) bem cedo para combinar o que voce resolveres.
Linhas 69-71	Qualquer cousa, seja qual for, que tua família deseje (...)
Linhas 75-76	Assim deve<s> você previ nil-a.

A possibilidade de conservadorismo está atrelado ao meio social de ambos os estadistas, à sua formação jurídica, mais conservadora em vários aspectos, dentre outros fatores. Por outras palavras, se partirmos da hipótese de que o uso mais frequente do pronome *você* nessas cartas implica certo grau de distanciamento, revelado pelo menos no texto, teríamos de tomar o cuidado de não afirmar categoricamente que eram de fato amigos. Mas se se levanta a hipótese de que o pronome *você* já imprimia maior grau de intimidade, tal como o pronome *tu*, a correção feita por Washington Luís no exemplo acima revela ainda mais a relação social entre ambos os estadistas. Isso fica mais claro ao compararmos esses documentos a de outros reme-

⁷ São indicadas as linhas em que se encontram as ocorrências. O sinal < > da edição representa as inserções posteriores; as barras verticais indicam a separação de linhas conforme o original; em negrito são destacadas as formas de *tu* e de *você* presentes no documento.

tentes de Washington Luís do mesmo período. A título de ilustração, nas cartas de alguns de seus cunhados (KEWITZ, 2016 Org.), aparecem as formas dos dois pronomes concomitantemente, comprovando os achados de Lopes (2012) sobre a variação entre tu e você em fins do XIX e ao longo do século XX.

3. O diálogo entre amigos: caminhos de análise

Na seção anterior, dentre outras características, focalizaram-se elementos linguísticos no plano da frase e certas estruturas típicas de certo grau de intimidade. Nesta seção apresento o que chamo de “diálogo entre amigos” levando-se em conta a sequência temporal da correspondência trocada entre Júlio Prestes e Washington Luís ao longo do tempo.

Nos exemplos abaixo, é possível observar o mesmo tema – apresentação de um amigo – em cartas de ambos:

Carta de Washington Luís a Júlio Prestes, 19/11/1929 (AP JP)	Resposta de Júlio Prestes a Washington Luís, 02/12/1929 (APESP, AP WL)
<p>Meu caro Julio Apresento o Doutor Altamiranto Re_ quião, redactor do Diario de Noticias, jornal de que e’ proprietario juntamente com o meu velho <amigo> Hermano Sant’Anna. Essas qualidades demons- tram que a visita do Doutor Requião é apenas a cortezia de um amigo que vem da Bahia e está de passagem em São Paulo Do amigo affetuoso 19-11-29 Washington Luis</p>	<p>Meu Caro Washington Saudades. Recebi com prazer o Doutor Altami_ rando Requião, redactor do “Dia_ rio de Noticias” – propriedade do nosso velho amigo Hermano Sant’ Anna, da Bahia. Muito grato pela apresentação desse valoroso difusor da causa na cional, subscrevo-me amigo affetuoso obrigado Julio Prestes</p>

Numa consulta não exaustiva ao acervo de Júlio Prestes no APESP, não foi possível encontrar a contraparte ou resposta de toda a correspondência trocada por ambos. Isso talvez se deva, de um lado, à possibilidade de essa resposta ter sido dada pessoalmente ou por telefone, eliminando assim a produção de uma carta ou telegrama. De outro lado, é preciso sempre contar com a possibilidade de que nem tudo o que foi produzido pelos dois estadistas foi de fato conservado em seu acervo. Por isso, qualquer análise é feita por aproximação e hipóteses.

Outro exemplo do diálogo entre eles está na carta (ou rascunho) de Washington Luís datada de 24//05/1930, apresentada na seção anterior. No texto de sete páginas com tema altamente fixo, Washington Luís recomendava veementemente que Júlio Prestes não levasse sua esposa durante a viagem que faria ao exterior após a eleição de 1930. Sua argumentação é reforçada pela consulta que Washington Luís fez a quatro importantes médicos da época, os doutores Martins Fontes e Paranhos, de São Paulo, e Miguel Couto e Aloysio de Castro, do Rio de Janeiro, como se vê abaixo:

Meu caro Julio | Depois de deixar-te tive | longa palestra com o **Doutor | Aloysio de Castro**, expondo o | meu ponto de vista sobre a | viagem aos Estados Unidos do Norte. | Elle foi conferenciar com o | **Doutor Miguel** Couto e a nota, | que os jornaes hoje dão, foi | por elles redigida. || O Doutor Aloysio de Castro affir_ | mou-me cathegoricamente, co _ | mo medico e como amigo, di – | zendo que é esse tambem o | parecer do Doutor Miguel Couto, | que no estado de saude | de Dona Alice nenhuma alte_ | razão houve, mas que uma | travessia longa, (...) soffrendo ella || tão exageradamente de enjojo, | é arriscada e que elles | desaconselham absolutamente. | Foi essa a opinião que eu | ouvi do **Doutor Martins Fontes** e | do Doutor Paranhos quando ahi | estive. (...) [meus grifos]

No restante da carta, Washington Luís oferece sua ajuda para cuidar da esposa de Júlio Prestes, juntamente com sua família. No entanto, pelos telegramas abaixo, é possível depreender que a recomendação não foi

seguida, tendo assim Júlio Prestes levado a esposa durante toda a viagem ao exterior.

(Telegrama enviado do navio Almirante Jaceguay, 30/05/1930) PRESIDENTE WASHINGTON LUIS | RIO | MUITO OBRIGADO PELAS BOAS NOTICIAS **CONTINUAMOS**| A FAZER BOA VIAGEM. ABRAÇOS = | JULIO PRESTES

(Telegrama enviado do navio Almirante Jaceguay, 10/06/1930) URGENTE PRESIDENTE WASHINGTON LUIS RIO | SATISFEITOS BOAS NOTICIAS STOP RECEBI TAMBEM TELEGRAMMA| **ALICE MEDICOS CONCORDAM VIAGEM DELLA EUROPA** CAPARCONA STOP | ESTAREI DE ACCORDO CASO NAO HAJA INVONVENIENTE STOP | (...) IDA EUROPA E DEMORA PROVAVEL MUITAS SAUDADES- JULIO-

Destacadas nos exemplos estão as formas que dão pistas de que Júlio Prestes e a esposa Dona Alice estavam sempre juntos durante a viagem. Outros poucos exemplos desse diálogo podem ser encontrados nos acervos de ambos os estadistas. No entanto, uma pesquisa mais aprofundada carece ainda de ser feita.

A ideia de tentar identificar o diálogo entre remetente e destinatário a partir de cartas, telegramas etc. tem como ponto de partida o trabalho do pesquisador em Linguística Histórica com base em documentos escritos. Mesmo que seja rico e diversificado o acervo de Washington Luís e de Júlio Prestes, deve-se sempre contar com eventuais lacunas nessa troca de correspondência, pois, como expus acima, já havia nesse período o telefone, além da possibilidade de o diálogo ter se dado pessoalmente, portanto, não registrado. A análise do diálogo na troca de correspondência possibilita a comparação, ainda que parcial, com diálogos em presença, face a face, com menor grau de planejamento do texto (JUBRAN, 2015).

Considerações finais

Neste artigo, propus analisar, ainda que de forma parcial e fragmentada, a sequência de correspondência trocada entre duas importantes figuras da política paulista e nacional. Boa parte dos documentos analisados, desde o nível da frase até o nível do texto como um todo, apresenta características prototípicas de textos mais controlados quanto à forma.

Mesmo que os documentos apresentem médio ou alto grau de planejamento do texto, preservação da face diante do destinatário, entre outras características, a abordagem aplicada permite entrever as motivações que fizeram gerar cada documento e sua sequência. Além disso, é possível depreender as relações sociais a partir de certas marcas, tais como os pronomes pessoais utilizados pelo remetente, as fórmulas fixas mais próximas da formalidade, como “com a melhor estima”, e as expressões características de menor grau de formalidade, como “saudades”, “por aqui tudo bem” etc. Nesse sentido, pode-se dizer que os documentos analisados em sua totalidade oscilam entre o que cunhamos como cartas pessoais e cartas de administração privada, também em função dos temas tratados em cada um, ora assuntos familiares e pessoais, ora políticos, econômicos etc.

Embora o linguista esteja mais preocupado com as formas constantes nos documentos, outros elementos externos a eles podem esclarecer aspectos igualmente relevantes do entorno social de quem os escreveu, como sua formação escolar/acadêmica, local de nascimento, entre outros. Nos acervos privados, em especial, deve o historiador de qualquer linha de pesquisa lembrar que a conservação de um documento pode orientar a própria compreensão de seu sentido (CAMARGO, 2011).

Referências

ALBUQUERQUE, Cássio de; FERREIRA, Rafael R.; KEWITZ, Verena. *Edição da Correspondência de Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque a Washington Luís*. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em www.phpp.fflch.usp.br/corpus. Acesso: 30 de julho de 2016.

CAMARGO, Ana Maria de A. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gêneros documentais. In: G.M.F. Bevilacqua; I. C. A. S. Maringelli (Orgs.) *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.157-166.

CASTILHO, Ataliba T. de. Apresentação da coleção. In C. Jubran (Org.) *A construção do texto falado*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, vol.1, 2015, 9-25.

_____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

JACOB, Daniel. ¿Representatividad lingüística o autonomía pragmática del texto antigo? El ejemplo del pasado compuesto. In: D.Jacob; J.Kabatek (Orgs.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001, p. 153-176

JUBRAN, Clélia C.S. Introdução. In: _____. (Org.) *A construção do texto falado*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, vol.1, 2015, p. 27-36.

_____. (Org.) *A construção do texto falado*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, vol.1, 2015.

KEWITZ, Verena (Org.) *Cartas familiares: em torno de Washington Luís*. São Paulo: FFLCH, 2016. Disponível em www.phpp.fflch.usp.br/corpus. Acesso: 15 de julho de 2016.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: B.Frank; T.Haye, D.Topfink (Orgs.) *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, S., 1997, p.43-79.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer (Romanistische Arbeitshefte, 31), 1990.

LOPES, Célia R. Tradição textual e mudança linguística: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas. In: M.A. Martins; M.A.Tavares (Orgs.) *História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2012, p.17-53.

LOPES, Célia R.; MACHADO, Ana Carolina M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: C.Lopes (Org.) *A norma brasileira em construção. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2005, p.45-66.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, Vol. II, Tomo 2.

OESTERREICHER, Wulf. Lo hablado en lo escrito: reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In Kotschi; Oesterreicher; Zimmermann (Orgs.) *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Vervuert Iberoamericana, 1996, p.317-340.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: B.D.Gil; E.A.Cardoso; V.G.Condé (Orgs.) *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-234.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. Tradições discursivas e organização de corpora. In: V.Aguilera (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. Londrina: EDUEL, Vol.VII, Tomo 2, 2009, p. 467-530.

ACERVOS TEATRAIS PAULISTANOS: PRESENTE E FUTURO EM JOGO

Elizabeth R. Azevedo*

Resumo

O artigo pretende apresentar um levantamento panorâmico e, ainda que brevemente, uma avaliação da existência, dimensões e limitações dos acervos teatrais existentes na cidade de São Paulo. Os conjuntos foram classificados a partir do tipo de organismo mantenedor ao qual está ligado como, por exemplo, órgão público federal, instituição privada, indivíduos etc. A partir desse levantamento, argumentamos a favor da necessidade de existência de um Centro de Documentação Teatral na cidade de São Paulo e apresentamos ações que vêm sendo tomadas para sua criação na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: São Paulo. Arquivos. Teatro. Centro de Documentação Teatral. Universidade de São Paulo (USP).

Abstract

The article intends to present a panoramic survey and, although briefly, an evaluation of the existence, dimensions and limitations of the theatrical collections existing in the city of. The sets were classified according to the type of supporting organism to which they are connected, for example, federal public agency, private institution, individuals etc. From this survey, we argue in favor of the existence of a Center of Documentation Theater in the city of São Paulo and present actions that have been taken for its creation in the University of São Paulo.

Keywords : Sao Paulo. Archives. Theatre. Theatrical Documentation Center. University of São Paulo (USP).

Por que nossa memória teatral é tão esquecida? Por que as publicações sobre nossa trajetória teatral são tão penosas de serem feitas? Por que será que é tão difícil voltar o pensamento para o processo, para o estudo, para a pesquisa, para o experimento e para a necessidade de registrar nossa caminhada? O que podemos aprender do passado que possa ter influência sobre os trabalhos do futuro?

J.C. Serroni
Arquiteto e cenógrafo

*Elizabeth R. Azevedo é Bacharel em História pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutora pelo Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e pós-doutorada pela Universidade de Lisboa, no Centro de Estudos Teatrais.

Desde 2003, é professora de Teatro Brasileiro e História do Teatro no Departamento de Artes Cênicas da ECA USP e coordenadora do Centro de Documentação Teatral- CDT.

Em 1997, recebeu a Bolsa Vitae de Artes para a realização de pesquisa sobre o grupo de Teatro Lotte Sievers. É autora dos livros *Um Palco Sob as Arcadas*, sobre o teatro dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX (Annablume 2000) e *Recursos Estilísticos na obra de Jorge Andrade* (EDUSP 2014), além de artigos e ensaios publicados em revistas e anais de congressos.

De 2012 a 2014 coordenou o projeto *Inventário da Cena Paulistana: antigos teatros de São Paulo (1850-1930)*, com financiamento FAPESP/Condephaat.

Há pouco mais de uma década, a preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva tem sido objeto de renovados debates, pesquisas e iniciativas. Amparados pelas inovações tecnológicas surgidas nesse período, e que ampliaram de maneira formidável as possibilidades de organização e circulação da informação, a memória individual e a memória coletiva passaram a fazer parte das preocupações mais correntes da coletividade. Países, municipalidades, instituições, famílias ou qualquer outro agrupamento humano passaram a poder contar, e querer, que suas histórias fossem não só registradas, mas que a documentação pudesse ser posta à disposição de um possível público interessado – seja por motivos afetivos, seja por interesse científico.

O valor que se passou a atribuir aos mais diversificados tipos de documentação (consequência da própria ampliação da noção de fonte histórica) transformou a Informação em um dos bens mais valorizados da contemporaneidade.

De modo geral, o patrimônio artístico compõe-se não só das obras em si, mas também de toda a documentação que revela sua produção e recepção. São informações sobre autoria, trajetória e técnicas empregadas, circulação e avaliação. Se se trata de um bem com consistência material é possível preservá-lo para conhecimento, fruição e crítica de épocas posteriores à sua origem. No entanto, há casos nos quais a obra em si dissipa-se com sua conclusão, como o teatro.

Uma apresentação teatral¹, mesmo se tratando de um só texto, representado por um mesmo grupo, em um mesmo espaço cênico, nunca será igual à outra. Nunca será também passível de repetição ou reprodução integral. O que acontece durante uma apresentação teatral acontece exclusivamente naquele momento, naquele espaço, com aquelas pessoas. Nunca mais a equação será a mesma. É uma obra irreconstituível. Esse fenômeno torna o teatro a mais efêmera das artes. E, portanto, de mais difícil preservação. Qualquer ação de preservação da memória teatral deve ter isso em conta.

Mesmo para aqueles que não veem o teatro como forma de arte efêmera ou passageira, mas sim que se “dispersa” no tempo e no espaço, *tal dispersão acarreta um árduo trabalho para o historiador, na medida em que ele deve recorrer a uma variada gama de documentos que impõem dificuldades diferenciadas para serem lidos. (...) Diante da dispersão, a tarefa do historiador é, através dos documentos existentes, recompor a cena, colocando-a novamente diante dos olhos dos leitores.*²

Além disso, o teatro tem como outra característica constitutiva o fato de fundir diferentes expressões artísticas, decompostas em seus elementos. O teatro combina, em diferentes intensidades, os elementos dessas expressões. O som, a luz, as cores, o movimento, a dinâmica do tempo e do espaço tudo isso faz parte intrínseca do espetáculo. Por consequência, também reúne uma coletividade de profissionais de variadas áreas e funções, desde as técnicas até as artísticas. Assim, o teatro é visto como uma arte que abrange duas categorias de patrimônio: *o material e o imaterial.*³

O cerne do espetáculo teatral enquadra-se como forma de expressão do patrimônio imaterial. Os elementos constitutivos de um patrimônio teatral material são os bens que integram fisicamente o espetáculo e podem ser conservados em si. O edifício teatral é um exemplo; o figurino usado numa encenação é outro. Contudo, é preciso ter sempre em mente que o patrimônio material e o imaterial estão organicamente ligados e que essa relação é essencial em uma análise da realização artística. Daí então a necessidade de se

¹ O termo “teatral” neste projeto abrange as categorias: teatro dramático, teatro musical (lírico e popular), teatro de formas animadas (bonecos e outros) e performance. É mais restritivo do que “artes cênicas”, que incorpora também circo e dança.

² Ver TIBAJI, A. O objeto de pesquisa da história das artes do espetáculo: do efêmero ao disperso. (no prelo)

³ Este último definido por decreto federal n.º 3.551 de 4 de agosto de 2.000.

preservar o conjunto desse patrimônio. É um conjunto composto pelos mais diversificados tipos de documentos, desde os mais complexos até os mais simples: livros, revistas, recortes, fotos, gravações de imagem e de som, diários, entrevistas, material publicitário, projetos de figurinos e cenários, os próprios figurinos e cenários, registros de companhias, programas de peças, registros administrativos dos teatros, borderôs e muitos outros.

A complexidade implícita nessa tarefa dificulta enormemente sua realização. Apenas com muito empenho é possível recolher, identificar, tratar, disponibilizar e relacionar todos os inúmeros elementos do espetáculo. Mesmo assim, nunca se chegará a uma reconstituição efetiva e definitiva do que foi uma encenação. O que sempre teremos serão indícios e traços capazes de nos permitir uma parcial aproximação com o fenômeno⁴. Dada a extrema variedade tipológica da documentação, um centro de documentação teatral se abre para o acolhimento de toda ela, sem privilegiar nenhuma, como seria o caso de uma biblioteca ou um arquivo.

Os primeiros conjuntos documentais recolhidos sobre o teatro surgiram no século XVIII na Europa e se constituíam em coleções de textos dramáticos e tratados de teoria em literatura dramática. Aos poucos, outros elementos foram sendo preservados por atores, companhias e teatros. Eram coleções de figurinos e cenários, álbuns de artistas, croquis ou conjuntos que reuniam material por algum critério temático: ópera, marionetes, dança.

Na verdade, a tendência atual da preservação da documentação é de que as especificidades dos documentos se diluam pouco a pouco na medida do possível⁵. Não se pode negar a importância da presença de uma boa biblioteca em um museu. Mas é mais difícil encontrar uma biblioteca que preserve objetos. Desse modo, um centro de documentação teatral é a forma ideal de trabalhar com a preservação da memória teatral. Abrigando todo elemento afeito ao mundo da cena será possível deixar à disposição dos pesquisadores – além de permitir as pesquisas do próprio centro – os possíveis traços que permitem recompor e analisar o fenômeno teatral.

Um centro de documentação define-se como um polo colecionador especializado em determinada área e que abriga e integra documentação bibliográfica, arquivística e museológica, privilegiando, em geral a organização arquivística⁶. Procura atuar como centro de referência na área, divulgar seu acervo e promover pesquisa.

Sendo assim, e tendo em vista que a arte teatral se consubstancia num fenômeno efêmero e único- a encenação teatral- impossível de ser materializado ou repetido, o projeto do CDT (Centro de Documentação Teatral da ECA/USP⁷) adota uma estratégia que refaz o princípio mesmo do teatro, qual seja: a junção de diferentes elementos que se somam-se, completam-se e se integram.

Mas, seria um centro de documentação teatral necessário à cidade?

⁴ Há quem defenda que nem mesmo isso seja possível. Certamente, essa não é nossa perspectiva

⁵ Sobre a especificidade de cada tipo de instituição (arquivo, biblioteca, museu) ver, por exemplo, SMIT, Johann W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. Inf. Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez., 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1713/1464>

⁶ Ver, por exemplo, Viviane Tessitore – Como implementar Centros de Documentação. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2003. Disponível em: <ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/9450%20%20Como%20implantar%20centros%20de%20documenta%E7%E3o.pdf>

⁷ Centro de Documentação Teatral da ECA/USP – compõe-se do Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes e o Núcleo de Traje em Cena da USP.

Centro de Documentação Teatral (CDT) da ECA/USP: Laboratório de Informação e Memória do CAC e Núcleo de Traje em Cena

A origem do teatro paulistano confunde-se com a criação da própria cidade. *O auto da pregação universal*, escrito por José de Anchieta, teve o feliz destino de preservar-se nos arquivos papais para que, séculos mais tarde, chegássemos a conhecê-lo. Nele, religião e teatro congregaram-se naqueles primeiros anos da vida colônia lembrando, de certo modo, as raízes mais antigas do teatro ocidental.

Da mesma forma que a memória do teatro anchietano pôde ser recuperada, o restante da história do teatro paulistano está à espera de um esforço similar. Impõe-se a tarefa de se conhecer a trajetória do teatro em São Paulo, sobretudo no período no qual a cidade passou de um distante e modorrento “burgo de estudantes” à metrópole vibrante, centro econômico do país.

As duas primeiras décadas do século XX, por exemplo, foi um momento especial nesse percurso. O novo século trouxe para São Paulo a certeza de mudanças. Afinal, já havia algum tempo que o estado de São Paulo vinha enriquecendo com o café e sua capital refletia esse dinamismo através de uma efervescência econômica, social e cultural inéditas. Depois de séculos de marasmo e pasma, a cidade deixava de ser uma vila perdida no sertão brasileiro para tornar-se um polo cosmopolita, repleta de sotaques vindos dos mais distantes países do mundo. A malha urbana ultrapassava seus antigos limites, novos bairros surgiam, os equipamentos urbanos se aperfeiçoavam. A vibração que emanava de tanta gente cheia de energia, disposta a transformar seu destino, impregnava tudo. Abria-se o mundo ao empreendedorismo dos mais arrojados. Todo tipo de iniciativa comercial, industrial ou cultural tinha seu lugar, desde as mais populares até aquelas direcionadas a uma elite segura de si e desejosa de deixar sua marca na paisagem da cidade. Não eram apenas teatros populares, acanhados e baratos que despontavam pela cidade. Eram também grandes empreendimentos, muitas vezes bancados por membros das mais tradicionais famílias paulistas, já que a praticamente inexistente política cultural por parte do Estado (desde o estabelecimento da elite liberal republicana no poder) deixava as iniciativas artísticas a cargo do setor privado, e no caso do teatro, dependente, exclusivamente, da bilheteria.

Quanto aos gêneros artísticos, o início do século XX foi um momento de indefinições e rearranjos. O aparecimento do cinema como um novo tipo de divertimento, mas também uma nova forma de arte, eminentemente moderna, criou inicialmente uma simbiose interessante com o teatro, mas aos poucos acabou se transformando no algoz do palco, chegando a ocupar praticamente sozinho, no final dos anos 20, o cenário artístico da cidade. Foi um golpe quase mortal para a arte teatral que teve que se reerguer a partir de outras bases, o que finalmente nos anos 40 levou à modernização da cena nacional, cujo marco é o grupo paulista do Teatro Brasileiro de Comédias – o TBC.

Muito embora a importância do teatro na corte imperial ou na capital federal não possa, nem deva, ser negada, a história do teatro brasileiro se fez com a participação, ainda que modesta, dos teatros de província, dos amadores e das experiências que não vingaram.

Assim, a história do teatro paulista, e paulistano, tem estado há muito tempo relegada ao interesse despertado pelo advento do TBC e seus desdobramentos. Contudo, há muito ainda a ser investigado antes e depois disso⁸. A história do teatro paulistano necessita ser reconstituída nas suas mais diversas dimensões: dramaturgia, dramaturgos, companhias e grupos, intérpretes, crítica e críticos, espaços cênicos, indumentária, cenografia, iconografia, música, elementos espetaculares, público, legislação, censura. A tarefa pode

⁸ Para uma abordagem panorâmica histórica da história do teatro em São Paulo ver: AZEVEDO, Elizabeth R. O teatro em São Paulo (1554-1954). In: PORTA, Paula (org.). História da cidade de São Paulo, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 523-583.

começar a partir do início dessa história, que é tido, aliás, como o início da própria história do teatro brasileiro, com o padre José de Anchieta, passando pelos séculos seguintes, de raríssimas encenações conhecidas, e debruçar-se, principalmente a partir das manifestações teatrais do século XIX, quando São Paulo começou a delinear seus contornos contemporâneos, passando de vila à cidade e, depois, à metrópole.

A limitação, inicial, dos estudos ao teatro paulistano explica-se pelo fato de que ainda está para ser explorada a enorme documentação teatral referente apenas à capital paulista. A ampliação dos limites espaciais da pesquisa deverá ser feita aos poucos, em contato com outros pesquisadores atuantes no estado de São Paulo, através de convênios de pesquisa e colaboração que deverão ser estabelecidos futuramente.

A criação do CDT foi um primeiro passo nessa direção. Ele já vem atuando nessa direção dentro de suas possibilidades. Ainda que com recursos financeiros e humanos limitados, vem realizando organização e pesquisas atendendo pesquisadores externos e atuando como centro de referência da área.

Apoiado e ampliado, pretende chamar a si a responsabilidade de ser um centro de pesquisa, documentação e referência maior e mais produtivo. Podendo contar com o apoio, segurança e estabilidade da maior universidade da América Latina, buscando integrar diversas unidades da USP – o que já tem sido feito de maneira informal- e formado por profissionais especializados e interessados na área teatral e de documentação, certamente poderá se consolidar como um centro de excelência nacional no trato da documentação e da pesquisa teatral.

A existência de um centro de documentação e referência se justifica pela inegável e óbvia importância da arte teatral como uma das mais genuínas e antigas formas de expressão cultural humana e pela urgência e necessidade específica de se preservar a história do teatro paulista.

É notório que São Paulo sempre contou com pouquíssimos órgãos que se dedicassem à pesquisa e à conservação da memória teatral em geral. Até hoje não há uma só instituição que se debruce *exclusivamente* sobre o registro e a pesquisa teatral nas suas múltiplas facetas e que procure dar conta de toda a complexidade e diversidade de um acervo teatral, seja em termos teóricos, elaborando uma tipologia documental consistente por exemplo, seja em termos práticos, conservando e disponibilizando conjuntos documentais que não encontram acolhida em outras instituições.

A tipologia dos acervos existentes se compõe de: bibliotecas (maioria), museus de um teatro em particular, museus de um artista/intelectual, centro de documentação público voltado às artes em geral, arquivos privados de pessoas, grupos, companhias ou teatros e arquivos públicos.

É possível ainda identificar as instituições custodiadoras quanto as suas origens administrativo/financeiras que, ainda que *não exclusivamente*, dedicam-se à preservação de acervos teatrais na cidade entre órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), instituições privadas de caráter cultural, de associações de classe, de teatros particulares, organizações sociais, de ensino, de grupos e acervos privados pessoais.

Gostaríamos aqui de fazer um rápido mapeamento dessas instituições e conjuntos documentais com o objetivo de demonstrar que o projeto de Centro de Documentação Teatral em implementação na ECA/USP é uma importante contribuição para a preservação dos acervos teatrais paulistas.

Órgão Público: Federal

Museu Lasar Segall - Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM - Ministério da Cultura

Uma instituição que sempre se dedicou aos temas artísticos. A *Biblioteca Jenny Klabin Segall* do Museu Lasar Segall é uma das mais completas na área. Destaque-se, por exemplo, a acervo do crítico e teórico Anatol Rosenfeld, a documentação do Teatro e Studio São Pedro entre 1968 e 1975 (de Beatriz e Maurício Segall), o acervo doado, há alguns anos, da Escola de Arte Dramática, além do excelente trabalho feito de digitalização de coleções de “teatro popular”⁹ e do vocabulário controlado das artes do espetáculo¹⁰. Até hoje, nos parece que a biblioteca é vista como referência para doações de acervos teatrais. No entanto, a biblioteca não se dedica a abrigar outra documentação além da bibliográfica, como figurinos por exemplo ou outros objetos.

Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) / Fundação Nacional de Artes (Funarte)/ Ministério da Cultura (MinC)

Desapropriado pela Funarte em 2008, foi tombado pelo Condephaat (órgão estadual) e Compresp (municipal), mas encontra-se fechado no momento. Durante algum tempo circulou a informação de que ele seria transformado em um Museu de Teatro, mas o projeto não foi adiante.

Teatro de Arena Eugênio Kusnet - Fundação Nacional de Artes – Ministério da Cultura (Funarte/MinC)

Sede do histórico grupo do Teatro de Arena criado nos anos 50, o edifício passou para a Prefeitura na década de 1970 e atualmente pertence à União. Conserva íntegro o formato da relação palco/plateia que lhe deu nome, assim como a maior parte de sua aparência. Mais recentemente, tem recebido projetos de “ocupação” promovidos pela Fundação e levados à cabo por grupos da cidade.

Parte importante do acervo referente à companhia encontra-se no Centro Cultural São Paulo – Arquivo Multimeios. Do restante dos documentos não há notícia. Não há um site ou outra forma de pesquisa ou informações na página oficial do espaço.

Órgão Público: Estadual

Arquivo Público do Estado de São Paulo - Secretaria de Governo

Em 2002, foi criado dentro do Arquivo Público do Estado de São Paulo o chamado Centro de Estudos e Memória do Teatro Paulista (CEMTP)¹¹, dirigido pelo ator Emílio Fontana. O Centro surgiu em um momento em que o Arquivo *desenvolvia atividades que ultrapassa [sic] os limites de sua função arquivística e tinha como objetivo reunir a documentação do teatro paulista abrangendo todos os períodos possíveis e iniciar a organização de mostras dos períodos mais marcantes da história do teatro bandeirante, bem como eventos teatrais revivendo esses períodos. Efetivamente, criou-se um local onde se pudesse guardar, organizar e divulgar o patrimônio cultural produzido pelo teatro paulista.*

⁹ Ver em <http://www.bksdigital.museusegall.org.br>

¹⁰ Ver em http://www.museusegall.org.br/download/voc/voc_espet.pdf

¹¹ Criado pela resolução SC 33 de 15/01/2002.

O centro foi pensado a partir da doação de mais de 4.000 itens da professora e atriz, Maria José de Carvalho¹², originalmente ao Departamento de Museus e Arquivos (DEMA) da Secretaria da Cultura ao qual o Arquivo pertencia então.

Um informativo do Centro¹³ lista doações feitas por: Maria Della Costa, Maria Alice Vergueiro, Ademar Guerra, Cleide Campanini, bem como “acervos avulsos” com cartazes, programas etc.

O mesmo documento anunciava que grande parte desses acervos já se encontrava disponível para consulta e que o Centro havia realizado dois espetáculos teatrais, um adulto e outro infantil, além da organização de uma exposição circulante sobre a atriz Maria Della Costa, com parceria da Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Em novo boletim informativo¹⁴, o CEMTP informava que continuava recolhendo documentação através de uma campanha por mala direta com a classe teatral. Dessa forma fora-lhe o acervo de Eva Todor, e não chegou a se concretizar.

Além disso, dava conta de que pelo decreto 48.328, artigo 7, de dezembro de 2003, criara um programa de resgate da História do Teatro Negro em São Paulo, como parte integrante do projeto de Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes. Para tanto, constituiu uma comissão que promoveu um levantamento das atividades teatrais dos afrodescendentes em São Paulo e a *realização de leitura teatralizada em homenagem ao dia da consciência negra*, da peça do diretor, ator e dramaturgo negro Abdias do Nascimento, Teatro do negro para sempre, com direção de Fontana em 2006 no Teatro Sérgio Cardoso. Havia planos de dar continuidade às atividades, com palestras sobre Solano Trindade e montagem de outros espetáculos, mas não há registro de que isso tenha sido realizado.

Conjunto de documentos, ainda que não muito extenso, mas relevante, permaneceu no CEMTP até 2008 quando, em virtude de uma reformulação das estratégias do Arquivo, que passou, à época, para a jurisdição da Casa Civil, decidiu-se desativar o “centro de teatro” ali existente. A documentação foi conservada, mas ainda não foi organizada e disponibilizada, sendo no momento objeto de revisão. Compõe-se de cerca de 200 caixas, metade das quais com livros. De resto é bastante diversificado como programas de espetáculos, catálogos, fotografias, álbuns de recortes de jornais, partituras entre outros.

Na página de busca do novo site da instituição, campo de “busca avançada” – “registro de autoridades”, os nomes de Maria José de Carvalho ou Maria Della Costa não conduzem a nenhum resultado. Já no antigo site, ainda disponível, Maria José de Carvalho aparece como titular de fundo¹⁵. Encontram-se documentos da vida pessoal e profissional da artista. São cartas, memorandos, contratos, apostilas de cursos, recortes de jornal, receitas culinárias entre vários outros tipos documentais.

O “assunto” “teatro” remete aos fundos dos Diários Associados, (há inúmeras imagens no acervo iconográfico dos jornais Diário da Noite de São Paulo e Diário de São Paulo). Há imagens também no fundo do Jornal Última Hora e do jornal Movimento. Além disso, remete ao fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (referentes aos teatros públicos Casa da Ópera e do Teatro São José, existentes no século XIX na capital paulista).

¹² Maria José de Carvalho foi poeta, atriz, diretora e professora. Além do acervo doado ao Arquivo, deixou para o Estado uma casa situada na Rua Silva Bueno, 1533, no Ipiranga, transformada na Casa de Teatro Maria José de Carvalho, ocupada por grupos e espetáculos teatrais.

¹³ Sem data, mas provavelmente de 2006.

¹⁴ N.º 3, igualmente sem data.

¹⁵ Ver em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia/guia_antigo

Por outro lado, o *Arquivo Público* recebeu o importante acervo do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* que contém raras publicações da área (acessíveis a partir do processo de digitalização do acervo de revistas do Arquivo) e o fundo de documentação do dramaturgo, diretor e professor, criador da Escola de Arte Dramática, Alfredo Mesquita, já tratado e descrito em instrumento de pesquisa em papel na sala de consulta¹⁶.

O Arquivo informa ainda que os documentos produzidos pela administração pública como os da Secretaria do Interior, Secretaria da Educação e Secretaria da Cultura (no Arquivo Intermediário) podem eventualmente conter informações relevantes sobre regulação de atividades artísticas, financiamento, construção de equipamentos culturais etc. Do mesmo modo, censura e repressão política a atividades teatrais e artistas podem ser pesquisados em documentos da Secretaria de Segurança, notadamente os do DEOPS.

Lembremos ainda os fundos da polícia, durante muito tempo encarregada de prover alvará de funcionamento para as diversões na cidade.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)

Sendo um dos institutos especializados da USP, o IEB é formado pelo seu arquivo, biblioteca e coleção de artes e possui um dos mais valiosos acervos artísticos, literários e históricos da universidade e do Brasil. Na área teatral, além das atividades parciais de diversos dos nomes presentes no acervo, como Mário Andrade e Marcelo Tupynambá, destaca-se um fundo voltado, em sua maior parte, para o teatro: o da atriz Lélia Abramo. Consultas aos dados documentais podem ser feitas pelo site do Instituto e para o acesso ao conteúdo do acervo, há o atendimento presencial¹⁷.

Arquivo Miroel Silveira — USP/ECA (Autarquia)

Na própria Universidade de São Paulo, o *Arquivo Miroel Silveira*¹⁸, criado a partir de um projeto temático financiado pela FAPESP, preserva cerca de seis mil originais de peças teatrais submetidas à vistoria do Departamento de Polícia para censura prévia, entre 1925 a 1972, está, no momento, sob a guarda da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes uma vez que, originalmente, pertence ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. O grupo de pesquisa criado em torno desse acervo tem trabalhado basicamente com as questões ligadas à análise da censura efetuada sobre as obras. É inegável a importância do acervo e do trabalho que foi executado, desaguando inclusive em publicações diversas.

Em 2017 os documentos deverão ser recolhidos ao APESP, no fundo da Secretaria de Segurança Pública, digitalizados e integrados ao banco de dados da ECA.

Como desdobramento do projeto original o grupo de pesquisadores da USP criou *Observatório de Comunicação*, OBCOM, ampliando o foco das investigações para além das questões teatrais. Ainda assim, manteve as informações coligidas anteriormente disponíveis¹⁹.

¹⁶ Encontrava-se em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital, mas não foi possível mais acessá-lo (31/10/2016)

¹⁷ Ver em: <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb> e http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/navegacao.asp

¹⁸ O arquivo leva o nome do ex-diretor, dramaturgo e professor Miroel Silveira em homenagem ao fato de ele ter salvo do descarte toda essa documentação nos anos de 1970.

¹⁹ É possível encontrar-se ainda o antigo site do projeto AMS (<http://www2.eca.usp.br/ams/>), mas ele está praticamente desativado. As informações migraram para o novo site do OBCOM. Ver site atual em <http://obcom.nap.usp.br/arquivo-miroel.php>

Teatro da USP (TUSP)

O TUSP, situado na rua Maria Antônia, 294, bairro da Consolação, foi criado em 1955 e teve como primeiro diretor o ator do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), Ruy Affonso Machado. Na década de 1960, foi dirigido pelo cenógrafo e professor da FAU/USP Flávio Império, mas desapareceu nos anos 70 até ser “recriado” oficialmente em 26 de maio de 1976, por meio da *Resolução 943*, do reitor Orlando Marques de Paiva. Nas décadas seguintes, o teatro ampliou suas atividades, incluindo mostras, palestras, festivais, e atingindo outros campi da universidade.

O acervo dos espetáculos mais recentes²⁰ encontra-se hoje organizado e identificado pelo título. Há cartazes, filipetas, convites, catálogos. São organizados álbuns com um exemplar de cada tipo documental, além de haver uma quantidade maior (cerca de 20 a 25 exemplares acondicionados em caixas). Conservam-se também Dvds, Cds, e VHS, álbuns de fotos (a maioria do “antigo” Grupo TUSP) e cd e dvds com as novas fotos digitais. Não há um trabalho sistemático de identificação de fotos.

O TUSP produz ainda relatórios de atividade e clippings mantidos em dropbox para uso dos funcionários. Esse material não pode ser acessado diretamente pelo pesquisador, mas o blog do teatro disponibiliza o material postado para divulgação a partir dos anos 2012.

Teatro Laboratório do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da USP (CAC/ECAUSP) e da Escola de Arte Dramática da Escola de Comunicações e Artes da USP (CAC/EAD/USP)

O Teatro Laboratório da ECA foi inaugurado em 1995 e serve às duas escolas que dividem o espaço das Artes Cênicas da ECA (CAC e EAD)²¹.

O LIM CAC (Laboratório de Informação e Memória do CAC) foi criado para preservar a memória do Departamento de Artes Cênicas (ver adiante), na qual se incluem as atividades desenvolvidas no Teatro Laboratório. Já a EAD mantém uma coleção de fotos e programas em sua secretaria.

CAC e EAD compartilham o uso do guarda-roupa, destinado às atividades pedagógicas. No entanto, com o tempo, diversas peças tornaram-se muito frágeis para uso em cena. Outras, por sua origem, história ou raridade passaram a ser consideradas como uma reserva a ser destinada a estudos. Um conjunto importante, por exemplo, é o do Grupo de Teatro Experimental, GTE, criado nos anos 1940 e dirigido por aquele que viria a ser o fundador da EAD e seu diretor durante anos, até a incorporação da escola pela USP, Alfredo Mesquita.

Ambas as pesquisas foram orientadas pelo Prof. Dr. Fausto Viana, que junto com a autora, escreveu o Breve Manual de Conservação de Trajes Teatrais, metodologia base do tratamento sofrido pelas peças do acervo.

Embora sua importância seja inegável e tenha havido um trabalho de identificação (com fotografia de cada peça), higienização e acondicionamento adequado, o acervo “histórico” não está disponível para consulta em um sistema de base de dados, o que dificulta evidentemente futuras pesquisas e a própria conservação.

²⁰ A partir do ano de 2010.

²¹ A documentação dos alunos e professores segue os procedimentos determinados pela Universidade. Ver no Arquivo Geral da USP: <http://www.usp.br/arquivogeral/>. O Arquivo realizou há pouco tempo um projeto chamado “Memória Docente”, <http://sites.usp.br/projetomemoria/>, que procurou revelar os acervos existentes na Universidade, criando uma base de dados específica.

Note-se que esses figurinos não integram o acervo do Núcleo de Traje em Cena, que juntamente com o LIM CAC compõem o Centro de Documentação Teatral da ECA.

Casa Guilherme de Almeida - Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo²²

O museu-casa do escritor Guilherme de Almeida é administrado em parceria com uma organização social de cultura. Possui acervo bibliográfico, iconográfico e hemeroteca, no qual se podem encontrar documentos sobre suas atividades de autor dramático, parceiro inclusive de Oswald de Andrade nas primeiras décadas do século XX. No site da instituição encontra-se o guia do acervo²³, mas não há como pesquisar online.

Vila Itooró - Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo²⁴

Antiga residência de Francisco de Castro, a Vila Itooró foi construída no começo do século XX, com material retirado da demolição do antigo Teatro São José, localizado diante do Theatro Municipal no Vale do Anhangabaú. Desapropriada e tombada pelo governo do Estado e pela Prefeitura em 2006, passa por restauração e requalificação desde 2013. Noticiou-se, anos atrás, que uma parte do espaço seria dedicada à criação de um Museu do Teatro, sem, no entanto, que se definisse qual acervo seria preservado. A ideia não foi retomada.

Órgão Público: municipal

Arquivo Histórico Municipal – Secretaria Municipal de Cultura

Conhecido até pouco tempo atrás como Arquivo Histórico Washington Luis, o arquivo público da cidade de São Paulo, foi rebatizado recentemente, eliminando-se o nome do antigo prefeito (1914-1919), governador e presidente eleito Washington Luis Pereira de Souza (1869-1957).

Como arquivo governamental guarda a documentação da cidade de São Paulo desde o século XVI até a primeira metade do século XX.

Para a história do teatro em São Paulo preserva valioso acervo da câmara municipal (Colônia e Império) e sobre os edifícios teatrais (série Obras Particulares), com plantas, alvarás, laudos e despachos os mais variados, a partir do período republicano. Mapas e plantas da cidade contendo a localização das casas de espetáculos também podem ser encontrados.

Por se confundir com a atividade cinematográfica a partir do fim do século XIX e início do XX é de grande interesse para a pesquisa da história teatral de São Paulo, o projeto *Inventário de espaços de sociabilidade cinematográfica na cidade de São Paulo (1895-1929)*, que organizou a documentação disponível e digitalizou grande número de projetos arquitetônicos e de engenharia²⁵.

²² Ver em: <http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/>

²³ Ver em: https://issuu.com/guiaarquivisticocga/docs/guiaarquivistico_cga

²⁴ Ver em: <http://vilaitoororo.org.br/>

²⁵ Ver em: <http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine.htm>

Há ainda uma coleção de fotos da cidade, onde se encontram edifícios teatrais e, especificamente, um grande número de imagens sobre o Teatro Municipal de São Paulo²⁶.

Arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura.

Dentre os órgãos públicos municipais destaca-se o *Arquivo Multimeios* do Centro Cultural São Paulo²⁷. O site destaca da área teatral *conjuntos documentais que registram espetáculos encenados em São Paulo nos anos 1970 e 1980. Destaque para a documentação sobre a peça Macunaíma, que mostra o processo de produção pelo Centro de Pesquisa Teatral e Grupo Arte Pau Brasil, sob a direção de Antunes Filho*²⁸.

O Arquivo foi criado em 1982 incorporando o acervo do antigo *Idart* (Departamento de Informação e Documentação Artísticas - criado em 1975 na gestão do professor e crítico teatral Sábato Magaldi). Sua Divisão de Teatro foi dirigida até 1996 pela pesquisadora Maria Thereza Vargas, período no qual promovia não só o acompanhamento do panorama teatral da cidade, mas também a pesquisa e a edição de estudos sobre aspectos diversos do teatro paulistano. Seu acervo se compõe basicamente de material textual, iconográfico e audiovisual.

O Arquivo *Multimeios* continuou durante algum tempo publicando resultado de pesquisas a partir de seu acervo²⁹, mas hoje apenas atende consultas à documentação já existente e organizada, não contando mais com a equipe que fazia a cobertura diária dos acontecimentos teatrais da cidade (estreias, encontros, festivais, entrevistas etc.). Há, inclusive, importante material coletado ao longo dos últimos anos que espera há tempos por sua organização, análise e publicação.

No site do CCSP, link³⁰ para Arquivo Multimeios, há como realizar pesquisa no acervo de teatro, ainda que sem muitos recursos³¹. Para a pesquisa em “palavra-chave” Jorge Andrade, encontramos um primeiro registro que diz:

Palavra Chave = *Jorge Andrade*

1002 / Artes Cênicas - Teatro

JORGE ANDRADE - 1922/1984 - documentação -

Levantamento documental da produção artística de Jorge Andrade no período de 1922 a 1984

Praça das Artes - Secretaria Municipal de Cultura

A chamada Praça das Artes é um centro cultural dedicado à música e às artes cênicas.

Em um terreno que circunda o centenário prédio do antigo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, cuja fachada se abre para a Avenida São João, foi construído um complexo arquitetônico com um total de 29 mil m², aberto ao público em 2013. Sedia ainda as escolas de dança e música municipais, a

²⁶ Ver em; <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index-campos.php>

²⁷ Ver histórico em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/pdfs/publicacoes_impresas/institucional_arquivo_multimeios.pdf e apresentação em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/Colecoes_arquivo_multimeios.html

²⁸ http://www.centrocultural.sp.gov.br/Colecoes_arquivo_multimeios.html. Acessado em 31 de outubro de 2016.

²⁹ Ver, por exemplo, <http://www.centrocultural.sp.gov.br/cadernos/lightbox/lightbox/pdfs/Teatro%20de%20Arena.pdf>

³⁰ Ver em http://www.centrocultural.sp.gov.br/Colecoes_arquivo_multimeios.html

³¹ Ver em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/linha/multi/multime.htm>

Orquestra Experimental de Repertório e o Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo, apresentando programação voltada para música e dança.

A Praça das Artes abriga também o Centro de Memória do Theatro Municipal de São Paulo³², formado pelo acervo do antigo museu do Theatro Municipal, que se localizava nos baixos do teatro. No site da instituição não há link para busca no acervo documental. Indica-se apenas formas de agendamento de pesquisa presencial.

Além do acervo do Teatro Municipal de São Paulo³³, o Centro de Memória da Praça das Artes recebeu recentemente parte da coleção musical Oneyda Alvarenga, que se encontrava no Centro Cultural São Paulo e o acervo completo do próprio Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (CDMSP).

Precioso conjunto documental referente ao começo do século XX, e que há anos esperava por um cuidado efetivo e à altura de sua importância, é este acervo do CDMSP. Instituição centenária na cidade, primeira escola de teatro brasileira e sul-americana, fundada em 1906³⁴, teve seu acervo desapropriado e declarado de utilidade pública em 2008. A ação foi contestada na justiça e, como consequência, a consulta aos documentos, que já era muito precária, foi suspensa definitivamente.

A parte mais antiga do acervo desapropriado foi transferida para outra instituição pela antiga diretoria do Conservatório na tentativa de contestar a decisão judicial. O material foi encontrado³⁵ e o fato comunicado aos responsáveis legais pelo processo, o que possibilitou, alguns anos depois, que a totalidade do acervo fosse, finalmente, transferido para a Praça das Artes.

Hoje todo o material encontra-se sob a guarda do Centro de Memória à espera de tratamento. Registre-se ainda que sempre que o acervo é referido faz-se menção ao material relativo à música (também muito importante), até pela presença no quadro de professores e alunos de nomes dos mais significativos na área como Mario de Andrade, Luigi Chiafarelli, João de Souza Lima, Antonieta Rudge, Camargo Guarnieri, Guiomar Novaes e Francisco Mignone³⁶.

Contudo, pouco se fala dos documentos sobre a escola de teatro, cuja atuação na cidade de São Paulo, até os anos de 1930, é bastante significativa. O conjunto é composto por um acervo bibliográfico³⁷, manuscritos, fotografias, prontuário de alunos e professores.

³² Ver em <http://theatromunicipal.org.br/espaco/praca-das-artes/#centro-de-memoria>

³³ Que vem sendo cuidadosamente descrito em uma base de dados local por seu responsável, Maurício Stocco.

³⁴ Ver <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia01/texto01.pdf>

³⁵ A responsabilidade pela descoberta dessa parte do acervo foi de responsabilidade da autora e contou com todo o apoio do então secretário de cultura do município, Carlos Augusto Calil, a equipe do Centro Cultural para sua recuperação judicial.

³⁶ A responsabilidade pela descoberta dessa parte do acervo foi de responsabilidade da autora e contou com todo o apoio do então secretário de cultura do município, Carlos Augusto Calil, a equipe do Centro Cultural para sua recuperação judicial.

³⁷ Em parte já transferido para a seção de raridades da Biblioteca Municipal Mario de Andrade.

Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giachierri

A central técnica do Teatro Municipal³⁸ foi

(...) criada para conservar, restaurar e armazenar cenários e figurinos de produções líricas e de dança do Theatro Municipal de São Paulo. Desde 2009, a área administrativa, o Núcleo de Figurinos, o Núcleo de Cenários e o Núcleo de Catalogação funcionam no bairro do Pari. Além de ser o espaço em que cenários e figurinos para as novas produções do Theatro são criados, há também um trabalho para manter atualizado o catálogo de produções, para utilização do próprio Theatro Municipal ou de outros teatros por empréstimo ou locação.

A Central de Produção Chico Giacchieri possui um acervo de figurinos que está sendo catalogado e disponibilizado na internet para seu controle e pesquisa do público. O acervo contém figurinos entre 1948 e 2014³⁹.

Entre 2005 e 2006, uma iniciativa do pesquisador, cenógrafo e professor Fausto Viana, financiada pela Fundação Vitae, organizou o acervo de figurinos do Theatro Municipal de São Paulo, que naquele momento encontravam-se dispersos por diversos setores do prédio do Theatro Municipal, sem uma política de conservação que preservasse os trajes mais antigos, que administrasse o trânsito dos mais recentes e se preocupasse com novas aquisições. A autora participou do projeto como responsável pelo sistema de catalogação das peças.

Na ocasião, foram identificados, higienizados, fotografados, acondicionados e descritos em uma base de dados criada a propósito, mais de 8.000 trajes. Depois de terminado o projeto, a administração do Theatro Municipal de São Paulo deu continuidade ao trabalho, que permanece até hoje sem grandes alterações.

Embora possam ser feitas diversas críticas sobre o sistema criado naquela ocasião, ele ainda responde às necessidades da instituição e está disponível ao público pelo Portal de Acervos Artísticos da Prefeitura de São Paulo⁴⁰.

O projeto original contemplava ainda a publicação de um manual de conservação de trajes, que retraça as etapas do projeto e apresenta práticas simples para preservação de coleções de têxteis em geral, hoje disponível online⁴¹.

Teatros Distritais da Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Expansão Cultural (DEC)⁴²

Além do conhecido Theatro Municipal de São Paulo, o Município de São Paulo dispõe de outros teatros distritais apresentados pelo site da Prefeitura, espalhados pela cidade. São eles: Teatro Cacilda Becker (Lapa)⁴³,

³⁸ Rua Pascoal Ranieri, 75 – Pari. É possível realizar visita ao acervo. Ver em: <http://theatromunicipal.org.br/espaco/central-tecnica/>

³⁹ Ver em: <http://theatromunicipal.org.br/espaco/central-tecnica/>

⁴⁰ Ver em: <http://acervosdacidade.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirAcervo.aspx?cdAcervo=17>

⁴¹ Ver em http://www2.eca.usp.br/cdt/sites/default/files/manual_a5.pdf

⁴² Criado em 2005, pelo Decreto n° 46.434, o DEC é a fusão de dois antigos órgãos da SMC: Departamento de Teatro e o Departamento de Ação Cultural Regionalizada. O nome do departamento é uma homenagem à estrutura do pioneiro Departamento de Cultura, criado em 1935 por Mário de Andrade, que contava com uma divisão de "expansão cultural".

⁴³ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/cacilda_becker/

Teatro Alfredo Mesquita (Santana)⁴⁴, Teatro João Caetano (Vila Clementino)⁴⁵, Teatro Artur Azevedo (Mooça)⁴⁶, Teatro Décio de Almeida Prado (Itaim Bibi),⁴⁷ Teatro Parque Flávio Império (Cangaíba)⁴⁸, Teatro Leopoldo Froes (Vila Cruzeiro)⁴⁹, Teatro Municipal de Santo Amaro – Paulo Eiró (Alto da Boa Vista)⁵⁰. Contam com pelo menos⁵¹ 1480 lugares e têm programação variada.

Há ainda outros espaços teatrais conhecidos, mas que não são mencionados no mesmo site oficial. Eles podem ser acessados, oferecendo dados mais simples em outros locais do sistema municipal de informação. São eles: Teatro Martins Pena (Penha)⁵², do Centro Cultural da Penha e Teatro Zanoni Ferrite (Vila Formosa)⁵³, dentro da Biblioteca Municipal Paulo Setúbal.

Por sua vez, o site do DEC menciona os dez teatros distritais, mas não apresenta uma só informação sobre eles!⁵⁴

Os teatros foram construídos nas décadas de 1950 e de 1980. No entanto, não se encontra nenhuma referência ou trabalho de recuperação e preservação da memória desses espaços. Acredita-se que a documentação esteja espalhada em diversas secretarias e departamentos da municipalidade. Qualquer pesquisa sobre eles deverá necessariamente enfrentar tal dispersão.

Instituição privada: Organizações Sociais

APAA - Associação Paulista dos Amigos da Arte: Teatro Sérgio Cardoso

A Associação presta serviços ao Estado de São Paulo desde 2004. Dentre as diversas atividades que promove está o gerenciamento do Teatro Sérgio Cardoso, antigo Teatro Espéria⁵⁵.

A documentação administrativa, contratos e material de divulgação que foi criada a partir do contrato entre a Associação e o Estado está arquivada na empresa, mas não está aberta à pesquisa. Seria necessário fazer uma consulta específica aos administradores, embora, em conformidade com a lei de transparência da administração pública, disponibilize balanços patrimoniais e relatórios anuais (2005-2015) online. As informações referentes ao Teatro Sérgio Cardoso listam nome de espetáculos, número de apresentações, público pagante e não pagante.

Como se trata de um teatro bastante antigo, que passou para o Estado nos anos de 1970, sua documentação está dispersa em secretarias públicas e com particulares.

⁴⁴ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/alfredo_mesquita/

⁴⁵ Ver em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/joao_caetano/

⁴⁶ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/arthur_azevedo/

⁴⁷ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/decio_de_almeida_prado/

⁴⁸ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/flavio_imperio/

⁴⁹ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/leopoldo_froes/index.php?p=13218

⁵⁰ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/paulo_eiro/

⁵¹ Não foi possível encontrar o número de assentos do Teatro Flávio Império e do Teatro Paulo Eiró.

⁵² Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/cc_penha/teatro/index.php?p=11381

⁵³ Ver em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/teatros/zanoni_ferrite/index.php?p=8904

⁵⁴ Ver (ou não) em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/organizacao/>

⁵⁵ Até 2011, também administrava o Teatro São Pedro, localizado na Barra Funda. Além do Sérgio Cardoso, são responsáveis também pelo Teatro Estadual de Araras.

Instituto Pensarte: Teatro São Pedro

Às vésperas de tornar-se centenário, o Teatro São Pedro passou por diversos momentos de dificuldade em sua trajetória. Há 15 anos, sofreu uma grande restauração e começou a manter uma programação constante, sobretudo ligada aos espetáculos líricos. O Teatro São Pedro abriga inclusive uma Academia de Ópera para cantores líricos desde 2013.

O teatro chegou a manter um pequeno centro de memória, inaugurado em maio de 2002, o Centro de Memória da Ópera do Teatro São Pedro, construído a partir da doação de trajes vindos da antiga Casa Temaghi, loja especializada em aluguel e confecção de figurinos e adereços para teatro de São Paulo, inaugurada nos anos 20. O Centro foi desativado e os figurinos doados à ECA/USP. Hoje fazem parte do acervo do Núcleo de Pesquisa de Traje de Cena 500 trajes e 200 adereços, sendo que o mais antigo data do final do século XIX.

Quanto à disponibilização de acervo de outros documentos para pesquisa, no site do Instituto também só podemos encontrar os relatórios anuais (2012-2016)

Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho Organização Social de Cultura: Museu da Imagem e do Som (MIS)

O MIS foi criado em 1970 e seu primeiro diretor foi Rudá de Andrade, filho de Oswald. Desde 01 de novembro de 2007, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP) é administrado pela Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho Organização Social de Cultura.

O museu está realizando o inventário de seu acervo (coleções e fundos) com a criação de um banco de dados⁵⁶, reunindo diversas tipologias.

O Centro de Memória e Informação do MIS (CEMIS) conta com mais de 200 mil itens. São fotografias, filmes, vídeos, cartazes, discos de vinil e registros sonoros. Entre os destaques estão depoimentos de Tarsila do Amaral, Tom Jobim, registros em áudio sobre a Companhia cinematográfica Vera Cruz, Memória do Rádio e Memória Paulo Emílio Salles Gomes. Parte desse acervo está à disposição do público na MEDIATECA, que dá acesso livre a publicações e cópias de difusão de obras de áudio e vídeo e fornece uma lan house e biblioteca especializada com material específico para entidades culturais e educativas.

O foco da coleção do museu é cinema, fotografia, vídeos, rádio e a televisão, mas abriga documentos relativos a artistas (depoimentos, por exemplo) que também atuaram na cena. Além disso, deve-se destacar a coleção do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). *A documentação foi recebida pelo Museu da Imagem e do Som na época da realização do projeto Memória do TBC, em 1989.*

O site já disponibiliza um guia do acervo⁵⁷ e um catálogo seletivo de eventos culturais⁵⁸ concluídos em 2015.

⁵⁶ Ver em: <http://acervo.mis-sp.org.br/termo-bd>

⁵⁷ Ver em: http://www.mis-sp.org.br/sites/default/files/guia_do_acervo_arquivistico_mis.compressed.pdf

⁵⁸ Ver em: http://www.mis-sp.org.br/sites/default/files/catalogo_seletivo_fundo_mis.compressed.pdf

Instituição privada: culturais

Instituto Itaú Cultural (Instituição financeira)

O Instituto *Itaú Cultural* tem funcionado na área teatral desde sua criação em 1987 como um fórum de discussões sobre o teatro contemporâneo sobretudo. Desde sua criação, pioneiramente, tem dedicado grandes esforços à digitalização de obras e documentos.

Oferece em seu site a *Enciclopédia de Teatro Contemporâneo Brasileiro*, lançada em 2004. Nela, abrem-se seis entradas para pesquisas: pessoas, grupos, obras, eventos, instituições e termos e conceitos⁵⁹. De grande utilidade para estudantes e pesquisadores, o projeto da enciclopédia, contudo não contempla a preservação física da documentação utilizada na sua confecção. Aliás, a criação da *Enciclopédia* só foi possível porque os pesquisadores envolvidos (no qual esta pesquisadora estava incluída) recolheram informações nos poucos centros de documentação existentes então.

Sabe-se que a mesma vocação de interesse pela memória das artes tem levado o Instituto Itaú Cultural a desenvolver uma política de digitalização de acervos pessoais de artistas ligados ao teatro como, por exemplo, do dramaturgo Jorge Andrade e do cenógrafo Flávio Império. No entanto, não é possível acessar os documentos pelo site. No caso do dramaturgo Jorge Andrade, por exemplo, a documentação física, depois de digitalizada, foi remetida pela família ao Arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo que, aliás, leva o nome do dramaturgo.

Instituto Moreira Salles (Instituição financeira)

O Instituto Moreira Salles, com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo e Poços de Caldas, onde foi criado em 1992, dedica-se a conservação de acervos nas áreas de fotografia, *em mais larga escala* (mais de 800 mil imagens), música, literatura e iconografia.

O IMS recebeu a documentação de figuras ilustres da história teatral paulista: o crítico Décio de Almeida Prado e o ator Paulo Autran. Porém, também o acervo Moreira Salles não foca seu recorte temático apenas no teatro. Entretanto, e apesar de ser um conjunto documental importantíssimo para a história do teatro paulistano, toda a documentação se encontra na sede da instituição no Rio de Janeiro.

O site permite o acesso⁶⁰ a esses e a outros fundos a partir de uma lista de acervos ordenados alfabeticamente. Além daqueles dois especificamente ligados à área teatral, outras figuras têm ligações com o universo teatral e uma produção bastante importante como, por exemplo, Millôr Fernandes, Chiquinha Gonzaga e Raquel de Queiroz.

De todo modo, de uns e outros, são preservados apenas documentos textuais e iconográficos. Acessando o site é possível encontrar o texto abaixo, além de cerca de 4 fotos ilustrativas.

O Acervo Décio de Almeida Prado chegou ao Instituto Moreira Salles em 2000. É formado de biblioteca de 6.963 livros e 1.179 periódicos catalogados; e de arquivo com aproximadamente: produção intelectual contendo 1.500 documentos, correspondência com 470 itens, 1.200 recortes de jornais e de revistas, 320 fotografias, 40 partituras e 90 apensos. Na correspondência, destaca-se o diálogo epistolar com o também crítico de teatro Miroel Silveira, por meio do qual se revela parte da história do teatro brasileiro.

⁵⁹ Ver em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/#!/q=Teatro>

⁶⁰ Ver em: clientes.imprensaoficial.com.br

A documentação aí contida é material indispensável para a reconstrução da trajetória de dois grupos de teatro amador paulistas importantes: o Grupo Universitário de Teatro (GUT) e o Grupo de Teatro Experimental (GTE). Em 2005, o Instituto Moreira Salles publicou *A crítica cúmplice: Decio de Almeida Prado e a formação do teatro brasileiro moderno*, de Ana Bernstein, em que a autora analisa a trajetória do crítico.

<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/decio-de-almeida-prado>

Academia Paulista de Letras

Trata-se de instituição, fundada em 1909, que preserva, integralmente ou em parte, os acervos de seus membros. Dentre eles, diversos tiveram atividades de ligadas ao teatro, ainda que não exclusivamente. Vale o destaque de Alcântara Machado, Claudio de Souza ou Gomes Cardim.

O acervo não é disponibilizado online⁶¹, mas há um sistema interno que permite encontrar obras disponíveis no acervo bibliográfico. Não consta que haja outro tipo de documentação.

Instituição privada: Teatros Particulares

É claro que existem muitos outros espaços teatrais particulares em São Paulo, mas os que foram arrolados aqui podem dar uma perspectiva de como a documentação é tratada nos grandes teatros. No geral, a maior parte é vista apenas como “documentação administrativa” sem maior interesse para a pesquisa e descartada após seu período de guarda obrigatória. Por outro lado, o material referente à divulgação e registro dos espetáculos costuma ser preservado, organizados em “dossiês”, ainda que apenas para uso interno na construção de “históricos” sites e campanhas promocionais. Não costuma haver disponibilização para pesquisadores e as consultas têm que ser solicitadas aos administradores.

Com o fechamento das casas, o destino desses acervos é mais do que incerto, cabendo apenas ao proprietário o interesse em sua preservação.

Teatro Cultura Artística

O Teatro Cultura Artística, pertencente à Sociedade de Cultura Artística, criada em 1912 e dedicada à fruição da música erudita, foi inaugurado em 1950. A sociedade mantenedora, ocupava temporariamente diversos espaços da cidade até conseguir construir seu próprio teatro, inaugurado com concertos de Villa Lobos e Camargo Guarnieri.

O espaço, composto de duas salas, foi alugado entre 1960 e 1971 para sediar os estúdios da antiga TV Excelsior. O teatro foi reaberto apenas em 1977, retomando sua programação de concertos e alugando as salas também para espetáculos teatrais.

Em 2008, o edifício foi destruído por um grande incêndio, mas felizmente o acervo documental não foi comprometido. A documentação administrativa de tantos anos, que já tinha sofrido com um processo de descarte nos anos 60 para abrir espaço para a TV, sofreu mais com a água do que com o fogo. O acervo referente aos eventos artísticos não foi atingido.

⁶¹ Ver em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>

Aliás, tal material foi objeto de um projeto de digitalização através da lei de incentivo, PROAC, a partir de 2011. A coleção de programas vinha sendo cuidada e mantida pela administração, que encadernava os exemplares para sua conservação. Além deles há “milhares de fotografias”, que em 2013 foram digitalizadas. Todo esse material foi também tombado pelo IPHAN⁶².

No entanto, não há entrada no site para pesquisas e as consultas tem que ser solicitadas à administração.

Relatórios anuais, disponíveis no site, cobrem o período de 2014-2015.

Teatro Procópio Ferreira

Localizado na Rua Augusta desde 1948, este antigo teatro apresenta uma pequena exposição sobre o ator Procópio Ferreira⁶³ e o site indica alguns aspectos de sua vida e obra⁶⁴, mas não há notícia de que haja um acervo disponível para pesquisa.

Teatro Alfa

Dos principais teatros privados da cidade de São Paulo, o Alfa destaca-se pela atenção dada à documentação. O teatro possui documentação desde sua criação em 1998. Em 2005, foi criado a partir desse material um centro de documentação e memória (CDM)⁶⁵. Há espaço especial e tecnicamente adequado, a conservação é de muito boa qualidade e há uma base de dados para descrição do material.

O acervo é formado por registros de todos os espetáculos apresentados no teatro ao longo de 18 anos de funcionamento (programas, fotos, vídeos, riders técnicos, clippings), projetos sociais, eventos. Completam o centro as coleções de livros, DVDs e CDs relacionados aos assuntos tratados no CDM, ampliando a possibilidade de pesquisas sobre eles.

A consulta é gratuita mediante agendamento no CDM ou através da base de dados online⁶⁶, onde se encontram documentos digitalizados.

Instituição privada: Associações Profissionais

CTP/Memórias SESC – Serviço Social do Comércio

Ao lado de suas atividades nas mais diversificadas áreas do esporte e da cultura, o SESC mantém um ativo centro de memória, que além de ocupar-se de registrar os inúmeros eventos realizados pela instituição ao longo de 70 anos de existência, oferece diversos cursos e oficinas sobre assuntos relacionados às práticas da arquivologia, muitos deles disponíveis na internet.

⁶² Ver em: <http://www.culturaartistica.com.br/acervo>

⁶³ O famoso ator batiza outros teatros.

⁶⁴ Ver em: <http://www.teatroprocopioferreira.com.br/>

⁶⁵ <http://www.teatroalfa.com.br/acervo>

⁶⁶ <http://www.cdmtalfa.inf.br/cgi-bin/wxis.bin/balfa/?IsisScript=balfa/iriv.wis&dba=ALFA>

Dos inúmeros espetáculos teatrais apresentados nos diversos palcos do SESC, cujos documentos são conservados pelo SESC Memórias, merece destaque o acervo relativo ao grupo teatral mantido pela entidade desde 1978, o Grupo Macunaíma. servados pelo SESC Memórias, merece destaque o acervo relativo ao grupo teatral mantido pela entidade desde 1978, o Grupo Macunaíma.

Criado em torno do diretor teatral Antunes Filho depois do sucesso do espetáculo criado com base no romance de Mario de Andrade, *Macunaíma*, o Centro de Pesquisa Teatral (CPT) conta com uma série de grandes sucessos teatrais ao longo dos anos. O acervo desse grupo e de seu respeitado idealizador vem sendo organizado com grande cuidado pelo SESC Memória. Dentre o material arrolado, destaca-se inclusive uma grande coleção de figurinos.

A pesquisa pode ser feita a partir de agendamento. Há um site do grupo⁶⁷ que está atualizado até 2008 e disponibiliza parte do material, sempre divididos em: fotos, vídeos (vários apresentados pelo pesquisador Sebastião Milaré) e matérias jornalísticas (digitalizadas).

SESI (Serviço Social da Indústria) – Teatro do SESI

Entre 1962 a 1993, o SESI manteve uma companhia teatral profissional criada e dirigida por Osmar Rodrigues Cruz, dedicada à popularização do teatro nos moldes do Teatro Nacional Popular do francês Jean Vilar⁶⁸. Em 1977, o grupo passou a ter um teatro próprio localizado no edifício da FIESP na avenida Paulista. Depois da aposentadoria de seu diretor e a dissolução da companhia, até 1998, foram encenados espetáculos com diretores convidados e atores reunidos especialmente para cada montagem. Depois disso, o SESI passou a apenas apresentar produções externas.

Do acervo da antiga companhia destaca-se o conjunto de trajes que se encontra atualmente reunido na Unidade Leopoldina, mas não aberto à pesquisa. Em 2014, o cenógrafo J. C. Serroni publicou um livro sobre parte desse acervo, *50 anos do Teatro do SESI -SP*. Nele, registra-se que, embora tenha havido um esforço de identificação e conservação,

[...] não podemos documentar a totalidade dos figurinos criados para nosso Teatro, já que alguns exemplares se perderam ao longo da história, extraviados ao final de tournées ou vítimas da ação do tempo. [...] nosso próximo desafio será o de criar as condições ideais de armazenamento e conservação desse acervo, para que ele se consolide como referência para pesquisadores da história do teatro brasileiro (SERRONI, 2015, s.n.p.).

O acervo preservado reúne trajes, desenhos, documentos de produção e de costura, bem como adereços. O livro apresenta trabalhos do próprio Serroni, de Clóvis Garcia, de Ninette Van Vüchelen, de Flávio Império, de Bassano Vaccarini e de Hélio Eichbauer entre outros. Até o momento, o acervo de figurinos ainda não recebeu o tratamento de conservação e acondicionamento planejado. Os documentos em papel, iconográficos e de audiovisual relativos ao grupo teatral do SESI encontram-se na biblioteca da entidade. O site indica a existência de um link para busca no acervo, mas não há informações disponíveis⁶⁹.

⁶⁷ Ver em: http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/cpt_novo/areas.cfm?cod=2

⁶⁸ Foi o grupo profissional popular de mais longa história no mundo.

⁶⁹ Ver em: <http://www.sesisp.org.br/consulta-ao-acervo.htm>. Consultado em 7/11/2016.

APETESP - Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo: Teatro Ruth Escobar e Teatro Maria Della Costa

A APETESP foi criada em 1972 com fim de promover e estimular as artes cênicas e os contatos da área junto aos órgãos oficiais. A Associação é proprietária de dois teatros na cidade.

Teatro Ruth Escobar

Construído em 1963 por Ruth Escobar, o teatro sediou inúmeros espetáculos importantes, como *O balcão*, de Jean Genet, ou *Roda Viva*, de Chico Buarque, além de ter sido sede dos lendários Festivais Internacionais de Teatro promovidos pela atriz.

O teatro foi comprado em 1997 pela APETESP, que tem planos de transformá-lo em um Centro Cultural.

Teatro Maria Della Costa

Teatro erguido pela atriz Maria Della Costa e seu marido, o ator e diretor, Sandro Polloni em 1954. A companhia Maria Della Costa havia se transferido do Rio de Janeiro para a capital paulista onde decidiu construir uma sede para seu grupo. A estreia se deu com *O canto da cotovia*, do francês Jean Anouilh. Além disso, a companhia apresentou *A moratória*, de Jorge Andrade, um dos textos mais importantes da dramaturgia nacional, e a primeira montagem profissional de um texto de Bertold Brecht – *A alma boa de Setsuan*.

A APETESP comprou o edifício em 1978 e o reformou em 1996.

Embora se trate de dois edifícios históricos de São Paulo, não apenas por sua antiguidade, mas pelo papel que tiveram no desenvolvimento da cena brasileira, não há acervos organizados e disponíveis para pesquisa. Ao que se sabe, a documentação das companhias originais continua com seus titulares (Ruth Escobar e Maria Della Costa). No caso da primeira, a disputa judicial entre os três filhos da atriz, que sofre do mal de Alzheimer, pelo legado documental tornou-se matéria de interesse da imprensa.

No caso de Maria Della Costa, parte do acervo está na posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo, parte com um pesquisador particular e parte com a FUNARTE.

CPT - Cooperativa Paulista de Teatro

Fundada em 1979 agregando cerca de 50 grupos teatrais a CPT chegou a 2009 com mais de 4.000 associados. Desde o início de suas atividades, publicou uma revista, *Camarim*, disponível online até o número de 2012⁷⁰. Em 2009, teve um livro com sua história publicado (*Trinta Anos da Cooperativa Paulista de Teatro, de A. Mate*)

Seu acervo não está disponível online e pesquisas têm de ser previamente agendadas e aprovadas.

⁷⁰ Coleção da revista *Camarim*. Ver em: <http://www.portalomegafone.com.br/noticia/4-publicacoes/138-revista-camarim>

APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte

Fundada em 1951 por Nicanor de Miranda como Associação Brasileira de Críticos Teatrais (ACT). Cinco anos mais tarde, transformou-se na Associação Paulista de Críticos Teatrais (APCT).

Desde 1956, distribui prêmios para a área do teatro. Com o passar do tempo, foi incorporando à sua perspectiva outras áreas das artes cênicas, como a dança, e mesmo outras áreas artísticas, como as artes visuais.

Não foi possível encontrar nem mesmo um site da Associação.

SATED - Sindicato dos artistas e técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo

Entidade de classe criada em 1934, congrega artistas de várias áreas das artes cênicas, como teatro e circo. O acesso às fichas dos associados, atas de reuniões e outros documentos relativos às atividades do sindicato ao longo dos anos, que são ainda encontradas em papel, só pode ser feito com autorização especial do sindicato. Há um arranjo muito simples do material, seja por ordem alfabética da ficha de inscrição dos associados, seja por ano das atas, e assim por diante. O sindicato manteve uma publicação, *Aplauso*, desde 1997, e disponibiliza o acesso via site entre 2012 e 2014 apenas.

Instituição privada: Ensino

Ordem dos Salesianos – Colégio Sagrado Coração de Jesus

Erguido no começo do século XX, o Colégio Salesiano Liceu Coração de Jesus, situado no bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, possui um dos mais antigos palcos da capital. A escola distinguia-se, nesse período, por oferecer a possibilidade de formação profissional como ator ou músico a seus alunos. O teatro, originalmente destinado às atividades internas do colégio, foi reformado nos anos de 1950 e, hoje, transformou-se no Teatro Grande Otelo (ator que foi antigo aluno da escola), aberto a espetáculos e público externos.

Como o Liceu sedia também a uma regional da congregação salesiana, nele encontra-se o arquivo da instituição e um museu. Em ambos locais é possível encontrar documentos (planta, fotos, matérias jornalísticas) e referências ao centenário teatro do colégio. Pesquisas devem ser agendadas no Museu ou no Arquivo.

TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Pontifícia Universidade Católica)

Teatro fundado em 1965 com importante trajetória na cena paulistana. Por isso mesmo, em 2005, criou um Centro de Documentação e Memória próprio⁷¹.

Em 2010, com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e o patrocínio do Banco Safra, o CDM Tuca sofreu adequações físicas para receber mobiliário, equipamentos e materiais adequados à conservação de documentos de importância social. Ainda em 2011, uma parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo possibilitou o desenvolvimento do projeto de digitalização de parte substancial do acervo, aumen-

⁷¹ Ver em www.teatrotuca.com.br/cdm/index.html

tando as possibilidades de preservação e difusão de séries expressivas de cartazes teatrais, fotografias e, sobretudo, dos processos administrativos que permeiam a execução dos espetáculos nos palcos do Teatro.

O Centro disponibiliza um guia do acervo online com descrição do “fundo TUCA” e das coleções existentes. As condições de conservação e acondicionamento são bastante boas e o acervo está sob responsabilidade de profissionais capacitados.

Instituição privada: indústria

Memória Votorantim

Local insuspeito para a procura de acervo teatral, o Centro de Memória das empresas Votorantin⁷², grupo econômico criado pela família Moraes, preserva documentação referente às atividades dramáticas de seu dirigente, Antônio Ermírio de Moraes, autor de peças como *Brasil S.A.*, *S.O.S. Brasil* e *Acorda Brasil*, escritas entre o fim da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000. Como se pode imaginar, tendo em vista os recursos disponíveis em uma empresa desse porte, a documentação recebeu os cuidados de conservação e acondicionamento adequados.

Indivíduos

Instituto Gianni Ratto

Entidade criada para preservar a obra do diretor, cenógrafo, iluminador, figurinista, tradutor, escritor e ator italiano radicado no Brasil, Gianni Ratto, divide-se em “acervo plástico”, “hemeroteca” e “biblioteca”⁷³. O acervo foi organizado com apoio do Ministério da Cultura e da Petrobrás entre 2008 e 2009. Durante um ano, uma equipe identificou os documentos, deixando-os higienizados, acondicionados em mobiliário apropriado (mapotecas, caixas de polionda e estantes) em uma casa no bairro paulistano do Pacaembu, pertencente ao diretor. Uma base de dados foi criada para descrever o material textual, mas as informações restantes estão inseridas em planilhas de Excell. Findo o cronograma do projeto, todo o material foi transferido para um novo local em 2011, uma vez que a família se desfez do imóvel e a viúva mudou-se para um apartamento, onde continuou organizando o acervo. Atualmente, a biblioteca, com cerca de 4 mil volumes, encontra-se espalhada pelo imóvel, sendo que um dos cômodos abriga o restante dos documentos. A consulta pessoal de pesquisadores ao acervo muito rara, embora houvesse maior número de visitantes online. Atualmente, o site encontrase em “construção”, informando apenas endereço eletrônico e telefone para contato.

Embora se denomine “Instituto” (supostamente uma organização que promove a pesquisa científica, ou tem finalidades filantrópicas), a entidade não desenvolve nenhuma outra atividade além da preservação da documentação.

⁷² Ver em: <https://www.facebook.com/mvotorantim/>

⁷³ Ver em: www.gianniratto.org.br

Instituto Osmar Rodrigues Cruz

Diretor e criador do Teatro Popular do SESI, Osmar Rodrigues Cruz esteve à frente do grupo durante 40 anos. Sua filha única criou o Instituto⁷⁴ para preservar a enorme biblioteca (calculada em 20 mil itens, incluindo livros, manuscritos e revistas datados desde o século XVII).

A face pública do Instituto é um blog que, desde 2012, reproduziu alguns textos de Cruz e digitalizou programas de peças das décadas de 1940 e 1950, alguns completos, outros apenas com página central. Não fica claro qual o critério para a apresentação do material. Não há nenhuma possibilidade de busca ou pesquisa. O Instituto localiza-se na residência da responsável pelo blog e qualquer consulta depende de sua permissão. Até onde se sabe, o acervo não passou por nenhum tratamento profissional.

Acervo pessoal de Cyro Del Nero

Cenógrafo e figurinista Cyro del Nero atuou no teatro brasileiro desde a década de 1950, tendo trabalhado com importantes grupos como o TBC. Sua carreira também abrange trabalhos em países europeus. Além disso, cenografou outras atividades, como os famosos desfiles da Rhodia nos anos de 1960, ou novelas de televisão.

O acervo estava sendo organizado por ele em uma casa no bairro do Butantã, acabou sendo transferido para a residência de sua esposa, que o conserva até hoje.

Del Nero manteve um blog até 2010, no qual postava textos sobre aspectos artísticos e histórico da cenografia, figurino, música, entre outros temas. Ele ainda está acessível. Houve início de entendimentos para transferência de seu acervo à Universidade de São Paulo, mas as negociações não se concretizaram até o momento.

Sociedade Cultural Flávio Império

Cenógrafo, arquiteto e artista plástico, Flávio Império foi também professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Ligado ao teatro paulista e destacados grupos, como o Teatro de Arena, Flávio Império teve importantes trabalhos realizados nas suas diversas áreas de atuação.

Existe uma Sociedade Cultural Flávio Império que disponibiliza um belo site⁷⁵ dedicado à vida e obra do artista, onde se registra que “ele teve por objetivo dar continuidade ao trabalho de preservação, catalogação e divulgação da obra do artista, desenvolvido desde 1987. [...] Sua publicação foi viabilizada pelo apoio do Instituto Itaú Cultural que compreendeu, inclusive, a digitalização do material do acervo e a elaboração do bando de dados [...]” (autor-data).

Há possibilidade de pesquisa.

Em 1994, houve o lançamento do Projeto Flávio Império – preservação, catalogação e divulgação, que envolveu diversas etapas: ordenação e catalogação das obras e documentos, pesquisa e desenvolvimento do

⁷⁴ Ver em: <http://institutoosmarrodriguescruz.blogspot.com.br/>

⁷⁵ Ver em: <http://www.flavioimperio.com.br/projeto/512278>

banco de dados; travessia; projeto de restauro e destinação pública; elaboração de modelo de banco de dados relacionados; desenvolvimento de modelos eletrônicos de cenografia; revisão do acervo e catalogação.

Também houve início de entendimentos para transferência de seu acervo para a USP, mas as negociações não se concretizaram até o momento.

Acervo Gouveia-Vaneau

Acervo híbrido de teatro e dança é composto pelos documentos da bailarina Célia Gouveia e do diretor, cenógrafo e figurinista belga radicado no Brasil, falecido em 2007, Maurice Vaneau. Em 2012, o conjunto do casal recebeu tratamento profissional, executado com apoio de verbas do XII Programa de Fomento à Dança da Secretaria Municipal de Cultura. Diversos documentos foram digitalizados e encontram-se disponíveis num belo site, ainda que não se possa fazer consulta espontânea. As informações estão disponíveis por ordem cronológica e por assunto.

O site tem sido regularmente atualizado. Para outras consultas é necessário fazer agendamento com Célia Gouveia⁷⁶.

Plínio Marcos

A família do dramaturgo paulista Plínio Marcos mantém um site⁷⁷ construído, como se pode ler logo em sua página principal, a partir do acervo do dramaturgo, conservado por eles. Há material sobre suas atividades no cinema e na televisão além do teatro. Constatam prêmios, fotos, matérias jornalísticas.

Outros

Além dos casos de acervos pessoais apresentados acima, e que vêm tentando encontrar soluções “institucionalizadas”, poderíamos indicar outros que necessitam encontrar um destino seguro para seu acolhimento. Podemos lembrar os casos do diretor Antonio Abujamra, da atriz Ruth Escobar, dos casais de artistas Nydia Lícia e Sérgio Cardoso, Raul Cortez e Célia Helena, do também diretor Luiz Roberto Galizia, da atriz Marília Pera e muitos mais.

Sobre outros ainda, como o do crítico e professor da ECA/USP, Sábato Magaldi, cuja documentação foi enviada para uma biblioteca em Minas Gerais recentemente, só podemos lamentar que tenha se desgarrado do patrimônio cultural paulista. O mesmo se poderia dizer dos de Décio de Almeida Prado e de Paulo Autran, que se encontram no Rio de Janeiro.

Instituição privada: grupos e companhias teatrais

Para além dos acervos pessoais, devemos atentar também para a riqueza de informações contida nos documentos de companhias e grupos teatrais. Em muitos casos, tais documentos se “espalham” pelos acervos individuais de cada um de seus componentes. Desse ponto de vista, anuncia-se sempre necessária e trabalhosa a recomposição da trajetória de um conjunto teatral.

⁷⁶ Ver em: <http://www.acervogouveia-vaneau.com.br/>

⁷⁷ Ver em: <http://www.pliniomarcos.com/>

Por outro lado, há tipos de documentos que podem não dizer respeito especificamente a nenhum dos integrantes da companhia ou grupo, mas sim da “sociedade”, da “empresa” etc. A quem cabe a preservação desse material? Talvez aos fundadores, aos diretores administrativos, ou diretores artísticos. Tudo depende muito do tipo de produção levada a cabo pelo conjunto, o que tem mudado bastante nas últimas décadas.

Se tomarmos, por exemplo, o caso do Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC, será possível identificar uma administração central, que embora relacionada com as atividades propriamente criativas, não se confunde com ela.

Assim, o acervo de Franco Zampari “diretor” (não no sentido de diretor cênico) da companhia seria de grande interesse. Bem como, claro, o acervo do diretor cênico, do artista Flávio Rangel. Isso sem mencionar todos os demais envolvidos nas produções ao longo dos anos. Do TBC poderíamos, inclusive, mencionar a documentação do espaço físico, o edifício teatral.

Quando se pensa, por outro lado, nas formas mais antigas ou modernas de produção teatral, as questões se apresentam de outra maneira. Na antiga tradição teatral, que prevaleceu durante décadas, desde o século XIX até por volta de 1950, o empresário e o primeiro ator da companhia se confundiam na mesma figura. São exemplos os atores João Caetano de Sousa, Procópio Ferreira, Jaime Costa, Dulcina de Moraes, apenas para citar os mais conhecidos.

Quanto aos formatos mais modernos e contemporâneos de teatro (embora modelos mais tradicionais ainda permaneçam presentes), deve-se considerar que a produção coletiva ou colaborativa dos espetáculos emerge de práticas nas quais as funções se misturam, se alternam e se completam, ficando mais difícil identificar a quem caberia manter o acervo referente ao grupo como um todo. Provavelmente, a figura do encenador contemporâneo (que não se confunde com o diretor artístico) ainda acabe centralizando o que é produzido coletivamente.

Por outro lado, nos últimos anos, uma produção teatral oriunda de elementos formados e articulados nas universidades tem desenhado um perfil de artistas que se preocupam em deixar registrados seus processos de trabalho. Tal prática tem gerado um importante material bibliográfico, constituído a partir de uma coleta de documentação empreendida pelos próprios protagonistas do fazer artístico. O mesmo interesse na divulgação dos trabalhos (processos e resultados) foi favorecido pela facilitação ao acesso aos meios digitais de comunicação, como sites, blogs etc. Desse modo, é possível encontrar inúmeras páginas na Internet com a trajetória, pesquisa, espetáculos e publicações dos grupos.

Indicamos aqui apenas alguns exemplos:

O grupo Teatro Oficina, ou melhor, Associação Teat(r)o Uzina Uzona, é a companhia mais antiga em atividades em São Paulo, tendo já comemorado 58 anos de existência.

Uma parte importante do acervo, referente a seus primeiros anos de existência, encontra-se no Arquivo Edgard Leurenroth (AEL), da Universidade de Campinas. O restante permanece, na Casa de Produção, com a companhia, que tem a prática de registrar em vídeo a intensa atividade cênica do grupo, preocupando-se não só com a qualidade técnica, mas também artística do registro. No site é possível assistir a alguns deles, bem como acessar outros tipos de documentos com uma série de atas (2004-2013) da Associação.

Abaixo, relacionamos sites e blog de outras companhias paulistanas:

Grupo Tapa- <http://www.grupotapa.com.br/>

Companhia do Latão- <http://www.companhiadolatao.com.br/site/>

Teatro da Vertigem- <http://www.teatrodavertigem.com.br/>

Cia. Teatro Balagan- <http://www.ciateatrobalagan.com.br/>

Cia. Club Noir- <http://ciaclubnoir.blogspot.com.br/>

Cia. Livre- <http://cia-livre.blogspot.com.br/>

Razões Inversas- <http://www.razoesinversas.com.br/>

Grupo XIX de Teatro- <http://www.grupoxix.com.br/>

Os Fofos Encenam- <http://www.osfofosencenam.com.br/site/>

Commune Coletivo Teatral- <http://www.commune.com.br/>

Teatro União e Olho Vivo- <http://uniaoeolhovivo.com.br/v2/>

Vale, contudo, lembrar que os grupos divulgam o que julgam mais adequado ou relevante, o que, nem sempre, pode ser o que mais interessa ao pesquisador. Além disso, o destino dado à documentação física, depois de ter sido digitalizada e disponibilizada, parece ser tão indigente quanto àquela produzida pelos grupos de tempos passados. Em geral, recolhe-se tudo em caixas, pastas e malas que às vezes são destinadas aos fundos de armários e gavetas.

São raras as iniciativas de grupos que se detenham em se questionar sobre o destino de tais materiais ou se deem ao trabalho de organizá-los de forma adequada e consequente, se possível, disponibilizando-os para pesquisadores externos. É claro que podemos argumentar que essa não seria mesmo sua tarefa. E que sobreviver no difícil mundo teatral já é trabalho suficiente.

Uma pesquisa sobre o estado exato de organização de cada um desses grupos, e outros mais existentes na cidade, demandaria um tempo de pesquisa e espaço de registro que não é possível no momento.

No entanto, a questão permanece. O que acontece quando o grupo não dispõe de alguém encarregado de atualizar o site ou blog? O que acontecerá quando o grupo se desfizer? Até quando as informações continuarão disponíveis?

Por um Centro de Documentação Teatral

Não será possível neste artigo fazer maiores considerações sobre todos os acervos listados acima. Com o exposto, fica patente que não existe em São Paulo um centro de documentação e estudos amplo (que se proponha a abranger todos os aspectos do fenômeno teatral) regular, confiável e dinâmico, dedicado exclusivamente à preservação da memória do teatro paulistano e ao desenvolvimento de pesquisas nessa área. Fica claro ainda a urgência e a relevância de se organizar tal centro com porte adequado, para receber e abrigar convenientemente o riquíssimo patrimônio cultural do universo teatral paulistano, desenvolver e fomentar a pesquisa a partir dele.

O Centro de Documentação Teatral da ECA/USP (CDT – que combina o Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas e o Núcleo de Pesquisa de Traje em Cena – NPTC) pretende ser esse centro⁷⁸.

Até o momento, contando com poucos recursos financeiros e de pessoal, foi possível organizar parcialmente uma base de dados, disponível na Internet, higienizar, acondicionar e catalogar cerca de 500 cartazes, mais de 1.000 programas de teatro, 15 mil recortes de matérias jornalísticas sobre teatro (a partir da década de 40), centenas de releases, programações de cursos, figurinos, oficinas, eventos, festivais, além de documentos relativos à história do Departamento, da ECA e de instituições com o Serviço Nacional de Teatro, Inacen e Funarte. Contudo, muito mais pode e deve ser feito.

A existência de um centro de documentação e referência se justifica pela inegável e óbvia importância da arte teatral como uma das mais genuínas e antigas formas de expressão cultural humana e pela urgência e necessidade específica de se preservar a história do teatro paulistano.

⁷⁸ Ver em: <http://www2.eca.usp.br/cdt/home>

Referências

AZEVEDO, Elizabeth R. Ensino Pioneiro do Teatro no Brasil. In: *Luso-Brazilian Review Madison*, University of Wisconsin, 2009.

_____. Conservatório Dramático e Musical de São Paulo- Pioneiro e centenário. *Revista Histórica*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Ano II, nº 16, novembro de 2006.

SERRONI, J.C. (Org.). Figurinos. *Memória dos 50 anos do Teatro do Sesi-SP*. São Paulo: Sesi, 2015.

TIBAJI, A. O objeto de pesquisa da história das artes do espetáculo: do efêmero ao disperso. (no prelo)

UM PANORAMA DA HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DE SÃO PAULO DA ASCENSÃO À QUEDA DE JÚLIO PRESTES (1909-1930)

Edilene Toledo *

Resumo

Este artigo tem como objetivo central analisar o contexto em que se deu a ascensão de Júlio Prestes na política paulista e nacional e as transformações que tornaram possível a sua queda. Como contraponto, trata também dos esforços de construção da cidadania em oposição à política elitista e excludente que caracterizou o período.

Palavras-chave: Júlio Prestes. Primeira República. Cidadania.

Abstract

This article is mainly aimed to analyze the context in which the rise of Júlio Prestes in the state and national politics happened and the changes that made possible his fall. As a counterpoint, also deals with citizenship building efforts as opposed to elitist and exclusionary politics that characterized the period.

Keywords: Júlio Prestes. First Republic. Citizenship.

* Edilene Toledo é professora de História do Brasil Republicano no departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Fez sua graduação, mestrado e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Dedicou-se ao estudo do anarquismo, do sindicalismo, da imigração italiana e outros temas ligados à história do trabalho e dos trabalhadores.

Introdução

No debate político atual no Brasil, tem havido muitas referências ao período da Primeira República, frequentemente nomeada como “República Velha”, nome cunhado pelo grupo que assumiu o poder em 1930, em oposição ao novo que ele representaria. O temor do retorno à “República Velha”, apontado por personagens importantes do cenário político atual, como o prefeito de São Paulo, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo¹, é o que esse período representa na memória e na história: o domínio de uma oligarquia, a preponderância de um pequeno grupo no poder, que impõe uma política que favorece os seus interesses, apresentados como necessidades do conjunto do país, associado à ausência ou limitação de direitos para os trabalhadores. Por isso também é importante continuar a pensar a história da Primeira República. Júlio Prestes, que ficou conhecido como o último presidente da Primeira República, eleito, porém impedido de tomar posse pela chamada Revolução de 30, nasceu em 1882 e morreu em 1946. Viveu, portanto, num período de grandes transformações no Brasil e especialmente em São Paulo. Foi durante esse período e também à luz das experiências e memórias familiares, em especial do seu pai, que foi também um fazendeiro e político importante na época, que ele cresceu e se formou como político e durante o qual ele construiu e acumulou o rico conjunto de materiais públicos e privados que compõem o seu arquivo, que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Júlio Prestes cresceu, portanto, como é fácil imaginar, vendo a intensificação do movimento abolicionista, o fim da escravidão, o enorme afluxo de imigrantes europeus, a República, entre outras tantas transformações. Na juventude, no fim do século XIX, viu a vitória do projeto republicano dos fazendeiros de café, com o Estado de São Paulo à frente; projeto defendido por seu pai, que, membro da direção do Partido Republicano Paulista, o PRP, era presidente do estado de São Paulo naqueles anos. Júlio Prestes, que, pode-se dizer, foi uma criação desse projeto, acabou se tornando também a personificação da sua derrota.

Como observou Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2008), o advento da República no Brasil foi acompanhado de um período de grande instabilidade. Esse vazio institucional dos anos iniciais, denominados por Renato Lessa (1999) como a “década do caos”, só foi superado pelo governo de Campos Sales (1898-1902), quando a República oligárquica se consolidou com a chamada Política dos Governadores, com um arranjo institucional e uma nova ordem que mantiveram um equilíbrio entre os estados, promovido pelo governo central.

Aquele momento representou a ascensão inequívoca de um grupo de sujeitos com um projeto de república liberal-oligárquica, vencedora no embate com outros projetos (FERNANDES, 2008, p. 12). Oligarquia, política dos governadores e coronelismo fazem parte dos conceitos necessários ao entendimento da política do período (RESENDE, 2003). Esse projeto, já parcialmente implantado, tornou-se hegemônico a partir do fim do XIX, quando se complementou a institucionalização do sistema oligárquico, e foi no interior dele que Júlio Prestes desenvolveu sua vida política.

Um quadro geral de São Paulo

No início do século XX, o estado de São Paulo, um território de 250.000 km², quase tão grande como a Itália, era quase todo coberto de café. Num processo rápido e intenso de expansão da cafeicultura, não faltam relatos de usurpação de terras e do uso corrente da violência contra trabalhadores pobres, índios, e todos

¹ ‘Agenda Temer’ tenta por o Brasil de hoje na República Velha, diz Haddad”. Folha de São Paulo, 30-082016. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764275-agenda-temer-tenta-por-o-brasil-dehoje-na-republica-velha-diz-haddad.shtml>

que representassem um obstáculo ao avanço do café e da ferrovia, como nos mostrou Warren Dean (1996) em seu estudo sobre a devastação da Mata Atlântica. A expansão do café foi ao mesmo tempo produtora e produto do processo de modernização que estava em curso no país (ARIAS NETO, 2003).

Um dos fenômenos que mais marcaram a história do Estado de São Paulo no período foi certamente a imigração. Entre 1890 e 1929, cerca de quatro milhões de imigrantes europeus e asiáticos entraram no Brasil, quase tantos quantos os africanos que foram trazidos durante os mais de três séculos de escravidão. Grande parte deles, mais da metade, dirigiu-se ao estado de São Paulo, sobretudo para trabalhar duro nas fazendas de café (HALL, 2004). Só na década de 1890, foram 700.000 só os italianos que entraram no país, o que dá a dimensão do impacto dessa presença. O fluxo em massa a partir de 1887 levará a cifra de italianos no Brasil, o maior grupo imigrante do período, a mais de um milhão de trabalhadores até 1920 (TRENTO, 1988, p. 107).

Foi um período então de grandíssimo crescimento demográfico: entre 1900 e 1950 a população do estado de São Paulo quadruplicou (DEAN, 1996). Foi também um período de intenso processo de urbanização, de afluxo de trabalhadores do campo para os centros urbanos, especialmente a capital. Em 1900, 90% da população brasileira estavam no campo. No fim da Primeira República, em 1930, o Brasil permanecia um país essencialmente agrícola, com 70% da população no campo, mas a população urbana crescera substancialmente e a indústria também ia crescendo, dando a base para o maior desenvolvimento industrial que ocorreria com a política industrialista do pós-30. A massa de trabalhadores agrícolas, sobretudo de imigrantes, que se dirigiu para as cidades buscando melhores condições de vida e de trabalho transformou-se em mão de obra abundante e barata para essas indústrias e também participou de movimentos de reivindicações importantes. Beneficiada com a expansão da economia cafeeira, a indústria era, sobretudo, de bens de consumo e passou a abastecer um mercado em expansão. Essa urbanização também favoreceu a expansão das classes médias, que participaram das mobilizações e transformações do período.

A política das oligarquias de São Paulo

O avô e o pai de Júlio Prestes parecem ter se tornado grandes fazendeiros a partir da riqueza acumulada com o comércio de cavalos e mulas trazidos do Sul e comercializados na feira de muares de Sorocaba, de acordo com a memória familiar. O pai de Júlio Prestes nasceu em Angatuba, que faz limite com Itapetininga onde ele nasceu, e esta próxima a Sorocaba.

Seu pai iniciou a carreira política em Itapetininga. Foi coronel da Guarda Nacional e do Exército, membro da direção do presidente do Estado de Partido Republicano Paulista, deputado estadual entre 1892 e 1897, deputado federal três vezes, presidente do Estado entre 1898 e 1900, três vezes vice-presidente do Estado, entre 1908 e 1927. Em 1928, foi eleito para o Senado estadual, no modelo bicameral escolhido por São Paulo e alguns outros estados durante a Primeira República.

Júlio Prestes formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1906. Em 1909, quando seu pai era vice-presidente do Estado, foi eleito deputado estadual pelo PRP, sendo reeleito nas quatro legislaturas seguintes, exercendo o mandato até 1923 (MAYER, 2012). Em 1924, combateu os revoltosos na região da Sorocabana, junto com seu pai e com Washington Luís, conforme anunciou com orgulho a *Folha do Povo*, jornal de Itapetininga². Também em 1924, foi eleito deputado federal e foi líder da bancada paulista, sendo reeleito em 1927. Foi presidente do Estado de 1927 a 1930.

² São Paulo triunfante. *Folha do Povo*. Itapetininga, 06/08/1924, p. 1.

Júlio Prestes inseriu-se, portanto, na grande política, nos rastros do pai, e num momento em que o projeto republicano liberal centrado no café já estava consolidado, como vimos, desde a virada do século com Campos Sales. Entre 1894 e 1902 tinham sido eleitos três presidentes paulistas: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. São Paulo já tinha assumido o primeiro lugar na produção do café antes ainda da República, superando Minas Gerais em 1881 e o Rio de Janeiro em 1889. Nas últimas décadas do Império, a burguesia do café já tinha assumido o controle da máquina estatal da Província de São Paulo. Com a república, essa hegemonia se estendeu do nível estadual ao nacional. (ARIAS NETO, 2003)

O domínio do estado de São Paulo na política pode ser explicado não somente por sua inegável importância econômica, mas também pela aliança de grande parte da elite, que se uniu em torno do PRP (FAUSTO, 1972). Ela significava o triunfo da elite política dos grandes estados com São Paulo à frente.

O governo central apoiava os grupos políticos dominantes nos estados em troca de seu apoio político. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam, em grande parte, os destinos da política nacional (FAUSTO, 1996). Em São Paulo, a elite política oligárquica estava próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o passar do tempo, também à indústria. Assim, a elite política de São Paulo agiu principalmente no interesse da burguesia do café, de onde se originaram muitos de seus membros. A política de valorização do café é expressão disso.

A operação de valorização do café começou a dar frutos em 1909, quando os preços internacionais do café começam a subir, no ano em que Júlio Prestes foi eleito deputado estadual pela primeira vez. Os paulistas garantiram sua autonomia e conseguiram levar adiante os planos de valorização do café mesmo quando, eventualmente, não contaram com o apoio do governo federal (Fausto, 1996).

Houve, portanto, a imposição de um projeto econômico para o país e o predomínio e hegemonia da burguesia do café que impôs a ideia de que os interesses da cafeicultura coincidiam com os interesses do conjunto do país (Arias Neto, 2003). Continuou-se a defender a consolidação da lavoura e uma vocação agrária do Brasil e houve desinteresse em expandir, de modo eficaz, outros setores econômicos, optando-se pela concentração no mais lucrativo.

Já a partir da década de 1870, tinha havido um deslocamento do centro mais dinâmico da cafeicultura para o chamado Oeste Paulista, em virtude do esgotamento do solo do Vale do Paraíba. Oeste Paulista abrangia a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na estrada de Ferro Mogiana. O trabalho nessas fazendas foi, sobretudo, de imigrantes.

A união das oligarquias paulista e mineira foi um traço fundamental do período, mas não foi uma aliança sem conflitos. O acordo entre elas durou de 1898 a 1909 (FAUSTO, 1996). Nesse ano, ano em que, como vimos, Júlio Prestes foi eleito pela primeira vez, abriu-se uma dissidência entre os dois estados, o que deixou espaço para a volta temporária dos militares e o retorno, fato importante, do Rio Grande do Sul à cena política nacional. A campanha para a presidência em 1909 e 1910 foi muito importante e considerada por vários autores a primeira disputa eleitoral efetiva da vida republicana. Hermes da Fonseca apresentou-se apoiado pelo Rio Grande do Sul, Minas e pelos militares. São Paulo, apoiado pela Bahia, lançou Rui Barbosa, que fez sua campanha defendendo os princípios democráticos, apesar de ter a oligarquia paulista como sua principal base política (FAUSTO, 1996). A concorrência gaúcha, através principalmente de Pinheiro Machado, fez com que São Paulo e Minas Gerais tentassem evitar novos conflitos e um novo pacto foi concluído em 1913, segundo o qual paulistas e mineiros se revezariam na presidência. Ainda assim, a oligarquia gaúcha continuou ascendendo na política nacional.

Rui Barbosa, derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se candidato em 1919 contra Eptácio Pessoa, como protesto, e recebeu cerca de um terço dos votos. Os conflitos entre as oligarquias começavam a se intensificar. Em 1921, Nilo Peçanha, apoiado pelo RS, BA, PE, RJ se candidata em oposição a Artur Bernardes, candidato do eixo SP-MG. Peçanha percorreu grande parte do país em busca de votos, atacando o imperialismo dos grandes estados e a proteção apenas do café. No curso da campanha de Peçanha veio à tona a insatisfação dos militares, que consideravam Bernardes antimilitar (FAUSTO, 1972).

A revolta de 1924 em São Paulo tinha como objetivo derrubar o governo de Artur Bernardes, que personificava a oligarquia dominante, e era odiado pelos chamados “tenentes”. As principais figuras do movimento eram de um nível intermediário do Exército. A cúpula não participou dos movimentos apesar de ter queixas contra o governo. Para alguns autores, como Boris Fausto, esses tenentes eram herdeiros dos salvacionistas. Nos anos 1920, não tinham uma proposta clara de reformulação política. Defendiam um poder centralizado, a educação popular e um vago nacionalismo (FAUSTO, 1996). Criticavam a oligarquia por ter promovido a fragmentação do país. Não acreditavam que o liberalismo resolveria os problemas do país. Conseguiram prestígio em meio à população urbana nos anos 1920. Foi um movimento, portanto, intimamente ligado à crise aguda da Primeira República. (LANNA JR., 2003)

Em 1924, o governo organizou dura repressão aos rebeldes, bombardeando a cidade de São Paulo, atingindo militares e civis e provocando sérios danos materiais. Júlio Prestes combateu a revolta na Coluna Sul, junto com seu pai e com Washington Luís, expulsando os rebeldes da região da Sorocabana. 1924 teve uma força real e simbólica porque levou a população a pensar na política e a tomar partido. Foi visto como alternativa por classes médias e teve também participação popular. As oligarquias governistas, entre as quais estava a família Prestes, procuraram desqualificar o movimento como apenas um motim de militares. Para as oligarquias dissidentes, porém, os revoltosos foram vistos como possíveis aliados, embora com restrições e desconfianças. Houve apoio principalmente de estudantes, das classes populares e do operariado organizado. Houve ampliação das articulações políticas entre militares e civis, envolvendo vastos setores das populações urbanas, o que já evidenciava a crise da política dominante.

A aliança São Paulo-Minas foi, como vimos, fundamental para a estabilidade da política da Primeira República. De fato, a quebra desse acordo por Washington Luís ao indicar, em 1929, o paulista Júlio Prestes, seu amigo, como candidato, foi elemento central na ruptura política de 1930. Sua vitória significava a continuidade da política econômica oficial e do domínio político do PRP.

A ascensão gradual da oligarquia gaúcha na política nacional ajuda a explicar o reconhecimento de Vargas, que tinha feito carreira na antiga ordem, na liderança da aliança que por fim à Primeira República.

A política dos trabalhadores de São Paulo

Quando, em 1909, Júlio Prestes entrou na política, o movimento operário de São Paulo já havia dado alguns passos importantes, tendo realizado já dois congressos estaduais e participado do congresso nacional de 1906, apesar da repressão brutal, que incluía mortes, ferimentos, perseguições, prisões arbitrárias, invasão de sedes de jornais e sindicatos, dispersão de reuniões, apreensão de materiais. Mas, apesar de tudo, esse foi um período de extraordinária mobilização coletiva e organização de classe em São Paulo (TOLEDO, 2004).

Em 1907, por exemplo, a greve pelas oito horas, liderada pela Federação Operária tinha paralisado São Paulo, e muitas categorias tinham conseguido obter a redução da jornada. Mas as greves não foram um

fenômeno puramente urbano na Primeira República. Elas ocorreram também no campo, especialmente no estado de São Paulo, como as greves de colonos em Ribeirão Preto em 1912 e 1913, apesar das dificuldades ainda maiores do que na cidade, onde à dura repressão e os salários baixos se unia também o isolamento. Em 1913 também ocorreu o segundo congresso operário brasileiro. Em julho de 1917, quando Júlio Prestes exercia um de seus mandatos como deputado estadual, uma greve de enormes proporções, envolvendo cerca de mais de 50.000 trabalhadores, homens, mulheres e crianças, paralisou São Paulo e, com a violência policial e o agravamento contínuo da situação dos operários, transformou a cidade no palco de uma verdadeira revolta urbana, a ação mais espetacular do movimento operário brasileiro até então (Biondi, 2011, Lopreato, 2000).

As reivindicações dos trabalhadores levadas pelo Comitê de Defesa Proletária eram: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e no custo dos bens de consumo básicos, o respeito ao direito de sindicalização, a libertação dos trabalhadores presos durante as greves e a recontração de todos os grevistas demitidos (Toledo, 2007). Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores, e nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre da cidade naquele período. Em maio de 1919, outra grande greve, trazia também reivindicações em relação à alta do custo de vida e a exigência de um salário mínimo. O período é marcado por uma ausência quase completa de políticas sociais e legislação garantindo direitos aos trabalhadores, embora já houvesse debates sobre o tema e algumas leis, mas pouco aplicadas na prática.

Alguns anos após o sucesso da revolução na Rússia, os comunistas se apresentaram também no Brasil num cenário marcado já pela presença de anarquistas, socialistas e sindicalistas, revolucionários ou não. Todos eles foram elementos importantes no processo de autoorganização da classe trabalhadora. Os valores e comportamentos veiculados por esses movimentos foram capazes de questionar e desconstruir, em parte, hierarquias sociais consolidadas e uma mentalidade tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política.

No contexto do Brasil da Primeira República, as reivindicações operárias, influenciadas, em parte, pelo anarquismo, foram também um esforço de democratização da sociedade, porque, muitas vezes, as lutas não visavam somente melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições de democracia e de civilidade onde o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade (Toledo, 2004). Por isso podemos dizer que a período da Primeira República foi muito importante para a construção dos trabalhadores como sujeitos políticos e, portanto, na história da cidadania no Brasil (GOMES, 2002). É a dura e longa luta dos trabalhadores na Primeira República que explica a incorporação de algumas das suas pautas na plataforma da Aliança Liberal na campanha à presidência e o reconhecimento de alguns direitos no pós-30.

Há outros dois aspectos importantes a se considerar para entender o período: dois fenômenos que ocorrem também no resto do mundo e que tem também sua versão brasileira: o avanço do nacionalismo, que teve seu auge justamente no período entre as duas guerras e que é um elemento que une grupos diversos que promoveram o movimento de 30, e a maior presença do Estado e a mudança na percepção desse Estado: os trabalhadores deixam de vê-lo somente como fonte de opressão e passam a vê-lo como elemento importante na consolidação das conquistas que obtinham.

A estrutura criada ao longo da década que se seguiu à proclamação da República em 1889 ruiu, como vimos, pelas divergências internas, pelas pressões externas e também pela pressão da crise econômica. A própria ideia de república implicava numa mudança na relação entre governantes e governados e na ideia de democracia, e a Primeira República tinha frustrado todas as expectativas dos trabalhadores, muitos dos quais tinham colocado suas esperanças na nova forma de governo.

Com o esgotamento da política na qual ele cresceu e ajudou a construir no PRP, acabou também a participação de Júlio Prestes na grande política. Depois disso, ainda participou da fundação da União Democrática Nacional, a UDN, que congregava grande parte das forças antiVargas, um ano antes de morrer. Morreu em 1946, pouco antes de completar 64 anos e sem ver, portanto, a UDN se transformar na principal força de direita do chamado período democrático.

Referências

- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação. Trabalhadores e socialistas italianos e socialistas italianos em São Paulo*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaio de História da República. *Cadernos Cebrap*, no. 10, 1972.
- História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo in Paula PORTA (org.) *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 121-151.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1986.
- LANNA JR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v.1).
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LOPREATO, Christina R. *O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MAYER, Jorge Miguel. Júlio Prestes. Dicionário Biográfico da Primeira República. CPDOC <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRESTES,%20J%C3%BAlio.pdf>
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias - Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. v. 1. 416 p.
- A trajetória do anarquismo na Primeira República. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). *A formação das tradições (1890-1945)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 53-87
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura, 1988.

Intérpretes do Acervo

Apresentação

A Seção Intérpretes do Acervo foi desenhada para divulgar as pesquisas e o conhecimento produzidos com base no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nossa proposta é estreitar a relação com os pesquisadores que realizam suas investigações na instituição. Afinal, quem são esses pesquisadores? Qual o perfil das suas pesquisas? Quais as dificuldades encontradas? E, mais do que isso, quais documentos eles buscam, e sob quais perspectivas analisam esses documentos? Sabemos que são inúmeras as abordagens possíveis.

A nossa entrevistada e intérprete nesta edição é a linguista e filóloga Verena Kewitz, pesquisadora de longa data no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Verena exerce cargo de docente na Universidade de São Paulo e participou como palestrante no seminário de abertura da exposição do Fundo Júlio Prestes em 2016.

Verena compõe equipe de pesquisa do Projeto História do Português Paulista (PHPP). Para saber mais sobre esse projeto, acesse o link: <http://phpp.fflch.usp.br/corpus>

Recomendamos também a reportagem da Revista Pesquisa FAPESP, que poderá ser acessada pelos links a seguir:

- 1) Reportagem de capa: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/04/08/ora-fois-uma-linguabem-brasileira/>
- 2) Vídeo: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/04/29/as-marcas-do-portugues-brasileiro/>



Verena Kewitz – (Entrevistada em 20/12/2016)- Professora da área de Filologia e Língua Portuguesa na FFLCH-USP e pesquisadora do Projeto Temático História do Português Paulista, com apoio da FAPESP, nas linhas de pesquisa de formação de corpora e mudança linguística.

O FILÓLOGO NOS ARQUIVOS: EM BUSCA DE PISTAS SOBRE FORMAS DE LINGUAGEM

Conversa com Verena Kewitz

Foto: FMPortella



Verena Kewitz em pesquisa no APESP

Revista do Arquivo: Verena, você frequenta este Arquivo há muito tempo, não é?

Verena: Desde quando eu estava na iniciação científica, sob a orientação do professor Ataliba Castilho. Naquela altura, ele incentivou a gente a procurar documentação em arquivos, então visitamos o Arquivo Municipal, quando ainda era na “Casa número 1”, o Museu Paulista e também o Arquivo do Estado quando ainda era na rua Dona Antônia de Queirós, naquele prédio que já foi demolido. Éramos alguns alunos e fizemos o curso de paleografia no IEB, com a professora Yêdda Dias Lima, especialmente para aquele grupo de estudantes. Foi quando tudo começou, porque desde então nunca deixei de trabalhar com documentação, sobretudo manuscrita.

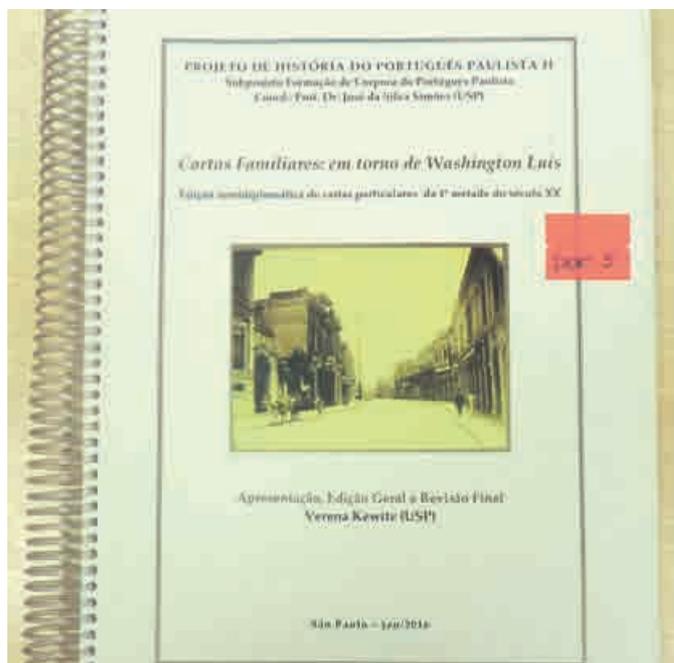


Carta da tia (Maria Luiza) à sobrinha – sogra de W.Luís – D. Mariquinha (2ª Baronesa de Piracicaba), datada de 1903

Revista do Arquivo: O que seu olhar de filóloga busca nos arquivos?

Verena: O que procuramos é linguagem, de alguma maneira a história da linguagem. Nesse caso, a história da língua local de São Paulo registrada nessa documentação que permaneceu. É com isso que a gente tem que lidar, já que não existia gravador antes do século XX, não é? Então, temos que buscar aquilo que a gente provavelmente encontraria na oralidade de hoje em documentos escritos. Mas não é isso, de fato, o que a gente encontra na documentação. Encontramos em alguns textos pistas dessa oralidade, dessa linguagem mais cotidiana, mais relaxada, porque para fazer a história de uma língua, precisamos buscar o cotidiano desse falar, e o que se registrou nessa documentação toda nem sempre é reflexo desse falar cotidiano.

Foto/APESP-CDAP



Capa de dossiê de pesquisa editado, referente ao Projeto de História do Português Paulista

Revista do Arquivo: Em geral, os arquivos são instituições estranhas até para pesquisadores. Como tem sido sua experiência? Como você iniciou a busca? Pelo período? Por um conjunto documental específico? Como foi?

Verena: A gente vai logicamente por período e o que existe desse período em determinado acervo, que tipo de documentação tem daquele período. Por exemplo: se queremos buscar documentos dos séculos XVI e XVII aqui no Arquivo do Estado, provavelmente não são cartas que encontramos, infelizmente, mas temos que buscar o que existe e fazer um bom uso dessa documentação que permaneceu desse período. Como diz o linguista americano William Labov:

“fazer um bom uso dos maus dados”. Maus dados porque temos de lidar com a documentação que sobreviveu e que nem sempre é representativa da linguagem da época. Com o tempo a documentação vai se ampliando e a tipologia ficando mais variada, o que facilita muito a busca por gênero ou tipo textual. Nem sempre em acervos públicos encontramos documentação privada. O Arquivo do Estado é um privilégio, pois tem muita documentação privada e muito preciosa.

De “Lafayette” a documentos com “oralidade pura”

Revista do Arquivo: Como foi o seu primeiro contato com este Arquivo?

Verena: Isso me faz lembrar quando eu estava no mestrado buscando documentação privada, justamente cartas pessoais, e imaginei que aqui teria alguma coisa. Cheguei sem saber nada, não tinha internet à época e falei: “eu preciso estudar cartas”. Foi quando um estagiário ou funcionário disse: “Olha tem aqui o acervo do Washington Luís, por exemplo”, mas o meu interesse era por documentos do século XIX. Aí ele me deu aquele catálogo grande e eu fui olhando por repetidas vezes ali: Lafayette, Lafayette, Lafayette. Quem era Lafayette? Aí ele falou: “eu acho que era o irmão do Washington Luís”. Aí

eu falei: “é isso o que quero”. Comecei assim, lá por 1997, 1998, mais ou menos. Aí comecei a pesquisar essas cartas, sem saber que o Washington Luís não era paulista. Porque a ideia era buscar linguagem de São Paulo, então, tínhamos de buscar a documentação de pessoas nascidas no Estado de São Paulo. Mas à medida que o tempo foi passando e fui pesquisando as coisas, fui verificando que o Washington Luís casou com uma mulher de família tradicional paulista, os Paes de Barros. Então, comecei a pesquisar essa documentação, e aos poucos você vai descobrindo quem é quem, e hoje, com o uso da internet, podemos realizar pesquisa minuciosa sobre quem eram essas pessoas que escreviam cartas. É uma documentação riquíssima que contém cartas pessoais. Recentemente encontrei uma carta da tia da sogra de Washington Luís, no meio da documentação dele que ele conservou, e que é uma carta preciosíssima que traz a oralidade pura. E isto não foi pelo catálogo, foi “garimpando” a documentação. Pegando outras cartas que eu já tinha selecionado achei essa. Depois de anos buscando e editando as cartas dessa família, decidi inseri-la não só por ser de uma pessoa relacionada, mas sobretudo pelo registro de linguagem ali presente. E aqui cabe um parêntese: como o catálogo do acervo do Washington Luís não está digitalizado nem online, toda vez que eu vinha fotografar cartas de algum desses remetentes descobria novas cartas de outros da família. Com isso, decidi fotografar todo o catálogo para verificar quantos documentos havia de cada um dos remetentes e poder fotografá-los. Essa decisão se baseou no fato de constituir um círculo de pessoas com assuntos em comum. Assim, pude elaborar uma apresentação detalhada à edição dessas cartas, com dados da família, do local em que foram escritas as cartas e o entorno sócio-histórico dessas personagens.

No limiar entre o público e o privado

Revista do Arquivo: Ao buscar os arquivos pessoais você escolhe alguns tipos específicos de documentos?

Verena: Paralelamente a este trabalho de cartas pessoais, buscamos outros tipos de cartas, outros tipos de documentos. Pesquisamos desde documentos mais flexíveis, mais relaxados até documentos mais formulaicos, formais, com alto grau de elaboração. É o caso das cartas de administração privada, bastante frequente no acervo Washington Luís. Ali achei cartas de Júlio Prestes e de Fernando Prestes.

Revista do Arquivo: O que você chama de cartas de administração privada, são diferentes das cartas particulares?

Verena: Temos alguns critérios para identificar certas nuances das cartas, das pessoas e do entorno de quem escreveu essas cartas. Por exemplo: o grau de familiaridade entre as pessoas, grau de intimidade, de quem escreve e de quem recebe, a relação, se era comercial ou política, de amizade ou familiar. No caso são praticamente todas familiares, com alguma coisa administrativa da fazenda da sogra do Washington Luís. No caso das cartas do Júlio Prestes para o Washington Luís trata-se basicamente de assuntos políticos da época, do cotidiano de São Paulo e depois de Washington Luís durante a presidência, dessas relações políticas e depois o exílio. Também tem cartas de amizade, porque nessa época havia muita mistura entre família, amizade e política. Então a gente vê isso nessas cartas, quando a gente fala em administração privada é quando ela não é tão pública, não tem um caráter nitidamente público como, por exemplo, uma carta para um rei, ou uma carta mais oficial, que a gente colocaria no outro extremo. A carta de administração privada é mais ou menos no meio do caminho entre aquilo que é mais privado e o que é mais público.

Revista do Arquivo: Em uma conversa entre dois políticos aparece muita informação do âmbito pessoal, íntimo...

Verena: É, um pouco mais reservado, um grau de publicidade médio, não tão aberto, embora a gente saiba que nessa época já existia secretário ou digitador, redator de cartas. Ou até quem recebia ou fazia a seleção da documentação recebida para ver o que era importante e o que não era. Em algumas dessas cartas a gente encontra uma caligrafia na redação da carta e a assinatura diferente. Aí temos essa prova de que existiu essa função. E nesses acervos, nesses conjuntos de cartas a gente às vezes encontra alguns rascunhos também, que são igualmente relevantes para a pesquisa linguística.

Revista do Arquivo: Nessa época, as práticas administrativas eram mais permeadas pela confusão entre o público e o privado. Suas pesquisas confirmam isto?

Verena: No caso das cartas do Júlio Prestes para o Washington Luís a gente vê bastante essa mistura entre o pessoal e o político administrativo. Sempre tem algum relato de alguma coisa que aconteceu ou o com quem encontrou, um pedido etc. E sempre tem alguma menção à família. Então acho que o fato de conhecerem as respectivas famílias e se ajudarem muito, ou demonstrarem que existe essa preocupação, acho que tem um pouco mais de privado, não é uma coisa apenas formal. Vemos marcas dessa intimidade quando ele usa o primeiro nome, ou algum apelido das crianças. Temos algumas marcas ali, não necessariamente de alto grau de intimidade, mas de uma relação um pouco mais próxima ou além do administrativo. Eu diria que, no caso das cartas do Júlio Prestes ao Washington Luís e vice-versa, são cartas bem híbridas nesse sentido, principalmente durante o exílio: vê-se alto grau de emoção envolvida ali, de preocupação com o outro, de tensão e um oferecendo ajuda ao outro. Essa característica é propícia ao relaxamento da escrita. Em outras palavras, a emoção tende a deixar o escritor/falante menos preocupado com a forma e mais atento ao conteúdo.

Conteúdo, forma e contexto

Revista do Arquivo: O seu foco é a língua, mais precisamente, a forma da escrita, mas, que aspectos de contexto do documento lhe interessam?

Verena: A primeira preocupação, na verdade, é a gente conseguir identificar todas as letras, palavras, sentenças, o texto como um todo, para não deixar lacunas de nenhuma forma, inclusive. Como geralmente aparecem muitos nomes de pessoas de quem nunca ouvimos falar fazemos aquela pesquisa básica para tentar identificá-las. Geralmente vem nomes abreviados também. Seria alguém importante, ou não? E o porque daquilo estar ali? Temos essa preocupação de entender o contexto como um todo, o endereçamento, a data, a assinatura e a continuidade dessa troca, pois é muito interessante quando conseguimos as correspondências dos interlocutores e, logicamente, identificar fenômenos linguísticos que sejam característicos daquele período e daquele grupo de pessoas. Sempre com o cuidado de ver com o que estamos lidando. Essas pessoas eram letradas? Formadas em quê? Que influência elas tinham? Se escreviam, se eram jornalistas e assim por diante. Um exemplo: tem cartas ali do Fernando Prestes para o Washington Luís que são bem formais. A gente percebe um alto grau de elaboração, um cuidado com a linguagem ao se dirigir ao Washington Luís, que já era importante antes mesmo de ser presidente da República. E tem as cartas do Fernando Prestes para o filho e para os netos. Aí vemos um relaxamento na linguagem, até por conta da emoção de escrever para a família. O alto grau de intimidade entre eles permite que essa linguagem cotidiana transpareça, ou apareça. Como disse há pouco, pelo fato de ser no exílio, tem um fator a mais, a emoção, que dá espaço para o uso de uma linguagem mais cotidiana, que é o que mais interessa ao linguista.

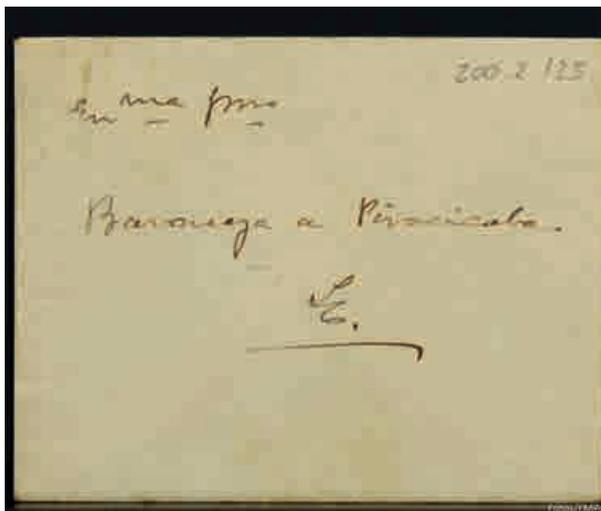
Revista do Arquivo: E você fica atenta a todas as marcas do documento. O documento para você é muito mais do que o texto, o que você procura?

Verena: A gente procura desde a pontuação, as marcas mínimas do som, como se grafavam as palavras, ou possivelmente o que determinadas letras representariam em termos de som da língua da época e o texto como um todo, até a possibilidade de continuidade do assunto, fazendo remissão a documentos anteriores, ou a outras pessoas, identificando assim o diálogo por meio da escrita. Um pesquisador da língua trabalha em diversos níveis, desde a forma menor até a forma maior que é o texto, ou vários textos. A localização de uma vírgula é importante até para a gente entrever possíveis normas da época, porque a norma de hoje não é a mesma norma de 1920, do século XIX e assim por diante. Nem sabemos direito como é que eram essas normas antes, se a gente compara com o que se aprendeu dos anos 50, 60 pra cá.

Revista do Arquivo: A forma como a carta é dobrada, como ela é conservada... tudo isso interessa?

Verena: Tudo interessa, porque, como costumamos dizer, às vezes a gente encontra umas cartas chamadas de “mãos inábeis”, ou “semi-hábeis”, de alguém que tinha alguma possibilidade de pegar um papel, uma tinta e escrever alguma coisa, transmitindo sua mensagem, ainda que de forma torta, digamos assim. Porque conseguia colocar por exemplo, local e data, o endereçamento a uma pessoa superior, já que você vai pedir um favor, por exemplo. Isso aparece muito nas cartas do século XVIII, naqueles conjuntos de Atibaia, São Sebastião¹, tem várias cartas em que o escriba pedia ajuda a um superior.

Foto/FMPortella



Carta da tia (Maria Luiza) à sobrinha – sogra de W.Luís – D. Mariquinha (2ª Baronesa de Piracicaba), datada de 1903

¹ Algumas dessas cartas estão editadas na tese de doutorado (2007) de José da Silva Simões, Docente da Universidade de São Paulo e pesquisador do Projeto Caipira (FAPESP Processo Nº 11/51787-5). A tese está disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-140928/ptbr.php>.

Revista do Arquivo: Numa sociedade de não- letrados, por exemplo, como você percebe se aquilo corresponde à linguagem falada?

Verena: Por aproximação, não dá para se desprender tanto do olhar de hoje, quase como se a gente estivesse ouvindo alguém na rua falando qualquer coisa. É por aproximação. Até porque, em geral, a gente não sabe quem é aquela pessoa... Se é uma pessoa com apenas as “primeiras letras”, aprendidas em casa, pois não havia colégio etc. No século XVIII, claro, não havia as mesmas facilidades que temos hoje, como livros, manuais e base para copiar, digamos assim, o modelo pronto. De alguma maneira, ou alguém ajudava, ou a pessoa pelo menos sabia escrever o endereçamento para alguém e fechar a carta. Mas, é no miolo que a gente percebe mesmo esse chamado “falar cotidiano” da época, por aproximação, ora por conta da pontuação, ora por conta do próprio cuidado com a letra, ou falta de cuidado, falta de habilidade com a escrita, o uso ou não de abreviaturas...

Revista do Arquivo: Me lembro que na sua apresentação no seminário você destacou uma carta que, digamos assim, expressava uma forma de falar...

Verena: Isso é raro, e nesse acervo particular encontrei algumas cartas de um comerciante do Vale do Ribeira, com marcas típicas do falar “caipira”, como “combustíver”, “o quar”, “litorar”, “reservido” etc. Várias marcas possíveis que a gente encontra ainda hoje estão nessas cartas, ainda que ele colocasse o endereçamento adequado para uma carta comercial, ou um fechamento como “sou de vossa senhoria”. O formato de carta, as fórmulas estão lá, mas o miolo e essas marcas deixam pistas para a gente da linguagem do local e da época.

Revista do Arquivo: Como vocês filólogos capturam os momentos de mudanças na linguagem, visando uma periodização, uma coisa assim. Como fazer isso? Você teria que dispor de muita documentação...

Verena: Quando pesquisamos a linguagem nem sempre é possível verificar mudança de geração para geração a não ser em algumas palavras, gírias e coisas assim. Mudanças em todos os níveis da língua você consegue observar através de séculos, diferente do historiador que vai trabalhar com períodos menores para poder dar conta de tudo daquele período. Por exemplo, se eu quiser analisar um fenômeno sintático, vou ter que pegar vários séculos, e com todo o cuidado de identificar quem escreveu, pra quem escreveu, qual a motivação, que tipo de texto é aquele etc.

Revista do Arquivo: Tem que ver também o lugar social da pessoa...

Verena: Também, em nenhum momento desconsideramos esse entorno social.

Mais que os próprios portugueses?...

Revista do Arquivo: Distinguir linguagem culta e vulgar...

Verena: Estamos chegando lá. Nosso objetivo é tentar desvendar justamente quando e como começa esse chamado português brasileiro, que vai se distanciando do português europeu e este também vai se distanciando do português que chegou pelas caravelas. Tem esse detalhe também, não foi só a gente que mudou, os portugueses também mudaram, isso já é até datado, mais ou menos século XVII e XVIII, por isso que eles

têm o sotaque que têm hoje, não era assim, então, talvez a gente tenha conservado muito mais aspectos do português dos séculos XV e XVI do que os próprios portugueses.

Revista do Arquivo: Os portugueses transitavam o mundo, eram cosmopolitas, eram globais.

Verena: Exatamente, eles tiveram contato com várias outras línguas, africanas, indígenas, mas até hoje não se provou realmente em que medida essas línguas influenciaram o português brasileiro, em termos de estrutura mesmo, não só de som, mas de tudo. Isso ainda estamos buscando, e vários pesquisadores buscam isso em todo o Brasil, na verdade, não se chegou ainda a uma conclusão sobre isso. É possível que tenha havido uma influência dessas línguas, mas não se detectou onde, em que aspecto, a não ser, por exemplo, no vocabulário de plantas, animais, topônimos etc.; algumas palavras africanas que a gente usa cotidianamente, como “caçula”, por exemplo. Em outros aspectos da linguagem, na estrutura da frase, não se provou ainda que o português brasileiro é como é por conta desses contatos. E a gente continua com esse trabalho de formiguinha, procurando cada detalhe, em cada documento que a gente encontra por aí, para construir ou reconstruir essa história. Por enquanto, sempre por aproximação, já que a gente trabalha com documentação escrita, que é um lado da moeda, não representa tudo de possibilidade que já existiu. Isso também se dá porque há a tendência a se neutralizarem na escrita as marcas da oralidade. Se a gente considerar o período colonial, não só poucas pessoas escreviam e liam, mas também não se sabe se elas eram realmente nascidas aqui, para poder dizer se é realmente português brasileiro, português no Brasil, ou português do Brasil.

Marcas aparentes na linguagem das mulheres

Revista do Arquivo: É possível já fazer algumas demarcações em relação ao século XX, em termos linguísticos?

Verena: Em alguns aspectos sim, principalmente em documentação escrita por mulher. A gente vê mais flexibilidade, mais espaço pra essa linguagem cotidiana mais flexível em documentação escrita por mulheres. Até porque eram poucas que escreviam. Até pelo menos o começo do século XX, ainda são poucas que têm realmente essa habilidade, pois estavam restritas ao lar... e era ali que elas aprendiam, de alguma maneira, a ler e escrever. Isso depois logicamente vai mudar. Até certo período a documentação é geralmente escrita por homens que vão seguir um determinado modelo, de forma integral ou parcial. Quando encontramos documentação escrita por mulher, principalmente se for carta pessoal, é melhor ainda. Existe uma hipótese entre os linguistas que diz que as mulheres mudam mais rápido a língua do que os homens; é uma hipótese ainda. Se essa documentação comprovar, quem sabe a gente não tenha mais uma coisa interessante aí. Temos que pensar também que geralmente as mulheres estão mais em contato com a criança, que vai adquirir a língua. Se elas mudam mais rápido, a criança vai adquirir a língua principalmente através da fala da mãe. Nos tempos atuais obviamente vemos uma mudança em relação a essa prática...

Revista do Arquivo: E os criados domésticos...

Verena: Exatamente, não se pode desconsiderar isso, que também entra em jogo.

Revista do Arquivo: E essa relação com os arquivos, como vocês mapeiam esses arquivos que têm potencial, digamos assim.

Verena: Eu trabalho com o coordenador do subprojeto de formação de corpus do português paulista, José Simões, e o nosso critério é geralmente o tipo de texto e o século. Temos uma página na internet em que vamos disponibilizando as edições filológicas, justamente para estas pesquisas linguísticas. São vários tipos de textos que se dividem em três grandes conjuntos: manuscritos, impressos e o que a gente chama de diferencial, que são textos orais, documentos exclusivos de São Paulo, como memórias históricas e diários de viagem, alguns deles depositados aqui no APESP, por exemplo. Então, claro que vai depender da extensão do documento, vai dar maior ou menor margem ao aparecimento de coisas interessantes, outros são mais formulaicos, como os inventários e testamento, outros menos, mas basicamente o que a gente encontra de documentação são cartas, desde oficiais até as pessoais. Mais recentemente venho me dedicando às cartas pessoais.

Foto/Alessandra C. da Costa



Prof. José Simões e Verena no antigo prédio em junho de 2005 pesquisando documentos dos séculos XVIII e XIX

Revista do Arquivo: Mas, de documentos mais formais vocês conseguem extrair informações interessantes...

Verena: Exatamente. Quer dizer, a gente também procura textos mais formulaicos, mas precisamos entrever alguma coisa interessante de linguagem, nem que seja formal, que se repete. Por exemplo, documentos da esfera jurídica são os que mais conservam fórmulas fixas, pelo menos desde o português medieval. Começa-se um inventário, um testamento, com expressões como “em nome de Jesus Cristo”, “aos tantos dias do mês tal” etc. Essas fórmulas se repetem. Então, quando a gente vai fazer uma análise linguística, essas fórmulas geralmente não entram no cômputo, porque é uma repetição de fórmulas, um formulário padrão da época, que faz aquele texto ser aquilo. Para que ele seja um testamento, tem que ter aquilo, da mesma forma uma ata de câmara e tudo mais. As cartas tendem a ser mais flexíveis. Quando há essa repetição de fórmulas, como o lugar, a data, o endereçamento do tipo “meu querido tal” ou “prezado tal”, logicamente que vai depender de como é que essa relação é estabelecida. Ou então aquele fechamento que era típico até mais ou menos o começo do século XIX, “Deus o guarde a vossa senhoria, vossa mercê, vossa excelência por muitos anos”. Depois caiu, ninguém usa mais. Depois entraram outras fórmulas mais simples, mas cartas em geral, sejam as mais oficiais ou as mais privadas tendem a mudar mais rapidamente do que outros documentos, principalmente os da esfera jurídica, até porque eles são documentos mais públicos, dependem do tabelião e muito mais.

Experiências nos arquivos

Revista do Arquivo: Você visitou outros arquivos? Como é que você vê essa realidade dos arquivos? Você até flagrou um pouco essa mudança até aqui mesmo. Fale um pouquinho dessa experiência sobre alguns tipos de arquivos que você visitou.

Foto/APESP-CDAP



Verena e Marcelo Chaves durante a entrevista para a Revista do Arquivo

Verena: Não sei lhe precisar quantos. O que eu mais visitei foi este, de longe é o que mais visitei. Quase tudo o que conseguimos nos nossos estudos foi encontrado nos documentos daqui do APESP. Eu acho que o Arquivo do Estado, diante de tudo que eu já vi, é primeiro mundo, apesar de todas as dificuldades e os problemas, é primeiro mundo. Primeiro, porque nunca falaram “não, você não pode ver este documento”; “não pode fotografar”, nunca tive esse tipo de problema. Acesso eu sempre tive, qualquer informação de funcionários, de especialistas aqui dentro sempre obtive, sem problemas. Existem arquivos públicos que se apropriam dos documentos como se fossem seus, não sei se a pessoa se sente a dona do lugar, ou dona do documento. Isso dificulta muito a pesquisa de qualquer um. E, no caso de documentos microfilmados ou digitalizados, muitos não entendem por que às vezes a gente precisa acessar o original.

Revista do Arquivo: O documento digitalizado facilita o acesso. Mas, para o filólogo, o original faz diferença, não?

Verena: A digitalização com câmeras modernas facilita muito a leitura do documento fora do arquivo. Claro que depende do seu objetivo. Os filólogos, em geral, vão precisar acessar o original, porque eles vão fazer toda uma análise do material, do suporte, pois tem a parte de codicologia². Em termos de paleografia, dá pra resolver quase tudo com o digitalizado. Já o microfilme, por conta da tecnologia da época, dificulta mui-

² **Codicologia** é o estudo dos documentos manuscritos ou impressos, tanto em pergaminho como em papel, encadernados em formato de livro (códice). A Codicologia tem como objeto de estudo o códice ou codex e trabalha com a sua descrição técnica e análise.

to, porque é tudo numa cor só. Aquela bolinha ali você não sabe se é um pingão no i ou se é um defeito do microfilme. Se é “i” ou se é “e” para o filólogo faz muita diferença. Por exemplo, citando um processo-crime de Campinas que está guardado aqui, aparece o termo “pirito” no processo todo, não é “perito”, eles colocavam sempre com “i”. Com o microfilme, não dava pra perceber direito isso, porque ora tinha ali e ora não tinha o pingão do “i”, por conta da qualidade dessa tecnologia. Aí a gente teve acesso ao original, pra poder digitalizar, porque não estava digitalizado de uma forma mais moderna, e deu pra editar tranquilamente. São pequenos detalhes, mas que revelam muita coisa do próprio português brasileiro.

Revista do Arquivo: Tem esta questão das restrições de acesso, as dificuldades de acesso, mas também da organização dos arquivos...

Verena: Os instrumentos que dão acesso aos documentos são importantíssimos. Como é que eu sei o que existe? Como que eu chego nisso que eu sei que existe? Aqui é muito mais fácil, é rápido, a gente consegue achar, mesmo que a nomenclatura seja diferente daquilo que a gente busca. Se a gente busca por período, por exemplo, nem tudo está organizado só por período ou século. Tem vários critérios e que são diferentes dos critérios que os linguistas precisam às vezes. Por exemplo, os microfilmes dos processos-crimes não estão identificados quanto ao escrivão, não aparece lá qual é o escrivão, ou qual é o delegado, ou qual o juiz. Isso seria, pra gente, primordial. Uma aluna minha de mestrado acabou de defender sua dissertação baseada num desses processos-crimes. E veio a ideia de buscar processos do mesmo escrivão para ver em que medida ele repete as mesmas fórmulas, ou em que medida é variável em função do crime. A partir da edição do manuscrito, a gente traz mais novas perguntas. Então seria interessante e facilitaria nossa pesquisa se a gente soubesse outros processos desse mesmo escrivão. Mas, enfim, é um detalhe em que não dá pra todo arquivo pensar sempre. Não é possível atender a todas as necessidades de todos os pesquisadores, afinal, são muitas possibilidades. Em outros lugares, ou a infraestrutura não é boa ou o estado de conservação dos documentos é precário, ou a digitalização é de baixa qualidade. Uma vez a gente foi no arquivo de Jundiaí, que tem documentação do século XVII riquíssima, não tinha onde fotografar direito, tivemos que fotografar no chão. Foi um choque, meu marido ficou com dor nas costas de ficar com um tripé fotografando o manuscrito ali no chão. Era uma casa, com uma documentação riquíssima do século XVII, que é rara.

Revista do Arquivo: Como é que vocês chegaram ali?

Verena: Outra aluna do mestrado, que é de Jundiaí, queria trabalhar com documentação dessa cidade. Ela foi em todos os órgãos públicos possíveis, procurando o que existia, de que época e tal, até chegar no Centro de Memória de Jundiaí, que vive mudando de lugar. E lá ela conseguiu saber que tinha o primeiro livro de atas da Câmara de Jundiaí de 1663 a 1669. É raro encontrar documentação que sobreviveu desse período em São Paulo. Ela foi atrás, fotografou, já editou, agora está trabalhando com outra documentação de Jundiaí, desse mesmo período, que são as cartas de datas³, documentação também raríssima referente à distribuição das terras entre os habitantes do início da vila de Jundiaí e que faziam parte da Câmara Municipal. Esse é outro critério também. Quando a documentação é rara e difícil de encontrar, vamos atrás.

Revista do Arquivo: E de particulares, vocês costumam ir em busca de arquivos particulares de famílias?

Verena: Sim, por meio do boca-a-boca, ou às vezes surge um assunto no meio de alguma conversa: “Ah você tem cartas, então você pode ceder para a pesquisa”? Às vezes a pessoa fica um tanto resabiada, porque é meio pessoal. Aí dizemos “Não, pode ficar tranquila, a gente vai fazer a edição protegendo os nomes”.

³ “As Cartas de Datas de Terra são documentos fundamentais para o estudo da história da estrutura fundiária da cidade de São Paulo. Herança do período colonial persistente durante quase todo o século XIX, trata-se do meio de solicitação à Câmara de um lote de terreno no rossió – patrimônio municipal.” Conforme SILVA, Elisângela Maria da. Práticas de apropriação e produção do espaço em São Paulo: a concessão de terras municipais através das Cartas de Datas (1850-1890). São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e urbanismo – FAU/USP.

Mas é raro também, a maioria joga fora, queima, não guarda, acha que é papel velho e junta traças. E não sabe a importância da linguagem registrada ali.

Revista do Arquivo: Então você pesquisa no Arquivo do Estado há quantos anos mais ou menos?

Verena: Neste quarteirão aqui desde 1997. Cheguei a ir uma ou duas vezes no Arquivo quando ele se situava na rua Dona Antônia de Queirós, foi quando me deram o livro da Flexor de abreviaturas.⁴ Então é muito bom saber que eu vou chegar e conseguir fazer o que eu preciso fazer no arquivo. Fazer pesquisa não pode ser com estresse.

Revista do Arquivo: Pra quem queira se iniciar nesse mundo da pesquisa, dessa sua convivência, dessa sua relação aqui com o Arquivo do Estado, o que você poderia dizer pra quem pensa em iniciar um trabalho dessa grandeza, porque é muito rico isso...

Verena: Em todos os cursos que ministro na faculdade sempre falo do Arquivo do Estado. Sempre mostro os manuscritos, chamo a atenção para determinada palavra, um elemento, algum coisa. Embora a gente possa digitalizar, eu sempre falo que é um arquivo público, que todos têm acesso e direito de ver a documentação. Sempre tem alguém que se interessa em fazer pesquisa. Todos os anos realizamos oficina de paleografia com os nossos alunos, para facilitar ou viabilizar a leitura dessa documentação dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, para continuar a produção das edições; a importância desse tipo de edição que a gente faz para os estudos linguísticos, as diferenças na linguagem também, ou seja, observar a linguagem analisando o manuscrito. E quando eles estão fazendo alguma iniciação científica, eu sempre faço questão de trazer pra cá pra ver os manuscritos. Os alunos que vêm ficam encantados. Numa dessas oportunidades, eles se revezavam e ficavam meia hora pra abrir a caixa, de encanto, de ver que realmente aquilo existe, que é real, entendeu? Tem que ter todo aquele cuidado, porque o papel é fininho etc. Essa experiência é tão importante quanto a capacidade de editar o documento a partir da cópia digitalizada.

⁴ Trata-se da publicação "Abreviaturas – manuscritos", de Maria Helena Ochi Flexor.

Foto/FMPortella



Ex orientandos de Iniciação Científica de Verena, Rafael R. Ferreira e Cássio de Albuquerque, em pesquisa no APESP

Revista do Arquivo: Sabemos que vocês incentivam bastante essa relação com os arquivos, mas essa relação de professores da USP com arquivos, desse programa, particularmente, oscila bastante, não é? Em geral há um flagrante afastamento das Universidades com os arquivos.

Verena: Sim oscila, porque depende do tipo de pesquisa. Às vezes o próprio pesquisador não sabe o que poderia procurar. Às vezes, nem se sabe que existe o Arquivo do Estado.

Da área de letras, que eu saiba, são poucos que pesquisam em arquivos, de uma maneira geral. Alguns vão pesquisar no IEB, porque tem toda uma documentação de literatura. Não sei em que medida eles vão a outros arquivos. Depende muito do projeto. Como a gente está atrás de história da língua, qualquer acervo serviria, seriam interessantes os pessoais, das famílias, e os públicos também. Mas nem todo mundo tem acesso ou está apto a ler documento manuscrito, tem isso também. Uma das nossas funções fundamentais não é só fornecer, mas editar a documentação com esse olhar para a linguagem. Se a vírgula está ali, é ali que ela vai ser editada. O “você” está sem acento, vai sem acento. Se está abreviado, enfim, tudo o que está ali naquele manuscrito é importante para o pesquisador da língua em geral. Não vou dizer que todo mundo do Projeto Caipira tem facilidade de leitura de documentos antigos, mas todos os filólogos têm. Nem todo mundo do Projeto Caipira é filólogo. São vários interesses ali.

Revista do Arquivo: De áreas diferentes?

Verena: Dentro da linguística, de áreas diferentes. Nós temos 10 subprojetos, dois de seleção e formação de corpus e edição desse corpus. Tem três, quatro ou mais de análise linguística, de sintaxe, por exemplo. Tem um de léxico, tem duas que estudam o texto em si, a configuração do texto, o gênero textual, mudanças de gênero, são vários interesses dentro da própria linguística, e nem todo mundo tem a formação para ler esses manuscritos.

Revista do Arquivo: É evidente uma mudança significativa com o uso de equipamentos para comunicação rápida com interferência na linguagem. A linguagem escrita do *whatsapp*, que vai suprimindo letras e tal. Há a questão da preservação disso tudo, não se sabe o que vai sobrar e se as Verenas do futuro vão ter essa oportunidade de um arquivo que tenha algum vestígio desse tipo de comunicação. Como você vê isso?

Verena: Já tem até alguns pesquisadores estudando a linguagem da informática, da internet, das redes sociais, desde a época que começou a internet no Brasil. Eu não estou muito por dentro disso. Uma coisa é a gente falar do suporte que dá margem ao surgimento dessa linguagem mais rápida, que é necessária, abreviada. Mas essa linguagem abreviada sempre existiu, numa época em que papel era raro, tinta era rara e poucas pessoas escreviam. Tinha que ser rápido também porque a correspondência demorava a chegar, pois circulavam a cavalo, ou de navio. Ou seja, existiam muitas abreviações. Tanto é que existem dicionários de abreviaturas mais recorrentes de determinados períodos, a exemplo do dicionário da Flexor.

“Vosmecê” ou “vossa mercê” era abreviado por “Vmc” e variações. Nessa documentação, por exemplo, do século XX, tanto do Júlio Prestes quanto do Washington Luís, eles têm um menor número de abreviaturas, mas tem lá o “você” como “v”, junto com o uso do “tu”. “Você” está abreviado, mas não era “vc”, e sim “v”. Então essa linguagem abreviada sempre existiu, e se a gente considera o espaço no computador que você tem para escrever mensagem ou um e-mail, a pressa, a rapidez com que aquilo tem que chegar, é natural que a gente abrevie. Na maioria dos casos a gente tem certeza que o outro vai entender essa linguagem, esse código.

Revista do Arquivo: O português europeu, o português brasileiro, português paulista..., mas, numa troca tão intensa com essa mundialização, ou a chamada globalização. Nesse trânsito tão intenso de pessoas, com essa circulação, é possível definir o que é paulista?

Verena: É o que a gente pretende, é difícil identificar, a não ser, por exemplo, algumas questões de sotaque que tranquilamente é o que a gente mais percebe. Ainda assim, isso também pode mudar. Se a gente considerar, por exemplo, São Paulo, algumas regiões da cidade de São Paulo até os anos 40 é uma coisa, e depois, quando vem toda a imigração? Começa a ter outra realidade, várias gerações desses imigrantes. E o que tem no século XIX, dos estrangeiros, da primeira metade do século XX, dos estrangeiros, também de alguma maneira vai moldando, lapidando esses falares. E isso vai mudando o tempo todo, não é só em São Paulo. Claro que temos uma cidade que recebe muita gente, então tem uma maior tendência a sofrer essas influências, esses contatos, do que outros lugares que ficam mais isolados, é óbvio. Mas isso vai mudando sempre. A gente vê a língua em constante mudança e não algo estático, parado no tempo e no espaço. Por isso que eu acho que a linguagem da internet pode até, em certa medida, influenciar o modo de falar, mas eu acho muito pouco provável. Porque a criança adquiriu a sua linguagem em casa, falando, na oralidade e não escrevendo, isso vem depois. E que vai poder sofrer diversas influências, no caso da escrita, seja da escola, seja do trabalho, seja das redes sociais. Mas a linguagem que ela adquiriu em casa é a falada, não dá pra ser comparada com essa linguagem gráfica.

Revista do Arquivo: Imagina perceber todos estes pontos no escrito.

Verena: Na escrita, muitas dessas marcas da oralidade se apagam, se neutralizam.

Revista do Arquivo: Já pegou algum documento de alguém comentando o modo do outro falar? Porque isso talvez seria interessante.

Verena: Tem, não claramente, como a gente está colocando aqui, mas por exemplo, em jornais do século XIX, em várias cartas de leitores por exemplo (que eram textos mais descritivos e argumentativos), a gente encontra comentários e críticas aos paulistas, primeiramente da corte, depois dos próprios paulistas falando dos caipiras, antes mesmo do Monteiro Lobato. E hoje ainda vemos essa caricatura: o paulistano em relação ao caipira, que é associado ao falante do interior. A ideia de caipira como xucro, atrasado, rude.

Revista do Arquivo: A literatura é um veículo excelente não é? Às vezes o autor tenta tipificar, digamos assim.

Verena: Logicamente que não poderíamos jamais nos basear só na literatura pra fazer história da língua. A gente não estaria fazendo história da língua e sim história da literatura, de determinado movimento ou no limite da linguagem literária. Se a gente pegar os modernistas, eles na verdade captaram aquilo que eles ouviram pra fazer um movimento diferenciado, digamos assim. O Mário de Andrade escrevia o “se” com “i”. Aliás, nas cartas do Fernando Prestes para o Júlio Prestes e netos é sempre “quasi” e “si”, com “i”. Para desvendar a história das línguas temos de buscar antes de tudo a linguagem cotidiana

Revista do Arquivo: Você já teve problemas com a questão de direitos autorais?

Verena: Essa questão relacionada aos arquivos pessoais é bem complicada. Até uma vez me perguntaram: “Mas e se algum parente do Washington Luís reclamar?”. Tem uma carta do Washington Luís que mostra que se pode publicar o que quiser de seu acervo; essa carta está no Museu Republicano de Itu. Era a certificação que eu precisava, uma espécie de salvo conduto. Essa carta dizia pro filho assim: “Daqui a 20 anos, se você não puder conservar o meu arquivo, não tiver onde guardar, queime”. Ou então: “Se você puder guardar, tudo poderá ser publicado em 20 anos”. Ele escreveu isso em 1949, em 1969 poderia qualquer um ter acesso e publicar. E foi doado ao APESP.

Revista do Arquivo: Você acha que ele tinha essa visão de produção da memória?

Verena: Tinha. Ele era historiador. Eu imagino que ele tenha influenciado várias pessoas, até o próprio Júlio Prestes deve ter guardado muita coisa também, por conta dessa amizade, ele guardava tudo, inclusive rascunhos de cartas e discursos.

Foto/APESP-CDAP



Edições e publicações relacionadas ao Projeto de História do Português Paulista

Prata da Casa**NÚCLEO DE ACERVO TEXTUAL PRIVADO: REVELANDO DESAFIOS DO TRATAMENTO TÉCNICO**

*Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras Fragmentos de cartas,
poemas Mentiras,
retratos Vestígios de estranha civilização
Trecho da música “Futuros Amantes”, de Chico Buarque*

Apresentação

Vestígios de estranha civilização. E não precisa ser de tempos tão longínquos. Refazer um tempo diferente causa, sim, estranheza, sentimento de alteridade mas também de intimidade àqueles artífices que buscam sentido nos fragmentos de cartas, poemas e retratos, a escutarem ecos de antigas palavras. Ofício de arquivista, sim, mas muito de historiador, sociólogo, antropólogo, arqueólogo, genealogista, artesão, pesquisador e algo mais. No fundo, esse artífice se sente uma espécie de *voyeur*, por que não?

Organizar arquivos privados de personalidades públicas, esse é um dos trabalhos da equipe do **Núcleo de Acervo Textual Privado** (NATPr) destacada para este **Prata da Casa**.¹

¹ Esta matéria está baseada em entrevista realizada pela equipe de editoria com Rodrigo Otávio Garcia, Sheila Aparecida Rodrigues Soares e Sérgio Sasaki, em 30 de janeiro de 2017, no APESP.

Foto/APESP-CDAP

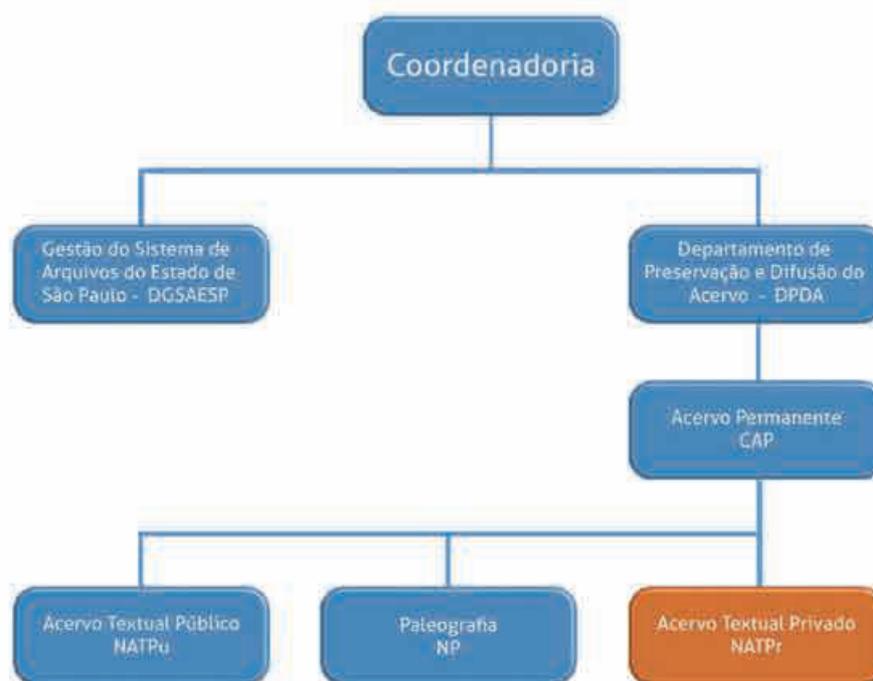


Rodrigo Garcia, Sérgio Sasaki e Sheila Soares durante entrevista para a Revista do Arquivo

O **Núcleo de Acervo Textual Privado** (NATPr) é vinculado ao Centro de Acervo Permanente (CAP), este dirigido por Marcelo Tadeu Quintanilha.

O próprio nome do núcleo revela que a equipe entrevistada é a responsável pela organização, tratamento e preservação dos arquivos privados custodiados pelo APESP que estão em suporte de papel. Ou seja, outros núcleos do arquivo também guardam e tratam de documentos de arquivos privados, mas não serão aqui destacados.²

² Referimo-nos ao Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca, o Núcleo de Acervo Iconográfico e o Núcleo de Acervo Cartográfico



O lugar do Natpr na estrutura do APESP

Rodrigo Otávio Garcia é diretor do Núcleo e substituto do diretor do CAP, responsável pelas ações da equipe que é composta por mais 3 oficiais administrativos e 5 executivos públicos. “Estão alocados no privados, mas, na verdade, nem todos trabalham exclusivamente nas atividades do núcleo, obviamente as ações são permeáveis e todos nós trabalhamos em projetos do Centro”, repara Rodrigo. O Centro de Acervo Permanente tem um trabalho colaborativo muito grande, então todo mundo já trabalhou com todas as áreas ali. Hoje o foco do CAP é produzir um novo Guia do Acervo, descrevendo todos os conjuntos documentais do acervo. Os resultados parciais, cada novo fundo descrito, pode ser conferido no Guia do Acervo online no site do APESP.

A equipe no NATPr é um tanto fluida dentro do CAP, entretanto os funcionários que se dedicam com mais permanência aos acervos privados são: Diretor Técnico I – Rodrigo Otávio Garcia; Executivos Públicos: Danielli Pereti Mariano; Marcia Beatriz Carneiro Aragão; Sheila Aparecida Rodrigues Soares; Ana Cláudia Silva Martins de Carvalho; Marcio Kina; Oficiais Administrativos: Cláudia Araújo Marcolino; Elisabete De Angeli; e Sérgio Sasaki.

Ofício e tipologias de acervos privados Os trabalhos da equipe são aqueles típicos de qualquer arquivo permanente: identificação, descrição, organização, preservação e acesso de arquivos de origem privada, sejam institucionais ou pessoais. Atividades corriqueiras, o que não quer dizer que sejam simples.

O Dicionário de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional (2005), define Arquivo Privado como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa”. Na área, costumase distinguir os arquivos privados em *pessoais e institucionais*. Nesta última categoria se inserem os arquivos empresariais e de outras entidades da chamada sociedade civil, como associações, sindicatos, fundações etc. No APESP, temos

as mais variadas tipologias de arquivos privados. O fundo do Jornal Movimento é um exemplo de arquivo privado institucional. Temos fundos pessoais de ex-governadores, como Júlio Prestes e Washington Luís que, segundo Rodrigo, “chamá-los de arquivo pessoal não dá conta do que é a totalidade de um acervo desse que é pessoal, mas contém documentos e informações de atividades administrativas públicas, que fizeram parte da trajetória desse titular do acervo. Acervos desse tipo carregam uma certa ambiguidade ou ambivalência”. Outros exemplos: o fundo da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, outro institucional, de uma organização da sociedade civil, e coleções como a da Revolução Constitucionalista de 1932.

Foto/APESP-CDAP



Elisabete De Angeli atuando em tratamento técnico dos documentos de Júlio Prestes

Herança deixa emaranhado arquivístico a ser decifrado

Organizar arquivos privados requer conhecimentos, envolve muita atividade intelectual e muita paciência para realizar atividades minuciosas e meticulosas. As dificuldades se iniciam no ato de identificação e classificação do que é um arquivo privado, afinal o APESP tem um histórico de acumulação resultante de práticas de organização muito complexas, contraditórias e distintas das normas arquivísticas hoje vigentes, conforme explicam os entrevistados:

Há uma dificuldade inicial de identificação e delimitação dos fundos e coleções privadas. No APESP há uma lista de 54 conjuntos documentais, mas não posso dizer hoje que temos 54 fundos ou 30 fundos e 20 coleções. Isso é uma lista de partida, por quê? Porque nós não sabemos quem são todos esses 54 produtores, sabemos de alguns e de outros não, ao contrário dos órgãos administrativos. No caso dos privados, não há registros na legislação, não há atribuição definida, nem sempre temos a biografia dos produtores. Então, onde está o nexo desses documentos com esse produtor se não sabemos quem é esse produtor e o que ele fez na vida? Outro problema: ele realmente é produtor deste fundo? Como esses documentos ingressaram? Constituem realmente um fundo ou coleção apenas porque nos foram doados? São realmente privados?

A equipe arrolou vários outros problemas decorrentes de experiências legadas por gerações de profissionais que nos antecederam, desde a formação do Arquivo.

Muitos problemas não foram resolvidas e foram prejudicadas por trabalhos que foram realizados aqui, umas misturas entre fundos e coleções, denominações de fundos com o nome de doadores e não de produtores/acumuladores; existem casos de documentos de origens pública municipal que historiadores e memorialistas trouxeram desde o século XIX de forma fragmentada; às vezes os documentos chegavam aqui e eram incorporados erroneamente aos fundos de secretaria de governo, por exemplo, ou eram simplesmente rotulados como documentos de uma cidade determinada, mas sem classificação e sem descrição. Outra dificuldade levantada diz respeito aos registros de ingresso dos documentos na instituição. Isso nos impõe uma herança muito difícil de ser retrabalhada. Se você não explica corretamente o conteúdo do fundo, se ele não é descrito corretamente isso poderá dificultar ou impossibilitar o acesso a ele.

Ou seja, a classificação e a descrição é feita para revelar o documento, mas se mal feita, poderá ocultá-lo.

Ainda em relação à essa herança, há que se destacar o fenômeno conhecido por dissociação documental. Muitas vezes, a prática de separar os documentos por espécie ou gênero (fotografias, mapas, documentos áudio visuais etc.) provocou a perda dos vínculos arquivísticos, do contexto de produção. Ou seja, sem o trabalho intelectual de produção de quadro de arranjo, documentos foram descaracterizados, fragmentados e guardados em diferentes setores do arquivo que antes não dialogavam.

Sobre esse aspecto, o nosso trabalho vem amadurecendo ao longo do tempo aqui dentro do Arquivo. Estamos nos esforçando para realizar um trabalho em conjunto, ou seja, a gente não pode descrever só nossa parte, temos que descrever em conjunto, envolvendo todos os setores do arquivo. O trabalho recentemente desenvolvido com o Jornal Movimento talvez seja o caso mais completo onde houve a colaboração do núcleo de acervo iconográfico e da biblioteca para descrição dessa publicação da imprensa alternativa na plataforma ICA-AtoM.

Segundo Rodrigo, “esse é um aspecto arqueológico do trabalho, que se realiza não só a partir dos documentos do fundo, mas da história dos documentos aqui dentro do arquivo público, ou seja, exige a pesquisa dentro do “arquivo do arquivo”, a leitura de relatórios antigos etc”. Conforme o diretor do Núcleo, “houve um tempo em que se começou o tratamento arquivístico e, de alguma forma, isso foi interrompido. O guia online de 2009 foi feito muito rapidamente e pretendeu dar conta de todo acervo, mas foram esquecidos todos os princípios da arquivologia e por esse motivo até hoje não funciona, por ser muito inconsistente. Fazer uma coisa consistente é demorada, e nem sempre esse demorado é assimilado”.

Arquivo público e arquivo privado

Perguntada sobre as distinções básicas em se trabalhar com arquivos públicos e privados, os entrevistados nos oferecem um longo depoimento:

Uma das especificidades dos privados diz respeito à origem. O que são doações? O que são coleções? O que são fundos propriamente ditos? Também descobrir a história custodial desses fundos e se possível a biografia ou história administrativa no caso de uma instituição e, a partir daí, preparar o terreno para o trabalho de classificação mais profundo. Os problemas de acesso também são mais complexos no caso dos fundos privados, principalmente envolvendo questões de direitos autorais e direito à privacidade.

Em um acervo público você tem a história do desenvolvimento da Secretaria do Estado, há uma legislação de regulação desses órgãos ainda que nem sempre essa regulamentação corresponda à realidade, mas expressa atribuições, funções dos órgãos. Também existe um número mais limitados de tipos documentais que se repetem nas diversas secretarias, obviamente dependendo do período que se está trabalhando. Os documentos da Colônia não são iguais aos documentos da República, mas tem mais homogeneidade. Já com os privados isso é muito mais diversificado internamente e entre os fundos.

Foto/NCom-APESP



Seminário sobre arquivos privados realizado em 05.04.2016. A partir da esquerda: Renan Castro, Edilene Toledo, Silvana Goulart, Márcia Aragão e Rodrigo Garcia

Nesta diversidade de tipos documentais há a presença de itens que não aparentam ser documentos de arquivo mas que acabam por ganhar este atributo a partir do seu relacionamento com outros documentos do fundo e seu produtor. Ele ganha sentido a partir daí. O objeto solto ou sem descrição alguma não carrega sentido algum. O sentido está na sua relação com as atividades deste produtor/acumulador.

Salvacionismo e jurisdição

O legado dessas práticas relatadas geram um mosaico de fundos e coleções que misturam documentos de esferas político-administrativas diferentes. É um fenômeno curioso mas comum a muitos arquivos públicos. Isso acarreta um problema de jurisdição que muitas vezes causa dilemas nos gestores dos arquivos. Ou seja, num arquivo público do poder executivo estadual encontram-se documentos de municípios, da esfera federal, legislativa, judiciária, de instituições eclesiais e privadas de perfis jurídicos diferentes.

Internamente, houve casos que possibilitaram a realocação de documentos ao fundo correto de origem sendo o mais importante e recente o dos Livros de Registro de contrato de professores da USP da década de 1930 que estavam dissociados do fundo da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Foi uma surpresa identificá-los num suposto fundo privado com a descrição sumária de “Livros de Registro”.

Mas todos esses problemas estão sendo enfrentados para descrição dos fundos e coleções no novo guia do acervo que está sendo construído.

Internamente, houve casos que possibilitaram a realocação de documentos ao fundo correto de origem sendo o mais importante e recente o dos Livros de Registro de contrato de professores da USP da década de 1930 que estavam dissociados do fundo da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Foi uma surpresa identificá-los num suposto fundo privado com a descrição sumária de “Livros de Registro”.

Mas todos esses problemas estão sendo enfrentados para descrição dos fundos e coleções no novo guia do acervo que está sendo construído.

Internamente, houve casos que possibilitaram a realocação de documentos ao fundo correto de origem sendo o mais importante e recente o dos Livros de Registro de contrato de professores da USP da década de 1930 que estavam dissociados do fundo da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Foi uma surpresa identificá-los num suposto fundo privado com a descrição sumária de “Livros de Registro”.

Mas todos esses problemas estão sendo enfrentados para descrição dos fundos e coleções no novo guia do acervo que está sendo construído.

Envolvimento íntimo com o objeto

As práticas mostram que o trabalho com arquivos privados é envolvente e que provoca relações de muita proximidade entre sujeito e objeto da pesquisa. Sheila que o diga:

“É Prazeroso, uma das melhores partes. Eu fiquei muito tempo trabalhando com a Comissão Teotônio Vilela. Então, você se entrega nas leituras, no caso da instituição, nos membros daquela instituição, sobre todos os efeitos; enfim, você vai mais a fundo até pra você entender. Os documentos te dão informações, mas as informações de fora também te dão sobre o documento, então esses dois lados são importantes. Os documentos conseguem me dar informações sobre aquela pessoa pública, aquele personagem e vice-versa. Tem personagens que você acaba odiando. No momento estou experimentando uma relação não muito boa com um personagem, um pouco de ódio”.

Por onde começar?

Não é fácil começar o trabalho de organização de um arquivo privado. Há um trabalho prévio necessário de contextualização. É preciso identificar e conhecer o produtor/acumulador e todo o seu entorno social, político e cultural, sua rede de relações pessoais etc. Mas, ao mesmo tempo, dialogar com a documentação realmente existente.

“Muitas vezes demoramos bastante para conseguirmos entender aquilo, e temos que dialogar muito internamente. É preciso definir metodologia bem consistente de trabalho. Eu não consigo trabalhar de outra maneira, acho importante a definição de uma metodologia de trabalho. O estudo do contexto é o primeiro passo, mas ele corre junto ao trabalho direto com a documentação. Deve-se abrir a documentação e acho que isso é o principal de tudo; ler com calma, entender, estudar tipologia, estudar história, acho que tudo faz parte, corre junto, até porque você volta em tudo. Já aconteceu de ter que mudar o rumo por conta de uma má interpretação no caminho. Isso acontece, é um processo que vai tomando vários caminhos, acho que é natural. Às vezes, na hora de entender a função, quando no caso de arquivo institucional, muitas vezes você vai em uma fonte de leitura, alguma bibliografia, volta no documento e vê que estava entendendo errado”, ressalta Sheila.

Foto/APESP-CDAP



A partir da esquerda: Elisabete De Angeli, Márcia Aragão e Cláudia Marcolino em sala técnica

Para Sérgio, a etapa mais complexa “é mais na hora de agrupar os documentos. Você começa juntar os documentos, mas, de repente, um dos documentos não se encaixa, é um verdadeiro quebra-cabeça”.

Nesse sentido, um exemplo foi o tratamento arquivístico do 2º lote do arquivo de Júlio Prestes, um fundo bastante grande que tem cerca de 70.000 documentos, começou em 2014 e foi até ao nível de série. Um trabalho minucioso levado a cabo por Márcia Beatriz Carneiro Aragão, Cláudia Araújo Marcolino e Elisabete De Angeli.

Mas, no momento, a equipe está dedicada ao Guia do Acervo e não realizará projetos com tal profundidade. São 787,5 metros lineares de documentos privados, enquanto que o universo do acervo textual é de 15. 837, então a dimensão é muito menor, porém é muito mais diversificado em termos de produtores e tipologia.

Questão do acesso aos arquivos privados

Rodrigo destaca ainda o *caso do fundo Maternidade de São Paulo*, que nos legou uma atribuição a mais que é a emissão de certidões. “O recolhimento da documentação da Maternidade de São Paulo gerou uma série de questões de acesso que nos obriga a funcionar como um arquivo de hospital, que tem as suas características, a sua legislação própria de acesso, então, é uma coisa que não é comum”.

Danielli Pereti Mariano, junto com a equipe do Núcleo, realizou um estudo abordando todas as questões e implicações jurídicas em relação à documentação da maternidade, principalmente sobre a situação de acesso a prontuários médicos. Segundo o diretor do Núcleo, “produziu-se um dossiê solicitando uma manifestação da assistência jurídica do governo, pois se trata de questões muito delicadas. Simplesmente evocar a LAI não resolve”.

Porém, não obstante esses problemas, Sheila ressalva: “é um serviço público importante; há muita gente precisando comprovar maternidade, paternidade, casos de adoção ou querendo se aposentar e depende do acesso ao prontuário da maternidade. É uma documentação de interesse público sim, que, além do mais, se trata da primeira maternidade do Estado de São Paulo”.

Foto/APESP-CDAP



A partir da esquerda: Sheila Soares e Danielli Mariano com documentos da Maternidade São Paulo

Política de formação do acervo (recolhimento) e premiação

Na entrevista com a equipe do Núcleo, um dos problemas mais destacados foi o da falta de uma política ativa bem definida e criteriosa em relação às aquisições dos arquivos privados na instituição.

A missão primordial do arquivo não está relacionada com os arquivos privados. Porém, o cidadão, a história de São Paulo e do Brasil ganham se conservarmos documentos de notório interesses público diferencial. Mas, o problema é: quais tipos de acervo seriam os prioritários e que caberiam no escopo funcional do APESP? Acho que isso nunca foi muito definido; sempre prevaleceu essa prática do salvacionismo, ou seja, arquivos que vieram para cá através de um historiador, ou alguém que se sensibilizou com a situação de um arquivo importante, cuja preservação estava ameaçada. Não sei o que seria desses documentos se não fosse o arquivo público. Porém, o que precisamos é definir critérios. Na verdade, isso já está esboçado aqui. Pensemos nos detentores de cargo público de grande escalão, governador, por exemplo, tem sentido? Tem. Ele ajuda na pesquisa de períodos históricos importante, principalmente sobre a governança do estado.

Rodrigo vai mais longe e faz uma sugestão lúcida e contundente: “Existem outras possibilidades. Por exemplo, arquivos que refletem importantes ações desenvolvidas no seio da chamada sociedade civil, como as organizações voltadas para a luta por direitos humanos. É o caso da Comissão Teotônio Vilela³ que é típica de uma militância da sociedade, de uma organização civil que nem tinha forma no começo, e depois foi se configurando institucionalmente. Esse tipo de movimento que foi capaz de alterar legislações, até mesmo a Constituição, e resultar em transformações na própria estrutura do Estado, por exemplo, a criação de órgãos como a Defensoria Pública ou Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência e outros, no rastro da emergência dos chamados novos direitos e da defesa dos direitos humanos. Então, foi uma militância que muitas vezes atuou fora e se transforma em política de Estado. Nesse sentido, eu vejo que tem um nicho, uma coisa que não é tão visível, que pode e deve ter a atuação do Arquivo do Estado, pois seria importante para memória do Estado. No momento há uma colaboração nossa com o Museu da Inclusão e em breve receberemos documentos relativos aos movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.”

Aliás, lembremos que um arquivo privado deste APESP foi agraciado com o **reconhecimento do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO**. Trata-se do arquivo da **Comissão Teotônio Vilela** que está em fase de tratamento técnico. “É condição para o prêmio, você já ter executado ou estar em processo de tratamento arquivístico. Não é à toa que o próprio formulário de inscrição pro Memória Mundo seja um formulário muito parecido, muito estruturado como uma ficha de inscrição arquivística da norma internacional, Então, ele é quase a mesma ficha, não é à toa”, conclui Rodrigo.

“Um desafio fascinante”

Os arquivos privados revelam a sociedade e seu tempo por uma perspectiva muito peculiar. Sheila resume o que parece ser um consenso, “são fontes fundamentais para a história e para a produção da memória não apenas de pessoas ou instituições, mas de coletividades mais amplas”. E desabafa: “Quando, por algum motivo, interrompemos os trabalhos com os arquivos privados é algo muito desanimador”.

Articular e tecer o contexto orgânico entre os documentos do fundo, estabelecer as relações entre eles e a atividade do produtor é visto por Rodrigo como “um desafio fascinante”. Ele acrescenta: “Mas quando você relaciona essas informações pessoais com fenômenos sociais como as revoltas de 1924 ou de 1932, por exemplo; quando se estabelece relações dos documentos de governadores com fatos administrativos e você dá visibilidade pra isso, dá muita satisfação. É gratificante você saber que está contribuindo pra dar visibilidade a isso, conseguindo criar nexos entre as esferas individuais e coletivas. É bastante recompensador e acho que o desafio é esse. Como disse a Sheila, é muito interessante você desenvolver o seu ofício de arquivista e saber que contribui para a memória ou história de São Paulo ou do Brasil. É enriquecedor, e desafiador”, conclui o diretor do Núcleo de Acervo Textual Privado.

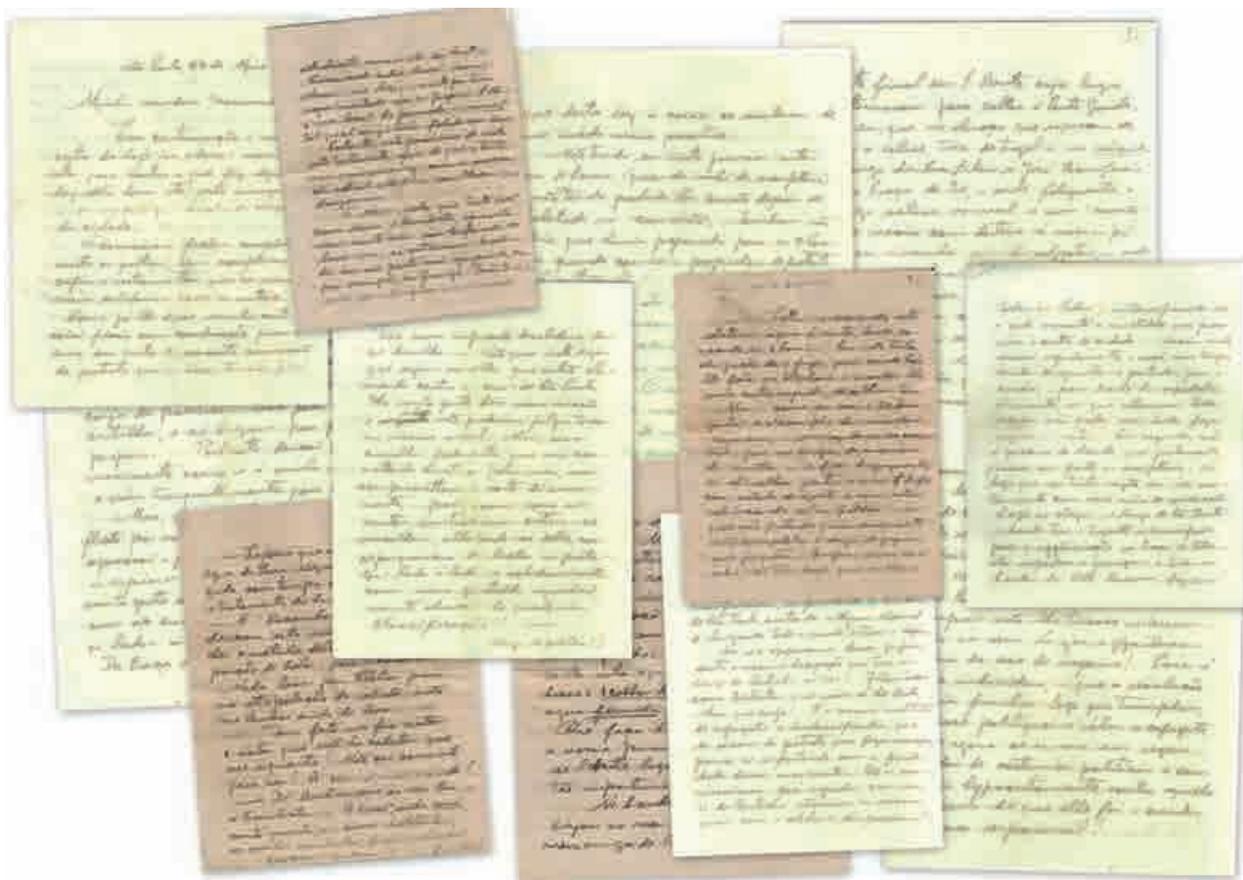
Sérgio toca em um ponto importante para nós da difusão: “É a necessidade de divulgação do arquivo. Em geral, as pessoas não conhecem o Arquivo; tem muito documento importante aqui dentro, mas quando falamos aí fora que trabalhamos no Arquivo do Estado, o pessoal fica meio assim, sem entender. As pessoas precisam saber o que é um arquivo e o que ele tem. Senão, o nosso trabalho perde um pouco o seu sentido”.

³ O Fundo Comissão Teotônio Vilela pode ser acessado no novo Guia do Arquivo: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/comissao-teotonio-vilela;jsad>

Vitrine

CARTA: “MINHA SAUDOSA NAMORADA”

A **Seção Vitrine** publica uma carta de autoria de Osório Pimentel, datada de 23 de maio de 1932, em que relata a sua mulher, que se encontrava em Santos, os acontecimentos do dia: as agitações que ocorriam na cidade de São Paulo, em função das manifestações que antecederam a Revolução Constitucionalista.



Cópias dos documentos originais digitalizados da carta

O interessante conteúdo da carta está acessível pela versão transcrita¹, mas o leitor poderá ter acesso a cópia digitalizada do original manuscrito, bastando clicar nos colchetes que aparecem destacados no corpo da transcrição.

O documento é composto por 12 folhas, num total de 24 páginas, com o verso em branco. A transcrição foi feita de forma corrida, respeitando a grafia, pontuação e divisão original de parágrafos.

¹ Transcrição de documento manuscrito, a partir de cópia fotográfica e digitalizada, feita por José Heleno Barbosa, aluno do curso de Introdução à Arquivologia, ministrado por Ana Maria de Almeida Camargo no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 2016.

As mudanças de páginas estão indicadas entre colchetes, no meio do texto (fls. 2; 3; 4; 5; 7; 10; 11) e no início da página (fls. 1; 6; 8; 9;12).

O original foi doado ao APESP por familiares de Osório Pimentel, autor da carta.

[fl. 1]

São Paulo, 23 de Maio de 1932

Minha saudosa “namorada” !

Em continuação á minha carta de hoje (ás 4 horas) escrevo mais esta para contar o que fiz depois daquela hora até este momento 7,30 — em que acabo de chegar da cidade. Mas, apesar de tudo, fiquei afflicto por saber o que teria havido. Porisso, apressei o jantar e fui para a cidade, — «espiar » o que havia. Tudo fechado, muita gente em toda a parte, todos com um ar curioso, a procurar por todos os lados as noticias de sensação.

O commercio fechou completamente as portas, sem exceptuar os cafés e restaurantes, que se mantiveram solidarios com os outros.

Como já lhe disse na outra carta, receiei ficar sem condução para a casa, em vista do crescente movimento de protesto que se accentuava por **[fl. 2]** todos os lados, — intensificando-se a cada momento a multidão que procurava o centro da cidade. Assim sendo, escrevi rapidamente a você, com tempo ainda de apanhar o portador para o correio — pois, diante da expectativa alarmante em que estavam todos, receiei não poder mais tarde fazer seguir a carta. Em seguida, sahi á procura do bonde, que justamente passava em frente ao escriptorio. Vi logo que eu tinha razão em não contar muito com esse meio de condução. Logo ao chegar no Largo de São Bento, o bonde teve o trajecto interrompido, pois a agglomeração na Praça Patriarcha impedia a passagem, e todos os bondes da Villa Marianna, faziam **[fl. 3]** ponto final em S. Bento, cujo largo contornavam para voltar á ponte Grande.

E eu, que no almoço me esquecera de trazer a valise, tive de trazel-a no múque ao longo da Rua Líbero, e José Bonifacio até a Praça da Sé, — onde felizmente o trafego estava normal e um “camarão” já se mexia com destino á nossa pittoresca vivenda dos Eucalyptos, — onde cheguei ás 5 horas. [espaço] Tendo feito hoje um parenthesis na minha quisilia com os jornaes, comprei os da tarde, ancioso por saber em que pé andavam estas encrencas irritantes e interminaveis.

Pelos recórtes que junto a esta, você verá que as manifestações de agora são já bem mais eloquentes e violentas, esperando-se mesmo que **[fl. 4]** [[que]] desta vez a coisa se resolva de um modo mais positivo

Não tendo eu visto jornaes antes das 4 horas (quando sahi do escriptorio) e não os tendo podido lêr senão depois de aboletado no “camarão”, — tambem não sabia que havia preparado para ás 2 horas um grande comicio popular de protesto.

E então, lendo o convite trazido nos jornaes, fiquei até impressionado com os termos decisivos com que a “Commissão” convocava os Paulistas para reagir até pelas armas, se fosse necessario! — [espaço] O movimento é mesmo empolgante e merecia que todos nós, sem excepção de ninguem, corressemos a auxiliá-lo

de armas na mão, — se não tivesse elle na frente, — para **[fl. 5]** desmoralizal-o completamente a figura dolorosamente antipathica do Sylvio de Campos, que foi a alma dannada do regimen passado, a figura repugnante e sinistra do tartufo ignobil, que teria vendido São Paulo inteiro (e talvez o Brasil) se a morte do Carlos de Campos não lhe tivesse interrompido os seus longos e gigantescos vôos de ave de rapina! Pois é esse individuo, — que a revolução devia fusilar logo que triumphar, é esse politiquero réles e cafajeste, que agora se arvora em regenerador de costumes políticos e vem gritar hypocritamente contra aquillo mesmo de que elle foi o creador e maior responsavel !

[fl. 6]

Assim pensando, não me impressionou o epitheto de “covarde” com que a convocação dos estudantes taxou os Paulistas que não lhes attendesse ao appello, — pois no fundo, toda essa corja de politicos resa pela mesma cartilha, e só brigam para proveito proprio. [espaço] Portanto, deixei que o movimento corresse á minha revelia, e vim tranquillamente para casa.

Mas, apesar de tudo, fiquei afflicto por saber o que teria havido. Porisso, apressei o jantar e fui para a cidade, — «espiar » o que havia. Tudo fechado, muita gente em toda a parte, todos com um ar curioso, a procurar por todos os lados as noticias de sensação.

Da Praça da Sé, descí pela Rua 15, **[fl. 7]** fazendo a volta pelo ‘triângulo’.

A cada momento passam nas ruas, em todas as direcções, grupos de manifestantes, empunhando a bandeira de São Paulo, cantando o Hymno Nacional, e obrigando todo o mundo a tirar o chapéo..

Ao me approximar desses grupos, senti a mesma decepção que tive no dia 30 de Outubro de 1930 ! Gritam todos como Paulistas e em nome de São Paulo. Mas que corja! É a mesma multidão de cafagêstes e desclassificados, que se servem do pretexto para fazer arruaças, pouco se importando com a finalidade desses movimentos. São os mesmíssimos pé-rapados que em 30 de Outubro ativaram as nossas ruas com o celebre «Nós queremos! »

[fl. 8]

Tive uma impressão desoladora desse barulho. — Não quer isto dizer que sejam só elles que estão clamando contra o caso “ [sic] de São Paulo. Ha muita gente bôa nessa reacção, e nós não podemos julgar todos no mesmo nivel. Mas, essa canalha fedorenta que sáe comettendo desatinos pelas ruas, esses compromettem o exito do movimento, — pois, assim como eu, muitos, muitissimos outros se encolhem, alheando-se del-le, com repugnancia de luctar ou protestar, lado a lado e solidariamente com uma gentalha ignobil, muito abaixo de qualquer classificacão ! —

[fl. 9]

Mas... como eu sou «tão bonzinho» e o «exemplo dos maridos» ... varonicos, — [em] vez de ir no cinema, para me vingar da ausencia da mulher, — enfiei burguezmente as chinellas, jantei o meu [friscado] bife com salada de agrião, e aqui estou rabiscando estas folhas, — no que não pretendo parar enquanto não completar a duzia de paginas que projectei. Enfim, como você ahi não tem nada para encher o **[fl. 10]** tempo, além do tratamento e as manhas de Maria, forneço-lhe estes elementos, — que tambem lhe poderão servir de narcotico, nas suas insomnias...

Você me diz que já está applicando em Maria o remedio do Dr. Margarido. Muito bem. A receita está aqui:

É como eu lhe disse: 1 colher de sopa em 100 cc de água fervida, morna.

Que faça bom proveito para a nossa purunginha, e que ella se liberte desses bichinhos tão importunos, é o que espero.

No bonde, no famoso 1 H dahí, viajou ao meu lado um casal, muito meus amigos de Ribeirão Preto, e que **[fl. 11]** actualmente moram ahi, em Santos.

Conversando sobre Maria, aconselharm-me logo, — e isto por terem experimentado com os proprios filhos — o uso local da pomada mercurial, tal qual eu já tinha falado com você.

Portanto, não percámos de vista este tratamento, afim de que o tentemos mais uma vez, caso a medicação actual não dê os resultados que desejamos.

O Naur acha que tanto você, como Maria e Benedicta, aproveitariam muito mais essa temporada de beira-mar, se estivessem localisadas em um ponto mais apropriado, como por exemplo, no Guarujá (Pensão Svéa), sendo que nesta época não ha maleita.

[fl.12]

— Espero que os 2 garrafões de Agua da Serra Negra tenham ahi chegado com tempo de não interromper o tratamento do Sr. Vicente.

— O “Rocambole” que você aqui deixou está uma delicia. Mandei a metade delle, bem como uma porção de balas, para d. Candida.

Nada levei para Clelia, pois na atropelação da sahida, não me lembrei ainda de levar. —

— Tem feito um frio nestas 2 noites, que não ha cobertor que me esquite ! A Vi... i ... i...i...da!...

Dê lembranças ao seu pae e á Benedicta. — A Você, minha muié, muito querida, e á nossa bólótinha, as minhas saudades, beijos e abraços.

(São 10 horas! – Vou dormir!) Zó (feito)

O ACERVO DOCUMENTAL DA EEMPLASA

Foto: Divulgação/ Emplasa



Centro de Documentação e Informações Técnicas da Emplasa

Adelia Atas Dirce Bertan de Freitas
Elsa Machado Maglio
Liria Yurie Goto
Nidia Reis de Paiva

Com a era digital, as bibliotecas e centros de documentação em todo o mundo puderam ir muito além da tradicional consulta em material impresso. O avanço tecnológico das mídias ampliou os canais de acesso, a velocidade e os meios de reprodução dos conteúdos, entre outras facilidades, permitindo ao usuário a apropriação de dados, informação e conhecimento.

Nas instituições públicas, por exemplo, a **Lei de Acesso à Informação**² revolucionou o processo de disponibilização de informações ao cidadão. O próprio conceito de sigilo adotado até então pelos órgãos públicos mudou radicalmente quando estes viram-se legalmente compelidos a exibir seus dados, vencendo resistências antigas e extremamente conservadoras.

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), antes mesmo da publicação da Lei, destacou-se ao criar uma Biblioteca Virtual que disponibiliza na Web seu acervo técnico, sendo pioneira no Estado de São Paulo nesse tipo de acesso e transparência às produções de interesse público.

Especializada em planejamento metropolitano, a coleção da Biblioteca é composta pelos acervos técnicos do Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran) e da Emplasa, com planos, projetos, estudos e relatórios técnicos, sobretudo sobre as regiões metropolitanas paulistas; e livros, publicações, monografias, filmes e periódicos de outros órgãos públicos e pesquisadores da temática urbana sob seus múltiplos aspectos e de diversas regiões do mundo.

Criado em 1967, o Gegran foi o primeiro órgão metropolitano do Estado de São Paulo, tendo sido sucedido pela Emplasa em 1975, atualmente responsável pelo planejamento regional e metropolitano paulista. A ação de planejar o território metropolitano exercida pelos dois órgãos teve e tem como meta não apenas solucionar os problemas e conflitos imediatos de um determinado momento, mas, também, e principalmente, planejar o futuro. Nesse sentido, tornou-se fundamental organizar, manter atualizada, preservar e

² A Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o decreto estadual que a regulamenta, nº 58.052, de 16 de maio de 2012, cria o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, no qual é possível solicitar documentos e dados relativos aos órgãos e entidades da Administração Pública Paulista.

divulgar a produção técnica dessas duas instituições, daí a criação, em 1975, do Centro de Documentação e Informações Técnicas da Emplasa (CDT).

O modelo de estruturação do Centro de Documentação e Informações Técnicas

Foto: Divulgação/ Emplasa



Biblioteca

O CDT foi concebido e implantado na primeira estrutura organizacional da Emplasa, inspirado no *Institut d'aménagement et d'urbanisme de la Région d'Île-de-France* (IAU)³ de Paris. Inicialmente, contava com uma biblioteca, um sistema de atendimento ao público por telefone- Sistema 139- e um grupo de análise e tratamento da informação, composto por equipe multidisciplinar de sociólogos, bibliotecários, historiadores, geógrafos, pedagogos, graduados em letras, assistentes sociais e outros. Em 1979, desenvolveu a primeira versão de um sistema próprio de classificação documental, intitulado Sistema de Classificação de Documentos- Planejamento Urbano e Regional, com foco na área de atuação da empresa, o qual é atualizado frequentemente para contemplar as demandas atuais do contexto da urbanização, as inovações tecnológicas e os novos arranjos espaciais e institucionais.

Posteriormente, o Sistema 139 perdeu sua finalidade, devido à disponibilização cada vez maior de dados e informações na Internet, porém, a Biblioteca da Emplasa mantém um sistema de atendimento ao público via e-mail e telefone, além de abrigar sob sua competência o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) da Emplasa.

Por meio de sistemas então inovadores de gerenciamento de banco de dados, em 2010 foi criada a Biblioteca Virtual e deu-se início à digitalização dos documentos técnicos da Emplasa e do Gegrans, do qual aquela é depositária. Atualmente, os dois acervos encontram-se disponíveis online a qualquer cidadão, atingindo em 2017 a marca de 70.000 *downloads* de documentos e mapas. Cabe destacar que, para garantir a propriedade intelectual desses materiais, a Emplasa adquiriu da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo um certificado digital que acompanha os documentos.

³ Fundação de utilidade pública criada em 1960 cuja contribuição técnica e científica e respectivas missões de assistência aos estados e à coletividade local em todos os continentes são reconhecidas em todo o mundo. O instituto concentra o pensamento e o planejamento do território. Sua expertise se amplia e é nutrida pelos seus 50 anos de história, por seus estudos, mapas e dados, que permitem construir o cenário do amanhã, conectado, ágil, resistente e durável.

Foto: Divulgação/ Emplasa



Sala de Leitura

Também foi um marco no livre acesso ao conhecimento produzido a digitalização e posterior disponibilização em canal do Youtube de filmes produzidos desde a década de 1970. O acervo da Filmoteca da Emplasa, depois de dois anos no ar, conta com cerca de 160.000 visualizações. Além disso, boa parte do conteúdo do site da Biblioteca Virtual pode ser acessada em inglês e espanhol.

Após quatro décadas de existência, o CDT se configura como um sólido suporte documental para as funções técnicas do planejamento metropolitano, dando apoio às equipes técnicas internas e compartilhando conhecimento com pesquisadores, universidades e bibliotecas de outras instituições alinhadas aos temas abrangidos pela Emplasa.

Atualmente, o CDT está inserido também nas redes sociais, colaborando com o encarte mensal **Dicas para Leitura** na página do Facebook da Emplasa, divulgando os resumos dos materiais recebidos e coletados de valor científico e técnico para os trabalhos das equipes internas e demais pesquisadores. Dessa forma, dinamiza sua atuação, ampliando os meios de acesso ao conhecimento produzido.

Planos e Projetos

Os trabalhos em desenvolvimento pelo CDT e seus projetos futuros em curto prazo visam reafirmar o compromisso da Emplasa com a gestão do conhecimento, a transparência e o livre acesso à informação pública, ratificando sua posição de referência na pesquisa do Planejamento Metropolitano.

Entre os projetos em andamento, salvo as atribuições de rotina, e planos para os próximos dois anos, destacam-se:

1. Elaboração de um Glossário de Planejamento Urbano e Regional. O objetivo do projeto é compilar termos comumente utilizados nos diversos estudos e projetos da Emplasa, os quais serão coletados de publicações oficiais da empresa e de outros órgãos públicos, de artigos de revistas revisadas por pares, livros sobre a temática, dicionários, vocabulários e glossários especializados. Os termos serão acompanhados das respectivas referências, cujas fontes seguirão os critérios de autoridades, atualidade, imparcialidade, precisão, acesso, além da observância aos direitos autorais.

2. Elaboração de uma política de intercâmbio de documentação técnica de órgãos metropolitanos no Brasil com o objetivo de adequar as ações e os serviços ao atual modelo de compartilhamento de informações e trabalho colaborativo. O CDT pretende apresentar às unidades de informação e bibliotecas dos órgãos públicos alinhados aos temas desenvolvidos pela Emplasa, uma proposta de intercâmbio de informações,

propiciando o debate sobre o planejamento metropolitano e ampliando o capital intelectual da Emplasa.

3. Criação de uma biblioteca multimídia. Visa fornecer ao usuário externo e aos empregados da empresa um local de encontro e de integração para o estudo do planejamento metropolitano. Pretende ser um espaço informal que fomente a troca de experiências e ideias, equipado com novas tecnologias de informação e comunicação.

4. Integração do Banco de Metadados da Emplasa com o banco de dados da Biblioteca Virtual. O CDT sempre buscou integrar os novos meios de comunicação para facilitar a divulgação do conhecimento acumulado. O objetivo da proposta é permitir que uma pesquisa originada no domínio dos metadados seja remetida aos arquivos da Emplasa e do Gegran com a consequente possibilidade de fazer *download* dos projetos. A ideia é pioneira no acesso à informação.

Foto: divulgação/Emplasa



Acervo da Biblioteca

Outras informações e a consulta no acervo podem ser obtidas no site da Biblioteca Virtual www.biblioteca-virtual.emplasa.sp.gov.br, por e-mail udt@emplasa.sp.gov.br, ou na sede da Emplasa:

Horário de atendimento: das 9h às 12h e das 14h às 17h

Rua Boa Vista, 170- 1º andar- Bloco 1

Centro- São Paulo- SP- Brasil

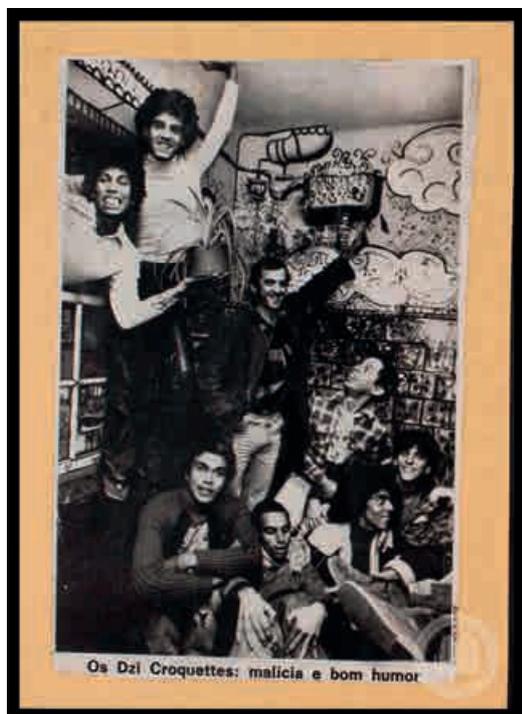
CEP 01014-000

Tel:+ 55 (11) 3293 5488 / 5490

Arquivo em Imagens**A SEÇÃO ARQUIVO EM IMAGENS DESTA EDIÇÃO DESTACA ALGUNS DOCUMENTOS ICÔNICOS REPRESENTATIVOS DE ARQUIVOS PRIVADOS CUSTODIADOS PELO APESP****1/8**

Ângela Maria Fernandes Diniz, famosa socialite brasileira, assassinada por Doca Street na casa da praia dos Ossos em Búzios, no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1976. Jornal Aqui São Paulo. O arquivo do Aqui São Paulo é um típico caso de arquivo privado institucional de empresa. São 6.388 fotografias e 105 cópias positivas por contato no APESP.

Suporte: Papel/Ampliação.

**2 / 8**

Dzi Croquettes, grupo irreverente da década de 1970, vítima de censura do regime militar, ganhou destaque no Brasil com projeção internacional. Jornal Aqui São Paulo.

Suporte: Papel/Ampliação.

**3 / 8**

Prefeito Mário Covas visita a exposição sobre a trajetória política do Brasil, parte das manifestações pelas Diretas Já, na Praça da Sé, São Paulo/SP. O governador Mário Covas ao lado do ator Gianfrancesco Guarnieri e populares em evento. O arquivo de Mário Covas é um arquivo privado pessoal de ex-governador. O acervo fotográfico do governador Mário Covas reúne cerca de 254 mil imagens de sua vida pública e privada desde 1983 até 1999.

Código de referência:

SP-CPREFMC_006_005

Suporte: negativo 35mm PB acetato.

**4 / 8**

Prefeito Mario Covas e o candidato a prefeito Fernando Henrique Cardoso participam do evento de encerramento do Mutirão Ruas do Jardim Robru, em São Paulo/SP.

Código de referência:

SPCPREFMC_023_19851027_002

Suporte: negativo 35mm PB acetato.

**5 / 8**

Lúcio Alves, cantor romântico pertencente ao elenco da Rádio Nacional e Televisão Rio, deliciou a grande plateia com seus números. Neste flagrante onotável artista quando, com seu próprio violão no acompanhamento, cantava um dos números mais aplaudidos. Jornal Última Hora. O acervo iconográfico desse Jornal é composto por aproximadamente, 166.000 fotografias, 500.000 negativos e 2.223 ilustrações (entre charges e caricaturas). Suporte: Papel/Ampliação.



6 / 8

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O acervo iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo custodiado pelo APESP é composto por múltiplas variedades de gênero e suporte documentais. Identificação: Hino Nacional.

Processo/suporte: Disco sonoro.



7 / 8

Imagem de escrava. Acervo-IHGSP.
Processo/suporte: Cianótipo em papel.



8 / 8

Vinícius de Moraes. Acervo-IHGSP.
Processo/suporte: Diapositivo em acetato de celulose.

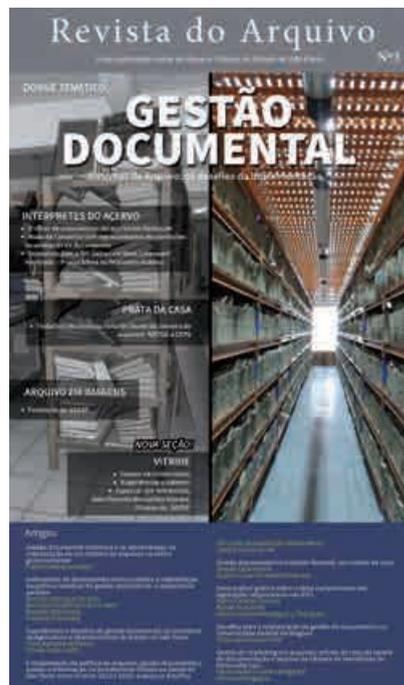
Esta versão especial impressa da *Revista do Arquivo* foi composta em Calibri light 11 e Franklin Gothic 17. Foi utilizado papel couché fosco 90 g/m² para o miolo e couché brilhante 170 g/m² com laminação fosca para a capa. Impressão e acabamento dos 100 exemplares foram realizados pela Imprensa Oficial do Estado S.A – IMESP.

ACOMPANHE E DIVULGUE A REVISTA DO ARQUIVO

Publique seu artigo

Leia as *Orientações para elaboração de artigo científico*

Divulgue sua experiência na seção VITRINE



Acesse: www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo



Caro leitor,

No ano de 2015, a primeira edição da *Revista do Arquivo* inaugurou uma nova fase do periódico semestral do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com o propósito editorial de difundir os conhecimentos produzidos na área dos arquivos e suas interfaces, alimentamos o sonho de tornar o periódico referência nacional nas áreas das ciências sociais aplicadas e humanas.

A dedicação a este projeto e as evidentes marcas da evolução editorial e gráfica da *Revista do Arquivo* podem ser notadas nestas 7 edições iniciais.

Apresentamos esta versão especial impressa como forma de difusão institucional, preservando o conteúdo original da publicação eletrônica e ampliando seu potencial de impacto por meio de um novo suporte.

Visite o site do APESP. Divulgue a *Revista do Arquivo*.

Editoria da *Revista do Arquivo*